

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

Cristiane Muniz Thiago

**Ofício militante:
trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro
(1960-1980)**

Tese de Doutorado em História apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Cláudio Henrique de Moraes Batalha.

Área de Concentração: História Social

Campinas
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

T345o **Thiago, Cristiane Muniz**
Ofício militante: trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro (1960-1980) / Cristiane Muniz Thiago. - - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores da indústria gráfica. 2. Sindicalismo.
3. Rio de Janeiro (RJ) – História . I. Batalha, Claudio Henrique de Moraes, 1957- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Título em inglês: Militant trade: graphic workers in Rio de Janeiro city

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Workers in the graphic industry
Syndicalism
Rio de Janeiro (RJ) - History**

Área de Concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora: Claudio Henrique de Moraes Batalha, Ângela Carneiro Araújo, Fernando Teixeira da Silva, Marco Aurélio Santana, Paulo Fontes

Data da defesa: 06-05-2011

Programa de Pós-Graduação: História

CRISTIANE MUNIZ THIAGO

**“Ofício militante: trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro
(1960-1980)”**

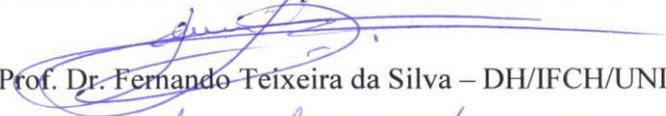
Tese de Doutorado apresentada ao Departamento
de História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Henrique de
Moraes Batalha.

Área de Concentração: História Social

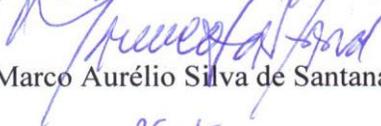
Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 06/05/2011.

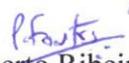
BANCA


Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha – DH/IFCH/UNICAMP (orientador)


Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva – DH/IFCH/UNICAMP


Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo – DCS/IFCH/UNICAMP


Prof. Dr. Marco Aurélio Silva de Santana – UFRJ


Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes – FGV

Prof. Dr. Alexandre Fortes – UFRRJ

Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall – DH/IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Samuel Fernando de Souza – Pós-Doc/UNICAMP

MAIO/2011

Agradecimentos

A elaboração dessa tese contou com o incentivo e a participação imprescindível de algumas pessoas. A todos vocês eu devo meu reconhecimento.

À minha mãe, por acreditar e ajudar a tornar possível a realização desse projeto. Ao meu pai, pelo apoio em mais essa etapa da minha vida acadêmica.

Ao professor Claudio Batalha, pelo incentivo e a orientação preciosa ao longo desses últimos anos. Aos professores do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Sociologia, pela oportunidade do debate sobre os diferentes “mundos do trabalho”. Ao professor Fernando Teixeira, por suas críticas e sugestões durante o exame de qualificação. Ao professor Marco Aurélio Santana, por ter contribuído de forma decisiva para minhas realizações nessa trajetória como pesquisadora.

Chris é a grande responsável pelo início desse projeto. Se ela não tivesse acreditado que, além de uma grande amiga e uma competente bióloga, também poderia ser um pouco historiadora, as primeiras indicações tão preciosas sobre meu objeto no arquivo do DOPS não teriam chegado até mim.

À Carla (extensivo ao Claudio), uma feliz surpresa que a vida em Campinas me reservou. Tornou-se uma amiga e foi responsável por fins de semana muito agradáveis que me tiravam da rotina de leituras, além de estar sempre disponível para me receber em sua casa nesses últimos anos.

À Sângela, o interesse pelos “mundos do trabalho” nos aproximou, mas durante nossa convivência aprendi muito com sua força de vontade e dedicação ao trabalho.

À Alejandra que dividiu comigo parte da pesquisa no TRT, longos debates sobre as possibilidades de diálogo entre a sociologia e história, além de bons momentos de descontração, fundamentais para se manter a sanidade em meio à construção de uma tese.

A todos os gráficos que se dispuseram a ceder horas do seu dia para responder minhas perguntas, que por vezes acionavam um passado difícil de ser reconstruído. À direção do Sindicato dos Gráficos, que sempre se colocou a disposição para me ajudar, e ao grupo do Departamento de Aposentados dos Gráficos, que me recebeu ao longo desses últimos quatro anos com muita cordialidade.

Ao Sérgio, pelo diálogo contínuo sobre as questões referentes ao trabalho e aos trabalhadores, por ter sido um leitor crítico, mas apaixonado, dessa tese e por construir comigo uma história de muita cumplicidade e amor.

E finalmente, à FAPESP, pelo apoio financeiro que contribuiu para a realização desse trabalho.

Ofício militante: trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro (1960 – 1980)

Resumo

Essa tese tem como objeto de estudo a perspectiva dos militantes e trabalhadores gráficos da cidade Rio de Janeiro sobre a história da categoria, entre as décadas de 1960 e 1980. Nossa análise também problematiza a construção da identidade de ofício desse grupo a partir de diferentes experiências, incluindo a militância sindical em sua entidade de classe, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro (STIGRJ). A relevância do trabalho está em analisar a história desses operários entre os anos 1960 e 1980, promovendo uma abordagem não restrita à repressão aos trabalhadores e suas entidades representativas, sobretudo a partir de 1964. Ao tratar dos militantes gráficos através de suas trajetórias de vida e de sua entidade de classe, o trabalho contribui para a ampliação do conhecimento da história dos trabalhadores considerando a experiência no âmbito do trabalho e do sindicato, mas também incorporando outros elementos como os processos de migração, militância partidária, conflitos no cotidiano do trabalho etc. Construiremos nossa análise sobre os gráficos cariocas a partir dos jornais da categoria, do material da polícia política, dos acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho e de entrevistas. O que diferencia os gráficos de outros grupos em sua militância político-partidária, em suas celebrações e até mesmo em seus conflitos é a construção de um tipo de identidade definida, sobretudo, por um forte orgulho profissional. Nossa pesquisa concluiu que apesar dos laços identitários construídos pelos militantes gráficos, observamos dentro do grupo diferentes possibilidades de oposição à ordem vigente no pós-1964, que incluíram desde o uso do espaço do sindicato à militância na clandestinidade.

Abstract

This thesis discusses the graphic workers and activists of Rio de Janeiro city and their point of view on their history between the 1960s and 1980s. Our analysis also includes the construction of the professional identity of this group through different backgrounds, including militancy in the Graphic Workers' Union of Rio de Janeiro City (STIGRJ). The relevance of the research is to examine the history of these workers between 1960 and 1980, promoting an approach not restricted to the repression of the workers and their unions, especially since 1964. Dealing with graphic militants through their life stories and their professional organization, this work helps to expand the knowledge of workers' history taking into account not only workplace and union experiences, but also incorporating other elements such as migration processes, partisan militancy, daily conflicts etc. Through the Journals of the category, the political police reports, the judgments of the Regional Labor Court and the interviews we build our analysis on the Graphic Workers in Rio. What distinguishes graphics from other militant groups in their political activism, celebrations and even conflicts is the construction of a type of identity, defined, above all by a strong professional pride. Our research found that despite their strong identity ties graphic militants built different possibilities for the struggle against the authoritarian order prevailing in the post-1964, which included the institutional use of union and underground militancy.

**Ofício Militante:
trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro (1960 – 1980)**

Sumário

Introdução.....	11
CAPÍTULO I.....	23
Ofício, identidade e cultura	23
1. A indústria gráfica e os processos de mecanização	25
2. Porque eu sou do tempo das artes gráficas	35
3. A Mansão dos Gráficos	46
4. As festas e as rainhas dos gráficos.....	53
CAPÍTULO II.....	67
Histórias de oficina: conflitos e condições de trabalho	67
1. Patrões e empregados em conflito	69
2. Uma categoria, várias hierarquias.....	81
3. Mutilações e materiais tóxicos: o outro lado da arte	87
4. Insalubridade: a leitura da Justiça do Trabalho	99
CAPÍTULO III	105
Voz dos Gráficos: conflitos e consensos na política sindical.....	105
1. Os gráficos e seus periódicos.....	106
2. A política sindical nas páginas dos jornais	116
3. Um golpe para os trabalhadores	126
CAPÍTULO IV	145
O componente individual na trajetória do Sindicato dos Gráficos.....	145
1. Um ninho de comunistas?.....	148
2. Três lideranças e a história de um sindicato	152
3. Agitação e Propaganda: os gráficos da imprensa comunista.....	176
Considerações finais.....	197
Fontes	203
Bibliografia.....	205
Lista de figuras	212
Anexos.....	213

Introdução

Essa tese tem como objeto de estudo a perspectiva dos militantes e trabalhadores gráficos da cidade Rio de Janeiro sobre a história da categoria, entre as décadas de 1960 e 1980. Nossa análise também problematiza a construção da identidade de ofício desse grupo a partir de diferentes experiências, incluindo a militância sindical em sua entidade de classe, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro (STIGRJ),¹ doravante Sindicato dos Gráficos.² A experiência democrática de meados dos anos 1950 até o início dos anos 1960 permitiu a consolidação de um grupo de militantes ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB)³ na direção da instituição sindical. Porém, os constrangimentos impostos pelo regime de exceção iniciado em 1964 irão alterar a vida política dos gráficos, assim como a de várias instituições sindicais no país.

O termo “gráfico” reúne de forma genérica e imprecisa um conjunto muito variado de trabalhadores com grau de escolaridade também diverso: tipógrafos (compositor manual),

¹ Com a criação do Estado da Guanabara em 1960, resultado da transferência da capital nacional para Brasília, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro passa a se chamar Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado da Guanabara. Em 1974, no governo do Presidente Ernesto Geisel, foi aprovada uma emenda constitucional que autorizava a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A partir de 1975, com a fusão dos dois estados, o Sindicato dos Gráficos passa a representar os trabalhadores do município do Rio de Janeiro. EVANGELISTA, Helio de Araujo. *A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998.

² As primeiras hipóteses sobre os trabalhadores gráficos e as formas a partir das quais o grupo enfrentou seus dilemas nas últimas décadas surgiram com a realização de pesquisa para a dissertação de mestrado. O objetivo era entrevistar operários gráficos que tivessem trabalhado no bairro do Jacaré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, objeto da pesquisa. Desde então, foi estabelecida uma interlocução com o Departamento dos Aposentados do Sindicato dos Gráficos e alguns membros da direção da entidade. THIAGO, Cristiane Muniz. *Rio de Janeiro Operário: Memória dos Trabalhadores do Bairro do Jacaré*. Rio de Janeiro: PPGMS – UNIRIO, 2007. (Dissertação).

³ O Partido Comunista do Brasil foi criado em 1922 e alterou curtos momentos como um partido legalmente instituído com longos períodos na ilegalidade. Em 1961, em mais uma tentativa de ser uma instituição com registro partidário, o PCB aprova em conferência nacional a mudança de seu nome para Partido Comunista Brasileiro. Porém, o partido permanecerá sem registro. Desde 1947 na ilegalidade, o PCB só tem seu registro reconhecido em 1985 com o fim da ditadura no país. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, UNIRIO, 2001.

linotipistas (compositor mecânico), paginadores, mecânicos de linotipo, impressores, entre outros.⁴ A indústria gráfica atua em diferentes segmentos de produção, variando o tipo de material utilizado, a finalidade dos produtos, a tecnologia empregada e a escala de produção. Ao longo da pesquisa, procuramos entender como essa diversidade característica do setor influencia a construção da identidade do grupo e o tipo de militância que eles experimentaram.

Para compreendermos melhor a construção do grupo, optamos por analisar a trajetória de alguns militantes que representam parte da história dos gráficos cariocas. Nosso objetivo é compreender a inserção política e o tipo de militância praticada por diferentes membros desse grupo e em esferas como o próprio Sindicato dos Gráficos. A partir da problematização das trajetórias também podemos acompanhar as transformações no ofício gráfico e os dilemas impostos pela introdução de novas tecnologias no setor. Alguns dos atores sociais analisados ao longo do texto iniciaram sua militância política nos anos 1940. Como consideramos de fundamental importância compreender o processo de construção da militância desses personagens ao longo dos anos, optamos por fazer um extenso levantamento de suas trajetórias de vida. Nesse sentido, foi importante uma análise dos jornais operários dos anos 1940 e 1950. Porém, a conjuntura política e as questões específicas em debate no sindicalismo gráfico desse período não se tornaram objeto de análise. Nosso olhar para esse material foi direcionado à inserção política desses sindicalistas que atuaram no Sindicato dos Gráficos.

A relevância do trabalho está em analisar a história desses trabalhadores entre os anos 1960 e 1980, ultrapassando a perspectiva de problematizar esse período apenas pela ótica da repressão aos trabalhadores, sobretudo a partir de 1964. Ao tratar dos militantes gráficos através

⁴ Uma definição mais técnica e precisa dessas categorias será apresentada ao longo dos capítulos da tese. Tomaremos como referência o *Dicionário de Artes Gráficas*, de Frederico Porta. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. Esta obra, cujo autor era gráfico e irmão de linotipista, chegou a se tornar uma referência entre militantes gráficos. O lançamento do dicionário, por exemplo, foi anunciado em artigo no jornal do Sindicato dos Gráficos. “Dicionário de artes gráficas”. *Voz do Gráfico*. Junho de 1959. p.4.

de suas trajetórias de vida e de sua entidade de classe, o trabalho contribui para a ampliação do conhecimento da história dos trabalhadores em uma perspectiva que inclui a experiência no âmbito do trabalho e do sindicato, mas incorpora outros elementos como processos de migração, militância partidária, conflitos no cotidiano do trabalho etc. Além disso, o trabalho será uma contribuição para o estudo das mudanças nos processos de trabalho na indústria gráfica ao longo do século XX.

As abordagens sobre a história do trabalho no Brasil, sobretudo entre fins dos anos 1970 e início dos 1980, são fortemente influenciadas por uma historiografia marxista inglesa, que inclui nomes como os dos historiadores Edward Thompson e Eric Hobsbawm. Claudio Batalha aponta algumas implicações da adoção dessa perspectiva historiográfica.

Entre os efeitos produzidos por essas influências, há que ressaltar a ampliação dos temas e enfoque. A história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado. Assim, sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para classe.⁵

Mesmo que esta tese não se trate de uma análise estritamente sobre o fenômeno classe, destacamos que tal influência possibilita, como sugere o autor, uma “ampliação” de temas e enfoque para o estudo do movimento operário organizado. Depois da contribuição dada por esses autores, o estudo sobre as lideranças sindicais e o próprio sindicato passa a se dar em outras bases. Seguindo essa perspectiva, (re)construiremos a trajetória de alguns militantes gráficos, não necessariamente militantes sindicais. O estudo pretende traçar um panorama das questões presentes no cotidiano desses trabalhadores durante os anos de exceção. Algumas questões serão abordadas ao longo da tese, tais como: o domínio de um saber artesanal, as manifestações culturais do grupo, as condições de trabalho, os conflitos entre patrões e empregados nas oficinas

⁵ BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências”, in: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p.153.

gráficas, a organização sindical e as tendências políticas em disputa no interior do sindicato. A articulação com acontecimentos no plano nacional, resguardando as especificidades do estudo de caso, permitirá problematizar a inserção deste objeto nos dilemas e conflitos experimentados pelo país no período proposto para análise.

As disputas entre diferentes correntes político-ideológicas que conviviam no interior do sindicato fazem parte da constituição e da atuação dos gráficos como categoria. Nesse cenário, analisar a presença de sindicalistas ligados ao PCB⁶ mostra-se importante para entendermos os caminhos políticos da instituição até 1964 e as possíveis influências dos comunistas na formação política da diretoria que assume no pós-1964.⁷

Também levaremos em conta o modo como um conjunto de inovações tecnológicas, cujo início remonta os anos 1950, afetou a percepção dessa categoria como detentora de um ofício “arte”. Uma nova divisão do trabalho que incluía a separação entre oficina gráfica e redação, como no caso dos jornais, além da perda do domínio do processo de trabalho por parte dos gráficos, atingiu essa categoria e a construção de sua auto-imagem. Ao mesmo tempo, os trabalhadores gráficos experimentaram uma diversidade de conflitos e disputas inerentes às várias fases do período de exceção vivido no país, criando a possibilidade de novas formas de organização e militância dos trabalhadores.

Iniciamos nossa análise em 1960, evitando um recorte cronológico mais tradicional, por acreditarmos ser fundamental problematizar o papel dos atores sociais que atuavam no início dos

⁶ Sobre a atuação dos militantes comunistas nos sindicatos ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, UNIRIO, 2001. SANTANA, Marco Aurélio. “A Queda do Equilibrista: o PCB e os Sindicatos no Brasil (1945-92)”, in: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel. (org.). *Corações Vermelhos - Os comunistas Brasileiros no Século XX*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

⁷ No início da primeira República, observa-se a ascensão dos anarquistas no movimento operário. Esses militantes influenciaram, sobretudo, os gráficos de São Paulo. No entanto, apesar de a Associação Gráfica do Rio de Janeiro, fundada em 1915, ter em sua presidência até 1919 João Leuenroth, irmão do militante anarquista Edgard Leuenroth, o sindicato não reconhece sua filiação ao anarquismo. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2005. 3 ed.

anos 1960 no sindicalismo carioca. A partir dessa perspectiva, perceberemos melhor as transições e as continuidades na ação sindical dos gráficos diante do impacto do golpe civil-militar. De forma mais específica, nossa opção é importante por ser esse um período de consideráveis transformações na indústria gráfica. A abertura política no final da década de 1970 representa um momento decisivo no sindicalismo nacional. Nossa análise também concentra esforços para compreender as consequências desse processo na reorganização da militância dos gráficos. Feito nosso recorte temporal, partimos da hipótese de que (1) as trajetórias de militantes gráficos, inclusive os que atuavam anteriormente ao golpe civil-militar de 1964, podem responder a questões sobre a ação sindical dos gráficos após o golpe; (2) a diversidade de conflitos e disputas experimentada pelo Sindicato dos Gráficos durante o período de exceção não anulou a organização sindical da categoria e; (3) ao mesmo tempo, como entidade representativa, o sindicato foi obrigado a lidar com questões referentes à problemática de um conjunto de transformações no ofício gráfico que pressupomos ter afetado os modos a partir dos quais se dava sua articulação com a categoria.⁸

Mais de 40 anos depois do início da ditadura no país, ainda são poucos os estudos que debatem o papel dos trabalhadores, em diferentes perspectivas, naquele cenário. De um modo geral, a historiografia brasileira tem privilegiado o debate sobre o sindicalismo entres os anos 1945 e 1964. Segundo Marcelo Badaró,⁹ uma corrente de pesquisadores que escreve a partir dos

⁸ Como representação do impacto dos anos 1970 sobre a categoria, podemos citar a perspectiva de Renato Americano. “Não obstante seu desencanto e revolta permanentes, sua situação mais que nunca parece irreversível, devido à automação permanente de todas as atividades. O *manual*, a cada dia que passa, perde lugar para a máquina”. AMERICANO, Renato Pacheco. *Comportamento Social e Humano na Indústria Gráfica: Reflexões sobre uma experiência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. p. 8.

⁹ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/APERJ, 2003. p. 27. Ver também: FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: populismo na política brasileira”, in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e Crítica, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

anos 1970 tende a associar o pré-1964 ao “sindicalismo populista”,¹⁰ caracterizado por uma estrutura sindical atrelada ao Estado, estando os trabalhadores submissos às vontades dos governos ou de uma “vanguarda” da liderança sindical, muitas vezes associada aos comunistas. Já uma segunda corrente historiográfica, que considera o trabalhador como sujeito social capaz de efetuar escolhas, faz uma crítica à categoria “populismo” e à ideia de ruptura entre o pós-1930 e o “novo sindicalismo”. Porém, para ambas as correntes, o pós-1964 inaugura uma nova fase do sindicalismo onde os agentes do movimento sindical do pré-1964 estariam ou fora do processo, em alguns casos coagidos pela repressão, ou se submeteriam a ordem vigente para permanecer entre as lideranças sindicais. Esse tipo de análise explica a ausência de estudos sobre os sindicatos e os trabalhadores no pós-1964. O tema só será retomado com o que parte da historiografia sobre o período considera o “ressurgimento” dos trabalhadores na vida política nacional: o “novo sindicalismo”.¹¹

Quando das atividades dentro e fora das universidades brasileiras acerca dos 40 anos do golpe civil-militar, viu-se uma importante e densa discussão sobre temas tais como militares, luta armada, imprensa, estudantes, parlamento etc. Sobressaía a quase completa ausência dos trabalhadores e seus sindicatos como tema dos debates. Talvez alimentada ainda pela idéia corroída de “culpa” dos mesmos por suas ações no pré-64 ou pela distorcida visão de que eles nada teriam feito no pós-golpe. Esquemáticamente, teriam se “equivocado” no pré-1964, sido “derrotados” em 1964 e ficado “imobilizados” no pós-1964. O dado é que se conseguiu fazer uma releitura dos acontecimentos sem que um de seus principais atores estivesse presente de forma mais efetiva.¹²

¹⁰ Como exemplo dessa historiografia, podemos citar: WEFFORT, Francisco C. “Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do pós-guerra)”. São Paulo: CEBRAP, *Estudos Cebrap*, nº 4, 1973. e WEFFORT, Francisco C. “Os Sindicatos na Política (Brasil: 1955-1964)”. *Ensaio de Opinião*, nº 2-5, São Paulo, 1978. O trabalho de Francisco Weffort é pioneiro nos estudos sobre esse período. No entanto, suas análises sofreram sérias críticas por uma historiografia posterior que enriquece o estudo desse período com uma nova abordagem do tema. Sobre essa nova produção historiográfica, ver por exemplo: SILVA, Fernando Teixeira. *A Carga e a Culpa – operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937/1968)*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995; COSTA, H. *Em busca da memória*. São Paulo: Scritta, 1995.

¹¹ ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991. Ver também SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹² SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: o 1968 operário no Brasil”, in: FICO, Carlos e ARAUJO, Maria Paula. *1968: 40 anos depois: história e memória*. p. 150.

A partir da análise das fontes coletadas, pretendemos nos afastar dessa visão “esquemática” sobre o tema. Parte do universo dos militantes gráficos será visualizada a partir das suas publicações. Pretendemos analisar quais os principais temas debatidos pelos militantes gráficos através da imprensa operária. Para isto, partimos da hipótese de que uma categoria profissional, ou um grupo político, pode encontrar no jornal um importante meio de divulgação e de auto-organização. Os textos serão interpretados a partir da análise dos processos que estavam em curso durante a construção dos periódicos, considerando cada matéria representativa de um grupo de gráficos e não da categoria como um todo. Através dos jornais da categoria, podemos acompanhar a trajetória do sindicalismo gráfico, seus momentos de expansão e de refluxo e as principais demandas desses trabalhadores.

Dois jornais são de fundamental interesse para a pesquisa: o *Voz do Gráfico*, uma publicação oficial do Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro, fundado em 1946, e o *Notícias Gráficas*, fundado em 1945, um periódico dos gráficos do Rio de Janeiro ligados ao PCB. Parte dos periódicos está depositada no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ/IFCS) e no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP). Além dos periódicos, no CEDEM podemos encontrar um material diverso sobre o Sindicato dos Gráficos como panfletos de campanha salarial e documentos elaborados nos congressos da categoria.

A pesquisa no fundo da polícia política,¹³ nos acervos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Arquivo Público de São Paulo, também foi fundamental para a construção do

¹³ Desde o início do século XX, diversos órgãos foram responsáveis pela repressão, prevenção e produção de informações relacionadas aos crimes políticos no atual estado do Rio de Janeiro. Esses órgãos compõem o que convencionamos chamar de polícia política. No caso do Rio de Janeiro, um desses órgãos é o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A partir de 1964, o DOPS perdeu sua importância como órgão de inteligência e concentrou suas atividades no fornecimento de informações e na repressão. Em 1992, o acervo dos diversos órgãos da polícia política foi recolhido ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). MENDONÇA, Eliana

nosso objeto. Esse material reúne uma variada documentação que inclui ocorrências policiais e fichas de militantes sindicais e partidários.

O acervo disposto no Sindicato dos Gráficos encontra-se em sua maioria desorganizado, em frágeis condições de conservação, o que dificulta, mas não impossibilita a pesquisa dessa documentação. A dificuldade em trabalhar com esse tipo de fonte está na falta de organização que caracteriza esses acervos e nos “silêncios” produzidos ao longo do tempo por conta da destruição e da má conservação de documentos. No entanto, avaliamos ser fundamental considerar esse tipo material para nossa análise. Também trabalhamos com os acervos particulares de alguns trabalhadores gráficos. A maior parte dos aposentados, por exemplo, guarda um rico material sobre o sindicato, o cotidiano do trabalho e suas atividades políticas.

As entrevistas de História Oral foram incorporadas como fonte na perspectiva de analisar a construção que esse grupo faz de sua própria história. Ao refletirmos sobre as questões levantadas acerca da metodologia da História Oral, temos que considerar que as fontes dessa natureza são uma construção ou representação da memória no presente. Sabemos, entretanto, que para a utilização desse tipo de relato devemos como nos sugere Pollak,¹⁴ controlar as distorções ao invés de ignorá-las ou de inviabilizar o trabalho por conta de tais distorções.

Utilizamos o conceito de memória a partir da relação estabelecida entre suas dimensões individual e coletiva, orientação presente na obra de Maurice Halbwachs.¹⁵ Para o autor, só podemos analisar a memória em relação com o tempo em que ela está sendo produzida e não

Rezende Furtado de. “Documentos da Polícia Política do Rio de Janeiro”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.12, nº 22, 1998. “Dentro desse enfoque, a polícia política seria resultado de um processo de “especialização” dos órgãos da instituição policial, surgindo, formalmente, em 1933 com a criação, na antiga Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, encarregou-se dos chamados crimes políticos e sociais”.

XAVIER, Marília. “Antecedentes Institucionais da Polícia Política”. *DOPS: A lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.2ª ed.

¹⁴ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, nº 10, Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

como uma pura representação do passado: “O passado que existe é apenas aquele reconstruído continuamente no presente”.¹⁶ A partir das entrevistas, será travado um diálogo com a historiografia referente aos temas pertinentes ao trabalho, bem como com toda a documentação levantada nos arquivos e bibliotecas, o que nos permitirá controlar as “distorções” da memória.

Nos trabalhos de Paul Thompson,¹⁷ encontramos valiosas pistas de como administrar as eventuais adversidades dessa metodologia, seguindo certos parâmetros para a realização de entrevistas e o tratamento do material delas resultante. Para o autor uma série de elementos que compõem o contexto da entrevista deve ser administrada para garantir a qualidade e o uso do material coletado. Assim como nos jornais operários e nos materiais impressos em geral, as entrevistas narram versões dos fatos ou de uma determinada história, porém são fontes construídas no presente e com uma interferência direta do pesquisador.

Deve ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as versões que os entrevistados fornecem acerca do objeto de análise. Ou mais precisamente: tais versões devem ser, elas mesmas, objeto de análise.¹⁸

A rede de entrevistados foi formada atendendo as prioridades da pesquisa e também a partir das indicações dos próprios gráficos entrevistados. O objetivo foi contemplar diferentes atores, sindicalistas, militantes de base e gráficos de diferentes gerações. Em comum, o grupo tem como característica de suas trajetórias a militância no Sindicato dos Gráficos. Alguns dos entrevistados ocuparam cargos na direção do sindicato, outros faziam oposição à corrente dominante na instituição. Entrevistamos tipógrafos (linotipistas), impressores e um mecânico de linotipo. Dessa forma, temos concepções sobre diferentes pontos da produção na indústria gráfica

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990. p. 132.

¹⁷ THOMPSON, Paul. *A voz do passado - história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 2ª ed.

¹⁸ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora. FGV, 2005. p. 30.

e da ideia de ofício “arte”. As entrevistas também fornecem reconstruções da história da categoria a partir da visão de diferentes gerações. O eixo temático das entrevistas incluiu a história de vida desses militantes e trabalhadores, o cotidiano do trabalho nas oficinas, sua inserção na história do Sindicato dos Gráficos e as mudanças no processo de trabalho do setor gráfico ao longo da atuação profissional dos entrevistados. As entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra, e as falas dos entrevistados sofreram o mínimo de alteração, buscando fazer o mais próximo possível da fala original.

Por fim, fizemos um levantamento no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT/RJ) sobre as demandas dos trabalhadores gráficos na Justiça do Trabalho durante os anos de exceção. Neste acervo, o material preservado das décadas de 1960 a 1980 resume-se aos acórdãos julgados naquele tribunal. Esse material é, por sua natureza, limitado para análise. Uma primeira seleção diz respeito aos casos que não obtiveram solução na primeira instância, as Juntas de Conciliação e Julgamento, e chegaram ao TRT por recurso de uma das partes envolvidas. Os acórdãos trazem o conflito em questão apenas de forma resumida, o que faz com que, em muitos casos, não seja possível sequer a identificação da categoria a que pertence o trabalhador. Quando, por exemplo, concluímos que o indivíduo trabalha em uma empresa jornalística, por vezes não conseguimos determinar se é um trabalhador gráfico, um jornalista etc. Além disso, estão ausentes do acórdão informações como os laudos sobre condições de trabalho, as alegações de trabalhadores e empregadores e tantos outros elementos presentes no processo.

O TRT/RJ não possui as séries completas de acórdãos entre 1960 e 1980, parte do material foi destruída ao longo do tempo, de forma voluntária ou involuntária. Diante desse quadro, de que forma utilizar esse material? Nosso objetivo não é estudar a Justiça do Trabalho e seus mecanismos, nem fazermos uma série quantitativa relevante sobre o acesso dos

trabalhadores gráficos à Justiça do Trabalho. No entanto, a partir desse material, podemos ter algumas informações sobre o cotidiano desses trabalhadores, suas dificuldades e vivências dentro do local de trabalho. No primeiro contato com o TRT, descobrimos que o material encontrava-se encadernado em livros organizados pela data da publicação do acórdão. Não havia à disposição dos pesquisadores nenhum catálogo que identificasse o conteúdo dos acórdãos ou as partes envolvidas. O trabalho deveria ser feito de forma artesanal, manuseando livro por livro e lendo acórdão por acórdão para identificar as partes envolvidas.

A partir de análise do material coletado, e priorizando os temas centrais do estudo, a tese foi dividida em quatro capítulos. No Capítulo I, analisaremos a construção da identidade dos militantes gráficos a partir de três elementos: o domínio de um saber profissional específico, o espaço do sindicato e as manifestações culturais do grupo. O enquadramento profissional define esses trabalhadores como fazendo parte de uma mesma categoria, mas é no espaço do sindicato e através das manifestações culturais que esses operários passam a compartilhar experiências que consolidam a identidade do grupo. Por fim, deteremos nosso olhar nas trajetórias profissionais de alguns gráficos percebendo como as transformações na indústria gráfica afetaram a percepção desses trabalhadores em relação ao seu ofício.

No Capítulo II, a construção da identidade do grupo é observada a partir das disputas entre patrões e trabalhadores nas oficinas gráficas e dos conflitos entre os próprios trabalhadores. Observaremos os embates entre operários menos qualificados e a chamada “elite” da categoria, bem como as disputas entre os gráficos que ocupavam cargo de chefia e os demais operários. Também analisaremos as condições de trabalho nas oficinas gráficas, incluindo problemas como a insalubridade e os acidentes de trabalho. Alguns desses temas estão presentes na pauta do Sindicato dos Gráficos e nas ações trabalhistas impetradas na Justiça do Trabalho.

No Capítulo III, abordaremos outro aspecto da construção da identidade dos trabalhadores gráficos: a militância político-sindical. Este capítulo apresentará os dois principais jornais dirigidos por militantes sindicais e também discutirá as disputas internas ocorridas no Sindicato dos Gráficos, percebendo esse espaço como parte da construção da identidade e da história do grupo. Por fim, para entendermos as questões levantadas nesse capítulo, não podemos deixar de considerar o contexto sócio-econômico do país. Avanços e retrocessos no processo de consolidação da democracia ao longo dos anos 1960 e 1970 influenciaram a experiência da classe trabalhadora, devendo, portanto, ser objeto de nossa análise.

No Capítulo IV, analisaremos diferentes trajetórias individuais que contribuíram para a construção da história do sindicato. Quais foram as lideranças sindicais que influenciaram os rumos políticos da instituição? De que maneira a ruptura causada por 1964 interferiu na trajetória de alguns militantes gráficos? E quais foram os caminhos trilhados por diferentes militantes gráficos no período seguinte ao golpe de 1964? Observaremos como caminhos possíveis que se apresentavam aos gráficos naquele contexto a opção por uma luta silenciosa no sindicato, a retirada do cenário político e a participação em outras esferas de atuação como o PCB.

CAPÍTULO I

Ofício, identidade e cultura

*Da colméia imensa a labutar,
O gráfico é abelha de valor,
Porque sempre aprendeu a amar
Esta arte pura, de tanto esplendor.
Da criancinha ao idoso ancião,
Do homem humilde ao sábio maior,
O mundo inteiro sem distinção,
Reconhece em ti o teu valor.
(Notícias Gráficas. Março de 1962)*

Neste capítulo, abordaremos alguns elementos que se apresentam como determinantes para a formação da identidade¹⁹ dos operários gráficos. O exercício da atividade profissional em comum, sem dúvida, é fundamental para a reunião desses atores sociais. Nesse sentido, os estudos de Edward Thompson são fundamentais para definirmos e trabalharmos conceitos como o de classe e identidade de classe.²⁰ Admitindo o pressuposto de que a classe não é uma categoria estática, podemos compreender de que forma grupos constroem sua identidade a partir de “permanências”, mas também como incorporam as transformações de uma dada época. Um dos nossos objetivos nesse capítulo é entender as particularidades dessa profissão e a retórica em torno de um ofício artesanal problematizado como um dos patrimônios do grupo. Sejam em seus aspectos “materiais”, como o prédio de um sindicato, ou “imateriais”, como as festas ou o saber

¹⁹ “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”. POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, nº 10, Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. p. 5.

²⁰ “Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto de matéria-prima das experiências como na consciência”. THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9.

profissional, os elementos que realizam a mediação entre o passado e o presente, ou seja, são responsáveis pela construção da identidade e da memória do grupo, podem ser interpretados a partir do conceito de patrimônio.²¹

Voltaremos nosso olhar para as transformações na indústria gráfica e como esse processo afetou a percepção dos trabalhadores em relação ao seu ofício. Segundo Alzira Abreu, o período da ditadura civil-militar marca um momento de censura à imprensa e, ao mesmo tempo, de modernização dos meios de comunicação financiada pelos governos militares.²² Parte desses investimentos nos meios de comunicação inclui a modernização no setor gráfico, o que atingirá de forma diversa os empreendimentos gráficos no país. Se por um lado, ao longo dos anos 1960 e 70, observa-se uma progressiva perda de postos de trabalho e a extinção de algumas profissões entre os gráficos. Por outro lado, na atividade clandestina de produção de impressos, as inovações tecnológicas parecem chegar de forma mais lenta e o saber quase artesanal domina as gráficas clandestinas do subúrbio carioca durante a ditadura no Brasil.

Seguindo as sugestões de Savage²³, também tomaremos o espaço como parte fundamental para compreendermos a construção da identidade da categoria. Nesse sentido, a atual sede do Sindicato dos Gráficos é um ambiente privilegiado para as nossas análises. Um espaço de articulações políticas, organização da militância, mas esse espaço também é reservado para as manifestações culturais dos operários gráficos, que também são responsáveis pela

²¹ No caso dos “patrimônios”, faz parte de nossa opção metodológica associar essa categoria a suas intervenções individuais e coletivas. Porém, destacamos a importância dos atores sociais na ação coletiva que promove a definição do que é mais representativo para um determinado grupo e pode ser considerado um patrimônio. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios”, *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: ano 11, nº 23, 2005.

²² ABREU, Alzira Alves. *A Modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

²³ [...] “devemos examinar os contextos em que as vidas operárias são vividas. Isso significa visualizar tempo e espaço não como pano de fundo da análise histórica, mas, fundamentalmente como parte intrínseca do próprio processo de mudança histórica”. SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”, in: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004. p. 44.

manutenção do grupo. A reunião de gráficos e suas famílias durante festas, jogos de futebol etc. pode ser entendida como um exercício de sociabilidade que atualiza e consolida a identidade desses trabalhadores.

1. A indústria gráfica e os processos de mecanização

A maneira como os trabalhadores gráficos definem sua identidade em grande parte está relacionada às subdivisões da categoria impostas pela variedade da indústria gráfica. A própria construção de uma auto-imagem de “vanguarda” do movimento operário certamente faz mais sentido para os segmentos escolarizados e que trabalham nos setores de maior e mais constante inovação tecnológica. Essa ideia, no entanto, faz parte do imaginário coletivo do grupo.²⁴ Antes de analisarmos os “militantes” da categoria, temos que compreender como esse grupo é formado e quais as possibilidades de uma determinada atividade política para a categoria. Essa caracterização inclui a inserção dos gráficos nos diversos ramos da indústria e as diferentes hierarquias entre os trabalhadores.

Para entendermos o lugar dos trabalhadores gráficos dentro do seu universo de produção, recorreremos a uma descrição das principais divisões que definem a indústria gráfica no país. Embora o processo de produção no setor gráfico tenha se alterado significativamente nas últimas décadas, os produtos almejados por esse processo, livros, jornais, revistas, embalagens

²⁴ VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: Mudança Técnica e Sindicalismo Gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2000. Em seu estudo sobre os gráficos de São Paulo e Rio de Janeiro, Vitorino problematiza a atribuição de uma maior “consciência” de classe e superioridade intelectual aos gráficos em comparação a outros setores do operariado.

etc., continuam praticamente os mesmos.²⁵ De acordo com as características de seus produtos finais, a indústria gráfica pode ser dividida em oito grupos principais.

Embalagens, que compreende a impressão de cartuchos, caixas, rótulos e outras embalagens; *Editorial*, que abrange a edição e impressão de livros, revistas e periódicos; *Formulários*, planos ou contínuos; *Promocional*, que inclui, principalmente, posters, cartazes, catálogos e volantes; *Artigos de Papelaria*, incluindo papel para cartas, formulários oficiais; *Pré-impressão*, compreendendo a criação e desenvolvimento de mídia impressa; *Impressos Comerciais*, abrangendo, entre outros, talonários, agendas, cartões postais; *Diversos*, que inclui baralhos, produtos para festas como copos, pratos e guardanapos, papel de presente, cardápios, brinquedos, etc.²⁶

Quanto à divisão do trabalho no setor, a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) enquadra os trabalhadores gráficos em três grandes áreas: pré-impressão, impressão e acabamento. O fundamento para essa diferenciação da categoria seria a grande divisão de tarefas e os diferentes conhecimentos envolvidos nas etapas do processo produtivo.²⁷ Podemos ainda operar com a diferenciação entre operários de “jornais e revistas” e trabalhadores de “casas de obras”.²⁸ Essa divisão é reflexo do tipo de produção da indústria gráfica, mas também da filiação sindical de trabalhadores e patrões, sendo correntemente adotada em negociações, convenções coletivas etc. O Sindicato dos Gráficos trabalha com duas datas base, negociando separadamente com o Sindicato das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro e o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Município do Rio de Janeiro. Essa separação na indústria gráfica afeta, em última instância, a auto-representação dos operários e torna o processo de construção da identidade do grupo mais complexo. Em 1955, pela primeira vez na história dos

²⁵ Ver: Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958 e CAMARGO, Mário de. *Gráfica: Arte e Indústria no Brasil: 180 Anos de História*. São Paulo, Bandeirantes Gráfica, 2003. 2. ed. Mário de Camargo iniciou sua vida profissional como tipógrafo em um jornal do interior da cidade de São Paulo. Como empresário do setor gráfico se tornou dono da Gráfica Bandeirantes, um dos principais empreendimentos gráficos do país. Sua trajetória pessoal no setor certamente influenciou num certo saudosismo presente em seu livro.

²⁶ BNDES. *Indústria Gráfica*, 1997. p.1.

²⁷ Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) - Ministério do Trabalho e Emprego. Códigos, Títulos e Descrições, Livro 2, Grande Grupo 7, CBO, 2002.

²⁸ “Oficina tipográfica que atende à composição de trabalhos comerciais, folhetos e livros, isto é, cujo regime e métodos de trabalho diferem sensivelmente dos da oficina de jornal”. PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. p. 69.

gráficos cariocas a categoria fez uma negociação salarial dividida entre trabalhadores de jornais e revistas e trabalhadores de casas de obras. Apesar da repercussão negativa do episódio dentro da própria categoria, a unificação entre os dois grupos não iria mais prevalecer.²⁹ Um dos nossos entrevistados alega que algumas tentativas foram feitas para unificar novamente a data base, porém: “assembleia separada, negociação separada. A gente puxa outra de unificação, mas eles não querem nem pensar nisso né. Unificar é somar né!”.³⁰ Segundo nosso entrevistado, os trabalhadores de jornais e revistas seriam contrários a tal unificação porque tradicionalmente conseguem mais vantagens na negociação salarial que os trabalhadores de casas de obras.

A divisão espacial da indústria gráfica também é um fator que devemos analisar para entender a construção desse grupo. A indústria gráfica no Brasil sempre se concentrou nas grandes cidades, principalmente entre Rio de Janeiro e São Paulo. Um dos autores que descreve bem esse processo é Renato Americano, pesquisador e ex-gerente do serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seu texto foi escrito a partir de sua experiência profissional e, portanto, carrega a parcialidade de um “gerente” sobre a indústria e as relações de trabalho no setor gráfico. De acordo com Renato Americano, ao passo em que a tecnologia mais avançada atualiza a indústria gráfica dos grandes centros, máquinas obsoletas migram para o interior do país.

Pode-se acompanhar, sem muito esforço, a trajetória de uma máquina através de São Paulo - Estado do Rio - Belo Horizonte - Salvador - Recife e daí, já com milhares de horas trabalhadas e maltratada pelas inúmeras viagens, para os demais estados do Norte e Nordeste.³¹

²⁹ “Que a lição nos aproveite e nunca mais se repita”. *Voz do Gráfico*. Abril de 1955. p.3. O dilema entre uma negociação separada ou conjunta entre os gráficos também atinge outros sindicatos no Brasil. Os gráficos de São Paulo conseguiram voltar a negociar de forma conjunta no início dos anos 1970, mas na mesma década o Sindicato dos Gráficos de São Paulo volta a trabalhar com duas datas base. Ver: “Campanha salarial de 74”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, outubro de 1974. Matéria de capa.

³⁰ Entrevista concedida à autora em 9 de dezembro de 2008. Edilberto Silva.

³¹ AMERICANO, Renato Pacheco. *Comportamento Social e Humano na Indústria Gráfica: Reflexões sobre uma experiência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. p.11.

Essa realidade descrita pelo autor pode ser percebida em diferentes entrevistas. Como parte dos entrevistados era migrante de estados do nordeste brasileiro, podemos ouvir sobre a diferença do trabalho nas gráficas entre seus estados de origem e o Rio de Janeiro. As diferenças destacadas diziam respeito ao tipo de máquina utilizada, seja na composição ou na impressão. De uma maneira geral, eles chamam atenção para as máquinas modernas que encontraram no Rio de Janeiro, em oposição às máquinas obsoletas onde muitas vezes aprenderam a profissão em seus estados de origem. Porém, isso não significa que pequenos estabelecimentos gráficos nas principais capitais, inclusive no Rio de Janeiro, não utilizem na produção de seus impressos equipamentos considerados ultrapassados. É comum nas entrevistas a referência aos “sebinhos”, pequenas gráficas com maquinário gráfico ultrapassado. O relato de Manuel João, impressor tipográfico, nascido na Paraíba, mas que aprendeu as primeiras noções da profissão em um colégio religioso de Recife, retrata a situação das pequenas gráficas no Rio de Janeiro: “agora você encontra ainda... chama-se sebinho, as gráficas pequenininhas, tipografia, ainda existe esse sistema antigo de fazer, montar letrinha por letrinha. Ainda existem máquinas assim, outras no pedal pra imprimir. Então, isso a gente tem”.³²

Quando perguntado sobre a diferença entre os equipamentos que conheceu no Recife e os que trabalhou no Rio de Janeiro o impressor Manuel João responde: “equipamento mais moderno, mais velocidade. E depois no JB [*Jornal do Brasil*] mais ainda”.³³ Em 1969, quando chega ao Rio de Janeiro, Manuel João encontra na primeira gráfica em que trabalhou um sistema de impressão que considera moderno comparado ao que conheceu em seu estado de origem. Em 1982, passa a trabalhar no sistema gráfico do *Jornal do Brasil* e se depara com processos de produção ainda mais modernos. No próprio Rio de Janeiro, os operários relatam a diferença entre

³² Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Manoel João Pereira.

³³ Idem.

gráficas pequenas e médias e as grandes empresas. A trajetória profissional dos entrevistados, em geral, começava em uma pequena gráfica, o “sebinho”, e depois de adquirir experiência seguia pelas gráficas maiores, onde na maioria das vezes entravam em contato com novos e mais modernos equipamentos. Outra diferença marcada pelos entrevistados que tem como origem a divisão espacial da indústria diz respeito à remuneração da profissão. A média salarial no Rio de Janeiro era superior à dos estados do nordeste. Gráficas maiores, mais modernas e localizadas nos grandes centros urbanos significavam, na experiência profissional dos entrevistados, melhores salários.

A produção gráfica no país passou por uma série de transformações ao longo das últimas décadas. Uma profissão antes identificada com um saber quase artesanal ganhou o status de indústria. Trabalhamos com a hipótese de que as mudanças técnicas afetaram a maneira como os trabalhadores gráficos se organizavam e se representavam, diversificando ainda mais a composição da categoria.³⁴ Segundo Juarez Bahia, “em nenhuma época, desde os tipos móveis de Gutenberg, em 1450, se introduziam tantas mudanças como a partir de 1950”.³⁵ A partir das décadas de 1960 e 70, já se podia afirmar a consolidação de um novo estágio da produção gráfica no país: “Na década de 70, o país mergulhava na moderna industrialização, graças à velocidade de produção dos novos equipamentos. A produção de impressos no Brasil finalmente atingiu o status de “indústria”, em oposição ao de “arte”.³⁶ No entanto, durante muitos anos, o setor gráfico apresentará uma convivência simultânea entre práticas artesanais e tecnologia inovadora.

Podemos observar esse processo de convivência entre a “arte” e a “indústria”, por exemplo, na composição tipográfica. No início dos anos 1950, o Brasil já conhecia a composição

³⁴ As inovações tecnológicas atingem o processo de trabalho dos gráficos de forma contundente desde o século XIX. No entanto, nossa preocupação é entender esse processo a partir da década de 1960.

³⁵ BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: as Técnicas do Jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990. p.122.

³⁶ CAMARGO, Mário de. *Gráfica: Arte e Indústria no Brasil: 180 Anos de História*. São Paulo, Bandeirantes Gráfica, 2003. 2. ed. p.129

mecânica. A Linotipo, inventada em 1855, chega ao Brasil no início do século XX. Porém, nas pequenas e médias empresas a composição manual³⁷ ainda predominava e muitos jovens aprendizes eram iniciados nesse ofício “arte”.

O operador dessas máquinas de compor [linotipos], denominando-se linotipista, era um compositor mecânico, e o seu trabalho consistia em compor com linhas fornecidas pelas máquinas *Lynotipo*, *Intertype* ou *Typograph*. Enquanto o serviço de compositor tipográfico era completamente manual, com ritmo livre, e que não obedecia a uma ordem rígida de sucessão; o serviço do linotipista era uniforme e havia uma determinada seqüência a seguir, com ritmo de trabalho dependendo da velocidade das batidas nas teclas da máquina. Em relação ao compositor manual, a aprendizagem linotípica era menos demorada; contudo, quanto à qualificação profissional, os dois ofícios eram quase similares.³⁸

As mudanças tecnológicas na indústria gráfica foram destacadas nas entrevistas, mas também são discutidas no jornal da categoria. A constatação de que a forma de produzir os impressos estava mudando rapidamente e que isso traria novas questões aos trabalhadores gráficos esteve presente na pauta sindical desde os anos 1960. A crescente automação do setor será debatida nos jornais, em alguns processos na Justiça do Trabalho e na imprensa sindical ao longo daqueles anos. O *Voz do Gráfico*, periódico oficial do Sindicato dos Gráficos, traz em suas páginas, a partir de 1968, uma seção sobre as mudanças no processo de trabalho da indústria gráfica. O primeiro artigo tratava da “evolução da composição tipográfica”. O texto relata que as mudanças no setor gráfico estão ocorrendo de forma muito rápida e a categoria não estaria percebendo esse processo. O objetivo da seção é alertar os trabalhadores para a necessidade de se preparem para as mudanças e de serem capazes de assumir novas funções no setor gráfico. As inovações tecnológicas são tratadas como algo inevitável, restaria aos gráficos buscar a melhor maneira de interagir com a nova realidade que estava sendo delineada. O texto segue com uma

³⁷ “A que é feita sem a ajuda de máquinas, apanhando o tipógrafo as letras ou o material da caixa, e alinhando-os no componedor [utensílio no qual o tipógrafo compõe as linhas do texto] e na galé [lamina retangular onde o tipógrafo coloca as linhas que retira do componedor]”. PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. p. 88.

³⁸ VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: Mudança Técnica e Sindicalismo Gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2000. p. 237

descrição geral das principais formas de composição tipográfica e suas implicações para a mão-de-obra empregada na indústria gráfica. O artigo também faz uma exposição detalhada da “composição quente semiautomática”, cujo principal diferenciador da “composição quente manual”, feita nas primeiras máquinas de linotipo, é o fato de o teclado da máquina de linotipo ser acionado por fitas perfuradas. Essa mudança irá trazer mais rapidez para o processo de composição dos textos e uma alteração no perfil da mão-de-obra empregada nessa etapa de produção.

Deste modo a fita perfurada substitui o operador (linotipista), de vez que as perfuradoras (geralmente moças) exercem as funções antes atribuídas àqueles, como sejam, compor, espaciar, cortar palavras, estabelecer medidas, famílias e corpos de tipos.³⁹

A “perfuradora” aparece como um profissional “menor”. Uma mulher, “menos” qualificada, assume o posto em um setor antes restrito a homens que faziam parte do que poderíamos chamar da “elite” dos gráficos, os linotipistas. Uma nova alteração no processo de composição irá limitar ainda mais os espaços de atuação do linotipista, a substituição do processo *a quente* pelo *a frio*. Os processos de composição mecânica conhecidos como composição *a quente* utilizam como matriz peças em alto relevo fundidas em liga de chumbo, antimônio e estanho. Já na fotocomposição, principal processo *a frio* utilizado a partir dos anos 1960, os caracteres são projetados e expostos sobre um material fotossensível (filme), resultando em letras e formas bem definidas.⁴⁰ A composição a frio, assim como a composição quente semiautomática, dispensará a mão-de-obra do linotipista, como já destacava o dicionário de Artes Gráficas de 1958.

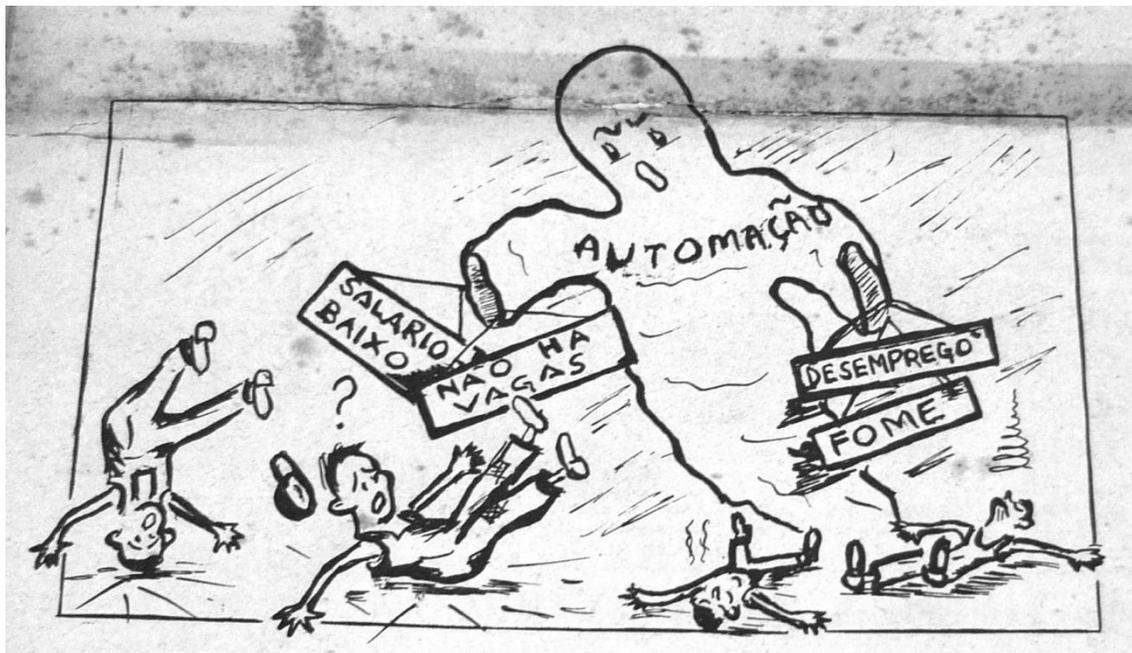
³⁹ “Evolução da composição tipográfica”. *Voz do Gráfico*. Julho-Agosto de 1968. Matéria de capa.

⁴⁰ PADILHA, Marcos Lopes. *A indústria Gráfica. Panorama Setorial*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1998. v. I.

Trata-se aqui de abolir a intermediação do trabalho tipográfico em favor da economia e rapidez daqueles processos, que tamanha projeção têm alcançado em certos campos, como o do periodismo ilustrado.⁴¹

O impacto causado, na vida dos trabalhadores, pelas mudanças tecnológicas na produção gráfica também estão na pauta do jornal dos gráficos da cidade de São Paulo. Em uma matéria de capa, o jornal paulista ilustra o “fantasma da automação” e alerta que ele trará desemprego e miséria para a categoria. O simbolismo de um fantasma “derrubando” os trabalhadores aponta para a gravidade da situação e, ao mesmo tempo, para a necessidade de sensibilizar os trabalhadores gráficos que deveriam de alguma forma mediar à perda dos postos de trabalho.

Figura 1 – “O fantasma da automação”



Fonte: *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, março de 1973.

⁴¹ PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. p. 89.

No caso de São Paulo, o sindicato, além de constatar as mudanças que estão atingindo a indústria gráfica, procura meios para interferir nesse processo. A questão da automação é debatida na categoria e as reivindicações são levadas a diferentes órgãos governamentais na tentativa de buscar uma interferência do poder público na questão. No plano nacional, o Departamento Nacional do Trabalho, vinculado ao Ministério do Trabalho chega a sugerir a criação de um grupo de trabalho para debater o assunto:

A constituição de grupo de trabalho que, partindo das representações que constituem os dois processos, estude a matéria com maior profundidade, permitindo ao Ministério fixar política de curto, médio e longo prazos para o problema da automação que tende a suscitar preocupações em outros setores trabalhistas.⁴²

Em março de 1974, um ano depois de publicada a referida reportagem, outra matéria no jornal paulista continua chamando atenção para o problema da automação e destaca que o grupo de trabalho proposto um ano antes não foi efetivado. O discurso governamental havia mudado, passando a minimizar o problema da perda de postos de trabalho no setor gráfico.

[As estatísticas produzidas pelos órgãos governamentais] demonstra ser de um modo geral a indústria gráfica aquela que proporciona mais tempo de permanência aos trabalhadores e mais empregos do que desligamentos [...]⁴³

As afirmações do governo eram consideradas “um tanto estapafúrdias”⁴⁴ pelo Sindicato dos Gráficos de São Paulo, mas apesar de tentar interferir nesse processo de forma mais incisiva, assim como no Rio de Janeiro, os gráficos paulistas pouco avançam no debate acerca da perda dos postos de trabalho diante das inovações na indústria gráfica.

As mudanças tecnológicas inseridas nas empresas do setor determinaram um novo tipo de qualificação para os operários, bem com uma nova divisão do trabalho, como fica evidente no

⁴² “Automação – o fantasma que não nos dá sossego”. *O Trabalhador Gráfico*, São Paulo, março de 1973. Matéria de capa.

⁴³ “Consumatum est”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, março de 1974. p.3.

⁴⁴ Idem.

caso das mudanças no processo de composição dos textos. As transformações tecnológicas também atingiram outros espaços das gráficas, como o setor de impressão. O processo de impressão *offset*⁴⁵ marca uma nova etapa para a produção gráfica. Essa nova tecnologia de impressão tem capacidade para imprimir colorido, com uma velocidade e qualidade de impressão muito superior ao que era praticado. A impressão pelo sistema *offset* foi inventada em 1904, nos Estados Unidos, chegou ao Brasil nos anos 1920, mas foi nos anos 1960 que o processo passou a ser difundido e a fazer toda a diferença na impressão de livros e jornais no país.⁴⁶

Os gráficos que aprenderam a profissão nos anos 1950 e 60 experimentaram as transformações descritas acima, tanto na composição como na impressão, no cotidiano das oficinas. Para descrever as diferenças entre o processo “tradicional” e “moderno” de produção de um impresso, esses gráficos utilizam de forma recorrente, o recurso aos gestos. Qualquer impresso ao alcance das mãos dos entrevistados também era utilizado para tentar fazer com que nós compreendêssemos melhor a que estavam se referindo. Jornais, folhetos de propaganda e até as anotações para as entrevistas eram objeto análise da estrutura gráfica, promovendo uma comparação entre diferentes métodos de compor ou imprimir um material gráfico. Cor dos impressos, formato, forma de dobrar um material eram recorrentemente demonstrados nas entrevistas. Logo nos primeiros minutos de nossa conversa, o gráfico Manuel João verbaliza uma questão que já havíamos percebido em outras entrevistas: a dificuldade dos gráficos em falar de sua “arte” longe dos equipamentos que a materializam. “É até difícil de falar, porque a gente não está no equipamento né! Importante é te mostrar o equipamento, falar é uma coisa, você vê é

⁴⁵ “Moderno processo de impressão litográfica, em que a imagem, gravada numa folha de metal flexível, geralmente zinco ou alumínio, é transferida para o papel por intermédio de um cilindro de borracha”. PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. p. 292.

⁴⁶ A *Folha de São Paulo* foi a pioneira na introdução desse novo sistema de impressão no setor da imprensa nacional. Em janeiro de 1968, pela primeira vez, toda a tiragem da Folha de São Paulo é impressa no sistema *offset*. “A impressão *off-set* no Brasil”. www.revistatecnologiagrafica.com.br. Acessado em 10/08/2010.

outra né”.⁴⁷ Compreende-se que a arte gráfica tem uma materialidade que precisa ser expressa a todo o momento. Tipógrafos e impressores lançavam mão de todo seu gestual na tentativa de descrever de forma minuciosa seu ofício e as transformações que ele havia sofrido ao longo das últimas décadas. A partir dessas informações e das trajetórias de alguns gráficos, analisaremos os processos de aprendizagem da profissão e a maneira como esses trabalhadores lidavam na prática com as mudanças no processo de trabalho do setor gráfico.

2. Porque eu sou do tempo das artes gráficas

Poderíamos supor, de forma equivocada, baseados na forma minuciosa como alguns dos entrevistados descrevem seu processo de trabalho, que essa teria sido a única profissão que exerceram ao longo da vida. Porém, quando analisamos a trajetória de alguns entrevistados, concluímos que o processo que transformou esses homens em gráficos, mestres no domínio dessa arte, foi longo e cheio de percalços.

Iniciamos nossa análise sobre o saber profissional deste grupo com a trajetória de um operário que aprendeu um dos ofícios mais respeitados entre os gráficos, a tipografia. Nilton Domingues Pedrosa,⁴⁸ aprendeu a composição manual na experiência diária em uma gráfica de porte médio no bairro de São Cristovão, na cidade do Rio de Janeiro, no início dos anos 1950. Entre a limpeza do salão da gráfica e as entregas que fazia nas ruas da região, ele aprendia a profissão.

Pedrosa, aos 75 anos de idade, fala com orgulho do domínio de um saber técnico em extinção, que poderíamos afirmar ser um dos patrimônios dos trabalhadores gráficos, já que é um

⁴⁷ Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Manuel João Pereira.

⁴⁸ Nilton Domingues Pedrosa, tipógrafo, esteve inserido na militância sindical desde os anos 1950. Em 1983 criou o Departamento de Aposentado dos Gráficos, assumindo o cargo de presidente. Atualmente preside o Departamento de Aposentados e atua na Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (Faaperj).

elemento fundamental para definir a identidade do grupo. Antes de se tornar um profissional das artes gráficas em tempo integral, Pedrosa percorreu muitos caminhos. Em 1948, após entrar na escola técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para fazer o curso de enrolamento de motores, aos 13 anos de idade, foi indicado para trabalhar em uma empresa de construção civil.

Meu pai trabalhava na construção civil, meu irmão mais velho também. Eu tinha verdadeira ojeriza ao problema da construção civil. Porque eu via o que era a profissão deles. Aí levei o documento da firma, da loja de ferragem, aí tirei a carteira, quando me apresentei era pra trabalhar em construção civil, instalação... não é isso que eu estou aprendendo, não é esse o curso que eu quero, não é isso que eu quero na minha vida, não aceito, aí voltei para casa frustrado.⁴⁹

A experiência familiar em um tipo de trabalho considerado por Pedrosa penoso e possivelmente tido como socialmente inferior, a construção civil, é um dos determinantes na sua entrada no setor gráfico. Apesar de ter um irmão impressor, Pedrosa afirma que sua grande paixão era a eletricidade. No entanto, diante da dificuldade de realizar o trabalho que gostaria, acabou aceitando um emprego em uma gráfica.

Aí foi quando eu conversei com esse vizinho: “olha, a única coisa que eu posso te ajudar é você entrar como aprendiz lá”. Eu digo: “tudo bem, feito!”. Já no dia seguinte, eu estava com a carteira, já não me apresentei mais no SENAI, parei de estudar e fui lá, me apresentei na gráfica [...]

Qual era o setor melhor? Era a composição. Ser compositor tipográfico. Eu aprendi! De Machado de Assis, tipógrafo né, eu tenho a honra de ter sido tipógrafo igual a ele. [...]. E são duas coisas que eu adoro, minha família e a minha profissão, as duas principais coisas na vida.⁵⁰

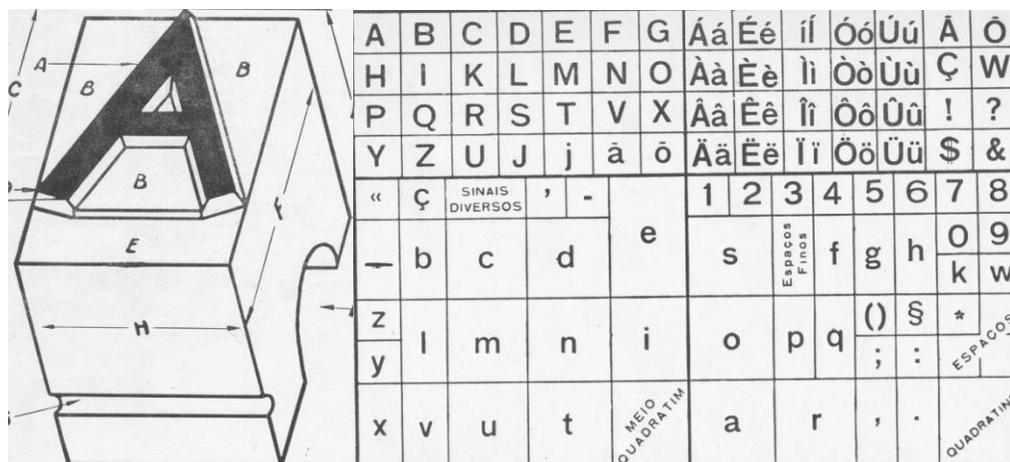
A referência de Pedrosa ao melhor setor em uma gráfica não deixa de ser uma construção que ele faz após décadas de exercício da profissão e também da comparação com o setor da construção civil, que ele aprendeu a ter “ojeriza”, influenciado pela experiência familiar do pai e do irmão mais velho. Certamente ele também baliza sua conclusão na maior

⁴⁹ Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa.

⁵⁰ Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa.

remuneração e reconhecimento dos compositores se comparados a outras funções dentro de uma gráfica. Pedrosa inicia a profissão aprendendo a retirar os caracteres móveis ou “tipos”⁵¹ da máquina de compor e colocar nas caixas tipográficas.⁵²

Figura 2 - Anatomia e caixa de tipo



Fonte: *Manual de artes gráficas*, s/d. Arquivo Pessoal – Nilton Domingues Pedrosa.

A composição é considerada um setor insalubre, ficando o operário exposto a uma série de materiais tóxicos como o chumbo, estanho e antimônio, elementos presentes na liga de metal que compõe o “tipo”. O contato prolongado com essas substâncias pode trazer sérios prejuízos à saúde dos operários. Porém, isso não parece ser um limitador na narrativa de Pedrosa, que recorrentemente enaltece as conquistas resultantes de sua escolha profissional.

A profissão que começa por “falta de opções” é determinante na construção e da identidade de nosso personagem. Pedrosa valoriza a formação profissional de sua geração. Em

⁵¹ “Paralelepípedo, geralmente de metal ou madeira, mas podendo também ser constituído por outras substâncias resistentes, e que tem gravado em relevo, numa das faces, letra ou outro sinal para se reproduzir, por meio de impressão, em superfície apropriada”. PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. p. 392.

⁵² “Tabuleiro dividido em pequenos compartimentos, ou CAIXOTINS, onde o tipógrafo distribui os caracteres de imprensa, separados por sortes, ou donde os retira no trabalho de composição”. PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. p. 55.

sua opinião, o exercício do ofício como arte exige um tipo de qualificação profissional que foi sendo perdido pelas novas gerações, ou abandonado pela indústria, ao longo dos anos. O tipo de conhecimento necessário para o exercício da profissão de gráfico mudou, no entanto, o grau de escolarização da categoria aumentou nos últimos anos, o que afasta os gráficos contemporâneos da ideia de um ofício arte, mas os torna mais escolarizados.⁵³

Então o gráfico tem certo conhecimento que hoje em dia não dão muito valor com o computador, você vê palavras quebradas, horrorosas, que não se quebra palavras daquele jeito, nós tínhamos o cuidado de espacejar as palavras pra não colocar mais de três palavras cortadas, tinha esse cuidado. Respeitar o vocabulário português. Eu ainda tenho esse senso de crítica, porque sou das antigas, ainda tenho esse senso de crítica (risos).⁵⁴

O “senso crítico” pode ser interpretado aqui como uma habilidade considerada inerente aos tipógrafos dentro do próprio grupo. Devemos problematizar esse suposto diferencial do grupo, assim como nos preocupar com a leitura que os gráficos fazem de sua própria história. O estudo de Marialva Barbosa,⁵⁵ sobre os tipógrafos entre fins do século XIX e início do XX, aponta que esses profissionais, ainda que se considerem superiores frente a outros operários, estavam gradativamente perdendo o controle sobre seu processo de trabalho, o que os aproximaria de outros grupos de trabalhadores. No entanto, para alguns gráficos, sobretudo os tipógrafos, como é o caso de Pedrosa, o conhecimento da língua portuguesa ainda era um diferencial em relação aos outros trabalhadores.

O crescimento do uso das máquinas de linotipo não deixava muitas opções para um compositor manual empregado em empresas de grande porte que estavam se modernizando. Na AGGS, empresa em que ingressou em meados dos anos 1950, Nilton Pedrosa aprendeu a

⁵³ Em 1986, 8% dos trabalhadores gráficos tinham o ensino médio completo, em 2006 esse percentual sobe para 46%. LACERDA, Eliana Moreira (Org.). *Dois séculos e luta dos trabalhadores gráficos do Brasil*. Paraná, CONATIG, Maxigráfica, 2009.

⁵⁴ Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa.

⁵⁵ BARBOSA, Marialva. *“Operários do Pensamento” (Visões de Mundo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro) 1880 – 1920*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 1991. (Dissertação de Mestrado)

profissão de linotipista. O manual perdia espaço para o mecânico, o linotipista, porém, continuava sendo um operário de um ofício “arte”.

Linotipo, mais complexa porque era tituleira, chamada tituleira. Então, eu trabalhava nisso, eu fazia os anúncios. Os anúncios você tinha que ter criatividade, porque você pra compor, pega o original, você só vai reproduzir o que esta ali, você pega, tem sujeito que tem uma facilidade, uma destreza no teclado fora de série. Eu não, o meu caso já era mais criatividade, era arte. *Porque eu sou do tempo das artes gráficas, entendeu? E hoje em dia não, passou a ser indústria gráfica, a arte ficou para trás.* Então você tinha que escolher pra fazer o anúncio, vinha o original, mas não vinha o tipo que queria, você que tinha que ter a imaginação e a criatividade. Então assim foi minha história pra entrar como linotipista.⁵⁶

Ser do tempo das “artes gráficas” significa também influenciar em várias etapas do processo de produção de um material impresso. A função de compor um anúncio é descrita como um processo de construção artística do material. A escolha das letras e da disposição das mesmas torna o compositor responsável pela “arte” daquele trabalho. Esse saber técnico é valorizado pela própria categoria, mas para fora do grupo não é a “arte” do trabalho gráfico que é reconhecida.

Quando em todo o mundo se comemorou o centésimo aniversário de nascimento do alemão Ottmar Mergenthaler [inventor da máquina de linotipo em 1883], foi de você, gráfico linotipista do Brasil que eu me recordei com a sinceridade do grande apreço que você sempre mereceu de minha consciência e da minha admiração. Linotipista do Brasil! No longo período que decorreu da engenhosa invenção de Ottmar Mergenthaler, você tem sido a figura central ajudando a conduzir, como um troféu glorioso a vitória dos intelectuais. E você é feliz porque aos seus olhos desfila a marcha que primeiro sacudiu a alma e o coração de quem pensou e escreveu. [...] Mas você continua, prossegue, chega e alcança. A cultura lhe deve muito. Os que se educam muito lhe devem. E você, sem anúncio, sem cartaz, quase anônimo, é bem o símbolo do perfeito soldado desconhecido. A partitura das grandes sinfonias do saber são descritas por outras, mas é você quem as executa para a audição e o conhecimento geral. Você é a alavanca movimentadora do pensamento.⁵⁷

Na avaliação da autora, a divisão do trabalho é bem clara entre o linotipista e o intelectual. O papel que o gráfico tem na divulgação da cultura é o de uma máquina simples, ou seja, “alavanca”. Essa visão é importante para percebermos que, para uma parcela da sociedade, o linotipista é visto como um operário. Seu serviço, apesar de relevante, é considerado manual e

⁵⁶Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa. (grifos nossos)

⁵⁷“Linotipista do Brasil!”. *Voz do Gráfico*. Maio 1960. p. 2. O texto é assinado pela escritora Paula Aquilles.

poderíamos dizer que não se compara com o trabalho de quem “pensou e escreveu”. Nesse sentido, a ideia de um ofício diferenciado por ser um trabalho criativo, uma arte, encontra mais ressonância entre os próprios gráficos.

Entre os gráficos, o operário que mais se enquadrava nessa descrição de um ofício respeitado e valorizado, no próprio grupo, seria o linotipista. Jurandir Calixta,⁵⁸ mecânico de linotipo, descreve seu colega de trabalho como um operário que vestia paletó e exigia que seu ambiente de trabalho estivesse de acordo com a importância de sua profissão.

[...] na época o auge era a linotipo, porque o auge na época, na década de 70, trinta e tantos anos atrás era a linotipo. O linotipista chegava, a cadeira dele tinha que estar sempre limpinha, a máquina toda bem limpa, não podia ter uma poeira de nada, o teclado sempre limpinho, ele colocava o paletó dele na cadeira pra poder trabalhar. O linotipista era assim.⁵⁹

No entanto, a construção desse imaginário em torno do linotipista não exclui, das narrativas dos gráficos, os inúmeros obstáculos na luta diária pela sobrevivência, deixando evidente que nem sempre havia espaço para a idealização da profissão. Voltemos à trajetória de Nilton Pedrosa. Sua entrada em uma gráfica de maior porte, onde aprendeu a linotipia, não garantia seu sustento. Por algum tempo, Pedrosa dividiu a profissão de gráfico com a de feirante, em uma longa jornada de trabalho.

Saí do exército com 19 pra 20 anos e já assumi compromisso sério de ficar noivo. Então, o que eu fazia: trabalhava de noite nas Listas Telefônicas e de dia por volta das cinco horas da manhã eu ia pra feira, trabalhava em barraca de feira e pou, pou... chegava meio dia eu ia dormir e cinco e meia da tarde eu estava nas Listas Telefônicas, pegando firme. E assim foi a minha vida. Aí eu morava nessa época no IAPI da Penha⁶⁰ [...] o vizinho do terceiro andar trabalhava

⁵⁸ Jurandir Calixta nasceu na Paraíba em 1948, migrou para o Rio Grande do Norte e em 1970 chegou ao Rio de Janeiro. Nesta cidade, empregou-se como mecânico de linotipo da Bloch Editores, empresa em que trabalhou por 25 anos até se aposentar. Jurandir é o atual presidente do Sindicato dos Gráficos (2007-2009 – 2010-2012).

⁵⁹ Entrevista concedida à autora em 24 de outubro de 2008. Jurandir Calixta Gomes.

⁶⁰ O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) foi criado em dezembro de 1936, para garantir a aposentadoria dos trabalhadores ligados ao setor. A partir de 1945, os institutos de aposentadoria e pensões ampliaram sua área de atuação com investimentos, por exemplo, em construções de baixo custo para seus beneficiários. O Decreto-Lei Nº. 72, de 21 de novembro de 1966 criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), unificando os institutos de aposentadorias e pensões do setor privado. <http://www1.previdencia.gov.br/>, acessado em 20/11/2010.

no Jornal do Brasil. Linotipista, Carlindo o nome dele, falecido. Aí virou pra mim e disse: “Pedrosa, não quer ir pro Jornal do Brasil? Mas é à noite”. Eu digo: “tudo bem, vou ver se eu consigo passar pro dia”. Comecei a trabalhar de dia nas Listas e à noite no Jornal do Brasil e assim foram onze anos nessa luta dia e noite.⁶¹

Sua entrada no *Jornal do Brasil* marca uma ruptura em sua vida. Ele passa a se dedicar de forma exclusiva à profissão de gráfico. É o exercício desse saber técnico que define a vida profissional e pessoal de Pedrosa. A estabilidade no trabalho permitiu também realizações no plano da vida privada. Porém, a dupla jornada de trabalho permaneceu fazendo parte da vida de Pedrosa por mais onze anos.

É a minha história como gráfico, graças a Deus o pouco que tenho eu me realizei como gráfico, então a minha vida é ser gráfico. Então eu adoro realmente. O sindicato é minha segunda casa, adoro isso aqui. [...] Quer dizer, então tenho muito orgulho disso, de ter participado de tudo isso. Da construção do ginásio, eu participei. Então eu, nós temos história aqui, passagem nesse sindicato. Minha vida está também junto com o sindicato. Independentemente disso, eu acho que ser gráfico é de alguma maneira ajudar e auxiliar na cultura do povo, porque nós é que fazemos, confeccionamos livros e tal né.⁶²

O orgulho da profissão está associado à militância sindical e essas duas esferas são fundamentais para compreender a elaboração da auto-imagem dos militantes gráficos. O sindicato também é responsável pela manutenção da identidade do grupo como categoria profissional, mesmo que o pertencimento a instituição seja experimentado com intensidades diferentes entre os gráficos. Portanto, entender os conflitos e consensos construídos nesse espaço é fundamental para compreendermos os significados de ser “do tempo das artes gráficas”. Porém antes de discutirmos a vida político-institucional do sindicato propriamente, analisaremos a trajetória de outro tipógrafo.

Já destacamos que os tipógrafos ou linotipistas formavam o que poderíamos chamar de elite do operariado gráfico. Contudo, também ressaltamos que uma das divisões que interferem

⁶¹ Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa.

⁶² Idem.

na composição da categoria é o ramo de atividade em que o operário está inserido: “jornais e revistas” ou “casas de obras”. Portanto, um linotipista que trabalha em jornais e outro que se dedica ao ofício de produzir livros podem considerar suas funções como muito distintas.

Jairo dos Santos nasceu no Ceará. Filho de linotipista, começou como ajudante de linotipista e ajudante de mecânico no mesmo jornal em que seu pai trabalhou. No entanto, foi no Rio de Janeiro que passou a trabalhar no ramo de casas de obras.

Olha, eu cheguei no Rio no dia 14 de abril de 47 e naquela época a tecnologia ainda estava muito aquém e eu sempre fui um profissional muito orgulhoso e procurava o menos possível de erro. Eu comprei um dicionário e pelo dicionário eu via que a palavra estava errada, eu cismava que estava errada, eu corrigia. Como eu não trabalhava em jornal, jornal são os piores linotipistas. É produção. Agora faz mil linhas, 500 erros. E eu não...⁶³

Jairo marca desde o início a diferença entre um linotipista que “produz livros” e, portanto, entra em contato com um universo cultural muito diverso e o linotipista que produz jornais, este último mais pressionado pelo tempo e por isso mais suscetível ao erro. Essas diferenças na composição da categoria, baseadas nos diferentes ramos de atividade do setor gráfico, foram aos poucos fazendo sentido, configurando uma nova perspectiva analítica para a pesquisa e justificando, por exemplo, algumas divergências no grupo estudado. Mesmo relativizando essa ideia de que gráficos que trabalham produzindo livros são mais cultos que os gráficos que trabalham em jornais, temos que considerar que esse argumento é utilizado nas disputas dentro do próprio grupo. Os conflitos que também são experimentados no presente estão associados, em sua maioria, às diferenças desse grupo seja no exercício da própria profissão ou na militância político-sindical como veremos no próximo capítulo.

Após o falecimento do pai, Jairo resolve migrar para o Rio de Janeiro, onde já vivia parte de sua família. Depois de uma viagem de 14 dias de navio, Jairo chega à cidade do Rio de

⁶³ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

Janeiro e, como ele mesmo disse, a partir daí “começa outra história”. No jornal em que trabalhou em Fortaleza, apenas uma máquina de linotipo, ultrapassada, dividia espaço com as antigas máquinas de composição manual. No Rio de Janeiro, encontrou gráficas mais bem equipadas e salários bem maiores que os oferecidos no Ceará.

Acho que era 26, 30 por dia, cheguei aqui fui ganhar 127, quase 130 reais por dia. Poxa, não sabia que a minha profissão era tão boa, errava pouco. Aí fui ganhando dinheiro, aqueles maltrapilhos ia jogando fora. Cheguei a ter 12 pares de sapato e dez ternos. Naquele tempo só se usava terno e gravata.⁶⁴

A infância pobre no Ceará foi dando espaço para outro tipo de vida no Rio de Janeiro. O orgulho que relata ter da profissão certamente está associado a uma mudança no padrão de vida obtido com as novas oportunidades de trabalho. Os bens materiais são enumerados, materializando um progresso na esfera profissional e, por conseguinte, no âmbito privado do nosso entrevistado. Esse momento de descoberta do “valor” da profissão está associado a outro tipo de experiência profissional proporcionada pela migração. Seu relato confirma a imagem que o entrevistado havia construído sobre as oportunidades no Rio de Janeiro.

As trajetórias dos gráficos que analisamos até o momento têm em comum o orgulho pelo exercício da profissão. No entanto, esse tipo de valorização do ofício e sua descrição como uma atividade arte estaria presente apenas na fala dos tipógrafos? A divisão dentro da categoria seria um elemento determinante na definição do lugar da profissão na vida dos operários? Manuel João, impressor, também nos fala com entusiasmo de sua profissão: “É muito bonita. É uma profissão muito bonita. Eu tenho orgulho de ser gráfico. Graças a Deus!”⁶⁵ Ao longo da pesquisa, podemos perceber que a retórica em torno de uma profissão “bonita” está presente tanto na fala de tipógrafos como nas narrativas de outros operários. A exigência de um profissional metucioso

⁶⁴ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

⁶⁵ Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Manuel João Pereira.

para a produção dos impressos não era restrita apenas ao setor de composição e esse fator deve ter contribuído para a percepção que outros gráficos construíram sobre seu ofício.

Eu aprendi a impressão porque eu fui interno no Colégio Marista em Recife. Então eu já tinha noção de gráfica, um pequeno conhecimento, eu não tinha do equipamento, equipamento não. Quando eu cheguei [ao Rio de Janeiro] eu fui trabalhar numa impressora como daqui no outro lado da rua. Quase caí de costas. Hoje em dia não, a gente já... vê o equipamento grande moderno a gente já... perdi o medo né!⁶⁶

O espanto com a proporção das gráficas e a velocidade dos equipamentos está presente em outras entrevistas. O processo de migração exigia uma atualização das habilidades dos trabalhadores e, na maior parte das vezes, esse novo processo de aprendizagem era feito na prática, o que poderia gerar insegurança nos operários. Em 1969, quando Manuel João chegou ao Rio de Janeiro, seu primeiro emprego na cidade foi na Gráfica Wener. Após 13 anos na mesma empresa, Manuel passou a trabalhar no *Jornal do Brasil*.⁶⁷ Manuel João segue descrevendo as etapas do processo de trabalho de um impressor, enfatizando as mudanças ao longo dos anos 1970. Ele relata que ainda se deparou com o chumbo nas oficinas, mas, quando chega ao Rio de Janeiro, inicia sua vida profissional em uma máquina de imprimir *offset*, que ele chama de um “sistema mais moderno”.

O sistema moderno de produção ainda exigia a habilidade quase artesanal dos impressores. Manuel João narra um episódio que ele mesmo descreve como engraçado, mas que aponta a dimensão da interferência manual do operário no processo de impressão *offset*.

Quando tem uma sujeirinha, a gente dá o nome de badajota ou piolho, as vezes tem uma sujeirinha assim, fica marcando, a gente já ia lá com um pedacinho de filmezinho, ou então as vezes tava tão prático que eu ia com a unha mesmo, fazia assim, ia certinho só ficava um risquinho.

Agora teve uma vez que nós fizemos um trabalho, essa foi engraçada. Tinha um trabalho que tinha um burrinho (um desenho de um burro) e tinha o olho do burrinho e nós cismávamos que

⁶⁶ Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Manuel João Pereira.

⁶⁷ Em 1982 o *Jornal do Brasil* comprou a massa falida da Gráfica Werner e admitiu parte dos funcionários da antiga empresa.

era essa tal da badajota. Era o olho do burrinho. E aí ta a gente tentando tirar. Depois que descobriu que era o olho do burrinho.⁶⁸

Os ajustes finais na impressão eram feitos de forma quase artesanal pelo impressor. Em geral, este profissional valoriza essa interferência manual em seus trabalhos como uma qualificação que o diferencia dos atuais impressores, que dominam o painel de controle de um computador. Entretanto, essa exigência também resultava em grande responsabilidade para o operador da máquina. Deixar um “pioelho” passar despercebido poderia resultar em punições aos impressores responsáveis pela execução do impresso.

Em sua narrativa, Manuel João enfatiza o orgulho que tem de sua profissão e a responsabilidade que assume com a qualidade gráfica do material que imprime. Sua fala também chama atenção para seu pertencimento ao sindicato. Diferente de outros gráficos contemporâneos, sua militância sindical foi restrita à participação em assembleias durante os seus primeiros anos como gráfico no Rio de Janeiro. Sua maior frustração em relação ao pertencimento à entidade sindical é não conhecer a sede campestre que fica no município de Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro. “E mais ainda quando falam: você é o que? Eu sou do Sindicato dos Gráficos. Só que eu nunca fui a Miguel Pereira”.⁶⁹

Manuel João faz parte de uma geração que chega ao sindicato no final dos anos de 1960 e tem uma militância mais restrita. Isso justifica não encontramos em suas memórias referências sobre outro elemento que compõe a identidade coletiva de trabalhadores e militantes gráficos: as narrativas sobre a construção da “mansão” dos gráficos. Essa história, como veremos a seguir, faz parte da memória de uma geração que contribuiu para a construção da atual sede do Sindicato dos

⁶⁸ Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Manuel João Pereira.

⁶⁹ Idem.

Gráficos e identifica aquele espaço como fundamental para a trajetória dos últimos 50 anos dos gráficos cariocas.

3. A Mansão dos Gráficos

A segunda sede própria dos gráficos, uma casa localizada na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, no bairro de São Francisco Xavier, é um dos espaços de construção da identidade e da história do grupo. Um espaço de disputas políticas, mas também de lazer e, sobretudo, de sociabilidade dos operários. Para os gráficos, a sede do sindicato representa um patrimônio na sua dimensão física, política e simbólica. Passados mais de quarenta anos da aquisição do imóvel, a conquista dessa propriedade ainda é um marco na história do grupo e o espaço continua sendo um ambiente privilegiado de construção da identidade dessa categoria. A compra do prédio é resultado da iniciativa da própria categoria, uma conquista coletiva, mas também um marco político da direção que ocupava o Sindicato dos Gráficos naquele momento.

O atual presidente do sindicato, Jurandir Calixta, faz parte de uma geração que herdou alguns dos patrimônios das gerações anteriores de militantes gráficos. Isto não quer dizer que os “novos” gráficos tenham a total propriedade do patrimônio coletivo. Jurandir, ao assumir o sindicato em 2006, expressou a intenção de promover algumas mudanças no prédio da sede, como retirar portas e janelas de madeira e substituí-las por alumínio. Porém, a objeção dos “idosos”, como Jurandir chama seus colegas de gerações mais antigas, mudou sua intenção inicial. Diante da negativa dos transmissores dessa herança, contrários a alterações que descaracterizem o prédio de mais de 50 anos, o presidente do Sindicato dos Gráficos reconsiderou sua decisão e manteve o prédio com suas características originais.

Nesse ambiente, as ambiguidades são patentes e as diferentes gerações disputam o poder de decisão no Sindicato dos Gráficos. Como acabamos de indicar, esse conflito é estendido à dimensão física do prédio. Esse espaço, contudo, não é exclusivo dos embates políticos, sendo também palco de diferentes manifestações culturais e de outros momentos de afirmação e reelaboração da identidade do grupo. Um exemplo disto são os Festivais de Refrigerante. Um momento lúdico de reunião da família e dos amigos em torno da órbita da instituição sindical. As mediações feitas entre os diferentes atores nesses momentos também são responsáveis por transmitir o significado de ser gráfico para além dos limites mais restritos da categoria.

A primeira sede própria do Sindicato dos Gráficos foi comprada em 1950. Esse espaço será marcado pela experiência de trocas culturais e disputas políticas entre os membros da categoria. No entanto, em poucos anos o nono andar da Avenida Presidente Vargas, número 529, no centro da cidade do Rio de Janeiro, não seria mais capaz de abrigar as necessidades do crescente número de associados.

Em 1954⁷⁰ [1950] é comprada a primeira sede própria dos gráficos por Manuel Francisco Nunes⁷¹, interventor [presidente da Junta Governativa] pela categoria. Ao preço de 1.800 réis ele adquire o 9º andar do nº 529 da Avenida Presidente Vargas. Conta-se que muito católico, costumava rezar com a esposa do Presidente Dutra, o que muito lhe facilitou a negociação.⁷²

⁷⁰ A sede na Avenida presidente Vargas foi comprada em 1950, porém a escritura definitiva foi lavrada em julho de 1953 na presidência de Antônio Erico Figueiredo Álvares. “Depois de muitos anos de delongas, motivadas pelo desinteresse em concluir uma transação urgente para a nossa coletividade, coube à atual Diretoria, conforme prometêramos em nosso relatório anterior, concluir uma operação que se arrastava indefinidamente no órgão de previdência, pela falta de cumprimento das exigências necessárias à efetivação da vultosa operação. Felizmente, pudemos concluí-la, e já hoje, efetivamente, nos pertence a sede que ocupamos na Av. Presidente Vargas”. “Prestando contas à classe: relatório do exercício de 1953”. *Voz do Gráfico*. Abril de 1954. Matéria de capa.

⁷¹ Manuel Francisco Nunes foi presidente da Junta Governativa do Sindicato dos Gráficos durante o período que a instituição ficou sob intervenção (1947-1951). “Personalidade discutidíssima no meio gráfico desta Capital, onde é combatido por alguns e estimado por muitos companheiros, o Nunes Filho, ainda assim, tem podido fazer frente, com galhardia, aos primeiros e aumentado o número dos segundos, pela sua maneira toda pessoal de encarar os fatos e os homens. A isso deverá certamente a coroação de seus esforços no sentido de uma das aspirações máximas da classe gráfica do Distrito Federal: a sede própria para o nosso Sindicato”. “Manuel Antônio Nunes Filho”. *Voz do Gráfico*. Abril de 1950. p. 3.

⁷² “Gráficos: um exemplo de luta operária”. *SINDGRAF – Órgão do Sindicato dos Oficiais Gráficos de Niterói*. Ano I, nº 1. Agosto de 1989. p. 3.

O fato de a primeira sede ter sido adquirida em um momento que o Sindicato dos Gráficos passava por uma intervenção pode ter reduzido o episódio a uma iniciativa individual do interventor e que teria encontrado pouca ressonância no grupo. Por outro lado, a compra da segunda sede, em 1967, é marcada pela memória da conquista e do empenho coletivo na aquisição do imóvel. Alguns gráficos narram com orgulho o fato de terem feito parte desse momento da categoria. Em meio a uma conjuntura política desfavorável para a atuação sindical, a aquisição da sede parecia uma das poucas conquistas possíveis em meio à repressão ao movimento sindical iniciada com o primeiro governo militar.

Em 1962, o jornal *Notícias Gráficas* inicia uma campanha pela compra da nova sede própria do Sindicato dos Gráficos. “Companheiros: apóiem e incentivem a campanha pela sede própria. É uma necessidade imperiosa!”⁷³ A nova sede seria um espaço de aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores, mas também um ambiente para a prática de atividades de lazer para os associados e suas famílias. Uma campanha de arrecadação de dinheiro foi lançada, mas para obter sucesso era preciso convencer os gráficos que a aquisição da nova sede era realmente imprescindível.

Os companheiros que regularmente comparecem às assembléias de nosso sindicato, conhecem sobejamente as condições de sua sede. Sabem que ela não oferece condições, sequer, para abrigar seus associados nas assembléias mais concorridas. Sabem também que, no que pese o esforço dos dirigentes do sindicato, a sede atual não comporta grandes programações de caráter social, recreativa e educacional. E aqui convém afirmar que o Sindicato deve desenvolver também função social. Ele não deve apenas ser procurador dos trabalhadores nas questões com os empregadores. Deve oferecer também recreação sadia e ampla atividade social aos associados e suas famílias. Mas para tanto é necessário que disponha de uma ampla sede.⁷⁴

O discurso sobre a importância da nova sede incluía, portanto, a necessidade de um espaço maior para a prática política, profissionalização dos sindicalizados e para o lazer dos

⁷³ “Os gráficos e a sua nova sede própria”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. p.8.

⁷⁴ *Idem*. p. 8.

sócios e suas famílias. Era um discurso bem abrangente capaz de envolver diferentes perfis de sócios e fazer a diferença para o sucesso da empreitada. No entanto, para atender a demanda colocada por alguns membros da categoria, a nova sede deveria seguir um parâmetro.

Uma sede como a dos companheiros metalúrgicos que é um patrimônio nacional e exemplo de trabalho. O Sindicato dos Metalúrgicos [do Rio de Janeiro] tem hoje em seu favor, a melhor sede sindical da América Latina.

O sacrifício e a dedicação dos que fizeram essa obra e que ainda continuam lutando por aprimorá-la não nos cansamos de enaltecer. É realmente um trabalho notável.

[...] Lá [no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro] viram os nossos companheiros o que de mais puro e sadio se realiza em matéria de recreação operária. Lá viram o que se realiza sobre assistência médico-jurídica. Um excelente trabalho de cooperativa de consumo em desenvolvimento e que já possui transporte. E o que é mais importante, viu-se que realiza com toda fé, um trabalho altamente preventivo: A educação [...] ⁷⁵

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, criado em 1917, tem sua história marcada pela atuação em importantes eventos da vida político-sindical do país. No pré-1964, a entidade manteve uma forte organização operária a partir das fábricas, liderada desde os meados dos anos 1955 por militantes do PCB.⁷⁶ A trajetória dos metalúrgicos era, portanto, uma referência no meio sindical carioca e sua sede sindical, um bom exemplo a ser seguido. Em 1967, cinco anos após o início da campanha pela nova sede dos gráficos, é comprada uma casa na Rua Licínio Cardoso, bairro São Francisco Xavier, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Após a reforma da casa, esse passaria a ser o novo endereço da instituição de classe dos trabalhadores gráficos da cidade do Rio de Janeiro. Porém, o momento político experimentado pelo país, com a instauração da ditadura civil-militar em 1964, havia alterado drasticamente a vida de várias instituições sindicais. O Sindicato dos Gráficos sofreu intervenção e o presidente da instituição,

⁷⁵ “Os gráficos e a sua nova sede própria”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. p.8.

⁷⁶ RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. “Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos de 1990”, in: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Giovanni Francisco Amadeu Romita⁷⁷, foi deposto do cargo, além de ter seus direitos políticos cassados por dez anos. Muitos dirigentes sindicais foram obrigados a se afastar da militância política, entre eles alguns dos idealizadores da construção da nova sede. Os sindicalistas que permaneceram no Sindicato dos Gráficos após o golpe mantiveram alguns dos antigos projetos da categoria, entre eles a compra de um novo espaço para as atividades da entidade de classe.

Já agora dirigindo os destinos da entidade, em período inseguro e intranquilo estava o companheiro Góes,⁷⁸ que soube com rara felicidade, sair-se maravilhosamente bem, a despeito do grave e tenebroso caminho por que passava o sindicalismo brasileiro.

Nesta ocasião, comprou-se o terreno da Rua Licínio Cardoso, 323 que custou a pequena fortuna de NCr \$ 100.000,00.

Deixando a direção da entidade, o companheiro Góes legou-nos um *patrimônio invejável*.⁷⁹

Mesmo que o momento político do país fosse marcado pela restrição às atividades democráticas, o discurso oficial do Sindicato dos Gráficos, apesar de falar em “período inseguro e intranquilo”, parece minimizar essa conjuntura, valorizando a mudança para a nova sede como uma grande conquista dos trabalhadores gráficos. Em paralelo às questões geradas pela conjuntura política nacional, o que incluía o enfretamento direto com a ditadura, particularmente travado por alguns gráficos, a instituição parece mais preocupada em lidar com problemas cotidianos como a mudança para a nova sede. A compra do terreno não concluiu a tarefa, era preciso reformar a casa e colocá-la em condições de uso. Coube ao então presidente do Sindicato dos Gráficos, Walter Torres,⁸⁰ a função de promover a adequação do imóvel aos fins pretendidos.

⁷⁷ Giovanni Romita foi um dos fundadores do Comitê Democrático dos Gráficos, militante do PCB e Presidente do Sindicato dos Gráficos de 1956 a 1964. (Ver Capítulo III)

⁷⁸ Oswaldo Góes. Linotipista, vogal da Justiça do Trabalho, assume o cargo em 1964 com a deposição do presidente Giovanni Romita. Góes permanece no cargo até 1965, quando ocorrem novas eleições. *Revista do Gráfico: historiografia*. STIGMRJ, Fevereiro de 2006. (mimeo)

⁷⁹ “Pequeno histórico da nova sede”. *Voz do Gráfico*. Julho-Agosto de 1968. p. 2.(grifos nossos)

⁸⁰ Walter Torres, presidente do Sindicato dos Gráficos entre 1966 e 1974, foi militante sindical desde os anos 1950, tendo também participado da direção sindical dos gráficos nas sucessivas gestões de Giovanni Romita. (Ver capítulo III)

Arregaçando as mangas, não vacilou o “primus inter pares”, a mergulhar de corpo e alma junto com seus companheiros de direção no trabalho estafante de remodelar um velho casarão, numa casa alegre e funcional para a administração do Sindicato.

Foi construída, também, uma estrutura metálica, coberta, com 756 m², que será o futuro “gimnasium” onde se dará as assembléias e solenidades de estilo.⁸¹

Em julho de 1968, a sede pôde receber seus novos ocupantes e o Sindicato dos Gráficos se transfere oficialmente para a Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Essa fase do Sindicato dos Gráficos é marcada por um discurso que valoriza o trabalho coletivo na aquisição da sede e reivindica a mobilização da categoria para a manutenção da história do grupo nesse novo espaço.

Não fora o espírito altruísta de Mestre Osório, companheiro Cruz e todos os diretores do Sindicato talvez não tivéssemos ainda nesta aprazível sede em São Francisco Xavier.

Após marchas e demarches começou-se a mudança que já tardava. No dia 12 de julho de 68 os departamentos Jurídico e Dentário mudaram-se definitivamente para Licínio Cardoso, seguido os pioneiros, os demais departamentos. Três dias após estava tudo terminado.

Seis anos são passados desde a primeira campanha de arrecadação até os dias que hoje correm.

Eis um pequeno histórico da nova sede. Esperamos que com o correr dos anos, ela seja enriquecida como rica é a história da classe gráfica da Guanabara.⁸²

A nova sede deveria ser um espaço enriquecido com a experiência da própria categoria, mantendo um padrão presumível para os gráficos, ou seja, o do ativismo sindical. Alguns anos após a mudança para São Francisco Xavier, durante a cerimônia de entrega da estrutura metálica do ginásio, construído no terreno do sindicato e inaugurado em 1972, a importância do espaço físico do sindicato como mediador entre passado, presente e futuro é novamente destacada pelos operários gráficos.

O título que encima estas humildes palavras, refere-se às duas sedes; mas, para quem vai à nova sede, sente, atualmente, a diferença entre o passado e o futuro, e, quando estiver em funcionamento, observar-se-á a triangulação perfeita: o passado usado no presente para o futuro ideal.⁸³

⁸¹ “Pequeno histórico da nova sede”. *Voz do Gráfico*. Julho-Agosto de 1968. p. 2.

⁸² *Idem*.

⁸³ “O presente e o Futuro”. *Voz do Gráfico*. s/d.

Seria esse um uso idealizado da história? Para os gráficos, mais uma vez essa passagem deixa evidente a importância do uso e do significado criado em torno da sede. Mais do que um prédio, o espaço servirá para a construção do futuro da categoria. Uma placa colocada no ginásio indica que a obra foi concluída em 7 de fevereiro de 1972, dia nacional dos gráficos. A conclusão da obra não poderia ocorrer em data mais oportuna, reafirmando o valor dado pelo grupo aos marcos históricos e identitários da categoria. Mesmo se consideramos que a obra não foi concluída exatamente no dia 7 de fevereiro, temos o simbolismo da escolha da data como um elemento a ser considerado. Como já mencionamos, a nova sede dos gráficos tinha como parâmetro a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. E se os metalúrgicos batizaram seu prédio de “Palácio dos Metalúrgicos”, como chamar a nova sede dos gráficos?

Em palestra com as pessoas que lá estiveram participando da solenidade, me foi insinuado que como não poderíamos chamar o palácio dos gráficos, como é conhecida a sede dos metalúrgicos, ficaria bem chamarmos nossa nova sede de “*A Mansão dos Gráficos*”.⁸⁴

A compra da nova sede do Sindicato dos Gráficos, uma “mansão” para a categoria, parecia coroar uma história bem sucedida de militância sindical. A retórica dos gráficos de superioridade em relação a outros grupos de operários é em parte materializada com a aquisição do novo espaço que teria de desempenhar várias funções, como contribuir para a organização dos trabalhadores gráficos, porém sua missão inicial seria representar a história do próprio grupo.

No entanto, antes mesmo da aquisição da “mansão”, a antiga sede do Sindicato dos Gráficos recebeu “grandes bailes” e “belas rainhas”. As manifestações culturais da categoria eram um espaço de integração entre os gráficos e suas famílias e mais um momento privilegiado de afirmação da identidade do grupo.

⁸⁴ “O presente e o Futuro”. *Voz do Gráfico*. s/d.

4. As festas e as rainhas dos gráficos

As manifestações coletivas dos gráficos em torno do sindicato caracterizavam-se por um conjunto variado de atividades que tinha em comum reunir os sócios e em alguns casos suas famílias e a até mesmo a comunidade em torno da sede do sindicato. Antes de analisarmos propriamente essas manifestações coletivas, temos que destacar que a própria formação do grupo, migrantes de diferentes partes do país, contribuiu para uma maior necessidade de integração entre os trabalhadores gráficos. Alguns operários entrevistados consideram o Sindicato dos Gráficos sua segunda casa e seus companheiros de trabalho ou militância sindical, parte de sua família.

As festas, as eleições das rainhas e os torneios de futebol, que identificamos como parte das atividades coletivas dos gráficos no final dos anos 1950 e nas décadas seguintes, podem ser consideradas como características de uma “cultura de classe”. Claudio Batalha afirma que no início da década de 1920 haveria uma transformação de uma “cultura militante”, marcada por comemorações mais politizadas no espaço dos sindicatos, para uma “cultura de classe”. Essa mudança significaria promover festas que atingissem um público maior, incorporando as mulheres e as famílias dos operários e ocupando espaços públicos e ao ar livre.⁸⁵

Para entendermos essa transição de uma “cultura militante” para uma “cultura de classe”, poderíamos iniciar pensando como a mulher operária foi incorporada, no caso dos gráficos, nessa nova perspectiva. Segundo Michelle Perrot, a história social “privilegia as classes e negligencia os sexos”, o que tornaria complexo entender o papel da mulher na classe operária.

⁸⁵ BATALHA, Cláudio H. M. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”, in BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

Nas últimas décadas, entretanto, a historiografia ampliou seu olhar sobre o papel produtivo da mulher, corrigindo, em parte, essa distorção. Mas como evitar essa negligência quando estudamos uma categoria majoritariamente masculina? No caso dos gráficos, precisamos desenvolver uma análise sobre os elementos responsáveis pela construção da identidade do grupo e valorizar a atuação da mulher em outras esferas da experiência de classe que não a militância sindical.

Por décadas, a categoria dos gráficos foi tradicionalmente um espaço predominantemente masculino.⁸⁶ As especificidades da produção – a exposição a materiais tóxicos, ruído intenso e altas temperaturas – foram alguns dos fatores usados como justificativa para manter as mulheres em número reduzido nesse ramo de atividade industrial. Segundo os entrevistados, a maior parte dos setores de uma gráfica é restrita aos homens por serem espaços de realização de trabalhos que exigiriam força física. As mulheres concentrariam seu trabalho na parte final da produção, no setor de encadernação, onde, segundo um dos entrevistados, o trabalho é mais “leve”. “Encadernação é isso oh, faz assim, geralmente é uma folha dentro da outra, é tirar uma folha de dentro da outra”.⁸⁷ As trabalhadoras do ramo gráfico também estão ausentes da direção do sindicato, bem como têm uma militância restrita. Portanto, a visibilidade das mulheres, nessa categoria é limitada.

Em 1952, o papel da mulher no setor gráfico já era debatido na imprensa operária.

Entretanto, apesar da crítica ao preconceito do trabalho feminino no setor, pouco foi alterado ao

⁸⁶ Em 1952, o Sindicato dos Gráficos calcula que a categoria é composta por 1/6 de mulheres. Esse quadro sofre alteração com a introdução de novas tecnologias na produção gráfica, sobretudo a partir dos anos 1950 e 60, ampliando a entrada de mulheres no setor. Em 1986, a média nacional indicava que a categoria era composta por 80% de homens e 20% de mulheres, o que equivale a 1/5. Em 2006 temos 82% de homens e 18% de mulheres. Contudo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas [CONATIG] chama atenção para o fato da informalidade no setor atingir mais as mulheres do que os homens o que aumentaria o número de mulheres que efetivamente estão empregadas nas indústrias gráficas. Ver: “Direção feminina para o trabalho de jovens e mulheres: os frutos podres da justiça de classe”. *Notícias Gráficas*. Agosto de 1952. p.4. e LACERDA, Eliana Moreira (Org.). *Dois séculos e luta dos trabalhadores gráficos do Brasil*. Paraná, CONATIG, Maxigráfica, 2009.

⁸⁷ Entrevista concedida à autora em 27 de agosto de 2010. João Amado.

longo dos anos 1960 e 70 em relação ao ingresso da mulher nas oficinas gráficas e a sua participação na vida política sindical da categoria.

Contudo perdura, ainda, em certos setores atrasados do proletariado uma tal ou qual incidência de preconceitos contra o trabalho feminino, que resiste, sobretudo no meio gráfico, encoberto sob o disfarce de oposição dos sexos. [...] Precisamente, para atender a esses desequilíbrios é que nos interessamos para que surjam e se destaquem do meio feminino do proletariado gráfico os quadros técnicos de direção tão necessários ao restabelecimento do equilíbrio.⁸⁸

O autor da matéria destaca a entrada da mulher no setor produtivo como tendo sido motivada pelo desenvolvimento da indústria e pela necessidade da mulher contribuir com a renda familiar. Contudo, esse novo espaço ocupado pelas mulheres, segundo o autor, era acompanhada do preconceito dentro do próprio proletariado, seriam os “frutos podres” dessa justiça. Durante as décadas que se seguiram, o aumento da participação da mulher no setor gráfico continuava acompanhado de uma exclusão de determinados espaços como a militância sindical organizada.

Nos jornais da categoria, um dos momentos em que as mulheres ganham visibilidade é nas reportagens sobre os cursos de corte e costura promovidos pelo sindicato. Pequenas notas ao longo dos anos 1960 anunciam que estão abertas as inscrições para os cursos de corte e costura e legislação trabalhista, sendo que o primeiro costumava ser dirigido às sócias do sindicato e às esposas ou filhas de sócios. A entrega dos diplomas desses cursos costumava ser realizada com uma festa na sede do Sindicato Gráficos.

Os cursos de corte e costura também faziam parte do repertório dos gráficos paulistas. Apesar de manterem em seu jornal oficial uma “Página Feminina” desde 1968, o espaço que a mulher ocupava na categoria não era muito diferente do observado no Rio de Janeiro. Na chamada para colaboração da “Página Feminina”, temos uma ideia dos temas abordados nessa

⁸⁸ “Direção feminina para o trabalho de jovens e mulheres: os frutos podres da justiça de classe”. *Notícias Gráficas*. Agosto de 1952. p.4.

seção. Apesar do espaço reservado para as mulheres, não caberia a esse ao segmento feminino a discussão sobre vida sindical, condições de trabalho etc. A “Página Feminina” parece restrita a questões delegadas socialmente ao gênero feminino e não à condição de classe ocupada pela mulher operária.

Prezada leitora, você gostaria que a folha feminina do nosso jornal, trouxesse muitas novidades?

Pois bem: aceitamos a sua colaboração, seja ela qual for. Beleza, culinária, conselhos, moda, arranjos do lar, enxoval, artigos, versos, perguntas para serem respondidas (tipo consultório sentimental), livros, cursos etc...⁸⁹

Em outro artigo publicado na “Página Feminina”, o autor inicia dizendo que não encontrou nenhuma mulher para escrever um texto para a referida seção. Resolveu ele mesmo escrever, questionando o papel da mulher como ator social ativo.

Ora, matutei só comigo, essas mulheres são mesmo uma “parada”! Pelas bocas, ou palavras de outras, gritam aos quatro ventos que querem igualdade de direitos aos homens. Muito bem. É verdade que a participação da mulher nas atividades sociais, a cada dia que passa, mais se destaca. A mulher, hoje, atua em regime de igualdade ao homem em quase todos os setores da sociedade moderna.

Todavia tenho minhas dúvidas de que tal participação tenha resultado de suas próprias iniciativas. [...] ⁹⁰

O autor conclui que as mulheres não se interessam por assuntos importantes como questões de trabalho e política e que elas “simplesmente” cumprem o que é ordenado pelo marido ou pelo empregador. Como podemos observar, o espaço reservado para as mulheres não significa necessariamente que elas tivessem as mesmas oportunidades na militância sindical que os homens.

No entanto, as mulheres são destaque em uma das manifestações culturais da categoria: a eleição da Rainha dos Gráficos. Eventos como a eleição das rainhas operárias, assim como os

⁸⁹ “Colaboração”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, julho-agosto de 1968. p.7.

⁹⁰ “A mulher no contexto”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, março de 1973. p.10.

campeonatos de futebol entre os gráficos, podem ser pensados a partir de uma perspectiva de mudança nas manifestações culturais dos operários. Os operários brasileiros de outras categorias incluíram ao longo dos anos em seu calendário festivo a eleição de suas rainhas. Porém, a análise desses concursos como mais um elemento de construção da identidade do operário não é feita de forma recorrente na historiografia. O olhar sobre a formação da classe é comumente concentrado na esfera da formação política e da atuação sindical dos militantes. Mesmo quando outros espaços são analisados, as atividades culturais desenvolvidas pelos homens, como o futebol, são privilegiadas nas abordagens.⁹¹ No caso dos gráficos do Rio de Janeiro, esse processo nos deixou uma importante reflexão sobre a identidade da categoria. As mulheres, que tinham pouco espaço nas oficinas gráficas e na vida sindical do grupo, ganham visibilidade no concurso para a eleição da rainha. Na imprensa operária, este é um dos raros momentos em que as mulheres ocupam o espaço público.

Mirta Lobato chama atenção para alguns aspectos dos concursos de beleza na Argentina do século XX que podem nos ajudar a entender essa manifestação cultural-classista dos gráficos. A autora destaca as relações entre o poder e os usos políticos desses concursos e ressalta:

É possível até enfatizar que, em geral, os estudos acadêmicos viram essas habilidades como algo trivial, frívolo e até vulgar, ignorando que elas são parte de uma intensa circulação de bens culturais, de conflitos de poder, de fenômenos de controle social e político, assim como estão integradas a uma cultura associada a indivíduos e relações de gênero específicas.⁹²

⁹¹ Uma das poucas referências que temos sobre os Concursos de Rainha Operária no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, categoria das mais estudadas do sindicalismo carioca, resume-se a uma ilustração no anexo “Metalúrgicos em fotos” sobre o evento ocorrido em 1966. Ver: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

⁹² LOBATO, Mirta Zaida. *Cuando las mujeres reinaban: Belleza, virtud y poder en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Biblos, 2005. p.13. (tradução nossa). A importância desse estudo está na inclusão da discussão de gênero dentro da perspectiva da cultura da classe trabalhadora, na valorização da experiência vivida pelas mulheres que participaram dos concursos de rainha e na inserção do debate sobre as questões políticas e disputas de poder que cercavam esses eventos.

Os concursos eram organizados pela Comissão de Recreação e Cultura do Sindicato dos Gráficos e seus preparativos, assim como o evento que resultava no coroamento da rainha e das princesas, ocupavam espaço nas páginas dos boletins sindicais. Os trabalhadores de cada empresa escolhiam suas representantes e, em seguida, as candidatas eram apresentadas à categoria e concorriam ao título oferecido pelo Sindicato dos Gráficos.

A graciosa senhorita Laura Pereira dos Santos, nossa colega das oficinas de “O Cruzeiro”, forte candidata ao título de Rainha dos Gráficos, é apresentada pela corporação da grande empresa da rua do Livramento [rua do centro da cidade do Rio de Janeiro, onde se localizava a redação e a gráfica da referida revista] ⁹³

O baile para o coroamento da rainha era um momento de confraternização entre os associados, e um dos poucos eventos em que as mulheres se dirigiam publicamente à categoria. Poderíamos resumir esse evento a uma competição de beleza, onde mais uma vez o espaço destinado à mulher era restrito e inferior ao do homem na categoria? Se retomarmos o caso argentino, podemos perceber outras dimensões desses eventos. No trabalho de Mirta Zaida, uma rainha operária argentina resume seu sentimento pelos concursos de beleza alegando que não era uma competição de beleza, mas uma forma de homenagear o trabalhador.⁹⁴ As disputas políticas e o enquadramento da mulher em um determinado espaço sem dúvida estavam na pauta desses concursos. Porém, não devemos desprezar os significados desses eventos para as mulheres que tornavam-se protagonistas ao receberem suas coroas. O baile que coroava as rainhas era um momento de disputa da definição do papel da mulher dentro da própria classe e também uma ocasião oportuna para a fala dos dirigentes sindicais.

⁹³ “Eleita a candidata de O Cruzeiro Rainha dos Gráficos”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1958. p.2.

⁹⁴ “Las reinas del trabajo bajo el peronismo”, in: LOBATO, Mirta Zaida. *Cuando las mujeres reinaban: Belleza, virtud y poder en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Biblos, 2005. O artigo faz uma discussão do “espetáculo” da eleição das rainhas do trabalho durante as comemorações do 1º de Maio na Argentina no período dos dois governos de Perón.

Num ambiente de entusiasmos e muita alegria, em meio do grande baile realizado no dia 11 de maio, em sua homenagem, foram coroadas a rainha dos gráficos, senhorita Sônia Ribas e as duas princesas, senhoritas Neide Vallejo e Tânia Alves, que foram grandemente aplaudidas por todos os presentes. Usaram da palavra os companheiros Giovanni Romita, Presidente do Sindicato e Figueiredo Álvares,⁹⁵ Presidente da Federação, que saudaram as soberanas com palavras de agradecimento, pelo trabalho por elas desenvolvido na campanha em prol do Gabinete Médico em nosso Sindicato.

A seguir falou a Rainha eleita, agradecendo aos colegas de trabalho e a todos que colaboraram para a sua eleição. Após as solenidades de coroação, foi oferecida aos presentes uma mesa de doces e salgadinhos. A senhorita Sônia Ribas, Rainha dos Gráficos, teve como presente, pelo título conquistado, uma viagem ao Estado de S. Paulo com permanência de 3 dias, com todas as despesas pagas, para ela e uma pessoa de sua família.⁹⁶

Os concursos de rainha também aconteciam em algumas gráficas independentemente do concurso realizado pelo Sindicato. Nesse caso, as concorrentes poderiam ser de diferentes categorias profissionais. Quando uma operária do setor gráfico ganhava um desses concursos, também recebia destaque na imprensa sindical.

Comemorando o seu terceiro aniversário, a diretoria da E.G. “O Cruzeiro” F.C., realizou no dia 28 de julho, um monumental baile de comemoração do aniversário de fundação do glorioso clube “O Cruzeiro” F.C.

Ainda como parte das festividades desse grande dia, foi coroada a senhorita Maria de Lourdes Barbosa, eleita rainha, em pleito muito concorrido.

A senhorita Maria de Lourdes, representante das oficinas, teve como oponente no concurso, a senhorita Lígia Gomes Silva, do escritório.

Notícias Gráficas cumprimenta os esportistas de “O Cruzeiro” F.C. e felicita a sua nova Rainha.⁹⁷

O episódio citado pode ser interpretado como uma oportunidade para a afirmação da identidade dos gráficos “da oficina” em relação aos trabalhadores “do escritório”. O fato de a rainha eleita ser uma operária do setor gráfico poderia ser interpretado pelo grupo como um valor para toda a categoria. Apesar do ambiente de trabalho ser o mesmo, as atribuições profissionais marcavam uma distinção técnica e operacional entre os trabalhadores da revista *O Cruzeiro*.

⁹⁵ Antonio Érico Figueiredo Álvares assumiu a presidência do Sindicato dos Gráficos pela primeira vez em 1946, mas foi cassado do cargo logo em seguida. Entre 1947 e 1951 a instituição ficou sob intervenção. Em 1952 Figueiredo Álvares é eleito novamente para a direção do Sindicato dos Gráficos e reeleito em 1954. Em 1955 ela assume a presidência da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos.

⁹⁶ “Coroação da Rainha dos Gráficos”. *Notícias Gráficas*. Junho-Julho de 1957. p.2.

⁹⁷ “Rainha do Cruzeiro”. *Notícias Gráficas*. Agosto de 1958. p.3.

Se as mulheres tiveram seu dia de rainha entre os gráficos, as novas gerações também eram incluídas nas tradições dos operários. O “Natal do Filho do Gráfico” era mais uma festa que promovia a sociabilidade do grupo no espaço do sindicato e a formação política e cultural dos militantes e das novas gerações.⁹⁸ O Natal, uma das datas mais importantes do cristianismo, era incluído no calendário dos trabalhadores gráficos. Porém, se havia espaço para a “história do cristianismo”, o sindicalista Giovanni Romita também incluía em seu discurso o fortalecimento da instituição de classe como um dos caminhos possíveis para as conquistas que os operários almejavam.

Com invulgar brilhantismo e a presença de centenas de crianças realizou-se, no dia 19 de dezembro último, o Natal do Filho do Gráfico, que já constitui uma tradição em nosso Sindicato.

A nossa sede engalanou-se com enfeites próprios da época natalina, atraindo famílias gráficas que tiveram uma tarde alegre e feliz.

[...] em meio o regozijo natural que em todos se notava fez-se ouvir a palavra do companheiro Romita, presidente do Sindicato, que em bela oração evocou a história do cristianismo e saudou as famílias presentes, fazendo votos de boas festas com um novo ano cheio de venturas. Concluiu exortando a todos para que se unam cada vez mais em torno do Sindicato, fortalecendo a classe e capacitando-a a novas conquistas em benefício de todos.⁹⁹

Apesar da inclusão de mulheres e crianças em seus rituais festivos, os homens continuaram predominando na cena cultural dos gráficos. Parte das atividades que reunia esses homens pode ser inserida no contexto de uma cultura popular, que não era particular dos gráficos, como é o caso do futebol. Desde os anos 1920 o futebol se tornara parte do cotidiano das associações de classe no Brasil. Claudio Batalha aponta para importância que o esporte passou a

⁹⁸ Em 1958, a comissão de recreação e cultura do sindicato realiza um show radiofônico com um programa de calouros para os filhos dos membros do sindicato. Os ganhadores receberam livros como prêmio. Entre estes, “Os Grandes benfeitores da humanidade”, uma publicação didática sobre os grandes personagens da história nacional e internacional “que praticaram o bem”. Entre essas personalidades, temos Gutemberg, o inventor da prensa de tipos móveis de metal. *Voz do Gráfico*. Agosto de 1958. O autor do livro, Francisco Acquarone foi um intelectual dos anos 1930 e 40, destacando-se como historiador da arte. ACQUARONE, Francisco. *Os grandes benfeitores da humanidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1981.

⁹⁹ “Festejando o natal do filho do gráfico”. *Voz do Gráfico*. Janeiro de 1960. p.2.

ter, sobretudo para os sindicatos com forte presença dos comunistas que adotam o futebol como forma de ampliar sua influência sobre a classe operária.¹⁰⁰

Em 1946, os gráficos criaram a Liga Gráfica, para cuidar da realização dos torneios de futebol do grupo e, em 1951, foi criado o Centro Metropolitano de Desportos Gráficos (CMDG). O CMDG, apesar de ainda não fazer parte da estrutura organizativa do Sindicato dos Gráficos, contava com o apoio da entidade. Em 1960, o Sindicato incorpora o CMDG que passa a fazer parte do seu Departamento de Futebol. Essa iniciativa teve como justificativa o fato de o futebol ser um “elemento de penetração educativa e doutrinária no seio da classe”.¹⁰¹ Nesse sentido, a entidade deveria assumir o comando das atividades ligadas ao esporte. Essa articulação em torno do futebol nos anos 1950 e 60 pode ser entendida a partir da popularização do esporte associada às conquistas da seleção brasileira de futebol naquele período. Na medida em que o futebol se tornava um tipo de lazer importante para os trabalhadores, o sindicato valorizava a prática da atividade para reunir seus associados e ampliar sua inserção entre os operários do setor.

[...] desde a Copa de 1950, ocorrida no Brasil, o futebol desperta um interesse extraordinário, que só fez crescer com as vitórias de 1958 e 1962, agigantando-se com a vitória em 1970 no México, primeira a ser acompanhada ao vivo por milhões de telespectadores, que paravam de trabalhar na hora dos jogos.¹⁰²

Em 1960, o Departamento de Futebol anuncia os campeões de 1959 do Campeonato Gráfico de Futebol. Participaram do campeonato times dos principais jornais e gráficas da cidade. O balanço sobre o campeonato foi positivo, mas o Departamento de Futebol lamentava o fato de não ter um espaço próprio para a realização dos jogos. A solução para esse problema virá, em

¹⁰⁰ BATALHA, Cláudio H. M. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”, in BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

¹⁰¹ “O esporte e as atividades sindicais”. *Voz do Gráfico*. Maio de 1960. p. 3.

¹⁰² LOPES, José Sérgio Leite e MARESCA, Sylvain. “A morte da alegria do povo”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N.º 20, ano 7. Rio de Janeiro, ANPOCS – Relume Dumará: 1992. p.4.

parte, em 1972, com a construção de um ginásio esportivo na sede do Sindicato dos Gráficos. Se os jogos de futebol atraíam principalmente os homens, a entrega dos prêmios do Campeonato Gráfico tornava-se um espaço para reunir as famílias dos gráficos e incentivar a participação sindical dos “esportistas” da categoria.

Estão, pois, de parabéns, os dirigentes do Departamento Gráfico de Futebol (C.M.D.G) do nosso Sindicato, como todos os companheiros a ele filiados. Aproveitamos a oportunidade para fazermos um apelo e ao mesmo tempo um lembrete para os aficionados do esporte bretão procurarem prestigiar o nosso Sindicato quando de convocação de Assembléias, para conquistas dos direitos de nossa classe, que melhores campeonatos virão, como também melhores dias.¹⁰³

O discurso acima tenta sensibilizar os gráficos sobre a importância da participação sindical. O esporte funcionava como um elemento de atração dos operários para a entidade de classe, mas havia ainda a necessidade de um trabalho adicional no convencimento para que parte desses trabalhadores não limitasse sua presença no sindicato aos eventos relacionados ao esporte.

Outro entre os eventos mais importantes para a categoria também tinha como ator principal os homens do grupo. Nesse caso, porém, o clima lúdico dos jogos de futebol, dos bailes e da distribuição de presentes é substituído por discursos que rememoram a história de militância da categoria e destacam as reivindicações laborais do grupo. Estamos falando de uma das datas mais tradicionais para os militantes gráficos: o 7 de fevereiro, o Dia do Trabalhador Gráfico.¹⁰⁴ Essa data demarca a importância do “passado glorioso” dos gráficos e a necessidade de revivê-lo no presente.

O espírito de luta daqueles nossos companheiros do passado possibilitou o alento para as vitórias que viemos galgando palmo a palmo durante todos esses anos, e hoje, embora ainda não

¹⁰³ “Entregues os prêmios do campeonato gráfico de 1959”. *Voz do Gráfico*. Fevereiro de 1960. p.4.

¹⁰⁴ Em 7 de fevereiro de 1923, é iniciada uma greve dos trabalhadores gráficos de São Paulo. Após 42 dias de paralisação, as reivindicações dos trabalhadores são aceitas na íntegra pelos empregadores. A partir daquele ano, o dia 7 de fevereiro passou a ser comemorado pela categoria como o “Dia do Trabalhador Gráfico”. BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a própria História: movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

tenhamos atingido totalmente os nossos objetivos, já podemos festejar esse dia, principalmente reverenciando a memória dos que se sacrificam em benefício da classe.¹⁰⁵

Celebrar o 7 de fevereiro significa atualizar a memória coletiva da categoria, reafirmando a militância política como um dos componentes que definem a identidade dos trabalhadores gráficos. A data é comemorada pelos gráficos em vários estados da federação, mas com particular mobilização na cidade de São Paulo, sede do evento que deu origem ao dia nacional dos gráficos. Em março de 1973, uma reportagem do jornal dos gráficos paulistas festeja os 50 anos da greve de 1923. “Esta bandeira que tremula inicialmente nos idos de 1923 continua como símbolo da missão de um movimento que apenas principiou a 7 de fevereiro há 50 anos”.¹⁰⁶ O evento é lembrado, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo, como um exemplo a ser atualizado pelas questões contemporâneas e posto em prática novamente.

Nestas condições, não poderíamos deixar de responder presente nesta hora em que com justo orgulho e inusitada alegria rememoramos esta data de tão grande significação para nós, pois que ela assinala o marco histórico da evolução política e social de nossa classe e dos trabalhadores. Falar sobre nossa data magna, é fazer a história do movimento operário, pois que os gráficos estiveram sempre na vanguarda das grandes lutas que se travaram em nossa Pátria, e podemos dizer que nunca estivemos alheios aos movimentos reivindicatórios da classe operária e do povo brasileiro.

Este 7 de Fevereiro que assinala uma das mais gloriosas jornadas da nossa categoria profissional e que foi escrita na história de nossa evolução política e social com a bravura, o sacrifício e o próprio sangue dos nossos valentes companheiros de 1923, não deve representar para nós apenas a DATA NACIONAL DOS GRÁFICOS, mas acima de tudo, um exemplo que nos foi legado por um punhado de companheiros idealistas que tudo sacrificaram em favor de nossa classe e dos trabalhadores, mostrando-nos o caminho a seguir a fim de atingirmos os nossos almejados destinos.¹⁰⁷

¹⁰⁵ “Dia do Gráfico”. *Voz do Gráfico*. Janeiro de 1963. Matéria de capa.

¹⁰⁶ “Cinquentenário do Dia Nacional do Gráfico”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, março de 1973. p.11.

¹⁰⁷ “7 de fevereiro: Festa Nacional dos Gráficos”, in: *Noticias Gráficas*. Março de 1964. O texto foi escrito por Newton Eduardo de Oliveira presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos (F.N.T.I.G). O nome de Newton Eduardo de Oliveira é uma referência na luta sindical desta categoria e é lembrado, em momentos de atividades coletivas, por diferentes gerações de militantes. Newton teve uma ativa militância sindical desde que se filiou ao Sindicato dos Gráficos, em 1952 e, entre 1962 e 1964, assume a presidência da F.N.T.I.G. Em 1964, tem seus direitos políticos cassados (Diário Oficial - D.O. 14/04/64). Neste mesmo ano Newton Eduardo de Oliveira comete suicídio. (Ver capítulo III)

Com o golpe civil-militar de 1964, o Sindicato dos Gráficos sofreu um processo de intervenção e a conseqüente desarticulação das políticas sindicais. No entanto, o dia 7 de fevereiro não deixou de permear a memória coletiva do grupo. Em agosto de 1968, foi lançado na sede do Sindicato dos Gráficos um jornal, produzido de forma independente por alguns gráficos, intitulado *7 de Fevereiro*.¹⁰⁸ O periódico teve um curto período de circulação, mas reforça a data como um marco entre os trabalhadores gráficos ao longo da história da categoria.

A partir de 1964, no lugar de festas que destacavam a trajetória militante do sindicato, eventos reuniam os gráficos e suas famílias em momentos onde o lúdico parecia prevalecer. Em agosto de 1968, poucos meses antes da instalação de um período mais repressivo da ditadura, mais uma vez o Sindicato dos Gráficos volta sua atenção para os filhos dos associados e inaugura um *playground* em sua sede.

Com um amplo programa social, a Diretoria do Sindicato fará inaugurar, no dia 15 de setembro próximo, o “Parque de Recreação”, dedicado aos filhos dos trabalhadores gráficos, iniciativa que visa criar melhores condições na sua nova sede social, para atrair o maior número possível de consócios e também seus familiares, ao convívio sindical.

Pensa a diretoria do Sindicato que a sua sede deverá ser uma extensão do lar de cada um dos companheiros associados, e por isso decidiu desde logo fazer instalar um “play-ground” moderno e seguro para abrigar a petizada [crianças], enquanto os seus pais, em visita ou tratando de interesses sindicais, estejam na sua sede.¹⁰⁹

Apesar de o evento ser direcionado ao público infantil, a festa de inauguração do parque é marcada pela exibição do filme *Duas Mulheres*.¹¹⁰ O filme se passa durante o fim da Segunda Guerra Mundial. Cesira (Sophia Loren) e sua filha Rosetta (Eleonora Brown) fogem de Roma em

¹⁰⁸ Sobre o jornal *7 de Fevereiro* ver o capítulo III.

¹⁰⁹ “Festa da Petizada Gráfica”. *Voz do Gráfico*. Julho-Agosto de 1968. p. 4.

¹¹⁰ *La Ciociara (Duas Mulheres)*, Itália, 1960. O filme dirigido por Vittorio De Sica com o roteiro de Cesare Zavattini é uma adaptação do romance de nome homônimo do escritor italiano Alberto Moravia. De Sica e Zavattini são importantes nomes do neo-realismo cinematográfico da Itália na segunda metade do século XX. “[...] por neo-realismo cinematográfico entende-se um movimento, nascido na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, que baseando-se sobre a realidade, interpreta a vida de forma crítica e simples e encara o ser humano como realmente é”. CAMARGO, Maurício Hermini. *La Ciociara: Romance, cinema e relação com o espaço*. Programa de Pós-graduação em literatura italiana, FFLCH, USP, 2005. (Dissertação de Mestrado) p. 98.

direção às montanhas para se refugiarem dos bombardeios. Em Sant’Eufemia, encontram abrigo e a companhia de Michele (Jean-Paul Belmondo), um jovem intelectual que questiona a guerra e o fascismo. O filme se insere no contexto específico de produção do cinema italiano, o neo-realismo, que opta por uma abordagem de questões sociais e de uma busca por retratar a realidade do país durante a guerra. “As esquerdas transformaram várias destas obras [do neo-realismo italiano] em bandeiras de suas propagandas políticas”.¹¹¹ No Sindicato dos Gráficos, estaríamos diante de um grupo de “esquerda” apropriando-se do filme como bandeira política? A opção pela exibição de *Duas Mulheres* em plena ditadura pode nos fornecer algumas pistas para a percepção das posições políticas daquele grupo naquele momento singular.

Nos anos 1980, experimentando um processo de redemocratização no país e na própria instituição, as características das manifestações culturais da categoria sofrem mudanças. As datas como o 7 de fevereiro são lembradas, mas sem as festas ou discursos militantes dos anos 1960 e os bailes e campeonatos de futebol saem do calendário festivo da categoria. Os festivais de chope e refrigerantes mantêm em comum com os bailes para a eleição da rainha dos gráficos o objetivo de reunir os sócios do sindicato e seus familiares, proporcionando um momento lúdico para o grupo, assim como atraindo novos sócios para o Sindicato dos Gráficos. O Atual presidente do sindicato, Jurandir Calixta, refere-se aos festivais como uma tradição da instituição e destaca a importância da reedição do evento em 2008. Nosso personagem valoriza essa tradição mais recente do grupo, parte de sua própria experiência na categoria, em detrimento aos eventos que não fizeram parte de sua trajetória no setor gráfico.

Isso aí é um dos fatores que nós tínhamos aí de nossa tradição, era o nosso Festival de Chope e o Festival de Refrigerante. Festival de Refrigerante você está vendo no jornalzinho aí, não parece nada mais vamos fazer o 13º festival, tivemos alguns anos parados devido à situação

¹¹¹ CAMARGO, Mauricio Hermini. *La Ciociara: Romance, cinema e relação com o espaço*. Programa de Pós-graduação em literatura italiana, FFLCH, USP, 2005. (Dissertação de Mestrado) p. 102.

financeira do sindicato, não da pra fazer, sempre gerou custos, gera custos, mas esse ano não, esse ano me deu na telha, não, vou fazer. Porque veja só o associado, ele contribui com a mensalidade dele e ele quer saber também pra onde vai o dinheiro dele, então você tem que fazer alguma coisa que possa atraí-lo. Por exemplo, alguma festividade.¹¹²

O domínio de um saber técnico define uma identidade coletiva que esses atores sociais celebram e perpetuam em diferentes manifestações como os bailes das rainhas, os festivais de chope e refrigerantes e as comemorações do 7 de fevereiro. No entanto, as narrativas idealizadas de uma profissão “arte” escamoteiam o difícil dia-a-dia nas oficinas gráficas. Em seus locais de trabalho, os operários ficam submetidos a diversos tipos de arbitrariedades cometidas pelos patrões. As disputas dentro do próprio grupo, em parte oriundas da própria diversidade do trabalho entre os diferentes segmentos do setor gráfico, também estão presentes no cotidiano de trabalho. A saúde dos trabalhadores é constantemente afetada pela exposição a materiais tóxicos. Os ambientes de trabalho insalubres e os acidentes nas máquinas, que muitas vezes mutilam os operários, fazem parte das dificuldades enfrentadas pelos gráficos nos anos 1960 e 70, como veremos no próximo capítulo.

¹¹² Entrevista concedida à autora em 24 de outubro de 2008. Jurandir Calixta.

CAPÍTULO II

Histórias de oficina: conflitos e condições de trabalho

As ideologias são o reflexo das condições materiais, que é o ser social que determina a consciência social.

Poderia deduzir-se disso que um proletário deve ter automaticamente uma ideologia proletária.

Tal suposição não corresponde à verdade, pois existem operários sem consciência de operário.

(Notícias Gráficas. Janeiro-Fevereiro de 1963)

A construção da identidade de um grupo pode ser feita a partir de diferentes referenciais: família, religião, profissão, bairro, partido político, questões étnicas etc. No caso estudado é o pertencimento a uma categoria profissional, que define, em grande medida, a identidade entre os gráficos. Entendemos o espaço fabril como um dos elementos fundamentais para elaboração dessa identidade ancorada na inserção em um determinado ofício. Porém, nesse capítulo não tomaremos os operários, em seu ambiente de trabalho, a partir da ausência de conflitos, ou da dicotomia entre “verdadeira” e “falsa” consciência, atribuindo a sua organização um suposto caráter estático ou homogêneo.

No caso dos gráficos, a divisão entre os trabalhadores de “jornais e revistas” e os trabalhadores de “casas de obras” caracteriza ambientes de trabalho distintos. O tipo de produção e as exigências de cada área resultam em diferentes conflitos nas oficinas. O regime salarial também é diferenciado dentro da própria categoria. Os impressores costumavam receber por diária, enquanto para os linotipistas o mais comum era o recebimento de uma parte fixa e outra variável do salário, de acordo com o número de caracteres ou linhas produzidas na máquina de linotipo. Uma espécie de hierarquia profissional, que distingue trabalhadores mais qualificados na categoria, como os linotipistas, dos menos qualificados, como os cortadores de guilhotina, irá

determinar outros embates entre os próprios gráficos. E por fim, o grau de experiência, o domínio de novas tecnologias ou a permanência em cargos de chefia também serão motivos de discórdia e disputas no interior grupo.

O estudo de Renato Americano sobre os gráficos na década de 1960 constrói uma tipologia para classificar a categoria que inclui o tipo de conhecimento que o gráfico tem do seu ofício e também problematiza a questão geracional. De acordo com o autor, os profissionais gráficos podem ser classificados em quatro categorias. O **tarimbado**, o **atualizado**, o **improvisado** e o **pretensamente escolado**. Os tarimbados são os gráficos que estão há mais tempo na profissão, dominam várias etapas do processo, no entanto, não dominam as novas tecnologias. Em oposição a esse grupo, temos os atualizados, que dominam as novas tecnologias, possuem, em geral, um grau de instrução maior, mas geralmente se dedicam apenas a uma especialidade. O improvisado não possui formação formal e tem pouca experiência na área. Por fim, o pretensamente escolado possui algum grau de instrução formal na arte gráfica, dominando em geral duas ou mais funções dentro da oficina, mas seu conhecimento e experiência ainda não o classificam como atualizado ou escolado.¹¹³ Mesmo que não possamos encontrar esses “tipos” exatamente com essas características, podemos tomar como pressuposto que os conflitos nas oficinas poderiam surgir a partir dessas diferenças, em princípio referentes ao plano profissional, que hierarquizam as relações sociais entre os gráficos dentro e fora das oficinas.

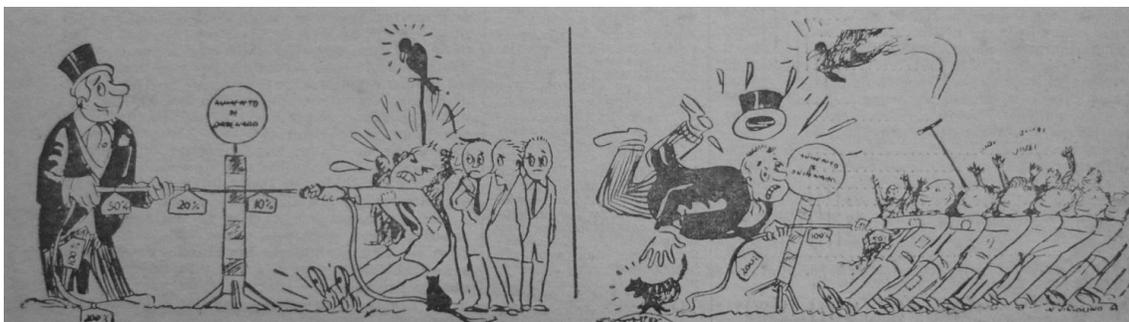
Nas oficinas gráficas, o “consenso” era um elemento de construção difícil e complexa entre os próprios operários, mais ainda entre trabalhadores e patrões. No conflito capital-trabalho, a solidariedade entre operários costumava ser acionada para unir forças contra interesses antagônicos aos do grupo.

¹¹³ AMERICANO, Renato Pacheco. *Comportamento Social e Humano na Indústria Gráfica: Reflexões sobre uma experiência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

1. Patrões e empregados em conflito

Nas disputas por remuneração ou condições de trabalho, os operários estavam de um lado e os patrões do outro. Na charge abaixo, um operário sozinho puxando a “corda do aumento” consegue 10%, mas quando todos os operários se unem para puxar a corda o aumento é de 100%. A receita que parece simples, os operários unidos teriam mais força, nem sempre fácil de ser administrada, foi responsável por conquistas do grupo.

Figura 3 – “Corda do aumento”



Fonte: *Notícias Gráficas*. Setembro de 1963

As condições de trabalho, a disciplina nas oficinas, a militância política dos operários e as campanhas salariais são exemplos de motivos de enfrentamento entre patrões e operários no ambiente de trabalho. A busca por disciplinar essas relações é um fenômeno que surge com a própria concepção do espaço da fábrica. De Decca, ao desconstruir a redução do acontecimento da fábrica a um mero progresso tecnológico, ressalta a intenção desta instituição em organizar e disciplinar o trabalhador, retirando-lhe o poder sobre seu tempo livre e o saber sobre seu ofício.

Assim, não estão em jogo nas fábricas apenas as questões relativas a acumulação do capital, mas também os mecanismos responsáveis pela concentração do saber e, conseqüentemente, de dominação social.¹¹⁴

¹¹⁴ DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo, Editora Brasiliense: 1995. 10ª ed. p 39.

Michelle Perrot, ao estudar o operariado francês do século XIX, também irá compartilhar dessa perspectiva. Para autora, “a mecanização não responde a necessidades técnicas, mas basicamente disciplinares”.¹¹⁵ Esses estudos, apesar da distância temporal e espacial que guardam dos trabalhadores gráficos dos anos 1960 e 70, analisam situações da experiência da classe trabalhadora no chão de fábrica que podem, em certa medida, encontrar um paralelo em nosso objeto. Apesar das tentativas de disciplinar o trabalhador gráfico, os conflitos dentro do ambiente de trabalho nunca deixaram de existir. Ofensas e xingamentos por vezes iniciavam uma disputa que poderia terminar até mesmo com agressão física. No período de nossa pesquisa, a Justiça do Trabalho seria um dos agentes responsáveis por mediar parte desses conflitos. Segundo Ângela de Castro Gomes:

É recorrente a constatação que fazem [os Juízes do trabalho] de ser o direito do trabalho o instrumental mais testado e eficaz de distribuição de renda e poder em sociedades capitalistas.¹¹⁶

A Justiça do Trabalho teria, durante muitos anos, considerado o trabalhador hipossuficiente (agente economicamente mais fraco) nas relações de trabalho. Levar alguns desses embates para a arena da Justiça poderia colocar o operário em uma melhor posição para reivindicar seus direitos. Entretanto, na interpretação dos próprios magistrados do trabalho, o princípio da hipossuficiência do trabalhador não era unanimidade. A partir dos acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT/RJ), acompanhamos algumas demandas dos trabalhadores gráficos na Justiça e as possíveis interpretações dos desembargadores.

¹¹⁵ PERROT, Michelle. “operários”, in: *Os excluídos da história – Operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 2001. 3ª ed. p 19.

¹¹⁶ GOMES, Ângela de Castro. “Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados”, in: *Estudos Históricos*, 37, 2006. p.59

Em um acórdão de 1973, sobre a demanda de linotipistas do serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um dos desembargadores do TRT/RJ classifica os operários como “falsas” vítimas. Os trabalhadores reivindicavam o recebimento dos valores referentes ao repouso semanal calculados sobre o total entre as partes fixa e variável dos salários.

Já estamos cansados de assistir a milhares de reclamações onde os autores se fazem de vítima, fingem ignorar que praticaram certos atos jurídicos, perfeitamente válidos, perfeitamente conscientes do que faziam; depois, angelicalmente, fingindo uma ignorância que absolutamente não têm, vêm aqui tentar destruir a segurança que a lei, indispensavelmente, dá ao outro contratante... E, o pior é que quase sempre, logram êxito.¹¹⁷

Apesar da decisão favorável aos linotipistas, tanto na primeira quanto na segunda instância, o voto desse desembargador deixa evidente que nem sempre o trabalhador é visto como o agente economicamente mais fraco nas disputas jurídicas. Porém, como veremos, existiam outras formas de mediação para os conflitos ocorridos no cotidiano das oficinas gráficas.

Os conflitos entre os patrões e os empregados são fundamentais para entendermos a construção da identidade dos trabalhadores e o surgimento de uma solidariedade entre os operários. Esse antagonismo ganha particularidades nos locais de trabalho e pode ser percebido nas entrevistas com os trabalhadores ou mesmo nas ações impetradas na Justiça do Trabalho.

Vimos no primeiro capítulo que o domínio da profissão de gráfico é valorizado pelo grupo, o conhecimento artesanal é uma habilidade que diferencia os gráficos, ou uma parcela dentro da categoria, dos demais operários. No entanto, o ambiente de trabalho não era apenas um espaço de realização profissional. Havia os momentos de tensão e disputa entre patrões e empregados. Jairo dos Santos narra a estratégia de Mário Torres, diretor da gráfica onde trabalhou por alguns anos, para suspender ou demitir funcionários por justa causa.¹¹⁸

¹¹⁷ Acórdão nº. 66 de 1973.

¹¹⁸ “No direito do trabalho, diz-se do motivo, previsto em lei, para extinção do vínculo empregatício”. PAULO, Antonio De (ed.). *Pequeno Dicionário Jurídico*. DP&A Editora, 2004. p.204.

Esse diretor, já morreu também, Mário Torres Ferreira¹¹⁹ foi presidente do sindicato patronal [Sindicato das Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro]. Eu disse pra ele... que ele era um cara malicioso, ele não era bobo, era um cara vivido, só que eu era mais ainda do que ele. Ele chegava pra você assim, você estava lavando as mãos no tanque antes de ir embora, antes da hora, chegava pra você: “você é um pilantra cara, safado, você não sabe que não está na hora de você ir embora, é um cabra safado mesmo” [...] Aí começava a xingar. Mas assim, baixinho. Aí o cabra: “ah você não pode falar isso, seu filho dessa, filho daquela outra” [...] “Oh, tá ouvindo, ele está me agredindo, vocês estão ouvindo”. Aí o cara já está estourado, dali uma justa causa (demissão por justa causa).¹²⁰

Jairo afirma que não era atingido pela estratégia do gerente porque tinha experiência para lidar com a situação. Podemos observar que nem sempre as formas mais convencionais, como as greves, são utilizadas pelos trabalhadores como estratégia de resistência a opressão nos locais de trabalho. A reação ao controle e à disciplina pode ser mais sutil, porém igualmente significativa.

O confronto direto com os patrões poderia resultar em demissão, mas nem sempre essa ameaça limitava a reação dos trabalhadores, como podemos observar no episódio narrado pelo gráfico Valdir Fraga Junior. Fraga é natural de Itapemirim, no Espírito Santo, chegou ao Rio de Janeiro em 1962, prestou serviço militar e permaneceu na cidade à procura de emprego. Esse personagem havia aprendido a profissão de linotipista em uma escola técnica em Vitória, no Espírito Santo.¹²¹ Fraga Junior relata que a gráfica em que trabalhava, cujos proprietários eram de origem judaica, ofereceu uma gratificação extra aos operários para comemorar a passagem do ano novo judaico. Fraga, além de recusar a gratificação, quando questionado por um dos proprietários da gráfica, teria lhe apresentado um livro que contava a história do povo palestino. Segundo o entrevistado, a demissão foi imediata, mas ele narra o acontecimento com certo

¹¹⁹ Sobre Mário Torres e sua relação com a categoria ver cap. IV.

¹²⁰ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

¹²¹ A entrevista com Valdir Fraga Junior durou duas horas e vinte minutos. Depois de entrevista, passamos mais algumas horas conversando. A narrativa do episódio na gráfica de propriedade de judeus, entre outros, não foi gravada. Quando a conversa retomou o aspecto de uma entrevista decidimos por manter o gravador desligado porque outros temas mais delicados sobre o grupo surgiram, de forma mais detalhada, justamente por não estarmos mais gravando.

orgulho, a demissão em certa medida seria uma reafirmação da trajetória militante de Fraga Junior. O episódio poderia ser incluído em todo um anedotário acionado na construção de uma identidade militante. Para nosso entrevistado, seria politicamente incoerente comemorar o ano novo de um grupo que ele considera “opressor”. Contudo, por maior que seja sua simpatia pela causa palestina, não podemos descartar que as condições de trabalho e a opressão experimentada por ele próprio dentro da oficina gráfica tenham, de fato, gerado sua reação.

As histórias das oficinas tipográficas resumem momentos de exploração, pressão, controle e disciplina que também incluem as cobranças impostas pelos patrões e chefes de oficina no sentido da manutenção de um padrão de qualidade dos serviços gráficos. Uma das responsabilidades do impressor, por exemplo, era conferir a paginação dos impressos, uma espécie de controle de qualidade feito antes de iniciar o processo de impressão. Caso houvesse algum erro na paginação de um livro, “meu Deus do céu!”, resume um dos impressores entrevistados. Essa simples exclamação poderia significar punições nas oficinas, ameaças ou demissão do operário. Uma “sujeira” na chapa de impressão ou uma “bolinha” no papel também poderiam acarretar problemas para o impressor, mesmo que ele não fosse o responsável pelo defeito na impressão. Algumas cenas descritas pelos entrevistados e outras relatadas nos processos trabalhistas demonstram que, em muitas das vezes, esse tipo de cobrança era uma espécie de reafirmação do poder e do autoritarismo de patrões e chefes. Manuel João trabalhou em impressoras monocromáticas e de impressos coloridos (“quatro cores”). Ele identifica a máquina de uma cor como sendo a mais difícil de trabalhar. Os erros em um impresso colorido seriam, segundo ele, mais fáceis de serem identificados, diferentemente dos monocromáticos, como mostra um episódio de um anúncio erradamente impresso e publicado.

E olha que era só cor preta [...] e o preço da geladeira era 1900, eu não sei em que dinheiro, não era real. 1900 e exatamente no “um”, não pegou o “um”, tava apagado, tava 900. Então quando

foi três dias depois o gerente me chamou, eu deixava sempre na minha gaveta, deixava um pouquinho de folha, aí fui conferir, tava mesmo. E agora, o que nós vamos fazer? Aí o gerente falou: “olha você vai fazer o seguinte, deixa pra lá, se tiver reclamação você está na rua”. Falou comigo: “você vai estar na rua porque a empresa não pode ter prejuízo”. Eu falei, tudo bem, é pedir a Deus que de tudo certo. Graças a Deus não deu problema nenhum [...] E a culpa de quem é? Minha porque foi eu quem imprimiu. Porque não foi de onde foi montada a chapa, tava certa a chapa. Mas é complicado, é uma responsabilidade muito grande. Porque as pessoas vão ver o nosso serviço, as pessoas vão seguir aquilo ali. É uma profissão bonita!¹²²

A suposta “conformação” com possibilidade da demissão não significa que não haveria uma reação caso a ameaça fosse cumprida. O recurso a Justiça do Trabalho, por exemplo, poderia ser uma opção. Se, por um lado, a profissão é “bonita”; por outro, a responsabilidade e a pressão imposta pelos patrões ou pelo caráter artesanal da produção gráfica são elementos sempre presentes no dia-a-dia dentro das oficinas. Citando outro exemplo, esse entrevistado fala do trabalho na impressão de listas telefônicas. Nesse caso o impresso também é feito em cor preta e um pequeno erro inviabiliza a identificação do número procurado na lista: “um número de telefone falhado é um erro fatal”.¹²³

Em alguns casos, conflitos desse tipo foram mediados pela Justiça do Trabalho, como no caso de um operário da empresa *Rio Gráfica e Editora* que imprimiu 6000 folhas com defeito e foi demitido por justa causa. Ao recorrer à Justiça do Trabalho, o impressor alega que não agiu de má fé e que já teria recebido o material com problemas. Ele ganha a causa na primeira instância, mas a gráfica recorre da decisão.

Insiste a reclamada na justa causa, alegando que esta existiu particularmente em virtude de o reclamante continuar a impressão “errada e imprestável” em offset, ocasionando o prejuízo de 6000 folhas de papel, embora já advertido do defeito inicial.¹²⁴

¹²² Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Manuel João Pereira.

¹²³ Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Manuel João Pereira.

¹²⁴ Acórdão nº. 481 de 1973.

Os desembargadores concluem que não houve “má fé” ou “indisciplina” do reclamante, já que o mesmo tentou corrigir o erro. Em muitas oficinas gráficas, os operários trabalhavam sob tensão, um erro cometido na composição ou na impressão, como foi o caso citado, poderia resultar na demissão do operário. As jornadas de trabalho costumavam ser longas e cansativas, sendo a prática da hora-extra recorrente para os gráficos. O trabalho nas oficinas dependia das demandas por impressos que variavam de acordo com o dia da semana e a época do ano. Uma encomenda maior ou fora do previsto poderia significar algumas horas a mais de trabalho por dia.

Um episódio de dispensa por justa causa, de um impressor no *Jornal dos Sports*, fornece-nos um pouco desse panorama. A alegação do patrão para a demissão era uma “recusa imotivada de trabalhar”. O impressor Hilton Veiga trabalhava por diária, no período noturno, devendo iniciar sua atividade às 22 horas e encerrá-la às 4 da madrugada. No dia 6 de abril de 1973, ele é convocado para comparecer ao trabalho às 18 horas, fato comum às sextas-feiras, quando, habitualmente, a gráfica do jornal imprimia outro periódico. Por volta das 4 horas da madrugada, a equipe liderada por Hilton Veiga recebe a ordem de imprimir mais um jornal e se recusa a fazê-lo. Os operários alegam esgotamento físico, já que trabalhavam há aproximadamente 10 horas consecutivas, e insatisfação, por já não terem recebido o pagamento de diária extra para a impressão de outro jornal, o que não fazia parte do seu contrato de trabalho. O impressor Hilton Veiga, com sete anos na gráfica, foi demitido por justa causa. Já os outros dois operários, com, respectivamente, dois e quatro anos de trabalho no *Jornal dos Sports*, não sofrem nenhuma punição. Em um dos votos do acórdão do TRT/RJ, a atitude de demitir o operário mais velho, que é retratado pelos depoimentos do processo como “muito trabalhador”, e não punir os demais gráficos é considerada “estranhável”. A decisão, possivelmente, pode ser interpretada como uma medida exemplar, uma vez que a atitude dos outros dois gráficos teria

sido estimulada pelo chefe do grupo e operário mais experiente. Punir esse indivíduo serviria como exemplo para toda a gráfica e os transmissores desse episódio seriam os próprios gráficos que não foram demitidos. Nesse caso, a solidariedade entre os membros da equipe de impressão possibilitou a interrupção do trabalho, mas não evitou a demissão de Hilton. Entretanto, o órgão superior confirma a decisão de primeira instância e recusa o argumento de falta disciplinar para a demissão do operário por justa causa.

Não se poderá exigir do empregado que permaneça em serviço até exaurir as suas reservas de resistência física. Já se encontrando a equipe extenuada pela prestação de horas extraordinárias, a recusa em prosseguir não teve caráter de insubordinação, dado que a ordem não era legítima, contendo exigência superior às forças do empregado.¹²⁵

Para muitos gráficos, essa exaustiva rotina de trabalho começou na infância ou na adolescência. Ainda que os setores e as atividades insalubres das gráficas fossem legal ou teoricamente vedados aos menores de idade, na prática, essa limitação poderia ser burlada nas oficinas. Nilton Pedrosa começou a trabalhar em uma gráfica aos 14 anos de idade. Seu objetivo seria aprender a profissão de compositor tipográfico, afinal, segundo ele, esse era o melhor setor para se trabalhar em uma gráfica. No entanto, havia um impeditivo. Por ser menor de idade, Pedrosa não poderia trabalhar em um setor classificado como insalubre.¹²⁶

Mas eu com 14 anos já trabalhava num serviço insalubre. Essas gráficas sempre tinham, embaixo geralmente era impressão e em cima tinha uma espécie de palanque, era a composição nos fundos e a parte de encadernação na frente e tinha um janelão e o escritório, uma coisa pequena. Aí o que acontecia, quando chegava os fiscais [do Ministério do Trabalho] eles faziam o sinal, enquanto o fiscal descia, eu já passava pela janela e ia para a encadernação. Na encadernação podia ser aprendiz, que não era insalubre. Então a minha vida inicial foi assim, fazendo essas artimanhas.¹²⁷

¹²⁵ Acórdão nº. 1904 de 1973.

¹²⁶ Uma portaria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1939, que segundo a publicação do Sindicato dos Gráficos de São Paulo não era cumprida, definia algumas atividades da indústria gráfica como insalubres. [...] “essa Portaria, repetimos, previa em seus quadros serem insalubres atividades de imprensa em que o trabalhador lidasse com chumbo tais como composição, linotipia, cromalitografia, manipulação de caracteres”. “A questão da insalubridade”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, julho-agosto de 1968. p.5. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) proibiu o trabalho do menor de 18 em locais considerados insalubres. Art. 405 da CLT.

¹²⁷ Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa.

A exposição a materiais tóxicos não era o único problema para o jovem aprendiz de tipografia. Era preciso praticar a “artimanha” para garantir a sobrevivência profissional. Essa “esperteza” presente na fala do entrevistado, porém, escamoteia a exploração do trabalho dos jovens aprendizes, ao mesmo tempo em que valoriza certa autonomia nas decisões dos trabalhadores, o que subestima a correlação de forças entre patrões e empregados. Em termos simbólicos, poderíamos concluir que quem pula o “janelão” é a empresa. Além de driblar o Ministério do Trabalho, as gráficas exploravam ao máximo não apenas a força de trabalho, mas também a necessidade e a ambição de jovens dispostos a aprender uma profissão.

Por outro lado, um trabalhador gráfico mais experiente tinha o seu saber profissional usado como um instrumento de resistência nas oficinas. Gráficos há mais tempo na profissão e que detinham conhecimento de técnicas específicas tinham maior poder de barganha perante os patrões. Américo Pereira começou a trabalhar em uma gráfica aos 11 anos de idade, em Portugal, seu país de origem. Américo chegou ao Brasil em 1950, com quase vinte anos de trabalho em gráficas. No mesmo ano em que desembarcou no Brasil, começou a trabalhar na *Gráfica Barbieri* como compositor, mas logo teria sido convidado pelo chefe a passar para o setor de paginação. Américo afirma que não gostava do setor de composição e ficou estimulado com a mudança. Ele possuía a habilidade para paginar livros que, segundo ele, nenhum outro operário da gráfica havia atingido. Os gráficos da oficina não dominavam a técnica de colocar notas de rodapé nos impressos, problema que Américo, segundo o próprio, resolvia com facilidade. Ele afirma que não ensinou ao chefe o procedimento de imediato, uma forma de assegurar que seu saber técnico continuaria sendo seu diferencial. Certamente que sua permanência na empresa foi resultado de

outros fatores, mas é interessante como ele percebe e utiliza sua destreza profissional como algo que lhe teria garantido certa estabilidade no emprego.

Eu quando cheguei em casa naquele dia falei para minha mulher: Ana, eu vou começar segunda-feira a trabalhar em um setor que eu não vou sair mais da Barbieri, só aposentado ou se morrer [...] Eu fui para a Barbieri, tinha lá um montão de listas de uma empresa de Brasília e aqueles trabalhos não saiam dali nem por nada, ninguém acertava. Descobri logo o que era. Peguei as páginas e comecei... tirei prova, passaram dois dias, ok, pode imprimir, o meu chefe falou assim: o que é que você fez aí, isso está aí há meses, já tinha quatro ou cinco paginadores e não... ah meu filho isso é segredo profissional, eu não vou dizer, o cara queria saber. Se até agora vocês não descobriram por que eu... eu não digo não, e não disse. Mais tarde, eu ensinei mais tarde eu já estava firme. Foi o que aconteceu, eu sai de lá aposentado.¹²⁸

A possibilidade de prever o curso de sua própria carreira, como fez Américo e alguns de seus colegas de profissão que permaneceram na mesma empresa por mais de duas décadas, era uma realidade possível nos anos 1950 e 60. O gráfico Eliezer Justino chegou ao Rio de Janeiro no mesmo ano que Américo Pereira, 1950. Ele vinha de Itabuna, na Bahia, onde aprendeu a profissão de compositor. Em 1953, Eliezer começa a trabalhar na AGGS e a frequentar o Sindicato dos Gráficos.

Pra você ver a minha dedicação dentro da empresa era tanta que a própria empresa me aposentou. E eu tive a felicidade de, completei 10 anos ganhei um presente, completei 15 anos ganhei um presente e uma viagem pra São Paulo. Completei 25 anos, foi quando eu me aposentei. Eu tenho três presentes, um broche prata e tenho três broches de ouro.¹²⁹

O emprego assalariado de longo prazo, experimentado por essa geração, contrasta com o “caos” do desemprego e da instabilidade no trabalho retratado na charge publicada no jornal do Sindicato dos Gráficos de São Paulo em 1973.¹³⁰ A instabilidade no emprego entrará na ordem

¹²⁸ Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2009. Américo Pereira. Américo trabalhou durante 25 anos na Gráfica Barbieri até se aposentar.

¹²⁹ Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Eliezer Justino da Silva.

¹³⁰ Ver figura 01.

das questões debatidas pelos trabalhadores e será cada vez mais difícil a elaboração de projetos de longo prazo.¹³¹

A possibilidade do emprego de longo prazo, responsável por amenizar os conflitos surgidos nas relações de trabalho, no entanto, não eliminava as disputas nas oficinas gráficas. O conflito também se dava entre o conhecimento técnico e o conhecimento teórico. Alguns chefes de oficina com grau elevado de escolaridade não dominavam o funcionamento das máquinas ou o conhecimento de todas as etapas dos processos de composição e impressão. Esses chefes, em algumas situações, chegavam a ser ridicularizados pelos gráficos, tornando-se, em parte, submetidos ao conhecimento e à experiência prática dos operários.

A gente tava comentando desses dois chefes que tem na Editora Ediouro, eles não gostam de mim, dele e do outro colega que não pode vir hoje, o Zé Roberto. Porque a gente batia de frente, aprenderam com a gente. Eles entraram, não tinham o conhecimento, garotão de faculdade, canudo, formado, mas não tinha nenhum conhecimento. Então chegava lá na máquina a gente é explicava lá pra eles.¹³²

A introdução de novas tecnologias alterou a rotina das oficinas gráficas, afetou a própria identidade dos gráficos e foi, ao longo dos anos 1960 e 70, relativizando a definição do trabalho gráfico como uma “arte”. O episódio citado acima foi se tornando cada vez mais raro nas grandes empresas, ou seja, os operários estavam perdendo o domínio de seu processo de trabalho. Essa mudança tecnológica também se constituiu como um fator propulsor de embates entre trabalhadores e patrões.

No setor de impressão, como já mencionamos, a introdução das máquinas *offset* foi responsável por uma grande mudança no processo de trabalho desse grupo. Uma das alterações desse novo sistema é a capacidade de produzir mais material em um menor tempo e com um

¹³¹ SILVA, Luis Antonio Machado da. “Trabalhadores do Brasil: virem-se”. *Revista Insight/Inteligente*. Rio de Janeiro, ano 1, n.5, Nov.-dez. 1999 e SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹³² Entrevista concedida à autora em 4 de setembro de 2010. Manuel João Pereira.

número reduzido de operários. O desemprego e a diminuição da renda dos impressores que trabalhavam por diária, em decorrência da introdução das máquinas *offset*, será motivo de conflito nas oficinas. Em 1970, a *Gráfica Editora Jornal do Comércio* passa a operar com impressoras *offset*. O primeiro impacto sentido nas oficinas foi a redução das horas-extras. Os impressores recebiam sete diárias semanais acrescidas de seis diárias e meia, computadas como horas-extras de trabalho. Com a implantação do novo sistema de impressão, os gráficos passam a receber apenas uma diária e meia, além das sete diárias semanais. O conflito é levado à Justiça do Trabalho e os impressores alegam quebra unilateral do contrato de trabalho. As decisões de primeira e segunda instâncias negam o pedido dos impressores pela manutenção das “diárias-extras”.

Ora, a modernização dos métodos de trabalho na Empresa, resultou, decerto, em modificação unilateral do contrato de trabalho; entretanto, a alteração foi lícita porque decorrente do progresso técnico a que não poderia furtar-se a Reclamada.¹³³

A introdução de novas tecnologias distancia o operário do domínio de seu ofício e gera a redução de renda e o desemprego na categoria. Contudo, a Justiça do Trabalho, conforme indicado no caso acima, não considerava a possibilidade de as empresas se eximirem ou minimizarem os efeitos desse processo e, mais ainda, percebendo o prejuízo dos trabalhadores como um dano menor. Segundo Renato Americano, os gráficos nos anos 1970 são colocados em uma situação tensa e complexa por conta das inovações tecnológicas. “Não obstante seu desencanto e revolta permanentes, sua situação mais que nunca parece irreversível, devido à automação permanente de todas as atividades”.¹³⁴ Exemplos como o supracitado irão se repetir nas gráficas pelo país, e com maior intensidade onde havia maior concentração da indústria

¹³³ Acórdão nº. 1003 de 1972.

¹³⁴ AMERICANO, Renato Pacheco. *Comportamento Social e Humano na Indústria Gráfica: Reflexões sobre uma experiência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. p. 8.

gráfica, como no Rio de Janeiro e em São Paulo. A modernização das oficinas gráficas trouxe também outra ordem de disputas entre os próprios gráficos: a busca por colocação e permanência nos postos de trabalho.

2. Uma categoria, várias hierarquias

Os conflitos entre os gráficos ocorriam nas oficinas por diferentes motivos. Desde questões pessoais à disputa pelo trabalho mais lucrativo, passando ainda pelas imposições da hierarquia da categoria. Algumas dessas questões acabavam sendo debatidas na imprensa operária. Em 1962, um artigo publicado no *Notícias Gráficas* relata a então situação das gráficas na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o texto, haveria uma crise de empregos no setor. A solução sugerida para evitar o desemprego seria que um mesmo gráfico não trabalhasse em mais de uma gráfica ou em mais de uma máquina, como era comum no caso dos impressores. A disputa por trabalho ocorria dentro das gráficas, mas antes mesmo de conseguir um emprego era possível perceber entre os gráficos as animosidades geradas pela tentativa de ocupar um posto de trabalho.

Outro apelo que faço é dirigido aos companheiros impressores que trabalham em duas e três máquinas em troca de minguados cruzeiros. O que ganham não justifica o esforço que fazem, levando em consideração os prejuízos que trazem aos companheiros desempregados. Portanto, os que assim procedem estão prejudicando a classe e a si próprio. Amanhã, poderão ser vítimas do mal que hoje fazem.¹³⁵

O artigo em tom de ameaça imputa a responsabilidade de amenizar o desemprego aos próprios gráficos. O autor do texto se coloca como uma “vanguarda” do movimento operário que seria capaz de indicar o melhor caminho a ser seguido pelo grupo. De um lado, o militante

¹³⁵ “Um apelo”. *Notícias Gráficas*. Março de 1962. p.3.

sindical, membro de um jornal comunista, portanto, supostamente parte de uma “vanguarda” e, do outro lado, um operário com uma “falsa consciência”.¹³⁶ O prejuízo da renda do operário que abre mão de acumular tarefas é um mal menor e poderia ser interpretado como a ação de trabalhadores portadores de uma “verdadeira consciência” de classe. Para pensarmos a “consciência”, como conceito histórico, partimos das reflexões de Thompson: “dizer que uma classe em seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido”.¹³⁷ Se um grupo pode ser historicamente definido como classe, é porque ele tem características que os enquadra nesse conceito. Portanto, não caberia essa dicotomia entre “verdadeira” e “falsa” consciência de classe.

Em outros exemplos de disputa por trabalho nos anos 1970, podemos perceber esse embate entre os operários nas oficinas gráficas. A variação do salário, por sua vinculação a tarefas, poderia funcionar como um mecanismo de controle sobre os trabalhadores, já que a diminuição das tarefas poderia comprometer a renda do operário. Para além dessa estratégia de controle, esse sistema também gerava conflitos entre os próprios operários. No caso dos linotipistas, havia a disputa por tarefas mais lucrativas. Em uma decisão judicial que discutia a demissão, por justa causa, de um linotipista da empresa *Ecos Editora*, o desembargador responsável afirma que os incidentes entre trabalhadores na disputa das tarefas mais lucrativas é aceitável e não caracteriza falta disciplinar que justifique a demissão por justa causa. A decisão

¹³⁶ Em outro artigo do mesmo periódico, temos uma definição sobre a consciência de classe. O texto afirma que existem operários que não tem consciência de operário e conclui: “ter uma consciência falsa é enganar-se ou ser enganado sobre sua verdadeira condição”. “Verdadeira” e “falsa consciência”. *Notícias Gráficas*. Janeiro-Fevereiro de 1963. p.2.

¹³⁷ THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”, in: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Luigi e SILVA, Sergio (org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 279.

da segunda instância confirma o que havia sido decidido anteriormente e dá ganho de causa ao linotipista. Segundo o desembargador, as testemunhas da própria reclamada:

[...] também declaram as boas qualidades profissionais do reclamante embora explicassem de maneira por vezes contraditória os incidentes havidos por disputa de tarefas mais rendosas o que é perfeitamente compreensível quando a contra prestação se faz por tarefa.¹³⁸

Não tivemos acesso ao tipo de “incidente” ocorrido entre os gráficos, mas sabemos que poderiam incluir agressões verbais e físicas e que, em alguns casos, a Justiça do Trabalho era mais rígida com o “desvio” disciplinar nas oficinas. Em 1971, dois operários da *AGGS Indústrias Gráficas* trocaram palavras ofensivas e se agrediram fisicamente, sendo ambos, em seguida, demitidos por justa causa. Um dos operários ingressa na Justiça do Trabalho questionando a demissão, perde na primeira instância e recorre da decisão. O resultado do julgamento no TRT/RJ confirma a primeira decisão: “troca de ofensas e agressão física em local de trabalho, autoriza a dispensa por justa causa”¹³⁹ e acrescenta: “dispensados ambos [os operários envolvidos no episódio], bem agiu Ré”.¹⁴⁰ Não temos detalhes da motivação da briga, mas podemos concluir que o exemplo para os demais operários é aplicado. A demissão por justa causa e a concordância da Justiça do Trabalho com a decisão reforça a necessidade de disciplina e cordialidade entre os operários no local de trabalho.

O cotidiano das oficinas, entretanto, apresentava uma série conflitos, por diferentes questões e que se manifestavam de diversas formas. A hierarquia entre os operários também era fonte de disputas, comumente expressa na distinção entre os gráficos mais qualificados e os menos qualificados. O horário de intervalo no trabalho poderia ser também aproveitado para momentos de lazer, mas nem sempre predominava a cordialidade. Jairo dos Santos narra que, em

¹³⁸ Acórdão nº. 703 de 1972.

¹³⁹ Acórdão nº. 1367 de 1972.

¹⁴⁰ Idem.

uma das gráficas em que trabalhou, os operários aproveitavam a hora do almoço para jogar cartas com os colegas de oficina. Um operário entre os que gostavam de jogar sueca, um cortador de guilhotina, segundo Jairo, tinha por hábito rasgar o baralho ao perder o jogo.

E teve um dia que eu tive que dar uma de corajoso. Quando ele ameaçou rasgar o baralho, paraibano ele. Digo, olha esse baralho é meu, se tu rasgar tu vai engolir as cartas [...] Ele já era meio coroa, mas desses coroas conservados né. Se tu rasgar, tu vai engolir. Não tenho medo de você, não tenho medo de homem, aí falei: “Meu avô tinha um ditado que meu pai dizia bem: não tenho medo de homem nem do ronco que ele tem, o besouro também ronca, mas se vê não é ninguém”. Aí eu ganhava ele pelo grito. Deixava o baralho inteiro, não rasgava. Já rasgou uns três ou quatro baralhos lá. Era um Paraibasinho metido, mas ele pegou um cearense [Jairo]. Puxa, onde eu arranjei tanta coragem? [...] Ele era cortador de guilhotina e eu era linotipista, linotipista sempre foi superior dentro da categoria.¹⁴¹

Jairo começa sua narrativa apresentando o personagem da discórdia, um “companheiro que era cortador da guilhotina”, depois segue descrevendo o evento e destaca a violência do “companheiro” ao rasgar o baralho dos colegas de oficina. O término da narrativa é marcado pela diferença entre os dois, que em certa medida parece explicar o fato de Jairo ter ganhado a disputa. Por ser linotipista, era “superior” ao cortador de guilhotina, essa conclusão encerra a questão. Também percebemos um conflito de identidades regionais no episódio, Jairo recorre à outra identidade, a de Cearense, e relembra com entusiasmo, durante a entrevista, o cordel que disse para o colega anos atrás.

As disputas entre gráficos de setores diferentes também poderiam ser acompanhadas, em outro momento de lazer: os torneios internos de futebol promovidos pelas oficinas gráficas. Nesses torneios, várias seções disputavam entre si o campeonato e não era raro que as desavenças entre os gráficos fossem expostas nos campos de futebol. Uma partida entre seções que cultivavam desavenças, como a “impressão” e a “rotogravura” (pré-impressão) da *Empresa*

¹⁴¹ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

Gráfica O Cruzeiro, era esperada “com grande ansiedade, devido à rivalidade entre as duas seções”.¹⁴²

Voltando à questão da hierarquia, os gráficos também se auto-distinguiam entre os que ocupavam cargos de chefia e os que eram comandados por esse segmento. O linotipista Fraga Júnior fala das experiências profissionais que teve com alguns gráficos que ocuparam cargos de chefia. Para ele, esses gráficos defendiam o patrão e desrespeitavam o trabalhador, por isso chega, até mesmo, a não considerá-los como parte de uma mesma categoria. Em uma de suas tentativas de conseguir emprego no Rio de Janeiro, Fraga Júnior ouve a seguinte resposta de um chefe de oficina: “aqui precisa de linotipista mais bem tarimbado”.¹⁴³ Na definição do chefe da oficina, um gráfico que se formou em uma escola técnica, caso de Fraga Junior, não era “tarimbado”, ou seja, não tinha experiência suficiente para trabalhar na empresa. Poderíamos interpretar esse conflito como uma questão geracional, nos termos propostos por José Ricardo Ramalho.¹⁴⁴ Em seu estudo sobre a Fábrica Nacional de Motores (FNM), o autor utiliza um conceito de geração que se refere mais a experiência comum vivida por um determinado grupo do que propriamente a faixa etária dos seus membros. Na FNM, a divisão geracional foi constatada entre os operários que chegaram primeiro à fábrica e tiveram a maior parte do seu aprendizado profissional dentro da própria FNM e aqueles que chegaram anos depois e já possuíam uma formação técnica anterior à experiência na FNM.¹⁴⁵ No caso narrado por Fraga Júnior, entretanto, o chefe em questão, um linotipista, tinha estudado na mesma escola técnica em que o entrevistado

¹⁴² “Torneio interno de Futebol”. *Notícias Gráficas*. Março de 1962. p.2.

¹⁴³ Entrevista concedida à autora em 17 de outubro de 2010. Valdir Fraga Junior.

¹⁴⁴ RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹⁴⁵ No caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), também podemos observar essa divisão geracional entre seus operários. “Assim, introduz-se no espaço fabril o ‘conflito de gerações’, significando não necessariamente uma oposição entre operários biologicamente mais ou menos jovens, mas sim correspondendo ao surgimento de trabalhadores com um novo perfil”. PESSANHA, Elina e MOREL, Regina. “Gerações Operárias: Rupturas e Continuidade na Experiência de Metalúrgicos no Rio de Janeiro”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1991. v. 6, n. 17. p. 70.

se formara. Percebemos então que o cargo de chefia teria conferido um diferencial entre os dois operários com a mesma formação técnica. O chefe tinha o poder de privilegiar algo que ele mesmo só atingiu com o tempo: a experiência prática do exercício da profissão. Mais que uma questão geracional, temos aqui uma divisão hierárquica entre os operários. Apesar de uma mesma origem na formação profissional, o cargo de chefia criou uma distinção entre os dois gráficos.

Eu por exemplo, já fui em oficina que eles eram chefes da linotipo e não me deram oportunidade nem pra trabalhar. Depois passaram até a ser presidente do Sindicato, Departamento de Aposentados. Uma vez eu até tive lá na reunião falando, que lição boa que eu estou tendo aqui, reunião dos aposentados, eu não era aposentado, estou vendo uma porção de aposentados que hoje está na mesma luta nossa. Vocês devem ter aprendido bastante. [Alguns membros do sindicato disseram:]. “O Fraga foi lá pra provocar os aposentados” Vocês eram patrões, patrãozinho, chefe. Eu não falei a palavra chefe. Defendendo o patrão e agora vocês estão na mesma trincheira pedindo mais um pedacinho de bico de pão.¹⁴⁶

Para Fraga apesar de os “patrões” ocuparem cargos no Sindicato dos Gráficos, eles fazem parte de outra categoria. No entanto, a condição de aposentado aproximaria esses dois segmentos, uma vez que a perda de poder, ou prestígio social, e a defasagem salarial tornariam todos esses gráficos semelhantes em sua vulnerabilidade. Essa perspectiva não é compartilhada pelos “chefes” que incorporam o pertencimento a categoria dos gráficos sem nenhum tipo de restrição. A condição de chefe é, em alguns casos, tida como algo passageiro que não deveria afastar esse segmento dos demais membros da categoria.

O linotipista Nilton Pedrosa, que exerceu por quatro anos e meio a função de gerente de produção na gráfica AGGS, representa ainda hoje uma liderança, sobretudo entre os gráficos aposentados.

Eu sempre olhei a categoria. Eu nunca olhei pro meu pé, pro meu umbigo, olhava como um todo. Se fosse uma coisa que tivesse que favorecer meia dúzia eu era contra. Ou favorece todo mundo, ou não favorece ninguém. Ou sai pra todos, ou não sai pra ninguém, eu sempre fui assim, na companhia era a mesma coisa, por isso que o pessoal gostava muito de mim, mesmo como chefe.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Entrevista concedida à autora em 17 de outubro de 2010. Valdir Fraga Junior.

¹⁴⁷ Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa.

O depoimento acima também acaba por reafirmar a tensão existente entre os chefes e os demais operários. Pedrosa afirma que conquistou o respeito e até mesmo o carinho dos operários, apesar de ele ter exercido a função chefe. Ou seja, seu caso consiste na exceção diante da regra. As relações tensas entre chefes e operários também poderiam ser substituídas por certa solidariedade entre os membros de uma mesma gráfica, como podemos acompanhar em alguns casos da Justiça do Trabalho. Chefes de oficina que, ao deporem como testemunhas do patrão, acabam por beneficiar o trabalhador com elogios a sua conduta e qualidade técnica. Porém, esse tipo de episódio não alterava a rotina dos locais de trabalho, onde os conflitos continuavam sendo frequentes e poderiam ser acionados por diferentes questões: dos embates com os chefes às condições de trabalho nas oficinas.

A questão da insalubridade afetava boa parte dos operários nas oficinas e, ao se tornar, por vezes, elemento aglutinador do grupo, criava mais uma oposição de interesses entre patrões e operários. As modificações na legislação trabalhista, criando alguns benefícios para os trabalhadores expostos a condições insalubres, e a consolidação de uma interpretação jurídica que favorecia esses operários, ao longo dos anos 1960 e 70, amenizaram a questão das condições de trabalho, mas não eliminaram o prejuízo a saúde dos trabalhadores.

3. Mutilações e materiais tóxicos: o outro lado da arte

O debate sobre as condições de trabalho era assunto corrente entre os gráficos, como podemos acompanhar através das frequentes matérias sobre o assunto publicadas nos periódicos da categoria. Questões como insalubridade e acidentes de trabalho, que muitas vezes mutilavam

os operários, faziam parte do dia-a-dia dos gráficos. Os acidentes, bastante comuns em algumas máquinas do setor, apontam um lado nada romântico da profissão. João Amado, impressor do *Jornal do Brasil*, exibe uma cicatriz no braço e relembra um momento difícil experimentado durante sua jornada de trabalho.

O braço é que foi brabo, o braço eu estou passando o papel. O papel passa dentro das baterias, quando eu meti o papel... Só que o rolo era de borracha, minha sorte, se é de ferro já era. Quando eu meti o papel minha mão prendeu, engoliu, foi comendo, foi comendo e eu gritando, gritando. Já esqueci o botão, já perdi o botão, já perdi o contato com o botão [que desliga a impressora]. Gritando, sentindo dor, aí parou, chamaram o Luisão, ele veio correndo meteou... que o certo é desmontar, o certo é desmontar a rolagem. Não pode voltar. Ele veio correndo com a barra de ferro e quebrou o rolo. Eu tive que operar o braço e tudo.

Nesse episódio, a solidariedade de colega de oficina amenizou o sofrimento de João Amado. Contrariando a orientação dos superiores, que recomendava, em caso de acidente, desmontar a máquina para a retirada da parte do corpo do operário presa, Luisão agiu certamente motivado pelo desespero do colega e, ao golpear a máquina, liberou o braço de Amado. Apesar de passar por uma cirurgia e permanecer um período afastado do trabalho, poderíamos dizer que Amado teve sorte por não perder partes do membro. Os acidentes nas máquinas de impressão como a que vitimou Amado costumam mutilar os membros dos operários. Um episódio ocorrido na *Imprensa Popular*, jornal ligado ao PCB, oferece-nos a dimensão do tipo de acidente que poderia ocorrer. Um aprendiz de impressão colocou a mão entre os dois cilindros da máquina para tentar segurar o papel. Seu braço direito foi esmagado pelos cilindros que pesavam cinco toneladas cada. Ele perdeu todo o antebraço no acidente.¹⁴⁸

Em 1963, o jornal *Notícias Gráficas* estréia a coluna “Fatos e Coisas”, com o objetivo de publicar denúncias sobre problemas nas oficinas gráficas e demais avisos, advertências e

¹⁴⁸ “Engraçado, dizia ele, fugi da máquina de sisal na Paraíba, mas era minha sina, tinha que perder a mão de qualquer jeito, na impressora do Partido”. SOUSA, Raimundo Alves. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinardo Reis, 2005.p. 32.

conselhos para os gráficos. Uma das notas da coluna lamenta o acidente ocorrido com um impressor e chama a atenção para a recorrência desses episódios. “Sinceramente que lamentamos o acidente ocorrido com o “velho” companheiro Arnaldo Fermani. Mais uma vez a *offset* rouba dedos preciosos de ‘astros’ da arte gráfica”.¹⁴⁹ Enquanto os acidentes de trabalho mutilavam os operários, o calor nas oficinas, o ruído excessivo e o contato com materiais tóxicos deixava tantos outros doentes.

A exposição a materiais tóxicos e ruídos excessivos no dia-a-dia das oficinas tornou a questão da insalubridade um dos sérios problemas enfrentados por uma grande parcela dos trabalhadores gráficos no período estudado. A regulamentação da aposentadoria especial para esses operários foi incorporada como uma necessidade essencial e motivou uma série de mobilizações em torno da causa. Essa conjuntura fez do debate sobre a insalubridade uma constante no *Voz do Gráfico* e no *Notícias Gráficas*. Na arena da Justiça do Trabalho, o debate sobre o tema também esteve presente nas ações movidas pelos empregados na tentativa de garantir os direitos referentes ao trabalho em ambiente insalubre.

O estabelecimento do pagamento do adicional de insalubridade, proporcional ao tipo de exposição sofrida pelo trabalhador, é uma questão que gerou controvérsias nas decisões judiciais desde sua implantação em 1940. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 não extinguiu as questões controversas sobre o tema. No entanto, seu texto define as atividades insalubres como aquelas que expõem os trabalhadores a agentes nocivos a sua saúde e determina o pagamento de um adicional para os operários que atuam nessas condições. As controvérsias jurídicas foram debatidas na própria Justiça do Trabalho, bem como ganharam espaço nos boletins das instituições de classe. O artigo 6º do Decreto-lei 2.162, de 1º de maio de 1940, define

¹⁴⁹ “Fatos e Coisas”. *Notícias Gráficas*. Janeiro/Fevereiro de 1963. p.3.

o pagamento do adicional de insalubridade, mas sua interpretação, durante anos, não foi única entre os operadores do direito e os próprios trabalhadores.

Para os trabalhadores ocupados em operações consideradas insalubres, conforme se trate de grau máximo, médio e mínimo, o acréscimo da remuneração, respeitada a proporcionalidade com o salário-mínimo, que vigora para o trabalhador adulto local, será de 40%, 20% e 10%, respectivamente.¹⁵⁰

Os trabalhadores debatiam, em suas publicações, os diferentes encaminhamentos que estavam sendo dados a casos concretos sobre o adicional de insalubridade na Justiça do Trabalho, bem como expunham as interpretações dos operadores do direito sobre o decreto-lei citado. Esse debate na imprensa operária demonstra que os trabalhadores não estavam passivos diante das decisões jurídicas e buscavam não só compreender as leis, mas interferir no processo de interpretação e aplicação das mesmas.

A taxa adicional sobre os salários dos trabalhadores que militam em indústria insalubre – como os gráficos – vem sendo objeto de discussão na esfera judicial do país, sem que até o momento tenha sido dada a última palavra a respeito do momentoso assunto. Entendem alguns juízes que a aplicação do adicional-insalubridade só cabe aos trabalhadores que vencem salário-mínimo, outros, contudo, acham que incide sobre qualquer salário.¹⁵¹

Sindicalistas e operadores do direito não chegavam a um consenso e, por outro lado, essa indefinição gerava dúvidas entre os operários que, na falta de certeza sobre quais seriam seus direitos, recorriam à Justiça do Trabalho. Os sindicalistas gráficos tinham sua própria definição do decreto-lei, analisando as interpretações que haviam surgido até o momento como equivocadas.

Quis o legislador, em primeiro lugar, criar um ônus para os industriais que exploram tais negócios, a fim de obrigá-los a sanear seus estabelecimentos; em segundo, facultar aos

¹⁵⁰ Artigo 6º do Decreto-lei 2.162, de 1º de maio de 1940.

¹⁵¹ “O problema do adicional-insalubridade”. *Voz do Gráfico*. Dezembro de 1959. p.3.

trabalhadores uma taxa salarial, na proporcionalidade do salário-mínimo, em razão do perigo que correm de intoxicação, em serviços de tal espécie.¹⁵²

Nos anos 1960, a questão sobre a interpretação do decreto-lei que define o pagamento do adicional de insalubridade persiste e o Sindicato dos Gráficos continuará se manifestando na tentativa de criar uma interpretação única para a questão. Em novembro de 1960, o *Voz do Gráfico* publica uma decisão do Supremo Tribunal Federal que contraria uma resolução do Tribunal Superior do Trabalho e nega o adicional aos trabalhadores que recebiam mais que o salário mínimo. As diferentes esferas do poder judiciário estavam longe de chegar a um ponto de convergência sobre o tema e a nota no periódico da categoria, sem comentar a decisão, parecia querer chamar a atenção dos trabalhadores para o problema.

O acórdão embargado cassou a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que mandara pagar aos operários o adicional de insalubridade sobre o salário-mínimo, acrescendo-se o resultado ao salário efetivamente percebido – embargos, rejeitados. A taxa de insalubridade não pode ser adjudicada ao trabalhador, cuja remuneração é superior ao mínimo legal. Se ele presta serviço em local insalubre, mediante pagamento superior ao mínimo legal, presume-se incluído no estipêndio o adicional correspondente à nocividade, considerando, naturalmente, o dispositivo no art. 79 da Consolidação Trabalhista Ac. STF – Pleno (Rec. Ext. – embargos 40.728), Re.: Ministro Vilas Boas, julgado em 19-8-60.¹⁵³

Nos anos 1960, esse debate, sobre as condições de trabalho dos operários expostos a ambientes insalubres, é acrescido da discussão sobre a necessidade de uma aposentadoria especial¹⁵⁴ para esses trabalhadores. Os gráficos estiveram presentes nesse debate e reivindicavam que alguns membros de sua categoria adquirissem o direito de uma aposentadoria especial.

¹⁵²“Interpretações errôneas do Decreto - lei 2.162”. *Voz do Gráfico*. Outubro de 1955. Matéria de capa.

¹⁵³ “Insalubridade”. *Voz do Gráfico*. Novembro de 1960. Matéria de capa.

¹⁵⁴ "A aposentadoria especial é uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, com redução do tempo necessário à inativação, concedida em razão do exercício de atividades consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física. Ou seja, é um benefício de natureza previdenciária que se presta a reparar financeiramente o trabalhador sujeito a condições de trabalho inadequadas." CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. 8.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007. p. 499.

Nos anos de 1960, a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas (FNTIG)¹⁵⁵ e, em especial, Newton Eduardo de Oliveira, seu presidente (1962-1964), desempenharam um papel central na mobilização dos trabalhadores para discussão da aposentadoria especial. A categoria atribuiu a conquista desse direito, em parte, à de militância Newton Eduardo. Em 1962, Newton Eduardo de Oliveira, recém eleito para a presidência da FNTIG, fala sobre os principais pontos aprovados no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Gráficos. “Aposentadoria especial para os gráficos que trabalham em atividades insalubres, perigosas e penosas; regulamentação da insalubridade específica para os trabalhadores gráficos; [...]”¹⁵⁶.

Vai ser regulamentada a aposentadoria especial dos trabalhadores que exercem atividades insalubres, penosas ou perigosas. O direito do benefício conforme o grau de perigo que essa atividade oferece será concedida aos 15, 20 e 25 anos de serviço de acordo com o artigo 65 do decreto 48.959 - A de 19-9-60.¹⁵⁷

Em março do mesmo ano, a FNTIG lança uma campanha em prol da aposentadoria especial, “uma das mais caras e sentidas aspirações” dos gráficos. O apelo era acompanhado de um modelo de telegrama que deveria ser enviado a diferentes órgãos governamentais, reforçando a necessidade de os gráficos serem incluídos na aposentadoria especial.

Os companheiros gráficos devem enviar telegramas e memoriais ao Conselho de Ministros, ao Presidente da República, à Câmara Federal, ao Senado, às Câmaras Estaduais e Municipais, pressionando para que seja aprovado o projeto de aposentadoria especial, que muitos benefícios trará à classe trabalhadora do Brasil.¹⁵⁸

¹⁵⁵ A FNTIG foi fundada na sede do Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro, em agosto de 1953, com o apoio de sindicatos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Amazonas, Paraíba e Sergipe. Na ocasião, Antonio Érico Figueiredo Álvares foi eleito como presidente da Diretoria Provisória. A FNTIG foi reconhecida oficialmente pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio em maio de 1955. “Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil”. *Notícias Gráficas*. Agosto de 1953. p.3.

¹⁵⁶ “Newton Oliveira fala sobre os graves problemas dos gráficos”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. Matéria de capa.

¹⁵⁷ “Aposentadoria Especial dos Trabalhadores será regulada”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. p.5.

¹⁵⁸ “Federação Nacional dos Gráficos movimenta a campanha pela aposentadoria especial”. *Notícias Gráficas*. Março de 1962. p.4.

A questão da regulamentação da aposentadoria especial para os trabalhadores que fossem expostos a ambientes insalubres mobilizou diferentes grupos na busca por uma adequação da questão. No periódico dos gráficos, eram comuns os artigos que incluíam os avanços de outras categorias de trabalhadores, como os do Serviço em Gás, nesse debate. O momento político do país contribuiu para a mobilização dos gráficos e de outras categorias profissionais em torno da ampliação dos direitos trabalhistas. Nesse cenário do início dos anos 1960, o recurso a Justiça era uma possibilidade na busca por direitos, mas o período democrático reserva a opção de outros meios, como as greves, para legitimar as demandas dos trabalhadores.

Os trabalhadores de Serviço em Gás que têm uma diretoria que luta pelos seus direitos, estão agora em fase conclusiva de sua luta em favor da taxa de insalubridade. Atualmente e acima das decisões judiciais tentam fazer valer seus direitos, através do contrato e até mesmo da greve, mas também sem descurar sequer um minuto, fazem transitar através dos Tribunais de Trabalho do País, questões trabalhistas, objetivando consegui-lo por meios judiciais.

Agora, a sua luta chega ao momento culminante e fazemos votos pela sua merecida vitória. E nós, que temos a insalubridade regulada em lei, precisamos obrigar a diretoria a iniciar o trabalho no sentido do cumprimento daquele dispositivo.¹⁵⁹

No caso particular do artigo supracitado, para além do exemplo de como outra categoria lidava com os problemas decorrentes da insalubridade, o texto de setembro de 1963 questiona a ação diretoria do Sindicato dos Gráficos. O ano de 1963 foi marcado por um conflito declarado entre os integrantes do *Notícias Gráficas* e a diretoria do Sindicato dos Gráficos, como veremos com mais detalhes no próximo capítulo. É importante perceber essa cobrança à direção, em relação as suas posições no debate sobre a insalubridade, também como reflexo da disputa política pelos caminhos que o sindicato deveria seguir. Em outro artigo na mesma edição do jornal, novamente a direção do Sindicato é acusada de negligência diante das condições de

¹⁵⁹ “O pessoal de serviço de gás e a insalubridade”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1963. p.2.

trabalho dos operários gráficos. Porém, desta vez a comparação é com a campanha de mobilização dos enfermeiros da cidade de Santos, em São Paulo.

Depois desta conquista [enquadramento dos trabalhadores gráficos no rol de profissões insalubres] o presidente do Sindicato dos Gráficos concedeu entrevista afirmando que a taxa de insalubridade deveria ser calculada sobre o salário integral e não somente sobre o salário mínimo como a portaria regulamentou.

Diante de tal afirmação às vésperas do pleito de outubro, para quem desejava apenas votos para eleger-se deputado, estava tudo muito oportuno e objetivo, mas para os gráficos a promessa leviana ficou. Nada mais, além da elegante promessa foi feito. [...]

A direção do Sindicato dos Enfermeiros de Santos vem dando, à diretoria do nosso Sindicato, e em particular ao presidente dos gráficos, uma lição de como se deve lutar por um direito líquido e certo. E nota-se, Santos é uma cidade com 300.000 habitantes, enquanto a GB [Guanabara] conta com quase 4.000.000. O Sindicato dos Enfermeiros de Santos é composto de mil e poucos profissionais enquanto que os gráficos cariocas são 16.000. E o que fez o presidente dos gráficos? Nada. Nada, vergonhosamente, enquanto as medievais oficinas guanabarinas infestadas de gases venenosos sempre e cada vez mais levam os nosso companheiros não só aos hospitais, como também em volume crescente aos cemitérios.¹⁶⁰

Os exemplos dos trabalhadores do gás e dos enfermeiros de Santos também evidenciam o esforço dos gráficos comunistas no pré-1964 para se manterem atualizados em relação às disputas e conquistas de outras categorias. O *Notícias Gráficas* procurava vincular a demanda dos gráficos a questões debatidas por outros operários no Brasil, dando um caráter mais “universal” para a demanda do grupo. Nos exemplos citados, o sucesso obtido por outras categorias demonstra até onde os próprios gráficos podem chegar, mas acima de tudo evidencia uma “insuficiência” no ativismo sindical do grupo que deveria ser superado.

A aposentadoria especial, prevista desde 1960,¹⁶¹ foi regulamentada em 1964. O decreto assinado pelo presidente João Goulart foi referendado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, Amaury Silva, no dia 7 de fevereiro daquele ano. Por tratar-se do dia nacional dos

¹⁶⁰ “A insalubridade, os gráficos e os enfermeiros de Santos”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1963. p.6.

¹⁶¹ “Art. 31. A aposentadoria especial será concedida ao segurado que, contando no mínimo 50 (cinquenta) anos de idade e 15 (quinze) anos de contribuições tenha trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços, que, para esse efeito, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos, por Decreto do Poder Executivo”. Lei 3.807/1960, de 26/8/1960.

gráficos, a data tinha mais um motivo para ser comemorada pela categoria.¹⁶² Com a regulamentação da aposentadoria especial, a questão do adicional de insalubridade continuava sendo uma das importantes demandas da militância dos gráficos por melhores condições de trabalho. Nesse cenário, Newton Eduardo de Oliveira, presidente da FNTIG, era cobrado a se posicionar diante do pleito dos trabalhadores.

Conclamamos pois, nesta altura dos acontecimentos, ao Presidente da Federação Nacional dos Gráficos, companheiro Newton Eduardo de Oliveira, como elemento experimentado do assunto para, unidos a todos os Sindicatos Gráficos do País e a todos os trabalhadores da categoria gráfica, levarmos a luta à frente para concretizarmos aquilo que indiscutivelmente merecemos. *Notícias Gráficas* se coloca na primeira linha desta luta e levanta bem alto a bandeira pelo pagamento da Taxa de Insalubridade paralelamente à aposentadoria especial.¹⁶³

A partir do golpe civil-militar de 1964, a mudança na conjuntura política também irá redirecionar o tipo de mobilização que os trabalhadores articulavam em torno de suas demandas por melhores condições de trabalho. As questões jurídicas sobre a regulamentação do trabalho continuavam na pauta dos gráficos e as conquistas, mesmo que restritas, eram ressaltadas pelo grupo. Em 1968, os gráficos comemoram o fim do limite de idade para a aposentadoria especial. No entanto, o que poderia ser considerado um avanço para os gráficos, também foi marcado por uma forte insegurança gerada pela revogação do Decreto-Lei 53.831 de 1964¹⁶⁴, que definia as profissões que seriam enquadradas na lei de aposentadoria especial. O assunto de interesse de

¹⁶² “Referendado o decreto da aposentadoria especial”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1964. p.6.

¹⁶³ “Finalmente regulamentada a aposentadoria especial; sua assinatura no Dia dos Gráficos e as implicações no pagamento da Taxa de Insalubridade”. *Notícias Gráficas*. Março de 1964. p.8.

¹⁶⁴ O Decreto-lei 53.831 de 1964 era acompanhado de um quadro que estabelecia quais as atividades profissionais eram consideradas insalubres, qual o tempo mínimo de trabalho para ter direito à aposentadoria especial e quais os materiais ou condições de trabalho que seriam considerados insalubres. No caso dos gráficos, temos a seguinte classificação: “Campo de Aplicação: composição tipográfica e mecânica, linotipia, estereotipia, eletrotipia, litografia e *off-set*, fotogravura, rotogravura e gravura, encadernação e impressão em geral. Serviços e atividades profissionais: Trabalhadores permanentes nas indústrias poligráficas: Linotipistas, monotipistas, tipográficas, impressores, margeadores, montadores, compositores, pautadores, gravadores, granitadores, galvanotipistas, fresadores, titelistas”. Decreto-lei 53.831 de 1964.

todos os gráficos que trabalhavam em condições insalubres também era debatido no boletim sindical da categoria em São Paulo.

Isso voltou a preocupar o Sindicato, pois no caso estaria em jogo não só os interesses dos trabalhadores, haveria a interferência patronal e o próprio interesse governamental, no intuito de diminuir as atividades que seriam beneficiadas. Vários foram os contatos estabelecidos, e foi necessário novamente nos arregimentar, para evitar que interesses escusos se sobrepusessem aos justos direitos destas categorias. Houve debates, alegações, justificações, enfim a promessa específica aos gráficos de que não seríamos atingidos pelas medidas de corte que seriam levadas a efeito na reformulação do quadro. Estamos agora ainda na expectativa da publicação do decreto e sua regulamentação.¹⁶⁵

Ao longo dos anos 1970, novas alterações modificaram a regulamentação da aposentadoria especial e o tema continuou a ser objeto de preocupação no Sindicato dos Gráficos.

Em 1975, uma matéria publicada no *Trabalhador Gráfico* reproduz uma exposição feita pelo Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro sobre um problema que também atingia a categoria em outras partes do país.

O Sindicato de São Paulo desenvolve esforços junto às autoridades do Instituto Nacional de Previdência Social, visando o enquadramento de várias funções com denominações diferentes, mas iguais as dos impressores, no regime de aposentadoria especial. Esclareceu ao INPS que as denominações são diferentes por razões técnicas, mas que as atribuições e características de trabalho são idênticas, não se justificando qualquer discriminação. A seguir, transcreveremos exposição feita sobre o mesmo assunto pelo Sindicato da Guanabara, com o despacho favorável, concedido aos colegas daquele Estado a mesma brilhante vitória conquistada pela nossa categoria.¹⁶⁶

Após a solicitação do Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro ao Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT), ligado às delegacias regionais do Trabalho, o órgão emitiu um parecer em que admite a inclusão das “profissões” solicitadas pelo sindicato na categoria de atividades insalubres. Essa conquista poderia ser interpretada a partir de uma perspectiva de mudança na condução do Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro?

¹⁶⁵ “Aposentadoria especial e a insalubridade”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, julho-agosto de 1968. p.3.

¹⁶⁶ “Outra vitória da nossa categoria profissional”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, maio de 1975. p.3.

O ano de 1974 é apontado por um grupo de gráficos como o momento de retomada da atividade política no Sindicato dos Gráficos. A eleição de Cyro da Costa Roza¹⁶⁷, que permanece na presidência do sindicato até 1986, seria um avanço para a política sindical da categoria. Nos anos 1980, Cyro da Costa Rosa faz parte da Coordenação Intersindical do Rio de Janeiro, que segundo a polícia política:

Na área do Estado do Rio de Janeiro, atualmente, os líderes sindicais mais atuantes e influentes estão ligados à chamada “Coordenação Intersindical do Rio de Janeiro”. Esses líderes são, na realidade os únicos que podem, por suas ações através de ligações e pelo apoio que contam das organizações de esquerda, definir o movimento sindical.¹⁶⁸

Esse “reinício das atividades político-sindicais” guarda algumas continuidades com o período do pós-1964: a) a principal questão que mobiliza a categoria ainda se refere à regulamentação dos benefícios para os trabalhadores que exercem sua atividade em locais insalubres e; b) Cyro da Costa Roza participou da primeira chapa eleita para a direção do sindicato no pós 64, tendo sua trajetória político-sindical diretamente associada ao seu antecessor, Walter Torres.

A mobilização dos gráficos, em torno de questões como a insalubridade, não exclui o fato de o sindicato estar vivendo um processo de rearticulação entre seus militantes e trabalhadores. A primeira greve desse período ocorre em 1986, durante a presidência de José Pereira de Araujo,¹⁶⁹ e tem como maior conquista o feriado de 7 de fevereiro para os gráficos. Marcelo Badaró afirma serem as greves “a face mais evidentemente conflituosa do processo de

¹⁶⁷ Cyro da Costa Roza nasceu em 17 de janeiro de 1927 na cidade de Itapemirim no Espírito Santo. Era linotipista formado pela Escola técnica de Vitória. Exerceu o cargo de Juiz Classista e foi presidente do Sindicato dos Gráficos entre 1974 e 1986.

¹⁶⁸ Polícia Política/RJ – DGIE, Pasta 314 – F.

¹⁶⁹ José Pereira de Araujo é natural de Pernambuco, exerceu a função de compositor tipográfico da Gráfica Palmeiras, no Rio de Janeiro e foi presidente do Sindicato dos Gráficos entre 1986 e 1989. Em 1965, José Pereira também fez parte da chapa, que assume o Sindicato dos Gráficos, liderada por Walter Torres.

formação da classe”.¹⁷⁰ Podemos concordar com sua afirmação, mas não devemos perder de vista a imensa e variada gama de modos de “resistência” que a classe trabalhadora empregou ao longo de sua história.¹⁷¹ Portanto, a ausência de greves nos anos 1970 não significa que a categoria dos gráficos não estivesse em processo de construção e organização. A demanda por direitos, no entanto, permanece privilegiando a negociação, como é o caso a regulamentação da aposentadoria especial para os gráficos. Uma vez que as conquistas jurídicas nem sempre eram garantia de cumprimento das obrigações dos patrões, a Justiça do Trabalho era constantemente acionada, o que também podemos considerar como outra frente de resistência dos trabalhadores.

Em 1975, um parecer do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho conclui que não haverá dificuldade quanto à inclusão das funções com denominação diversa, mas com a mesma característica de exposição a materiais tóxicos nos códigos que regulamentam a aposentadoria especial. Quanto ao mecânico de linotipo, o documento ressalta que quando comprovada a exposição aos vapores do chumbo e ao calor, o trabalhador também teria direito à aposentadoria especial.

Refere que exercendo as mesmas funções de impressores e ajudantes, encontram-se offsetista, seguidor, provista, margeador, tirador, tirador de folha, tirador de litógrafo. No campo da fotogravura, as empresas registram seus empregados de acordo com a tradição regional e com as peculiaridades empresarias. Segundo o Sindicato pleiteante exercem as mesmas funções: fotógrafo, gravador, transportador, copiador, tricomista e zincografo. Ainda solicita o Sindicato a inclusão da atividade de Mecânico de Linotipo entre as que dão direito ao benefício, tendo em vista a exposição permanente desses profissionais aos vapores de chumbo e ao calor.¹⁷²

¹⁷⁰ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro, FAPERJ/APERJ, 2003. p.159

¹⁷¹ “Ao contrário da opinião de certos praticantes teóricos, nenhum trabalhador conhecido pelos historiadores permitiu jamais que a mais-valia lhe fosse arrancada do couro sem encontrar uma maneira de reagir (há muitas maneiras de ‘fazer cera’)”. Thompson, E. P. “O que falta no planetário”, in: Thompson, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. p.171.

¹⁷² “Outra vitória da nossa categoria profissional”. *O Trabalhador Gráfico*. São Paulo, maio de 1975.

Como já destacamos, essas vitórias no âmbito da regulamentação da legislação nem sempre representavam o garantia do direito. Nesse sentido, as demandas na justiça elucidam o modo como as leis eram cumpridas por empregadores e quais as interpretações que recebiam dos juristas. A Justiça do Trabalho era recorrentemente acionada e buscava um consenso sobre as demandas referentes à insalubridade.

4. Insalubridade: a leitura da Justiça do Trabalho

Os direitos decorrentes do trabalho numa indústria considerada insalubre eram pleiteados pelos trabalhadores de forma individual e coletiva em esferas diferentes da sociedade, incluindo a Justiça do Trabalho. Apesar dos avanços na legislação que regulamenta o tema os operários gráficos sofreram por muitos anos com a exposição aos materiais tóxicos e com o descumprimento da legislação nas oficinas gráficas. Os acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro nos fornecem uma dimensão dos conflitos surgidos a partir das condições insalubres de trabalho. Podemos analisar a partir desse material como as demandas dos trabalhadores gráficos eram interpretadas pelos magistrados.

O adicional de insalubridade foi um tema constante nos acórdãos nos anos 1960 e 70. A principal questão jurídica envolvida dizia respeito ao cálculo da insalubridade. Não havia consenso se o cálculo deveria ser feito sobre o valor do salário mínimo e depois acrescido ao salário real que o trabalhador recebia ou diretamente sobre o salário real do trabalhador.¹⁷³ O

¹⁷³ Entre os acórdãos analisados, que abordavam a questão da insalubridade, não encontramos nenhuma ação em que o trabalhador em questão fosse uma mulher. As explicações para tal fato podem ser diversas, no entanto passam sem dúvida pelo número reduzido de mulheres na categoria. Além disso, o setor insalubre era um espaço ainda mais

outro ponto de conflito era o pagamento da insalubridade ao trabalhador que recebia mais que um salário mínimo acrescido do adicional de insalubridade. A dúvida é se esse trabalhador deveria ou não receber o adicional. Nas decisões, como os próprios gráficos relatam em seus periódicos, não havia concordância, o que fazia do recurso à Justiça do Trabalho uma opção utilizada com frequência entre os trabalhadores.

Em 1960, a *Gráfica Bloch* recorre, no TRT, de uma decisão em primeira instância que determinava o pagamento do adicional de insalubridade calculado sobre o salário mínimo e adicionado ao salário contratual. A *Gráfica Bloch* era conhecida entre os gráficos por constantes atitudes de desrespeito ao trabalhador. Em uma das reportagens no *Notícias Gráficas* os responsáveis pela *Bloch*, Adolpho Bloch e Oscar Bloch, são chamados de “reacionários”.¹⁷⁴ O acórdão do TRT conclui:

Só quando há, na mesma empresa, trabalho prestado em local salubre igual ao prestado em setor insalubre é que, havendo paradigma, que não o do mínimo legal, é que o adicional se liga ao salário do trabalho igual referenciado.
O caso dos autos é de trabalho insalubre sem comparativo, e é remunerado com salário que cobre o mínimo somado à taxa.¹⁷⁵

A decisão antes favorável ao trabalhador, agora beneficia a empresa argumentando que a lei foi cumprida. Em outro exemplo, o adicional é definido como uma taxa que cumpre a função de aumentar o salário mínimo: “o adicional de insalubridade, tanto na sua base legal, como na sua história, é uma simples taxa de majoração do salário mínimo”.¹⁷⁶ A decisão não foi unânime e o desembargador que teve seu voto vencido argumentou em sentido contrário a determinação da justiça:

restrito para as mulheres nas oficinas gráficas. Contudo, incluem-se entre os casos analisadas ações coletivas em que, embora mulheres pudessem estar presentes, só se tem acesso ao primeiro nome que consta na ação.

¹⁷⁴ “Telescópio nas empresas”. *Notícias Gráficas*. Março de 1964. p.3.

¹⁷⁵ Acórdão nº. 1296 de 1960.

¹⁷⁶ Acórdão nº. 508 de 1960.

Sempre estivemos com os que entendem que o adicional insalubridade deve ser sobre o salário contratual, a não ser que se demonstre, de forma clara e indiscutível, que a sua fixação em nível superior ao mínimo decorreu da inclusão do adicional.¹⁷⁷

Apesar de o tema continuar controverso ao longo dos anos 1960, a Justiça do Trabalho tende a concluir que o adicional de insalubridade deve ser calculado sobre o salário mínimo e acrescido ao salário contratual. Outra controvérsia nos julgamentos dizia respeito ao período sobre o qual deveria incidir o pagamento do adicional de insalubridade. A divergência era se a taxa deveria ser paga a partir da formulação do laudo que constata a insalubridade ou se o benefício deveria ser retroativo, desde que o trabalhador já exercesse a função insalubre. “Acertado o decisório. As diferenças são devidas não a partir do laudo, mas sim, conforme Pré-julgado do T.S.T (n 29 de 30/11/67) do período não prescrito de dois anos”.¹⁷⁸ Outro acórdão faz referência a este “Pré-Julgado”, afirmando que o mesmo: “dirimiu a oscilante jurisprudência até então existente”.¹⁷⁹

No primeiro caso citado, já havia sido determinado o pagamento retroativo e o *Diário de Notícias* recorre da decisão. Já no segundo caso, o entendimento foi de que o adicional não deveria ser pago retroativamente, o que favorecia a empresa *O Jornal S/A*. Nesse caso é o trabalhador que recorre da decisão, buscando garantir seu direito de receber os valores retroativamente, pleito em que foi bem sucedido.

Algumas empresas recorriam das decisões que confirmavam o pagamento do adicional de insalubridade alegando não ser o trabalho executado insalubre. Em uma ação coletiva movida por um grupo de impressores da *Litografia Tucano*, a empresa alega que os trabalhadores não executam trabalho insalubre.

¹⁷⁷ Acórdão nº. 508 de 1960. Voto vencido.

¹⁷⁸ Acórdão nº. 280 de 1968.

¹⁷⁹ Acórdão nº. 1281 de 1968.

No mérito, insiste em que o trabalho dos impressores não é insalubre, porquanto se limitam a colocar as chapas no prelo e a movimentar este, não fazendo composição nem manipulando tipos ou tintas. Cita pronunciamentos deste Regional e do Egrégio Tribunal Superior a respeito, pedindo, finalmente, que a ser devido o adicional, que seja somente a partir de sua comprovação pelo órgão oficial.¹⁸⁰

O laudo produzido pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho não deixa dúvidas da condição de trabalho dos impressores, pois eles manipulavam caracteres tipográficos à base de liga de chumbo, o que estava incluído na definição de atividade insalubre de acordo da portaria 491, de 16 setembro de 1965. O recurso feito pela *Litografia Tucano* é negado. Em outro caso, a *Editores Jornal do Comércio* contesta o laudo que comprova a insalubridade no setor dos linotipistas. Os juízes negam o recurso alegando:

- I – Insalubridade.
- II – A tese do recurso é que o laudo da Higiene não é laudo nem aqui nem na China.
- III – Na China não seria mesmo, pela falta de preceito; mas aqui é.
- IV – aliais, sendo linotipistas os Reclamantes, a condição não podia ser ignorada por uma empresa gráfica, e, por isto, as prestações devidas são devidas com a só limitação do biênio prescricional, conforme o prejudgado que regula a matéria.¹⁸¹

Nesse caso, os representantes da empresa, além de usar um argumento inapropriado e juridicamente insustentável, tentam ignorar a condição insalubre de trabalho de um operário que lida diretamente com materiais tóxicos como o chumbo, o que, desde 1964, já havia sido incluído no quadro de profissões insalubres. A tentativa de desqualificar o laudo sobre as condições de trabalho parece um recurso sem muitas chances de sucesso. Por outro lado, mesmo não tendo seu recurso aceito pela Justiça, a empresa adiou o pagamento dos valores devidos aos trabalhadores.

Como podemos observar, as leis referentes à insalubridade deixavam margem para interpretações diversas que, associadas às constantes alterações na lei, contribuía para a falta de

¹⁸⁰ Acórdão nº. 1589 de 1968.

¹⁸¹ Acórdão nº. 263 de 1968.

pacificação e unanimidade nas decisões jurídicas. No entanto, considerando o momento político experimentado pelo país após a implantação da ditadura civil-militar em 1964, observamos que o recurso a justiça apresentava-se como uma opção válida para os trabalhadores e estes, por sua vez, obtiveram, em muitos casos, sentenças favoráveis aos seus pleitos.

Os conflitos entre patrões e empregados e entre os próprios gráficos, muitos gerados pelas condições de trabalho nas oficinas, também fazem parte da construção da identidade desses operários. Para os gráficos sindicalistas, entretanto, a vida político-sindical ocupa um espaço determinante na definição de suas identidades. A partir da análise dos embates no domínio político-sindical, sem perder a ligação com a conjuntura política nacional, no próximo capítulo, mapearemos a esfera da militância sindical na vida dos gráficos cariocas.

CAPÍTULO III

Voz dos Gráficos: conflitos e consensos na política sindical

Para fins que Vossa Senhoria [Ilm.º. Sr. Superintendente da Polícia Judiciária do Estado da Guanabara] julgar convenientes, transmito em anexo, uma cópia da relação dos Jornais e Revistas que podem ser enquadradas nas Organizações Auxiliares Cripto ou para Comunistas [Notícias Gráficas, Voz do Gráfico etc.] bem como uma relação de revistas e Jornais distribuídos no Brasil e que merecem um estudo detalhado, devido ao caráter de suas publicações. (Polícia Política/RJ - Secreto, pasta 7.)

Este capítulo discutirá as disputas internas ocorridas no Sindicato dos Gráficos, percebendo esse espaço como parte da construção da identidade e da história desses trabalhadores. Questões geracionais, opções político-partidárias e a posição hierárquica ocupada nas oficinas são alguns dos elementos que tornam o grupo suscetível a dissonâncias internas. Conflitos e consensos construídos na instituição de classe serão analisados, num primeiro momento, a partir dos periódicos da categoria.

No entanto, essa abordagem é mais eficiente até 1964. Durante a ditadura militar, o cenário institucional é mais precariamente reconstruído pela imprensa operária. Um dos jornais que registra parte da experiência de militância dos trabalhadores gráficos deixa de circular em 1964. Já o periódico oficial do Sindicato dos Gráficos circula com interrupções ao longo da ditadura. Portanto, para analisar o cenário sindical nesse período, recorreremos a entrevistas e artigos que reconstroem essa história nos anos 1980. Por fim, para entendermos as questões levantadas nesse capítulo, não podemos deixar de considerar o contexto sócio-econômico do país.

As restrições à democracia impostas pelo regime de exceção instalado no país no pós-1964 influenciaram a experiência da classe trabalhadora brasileira como um todo, devendo

portanto ser objeto de nossa análise. Os espaços de militância sindical mantidos após o golpe de 1964 foram novamente atingidos no final de 1968, exigindo um esforço de rearticulação da classe operária. As estratégias de ação sindical serão levantadas nesse capítulo percebendo o impacto das mudanças na conjuntura política para a atuação dos militantes gráficos.

1. Os gráficos e seus periódicos

Parte de história dos trabalhadores nas indústrias gráficas do Rio de Janeiro ao longo do século XX foi materializada nos periódicos escritos pelos próprios trabalhadores. Não importa se esses jornais eram produzidos pelo Sindicato dos Gráficos ou de forma independente por um grupo de gráficos, essa produção tinha em comum a órbita da instituição de classe. A filiação política dos responsáveis pelos jornais influenciava a linha editorial. Portanto, mapear os grupos que controlavam os periódicos dos gráficos é fundamental para analisarmos o tipo de mensagem que eles pretendiam transmitir. É a partir deste conjunto documental que acompanhamos parte das disputas políticas que mobilizaram a categoria e o acirramento de conflitos internos em momentos cruciais, como as eleições sindicais.

Iniciaremos esta tarefa apresentando o jornal oficial do Sindicato dos Gráficos: o *Voz do Gráfico*. Como órgão oficial da categoria, esse periódico traz elementos mais voltados diretamente para o cotidiano da vida sindical. No entanto, não deixa de abordar temas ligados à conjuntura nacional e à política municipal no Rio de Janeiro. Por se tratar de um jornal oficial, encontrava-se submetido a hierarquia sindical refletindo rupturas e continuidades da diretoria do Sindicato dos Gráficos. O *Voz do Gráfico* inicia sua circulação em 1946.¹⁸²

¹⁸² Os gráficos produziram ao longo do século XX uma série de jornais. No início do século, eram oito periódicos editados por tipógrafos. Em 1915, com a criação da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, pressupomos que as diferenças entre os diversos ramos da produção gráfica, que eram refletidas no grande número de jornais, paulatinamente dariam lugar a um discurso mais unificador da categoria. BARBOSA, Marialva. *Operários do*

Com o presente número entra o *Voz do Gráfico* em seu quinto ano de existência. Criado em 1946, na presidência Figueiredo Álvares, por determinação de uma Assembléia Geral, de então para cá sua vida tem sido todo um rosário de lutas em prol de um melhor esclarecimento da classe a que é destinado, quer quanto aos seus deveres, quer quanto aos seus direitos.¹⁸³

Em maio de 1947, o jornal teve sua publicação suspensa por “motivos de ordem administrativa”,¹⁸⁴ mas em dezembro do mesmo ano volta a circular. Observando a numeração dos jornais que tivemos acesso ao longo da pesquisa, constatamos que o periódico manteve alguma regularidade, tendo em quase todo seu período de existência mantido uma periodicidade mensal.¹⁸⁵

O jornal destacava em suas publicações assuntos referentes à vida institucional, como as eleições sindicais, campanhas pela filiação e aumento da mensalidade sindical. Havia um espaço reservado aos informes sobre esporte e lazer que incluíam os jogos de futebol e os bailes promovidos pela Comissão de Recreação e Cultura do Sindicato dos Gráficos. No período estudado, a questão da insalubridade nas empresas gráficas e as disputas por garantias legais para os trabalhadores que exercem sua atividade em locais insalubres também recebem destaque no jornal, como já observamos. Alguns desses assuntos faziam parte de problemas enfrentados pelos gráficos de outros estados, uma vez que podemos encontrar sua ressonância também no boletim oficial do Sindicato dos Gráficos de São Paulo.

Pensamento” (Visões de Mundo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro) 1880 – 1920. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ UFF, 1991. (Dissertação de Mestrado)

¹⁸³ “Nosso Aniversário”. *Voz do Gráfico*. Fevereiro de 1950. Matéria de capa. Em 1926 a União dos Trabalhadores Gráficos passa a editar um jornal cujo título também era *Voz do Gráfico*, o periódico circula até o início dos anos 1930. BATALHA, Cláudio H. M. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”, in BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

¹⁸⁴ “Nosso Aniversário”. *Voz do Gráfico*. Fevereiro de 1950. Matéria de capa.

¹⁸⁵ Em dezembro de 1959, a numeração do jornal aumenta em 100 edições. O que deveria ser o número 168 é editado como número 268. Consideramos esse avanço em 100 números como um erro de edição. A numeração prossegue errada ao menos até março de 1963, último número a que tivemos acesso no pré-1964. A partir de novembro de 1965 a numeração do periódico foi reiniciada. Possivelmente, essa alteração teve como objetivo marcar o reaparecimento do jornal depois do golpe civil-militar de 1964.

Contemporâneo ao *Voz do Gráfico*, o *Notícias Gráficas* foi criado em junho de 1945, durante o processo de redemocratização do país, como um instrumento do Comitê Popular Democrático,¹⁸⁶ ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas especificamente voltado para os trabalhadores gráficos. Entre 1945 e 1946, foi publicado semanalmente e, a partir de 1947, quinzenalmente. Na década de 1960, o jornal é editado mensalmente com algumas interrupções ao longo daqueles anos. Esse jornal foi durante quase duas décadas uma das importantes expressões dos gráficos ligados ao PCB. O *Notícias Gráficas* enfrentou crises¹⁸⁷ e curtos períodos sem circular, mas em 1964, após o golpe, o periódico deixa de ser impresso. No pós-1964, o jornal é desarticulado, alguns dos responsáveis pela edição do periódico têm seus direitos políticos cassados e a manutenção do *Notícias Gráficas* fica seriamente comprometida, resultando em sua extinção. Alguns dos colaboradores do periódico passaram a viver na clandestinidade e a se dedicar a ações de resistência à ditadura diretamente associadas à atuação partidária. O sindicato passou a ser um espaço cada vez mais restrito para alguns desses militantes, que se distanciaram de projetos ligados a sua categoria profissional.

Na confusão ainda dos dias turvos, em que os fascistas e nazistas brasileiros em postos-chaves sabotavam todas as atividades dos anti-fascistas. Um grupo de patriotas democratas iniciou a luta pela Democracia, neutralizando a ação dos “quintas colunas” e nessa altura já se vislumbrando a vitória das forças democráticas. As tropas do glorioso exército Soviético liquidaram as forças nazistas em Estalingrado. Então, os democratas brasileiros, em histórico comício no estádio Vasco da Gama, tendo à frente o grande líder nacional Luis Carlos Prestes, lançaram a palavra de ordem: Formação de Comitês Democráticos. Todas as corporações formaram seus comitês; entre nós, os gráficos figuraram com seu Comitê Democrático [...]¹⁸⁸

¹⁸⁶ Em 1945, o PCB havia retornado a legalidade e uma das preocupações centrais do partido, seguindo uma orientação internacional, era a luta contra o fascismo e pela democracia. No Brasil, os Comitês Populares Democráticos foram criados em 1945 pelo PCB com o objetivo de reunir os trabalhadores em bairros, locais de trabalho e sindicatos para promoverem a luta pela democracia e a inserção política do PCB. Com a cassação do registro do PCB em 1947 os Comitês Populares são extintos. PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. (Dissertação de Mestrado)

¹⁸⁷ “Atravessamos, em junho, 28, o décimo aniversário de circulação. Fizemos, anteriormente grandes projetos para essa data; mas, como ‘o homem põe e Deus dispõe’, estamos tentando superar esta crise. E assim, como ‘quem semeia ventos colhe tempestades’, ‘não ha nada como um dia depois do outro – com a noite no meio’”. “Dez anos de luta”. *Notícias Gráficas*. Agosto de 1955. p.4.

¹⁸⁸ “O papel da Imprensa na vida sindical”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. Matéria de capa.

Caracterizado por um viés declaradamente político-partidário, o jornal reivindica sua inserção no debate sobre os problemas que atingem os gráficos como uma categoria de trabalhadores. Jairo dos Santos, sócio do Sindicato dos Gráficos desde novembro de 1947 e durante alguns anos secretário do *Notícias Gráficas*, define o periódico:

[o *Notícias Gráficas*] não era do sindicato, era da categoria, de esquerda. A *Voz do Gráfico*, que era apartidário, só falava assunto sobre artes gráficas, sobre os gráficos, sobre eventos. Não era um jornal reivindicativo.¹⁸⁹

Durante o período que antecede ao golpe civil-militar de 1964, muitos nomes, entre eles alguns membros do PCB, presentes na elaboração do *Notícias Gráficas* contribuíam para o *Voz do Gráfico*. A própria polícia política em inquérito instalado no pós 1964 enquadra ambos os jornais como sendo propagadores da ideologia comunista e considera o periódico oficial do sindicato como difusor de propaganda subversiva. Apesar de ser um periódico de “esquerda”, o *Notícias Gráficas* se aproxima, em muitos aspectos, do jornal oficial do Sindicato dos Gráficos, como no espaço que dedicava aos eventos como bailes e jogos de futebol, ao cotidiano da vida sindical e a questões pertinentes às condições de trabalho dos gráficos. No entanto, o maior destaque para sua posição ideológica, abordando temas da política nacional e promovendo campanha para candidatos nas eleições municipais e estaduais, é um diferencial do periódico comunista em relação ao jornal oficial do sindicato.

O *Notícias Gráficas* declara ser um elo entre os quadros das oficinas, ou “oficinais”, como denominado em suas páginas, e o Sindicato dos Gráficos. A importância dada à ocupação do espaço sindical aparece como destaque na linha editorial seguida pelo periódico. Para seus editores, os problemas da categoria deveriam ser discutidos dentro da instituição de classe. Entre

¹⁸⁹ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

1954 e 1964, os comunistas ocupam espaços na direção sindical das principais entidades do país. No caso dos gráficos, os comunistas também ocupavam cargos na direção do sindicato e dividiam o poder com lideranças como Giovanni Romita. Já a Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos (F.N.T.I.G) é dirigida, nesse período, pelo comunista Newton Eduardo de Oliveira desde 1962.¹⁹⁰

Porque Notícias Gráficas surgiu como decorrência da necessidade sentida pela corporação de levantar problemas e despertar interesse em todos os quadros oficiais em torno de soluções que unissem e reunissem toda a corporação gráfica dentro do nosso Sindicato. Esse foi o nosso princípio, que até hoje, tem norteado a nossa ação no meio operário.¹⁹¹

O jornal mantém um padrão no conjunto de suas reportagens desde sua fundação e, a partir dos anos 1960, esse padrão parece não ser alterado. Há espaço para questões gerais referentes aos trabalhadores, como a Confederação Nacional da Indústria (CNTI), e para questões como insalubridade e mecanização no setor gráfico e suas consequências para a categoria. Uma seção de “esporte e recreação” anunciava as festas do sindicato, os torneios de futebol e reservava um espaço para anunciar casamentos, batizados, aniversários e falecimentos de membros do sindicato e seus parentes. As questões referentes ao direito do trabalho tinham seu espaço no periódico em uma coluna que respondia às cartas com dúvidas sobre direitos trabalhistas. Outra coluna, “Telescópio nas Empresas”, que nos anos 1950 tinha o nome de “Clamor nas Oficinas”, denunciava problemas que atingiam os gráficos dentro dos locais de trabalho. Perseguição de chefes de oficina, condições insalubres de trabalho, não cumprimento de direitos trabalhistas eram temas dessa coluna. O jornal também noticiava as campanhas salariais e as greves da categoria.

¹⁹⁰ Sobre os espaços ocupados pelos comunistas entre 1954 e 1964 ver: Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, UNIRIO, 2001.

¹⁹¹ “Grafologia da humanidade”, *Notícias Gráficas*. Junho-Julho de 1957. Matéria de capa.

Em períodos de eleição sindical, as campanhas eleitorais e o debate entre as chapas concorrentes costumavam dominar a pauta. Em 1963, como veremos mais adiante, duas edições tratam basicamente das eleições no Sindicato dos Gráficos daquele ano. O primeiro número do periódico que enfatiza essa questão é de setembro de 1963. Poderíamos dizer que a temática que predomina é a necessidade da “renovação”. Uma campanha aberta propondo a renovação da direção do Sindicato dos Gráficos que se mantinha no cargo há mais de oito anos. Já a edição de dezembro do mesmo ano, a importância da “unidade” prevalece nos discursos. Também tendo como tema central a eleição sindical, esse último número do jornal contraria o que parecia ser a tendência anterior e defende a chapa única. É importante ressaltar que até 1964, o grupo do *Notícias Gráficas* e a direção do Sindicato mantiveram uma unidade política. Nas eleições sindicais para o biênio 1964-65, essa unidade parece ruir com acusações entre a direção do Sindicato e o jornal, mas, ainda assim, o resultado final é a união dos dois grupos.

A partir de 1947, o *Notícias Gráficas* passa a ser “um órgão informativo da corporação gráfica”. Essa transição ocorre no momento em que o PCB entra novamente para a ilegalidade e os Comitês Democráticos são extintos, mas essa mudança não parece alterar muito a função que o periódico exercia entre os gráficos. O jornal passa a dar maior ênfase à “corporação gráfica”, porém, continua sendo dirigido por membros ou simpatizantes do PCB e mantém seu caráter político-partidário. Entre janeiro de 1960 e fevereiro de 1962, o jornal não circulou. O periódico volta a circular em fevereiro de 1962, após “um período penumbroso de equívocos e desconfianças”.¹⁹² Em março de 1962, uma matéria faz referência à repercussão gerada pelo reaparecimento do *Notícias Gráficas* e convoca os gráficos para colaborar com as próximas edições. Como observamos na convocatória de 1962, o objetivo do grupo que mantém o *Notícias*

¹⁹² “O papel da imprensa na vida sindical”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. Matéria de capa.

Gráficas seria reunir o maior número possível de gráficos em sua órbita, independente de suas opções políticas. Nesse sentido, aproximar-se das demandas do cotidiano da categoria, como as irregularidades nas empresas e as denúncias de abusos cometidos por chefes tachados de sádicos, seria possivelmente uma estratégia para atrair os gráficos.

O jornal está a serviço de todos os gráficos dos quais esperamos receber a colaboração amiga e dedicada, compreensiva e sem interesses subalternos.

Para consecução dos nossos objetivos, além de ajuda financeira, precisamos de outros, auxílios, tais como:

a) artigos sobre reivindicações operárias;

b) denúncias de irregularidades nas empresas, como sejam: atraso de pagamento, recusa de vales, falta de lavatórios e de vasos sanitários, refeições, etc.;

c) denúncias contra chefes de seção que sentem prazer e alegria em suspender operários, dar aviso-prévio, ofender moralmente o subordinado, gritar com os trabalhadores, tudo no afã de agradar aos seus amos;

d) noticiário sobre assuntos vários, sejam eles quais forem, falecimentos, casamentos, formaturas, festas, reuniões, etc.;

Todas as notícias e denúncias serão publicadas como se fossem oriundas de nossa observação.¹⁹³

A primeira edição de 1962 anuncia em matéria de capa a morte de um dos fundadores do jornal, Duvitiliano Ramos. Para entendermos melhor o projeto político que criou o *Notícias Gráficas* e que de alguma forma influenciou na linha política do *Voz do Gráfico* e do próprio Sindicato a partir da década de 1940, analisaremos a trajetória de um dos fundadores do *Notícias Gráficas*, colaborador do *Voz do Gráfico* e personagem de destaque na militância sindical: o gráfico Duvitiliano Ramos. Nascido em Campos, interior do Estado do Rio de Janeiro, Duvitiliano Ramos teria migrado para a cidade do Rio de Janeiro, fugindo da repressão policial desencadeada por sua atividade política em Campos.¹⁹⁴ Sua primeira prisão foi em 1935, aos 32 anos de idade, ainda na cidade de campos, por “suspeita de extremismo”.¹⁹⁵ Sua trajetória política

¹⁹³ “Grande repercussão: o reaparecimento de NOTÍCIAS GRÁFICAS”. *Notícias Gráficas*. Março de 1962. p.8.

¹⁹⁴ “Duvitiliano Ramos”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. Matéria de capa.

¹⁹⁵ Polícia Política/RJ - Informações, pasta 97.

ganha outros contornos no Rio de Janeiro, onde passa a frequentar o Sindicato dos Gráficos e se tornar uma importante liderança comunista no grupo.

Tão importante quanto entendermos a trajetória de Duvitiliano Ramos é problematizarmos o engajamento político que reuniu alguns gráficos no projeto de construção de um jornal e de mobilização de uma categoria. Duvitiliano Ramos é representativo de um período do sindicalismo brasileiro, da imagem de sua categoria, porém não deixa de ser a representação de uma trajetória singular de militância e engajamento.

Em 14 de novembro de 1961 faleceu Duvitiliano Ramos, velho militante sindicalista, membro do antigo P.C.B. [...] Pertenceu ao antigo bloco operário e camponês. Aqui, no Rio, participou de grandes lutas pelas reivindicações salariais do proletariado. Em virtude destas lutas teve inúmeras prisões. Sua vida foi dedicada ao movimento sindical e revolucionário.

Ramos, faleceu certo da vitória do proletariado e do socialismo sobre o imperialismo americano escravizador dos povos sul-americanos, convicto de seu ponto-de-vista político e filosófico. As suas convicções jamais foram desviadas por ideologias estranhas ao marxismo-leninismo. Como também foi um dos maiores inimigos do trotskismo. [...]

Seu falecimento foi uma grande perda para o proletariado gráfico. Ramos era um entusiasta de “Notícias Gráficas”, não só por ser um dos seus fundadores, mas porque via em “Notícias Gráficas” um veículo de unidade da corporação gráfica. [...].¹⁹⁶

A trajetória e a morte de Duvitiliano Ramos são utilizadas para reafirmar uma determinada “convicção” ou linha político-ideológica e defender não só a importância do jornal, mas sobretudo a unidade política dos gráficos. Apesar de sua morte ocorrer em 1961, sua trajetória é representativa de um segmento que, no interior da categoria, manterá uma atividade militante nos anos de exceção. O projeto político implantado por esse grupo, e que se torna mais visível a partir de 1945 com a criação do jornal, permanece mesmo com a morte de Duvitiliano Ramos. Nesse sentido, sua morte também foi capitalizada para a reafirmação desse projeto político.

¹⁹⁶ Polícia Política/RJ - Informações, pasta 97.

Isso fica evidente quando observamos que no mesmo número que comunica a morte de Duvitiliano Ramos temos um balanço da importância da imprensa na vida sindical. O artigo que resume a trajetória do jornal é escrito por Waldemar Daim¹⁹⁷, um dos fundadores de *Notícias Gráficas*. Waldemar Daim era impressor, membro do PCB desde 1935 e também fez parte da direção do *Notícias Gráficas* entre 1945 e 1964. Em 1940, foi preso e condenado a seis anos e seis meses de prisão por “propaganda subversiva” ligada ao partido comunista. Na ocasião, foi considerado um dos responsáveis pela organização da “Célula dos trabalhadores do livro e do jornal”. A última informação que temos de Waldemar Daim nas páginas da polícia política é de junho de 1964. Após uma denúncia, material “subversivo” foi apreendido em sua casa: “Cumpre salientar que o elemento em epigrafe é antigo militante comunista, possuindo vasta lista de antecedentes neste DOPS, já tendo sido preso por ter sido condenado, muito embora fosse anistiado posteriormente”.¹⁹⁸

A importância atribuída ao periódico dirigido pelos comunistas da geração de Duvitiliano Ramos e Waldemar Daim pode ser relativizada. No entanto, destacamos a perspectiva que o grupo tinha de influenciar e politizar os gráficos. O Sindicato é visto como um espaço que deve ser mantido por esse segmento que considera ter como diferencial uma sólida formação político-ideológico. Eles seriam os únicos capazes de ampliar os horizontes dos trabalhadores gráficos cariocas.

Este é um resumo histórico de NOTÍCIAS GRÁFICAS, que marcou na senda histórica do proletariado gráfico um vinco profundo de compreensão e solidariedade, despertando

¹⁹⁷ Waldemar Daim era impressor, membro do PCB desde 1935, fez parte da direção do *Notícias Gráficas* entre 1945 e 1964. Em 1940 foi preso e condenado a seis anos e seis meses de prisão por “propaganda subversiva” ligada ao partido comunista. Na ocasião foi considerado um dos responsáveis pela organização da “Célula dos trabalhadores do livro e do jornal”. A última informação que temos de Waldemar Daim, nas páginas da polícia política é de junho de 1964. Após uma denúncia foi apreendido em sua casa material “subversivo”. O relatório que descreve a operação de apreensão do referido material afirma de Daim é antigo militante comunista, tendo uma vasta lista de antecedentes no DOPS. Polícia Política/RJ - DOPS, pasta 8. p.10 e 11.; Comunismo, pasta 11 – continuação. p.515.

¹⁹⁸ Polícia Política/RJ - DOPS, pasta 8. p.10 e 11.; Comunismo, pasta 11 – continuação. p.515.

iniciativas, unindo e reunindo energias, alargando e distendendo a visão coletiva para os claros horizontes do porvir, servindo, enfim, no alto relevo de seu pequeno formato para um melhor conhecimento de nossa grande e sacrificada família poligráfica.¹⁹⁹

O “órgão informativo da corporação gráfica” teria, nas palavras de Waldemar Daim, uma função social, a de cooperar com a resolução dos conflitos patronais, melhorar a qualidade de vida como um todo da categoria gráfica e fortalecer o Sindicato dos Gráficos. Nessa retomada do jornal, os responsáveis por sua edição chamam a atenção para o fortalecimento do Sindicato dos Gráficos e a necessidade de a instituição ter “voz ativa”. Segundo estes gráficos, diante da intenção da grande imprensa de manter o “obscurantismo do povo”, o *Notícias Gráficas* torna-se um importante meio de comunicação:

Eis a razão da circulação de *Notícias Gráficas* se impor, não por uma vaidade de um grupo de gráficos, mas por uma necessidade de levar aos companheiros gráficos o esclarecimento da grande verdade. Pois sentimos o espírito da época e temos a imperiosa obrigação de levar a classe trabalhadora e particularmente ao gráfico a gravidade do momento histórico que será decisivo para nós.²⁰⁰

O grupo que dirige o periódico se coloca como os detentores da “grande verdade”, seriam a vanguarda da categoria no cumprimento da tarefa de conscientizar os gráficos cariocas sobre o momento histórico que o país atravessava. Essa posição de “vanguarda” dos dirigentes do periódico pode ser percebida em outras reportagens do jornal e certamente está vinculada ao papel de destaque que PCB desempenhou no cenário sindical até 1964. O lugar ocupado pelo PCB certamente contribuiu para que o *Notícias Gráficas* conquistasse seu espaço como um dos importantes meios de manifestação dos gráficos até o ano de 1964. Assim como o *Voz do Gráfico*, o jornal comunista elucida parte da história dessa categoria. Entretanto, apesar das similitudes que uniam os representantes desses dois periódicos, nem sempre os interesses

¹⁹⁹ “O papel da imprensa na vida sindical”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. Matéria de capa.

²⁰⁰ “O papel da imprensa na vida sindical”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. Matéria de capa.

políticos que representavam puderam ser conciliados. O ano de 1963, marcado pela expectativa de avanços para a classe trabalhadora, será o momento propício para a declaração acirrada de divergências entre os representantes do *Notícias Gráficas* e a direção do Sindicato dos Gráficos, representada pelo *Voz do Gráfico*.

2. A política sindical nas páginas dos jornais

O *Voz do Gráfico* e o *Notícias Gráficas* têm sua identidade definida pelos vínculos a uma categoria profissional, sobretudo por gráficos que militavam na sua instituição de classe. Em ambos os jornais, a discussão da política sindical esteve presente como tema central ao longo dos anos. Por décadas, os dois periódicos mantiveram um posicionamento próximo ao consenso em relação às disputas internas ao sindicato. Um bom exemplo são as eleições sindicais de 1959, quando a disputa ocorreu entre duas chapas. O grupo de *Notícias Gráficas* apoiava, sem restrições, a reeleição da chapa liderada pelo então presidente do Sindicato dos Gráficos, Giovanni Romita, bem como desqualificava os membros da oposição. Waldemar Daim assina uma matéria publicada na capa do *Notícias Gráficas*, em Janeiro de 1960, onde parabeniza o “companheiro Romita” pela eleição:

Sentimo-nos satisfeitos e nos regozijamos com a corporação gráfica pela sua grande vitória, reelegendo uma diretoria que tem pautado seus atos dentro de uma linha sindical impecável. E podemos garantir aos companheiros gráficos que os elementos componentes da diretoria são todos companheiros íntegros.²⁰¹

²⁰¹ “A resposta da corporação”. *Notícias Gráficas*. Janeiro de 1960. Matéria de capa.

As qualidades atribuídas aos dirigentes sindicais poderiam nos levar a conclusão de que os interesses divergentes, se existiam, eram minimizados por uma pauta em comum que unia os gráficos em torno de sua instituição de classe. Essa análise é reforçada por uma matéria publicada em setembro de 1963. O conflito já havia sido declarado entre os membros do *Notícias Gráficas* e a direção do sindicato, mas o artigo ressalta outro ponto. “Viemos até há bem pouco dando o nosso irrestrito apoio aos atuais dirigentes do nosso Sindicato, por entendermos ser até aqui a posição verdadeiramente justa”.²⁰² Porém, o ano de 1963 marca a disputa entre esses dois grupos, antes aliados. Quando perguntamos sobre a aproximação entre o grupo do *Notícias Gráficas* e a direção do Sindicato dos Gráficos, Jairo dos Santos, ex-secretário sindical do PCB em Fortaleza e ex-secretário do *Notícias Gráficas* no Rio de Janeiro, nos responde:

Não, nós convivíamos pacificamente. Nós só lutávamos em época de eleição, eleição sindical. Era o grupo da esquerda que eram os comunistas e o grupo da direita que era o Romita.²⁰³

Mesmo que nas últimas eleições sindicais tenha predominado a aproximação entre a direção do sindicato e os gráficos do *Notícias Gráficas*, a tensão entre os dois grupos é ressaltada na fala de Jairo. Para alguns gráficos, os campos de atuação política são definidos de forma clara, de um lado os comunistas e de outro um militante de “direita”. Giovanni Romita é apontado pela documentação da polícia política como um dos importantes líderes comunistas do Rio de Janeiro, tendo sido um dos fundadores do Comitê Popular Democrático dos Gráficos. No próximo capítulo, analisaremos melhor a trajetória de Romita e das possíveis incoerências entre os dados apresentados pela documentação da polícia política, o conteúdo dos jornais operários e as entrevistas que tratam desse personagem. Todavia, num primeiro momento, interessa-nos compreender como foi possível, mesmo com divergências, que poderiam estar concentradas em

²⁰² “Renovação”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1963. p.3.

²⁰³ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

questões político-partidárias, esses dois grupos manterem uma coesão até 1963. A associação dos comunistas, nesse período, a outras correntes dentro do sindicalismo brasileiro em parte explica a convivência desses dois grupos. A própria trajetória de Romita nos fornece elementos para pensarmos sua constante aproximação com os membros do PCB ao longo de sua carreira sindical.

As divergências políticas entre os grupos que ocupavam os espaços no Sindicato dos Gráficos são intensamente expostas no período que antecede as eleições para o biênio 1964-1965 e a ruptura definitiva parecia inevitável. Mesmo que as discordâncias não tenham sido levadas até as eleições sindicais de dezembro de 1963, esse momento evidenciava publicamente os conflitos entre os diferentes segmentos que atuavam no sindicato. Esse episódio também é relevante para entendermos os caminhos possíveis para o Sindicato dos Gráficos no período pós-1964.

Em janeiro de 1963, temos um panorama do conflito aberto que se instala entre uma parcela da diretoria do Sindicato dos Gráficos e um grupo ligado ao *Notícias Gráficas*. Em resposta a um artigo publicado no *Notícias Gráficas*, um membro do sindicato se manifesta, acusando o jornal de, protegido pelo anonimato, levantar acusações contra a direção da entidade.

Portanto, escrever ocultando-se sob a irresponsabilidade do anonimato, é monstruoso, não é digno de homens de bem e muito menos de trabalhadores ou jornalistas, principalmente quando se arrogam posição de responsabilidade na orientação de uma corporação como a dos gráficos, onde existe uma maioria respeitável com preparo técnico e intelectual. Os que não têm preparo intelectual são bastante inteligentes para saber distinguir de que lado estão os seus verdadeiros amigos e defensores e os eventuais “orientadores inconformados”. Gráfico “burro” nasce morto.²⁰⁴

Durante esse período, alguns valores atribuídos à categoria dos gráficos, como o elevado grau de conscientização, tornaram-se argumento político no discurso dos grupos em conflito. Subestimar a capacidade intelectual de sua própria categoria seria um erro na disputa política no sindicato. As posições estariam bem definidas, de um lado os “verdadeiros amigos” e do outros

²⁰⁴ “Gráfico ‘burro’ nasce morto”. *Voz do Gráfico*. Janeiro de 1963. p.4.

os “orientadores inconformados”. Mais do que atacar o grupo rival, o artigo do *Voz do Gráfico* delega aos próprios gráficos a responsabilidade para de avaliar qual grupo está de fato preocupado com os interesses da classe. Em janeiro do mesmo ano, o grupo do *Notícias Gráficas* reage afirmando sua legitimidade, amparada na própria história do periódico, como representante dos gráficos.

“NOTÍCIAS GRÁFICAS” na qualidade de órgão representativo da corporação gráfica tem um passado que honra e dignifica não somente o nome de seu pranteado fundador e dialético Duvitiliano Ramos, mas sobretudo um presente muito bem dignificado pelo seu grupo editor, textualmente citado na “Voz do Gráfico” [...] e que indubitavelmente representam o máximo de esforço e abnegação em favor da classe gráfica.

Muito de propósito, a opinião refletida neste número de hoje, por encerrar elogio merecido e justo àquele grupo editor não entrou no crivo de julgamento daqueles companheiros mas as nossas assertivas anteriores representam, sem duvida, a soma rigorosa do ponto-de-vista do grupo editor que, por sua vez individualmente possuem atrás de si parcelas poderosas da Voz do Gráfico guanabarina.

Não são portanto aqueles elementos rifados a que se refere A. R. Toledo nem tampouco “tornaram-se cúmplices da trama diabólica de atacar tão rudemente, sob a capa do anonimato”.²⁰⁵

Novamente o nome de Duvitiliano Ramos é reapropriado para afirmar a continuidade de uma determinada linha política. O texto também destaca a unidade do grupo editor e que, como veremos adiante, nem mesmo entre os responsáveis pelo jornal havia um consenso sobre os rumos que a disputa eleitoral havia tomado. A questão principal em conflito era a crítica a então diretoria acusada pelo grupo do *Notícias Gráficas* de “demasiada tolerante” com o empresariado nas disputas trabalhistas e de atitudes “divisionista e anti-proletária”. Segundo esse grupo, sua crítica era construtiva e a falta de oposição à direção havia se tornado um problema no Sindicato dos Gráficos. Devemos lembrar que Giovanni Romita ocupava a presidência do sindicato desde 1956 e havia concorrido em eleições, até então, apenas com chapa única ou com uma oposição que não atingia uma votação significativa. Em 1963, a constituição de uma oposição à direção do sindicato partia de um grupo antes aliado a Romita, o que não impediu severas críticas ao velho

²⁰⁵ “Orientadores Inconformados”. *Noticias Gráficas*. Janeiro de 1963.

dirigente sindical. Nesse período, o artigo publicado pelo *Notícias Gráficas* que teria gerado mais repercussão entre os envolvidos na disputa eleitoral seria “O waterloo do companheiro presidente”.²⁰⁶

“O waterloo do companheiro presidente” funda-se numa crítica justa, precisa e por demais construtiva. Mas crítica, essa a verdade. Não contundente mas respeitosa, serena e amigável. O próprio título é um modelo de respeito a pessoa do companheiro presidente, porque encarna a pessoa de Bonaparte, em verdade um ditador, mas realmente na sua época ídolo de seu povo e de outros povos e criador sábio do Código Napoleônico que iluminou por muito tempo as gerações do passado estendendo a sua luminosidade até os nossos dias. Será isso desmoralizar o presidente?²⁰⁷

O tom irônico do texto comparando o presidente do Sindicato dos Gráficos, Giovanni Romita,²⁰⁸ a Napoleão Bonaparte resume um pouco o tipo de conflito que havia sido instalado. A imagem de um ditador que havia conquistado admiradores pode sugerir a posição da categoria em relação à figura de Giovanni Romita, o que explicaria sua manutenção no poder. A crítica a sua postura deveria ser assumida pelo mesmo grupo que ajudou a mantê-lo no poder ao longo dos anos . Após mais de quatro reeleições sem uma oposição significativa, seria esse o momento propício para mudanças na direção sindical?

O número de setembro de 1963 do jornal *Notícias Gráficas* é marcado pela temática da “renovação”. Em vários dos artigos, é abordada a necessidade de “renovação” nas eleições

²⁰⁶ O título faz referência a Batalha de Waterloo, ocorrida na Bélgica em 1815, após volta de Napoleão Bonaparte do exílio. Na batalha o exército francês comanda por Napoleão Bonaparte é derrotado pelas tropas coligadas. Mais uma vez Napoleão é enviado para o exílio onde morre em 1821. HOBBSAWM, Eric, J. *A Era das Revoluções* (1789-1848). 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²⁰⁷ “Orientadores Inconformados”. *Notícias Gráficas*. Janeiro de 1963. p.3.

²⁰⁸ Em fevereiro de 1963, Giovanni Romita se afasta do cargo para realizar duas cirurgias. Miguel Paixão, então primeiro secretário, assume o cargo. A saída temporária de Romita pode ter contribuído para a manifestação de críticas mais contundentes à direção do Sindicato. “Romita Enfermo”. *Voz do Gráfico*. Janeiro de 1963. Matéria de capa.

sindicais conseguintes.²⁰⁹ Em sua capa, o jornal apresenta um artigo intitulado: “Por quê da renovação”, assinado por Raimundo Alves de Sousa.²¹⁰

Quando levantamos uma série de críticas à diretoria do Sindicato, não o fizemos com o espírito de destruir, nem tão pouco por vaidade.

A sinceridade de nossos propósitos, entretanto não foi entendida, e ostensivamente, os diretores do Sindicato passaram a usar de intriga, da infâmia e da mentira, pessoalmente ou por telefones numa tentativa inglória de desmoralizar Notícias Gráficas. [...]

Companheiros gráficos o momento político em que vivemos é de avanço das forças democráticas, unamos novos esforços na luta pelas reformas de base, por um governo nacionalista e democrático, evitemos a dispersão de nossos esforços pois, quanto mais unidos, melhor podemos lutar contra as vacilações e conciliação do presidente da República, que tem nosso apoio para fazer as reformas [...]

Devemos barrar todas as ameaças golpistas que estão sendo tramadas contra o povo, dando ao Sindicato condições de participar ativamente na luta pelo progresso do país, retirando esta diretoria que vem de ano para ano procurando conciliar com patrões.

Vamos lutar firmes e unidos para vencer, a fim de que possamos juntos com outras categorias profissionais conquistarmos as liberdades sindicais ameaçadas neste momento decisivo para o povo brasileiro.

Vamos renovar, para a felicidade dos gráficos.²¹¹

Apesar da afirmação da existência de ameaças golpistas contra o governo do país, o destaque do artigo é para o avanço da estabilidade política. A mobilização pelas reformas de base (reforma agrária, constitucional, bancária, administrativa) reunia trabalhadores confiantes na manutenção de um regime democrático.²¹² Esse seria, portanto, o momento para pressionar por mudanças na direção do sindicato. Em outro artigo na mesma edição de setembro de 1963, novamente os dirigentes do sindicato são acusados de colaborar com os empregadores em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Os “verdadeiros pelegos” são taxados como dirigentes ultrapassados e, por isso, incapazes de atender as novas demandas dos trabalhadores gráficos. Estaríamos diante de uma disputa que também seria marcada por uma questão

²⁰⁹ Os principais artigos que abordam o tema são: “Por quê da renovação”; “Renovação”; “Por que renovação?”; “Nosso Sindicato”; “O que é mais valia”; “À margem da renovação”; “A César o que é de César”; “O Sindicato não é trampolim”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1963.

²¹⁰ Militante gráfico desde os anos 1950. A partir de 1965, tornou-se responsável nacionalmente pela implantação das instalações gráficas da Seção de Agitação e Propaganda (SAP) do PCB. (Ver Capítulo III)

²¹¹ “Por quê da renovação”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1963.

²¹² PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. 6

geracional? Seriam os “novos” militantes tentando imprimir uma conduta ao sindicato que estaria distante das práticas do sindicalista Giovanni Romita?

[...] Para nós de NG [*Notícias Gráficas*], se a Direção do nosso Sindicato fosse ativa e não houvesse realmente por isso, uma necessidade imperiosa de uma mudança quase por completo nos homens e nos atos, não haveria necessidade de falar em RENOVAÇÃO. Sentimo-nos perfeitamente integrados na luta operária, prestando tanto ou mais serviços à nossa classe sem participar da direção, do que aqueles que por vaidade procuram se aferrar a cargos, sem querer reconhecer publicamente que estão ultrapassados, e não tem capacidade para estar onde estão, porque são obtusos de pensamento e só mesmo às custas de bajulação poderiam se manter no pedestal que se encontram. Verdadeiros pelegos.²¹³

A linha política do *Notícias Gráficas* parecia estar mudando e deveríamos nos perguntar quais os motivos e personagens envolvidos nessa guinada. Desde 1953 no Sindicato dos Gráficos, Raimundo Alves de Sousa afirma ter assumido a função de editar o jornal como parte de suas tarefas junto ao PCB. Ao que nos parece, Raimundo Alves busca uma “refundação” do periódico e uma mudança na relação entre este e a direção do Sindicato dos Gráficos. Em seu livro de memórias ressalta:

Como responsável pela fração do Partido no Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro, passamos a editar o jornal do setor, o *Notícias Gráficas*, com a participação do companheiro Trajano Jardim, recrutado nesta época para o Partido. Esse jornal foi durante mais de 6 anos o órgão que orientava o partido nas gráficas, onde tínhamos organização de base.²¹⁴

Desde 1962, Raimundo Alves de Sousa consta como redator chefe do periódico. No mesmo período, Waldemar Daim, um dos fundadores do periódico, deixa de escrever artigos para o jornal. Uma das últimas matérias escritas por Daim narra a história do periódico e destaca nomes como de Giovanni Romita, um dos fundadores do Comitê Popular Democrático dos Gráficos, organização que deu origem ao *Notícias Gráficas*. É justamente essa história do periódico comunista fundado por Waldemar Daim e outros gráficos de sua geração que parece

²¹³ “Renovação”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1963. p. 3.

²¹⁴ SOUSA, Raimundo Alves. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005. p.57.

desaparecer com a afirmação de Raimundo Alves de que o órgão orientava os gráficos a pouco mais seis anos. Direcionados ou não por uma mudança de perspectiva dentro do próprio PCB, Raimundo Alves e um grupo de gráficos comunistas imprime uma nova diretriz ao jornal que circulava havia mais de 15 anos. Essa reformulação do periódico afasta, mesmo que de maneira informal, alguns gráficos, como é o caso de Waldemar Daim. Daim permanece constando como diretor do periódico, mas outros gráficos optam pela ruptura definitiva com esse novo projeto e se afastam formalmente da elaboração do *Notícias Gráficas*.

Em setembro de 1963, uma nota informa que o secretário do *Notícias Gráficas*, Jairo dos Santos, “solicitou à redação que seu nome não mais constasse como secretário do jornal. O pedido foi aceito”.²¹⁵ Uma carta escrita por Jairo em agosto de 1963 e endereçada a Waldemar Daim explica os motivos de sua saída.

Tomo esta atitude por não concordar com a posição assumida ultimamente pelos atuais responsáveis do Jornal que vem veiculando, através de suas colunas e por meio de volantes distribuídos nas oficinas gráficas, ataques injustificáveis à diretoria do nosso sindicato, principalmente a pessoa de seu presidente.²¹⁶

Membro do Sindicato dos Gráficos desde 1947, Jairo parece ter mais afinidade político-ideológica com a primeira geração que conduziu o *Notícias Gráficas* do que com os comunistas e simpatizantes próximos a Raimundo Alves. Em 1963, Jairo já havia saído do PCB, alegando não se compatibilizar com a radicalização assumida por alguns membros do partido, explicando dessa forma sua posição de apoio a Giovanni Romita durante a disputa ocorrida em 1963. Na ocasião, Jairo passaria a informar o presidente do sindicato sobre a movimentação da oposição e suas estratégias de levantar polêmica durante as assembleias ocorridas naquele período.

²¹⁵ “Nota”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1963. p. 2.

²¹⁶ Carta datilografada de 23 de agosto de 1963. Jairo dos Santos.

Eu era um dos olheiros do Romita, eu fui um dos olheiros: “Romita, te prepara que a assembléia vai pegar fogo”. Eu já tinha abandonado o partido, já tinha abandonado o partido. Não quero mais fazer parte porque não acredito em radicalização. Eu quero ter a minha liberdade.

Quando referidas a Raimundo Alves, as considerações feitas por Jairo ficam no limite entre as divergências políticas e uma rixa pessoal. “O Raimundo editou um livro aí que não citou meu nome. ‘Os desconhecidos da imprensa comunista’. Eu ajudei a fundar o jornal lá na minha terra”.²¹⁷ A fala é repleta de indignação, como se Raimundo tivesse se apropriado de uma história coletiva, que incluía o próprio Jairo, para eleger alguns “desconhecidos” que sairiam do anonimato para figurar na história. Não cabe aqui uma discussão sobre os critérios que nortearam Raimundo Alves na escrita de seu livro de memórias. Devemos, porém, considerar que seu objetivo principal era contar a história de um grupo ligado à produção dos principais impressos do PCB de circulação nacional, como o *Voz Operária*, sobretudo no pós-1964. No entanto, também chama atenção a ausência de nomes como Waldemar Daim e Duvitiliano Ramos, por exemplo, uma vez que Raimundo afirma a importância do *Notícias Gráficas* para o PCB no final dos anos 1950 e início dos anos de 1960.²¹⁸ Jairo, por sua vez, ao questionar sua exclusão do grupo dos “desconhecidos” da imprensa comunista, destaca sua história de militância citando o fato de ter pertencido ao PCB em Fortaleza e de ter fundado um jornal dos comunistas naquela cidade.

Como podemos observar, a disputa pela representação dos trabalhadores gráficos foi acirrada em 1963, ocasionando conflitos entre os representantes do *Notícias Gráficas* e a direção do Sindicato dos Gráficos, mas também criando rupturas entre os próprios comunistas. Não obstante, o número seguinte do *Notícias Gráficas* já apresentava outro panorama e as ofensas de

²¹⁷ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

²¹⁸ Em seu livro de memórias, Raimundo Alves cita os nomes dos “companheiros” Waldemar Daim e Duvitiliano Ramos apenas quando elogia a equipe gráfica da *Tribuna Popular*, jornal do PCB editado a partir de 1945 no Rio de Janeiro.

ambos os lados pareciam ter sido superadas.²¹⁹ Na edição de novembro-dezembro, um acordo reverte a situação que parecia inalterável em setembro do mesmo ano. Os dois grupos que vinham travando uma disputa nos periódicos da categoria se reconciliam e as eleições para o biênio 1964-1965 ocorrem com uma única chapa.

Não obstante a nossa campanha pela Renovação, que nos levou à condição de oposição, não tivemos dúvidas em reformularmos as nossas posições anteriores, quando sentimos que o movimento sindical do Brasil estava a exigir de cada um de nós uma luta em prol da unidade da classe operária. E nós que sempre colocamos os interesses da coletividade acima de qualquer outro, sentimos agora que a reformulação de nossa posição, que deu em resultado a eleição da atual Diretoria, foi a mais acertada.²²⁰

O resultado da mudança de posição do grupo do *Notícias Gráficas* foi a reeleição Giovanni Romita para mais um mandato na presidência do Sindicato dos Gráficos. Podemos interpretar a busca pela “unidade” no discurso e na prática do movimento operário na medida em que o “avanço democrático” sofre constrangimentos. Desde a posse de João Goulart na presidência da República em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, que o país vivia um momento de instabilidade política. As pressões para a realização das reformas de base agravaram essa conjuntura tornando o momento desfavorável aos trabalhadores. Dois episódios ocorridos no fim de 1963 indicam uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores. A greve dos funcionários e enfermeiros de hospitais em Santos – SP, iniciada em agosto de 1963, conquista o apoio do Fórum Sindical de Debates, ligado ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). No entanto, a repressão ao movimento grevista, com a presença da polícia, encerra a greve. Outro

²¹⁹ O jornal não circulou em outubro de 1963, sendo o número subsequente atribuído aos meses de novembro e dezembro de 1963.

²²⁰ “Posse da Diretoria”. *Notícias Gráficas*. Janeiro de 1964.

movimento que sofreu a repressão do governo e foi rapidamente encerrado foi o “levante dos sargentos” em setembro do mesmo ano.²²¹

Nesse contexto, a unidade dos gráficos foi possível no plano local, mas desta vez “os interesses da coletividade” foram restringidos pelo estado de exceção que passa a vigorar no país a partir de abril de 1964. A intervenção imposta pelo governo militar atinge diversas esferas da vida sindical, mas não significou o fim da mobilização política dos trabalhadores.

3. Um golpe para os trabalhadores

Durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), o país experimentou a coexistência entre um Estado autoritário e a promoção de políticas de modernização econômica. Uma nova etapa do desenvolvimento econômico-industrial e a inserção do país na ordem capitalista mundial estavam em jogo. O auge dessa política situa-se com o chamado “milagre brasileiro”. Vultosos investimentos foram feitos na implantação de novas tecnologias que permitiram um alto índice de produtividade da indústria nacional. No final dos anos 1970, entretanto, o “milagre brasileiro” havia se esgotado e a organização dos trabalhadores volta a ocupar um lugar de destaque com o movimento iniciado no ABC paulista.²²² Ainda que a história de reorganização dos trabalhadores a partir dos movimentos grevistas do ABC seja bem mapeada pela historiografia, poucos estudos dedicam-se ao interstício entre o início de 1964 e a abertura

²²¹ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, UNIRIO, 2001.

²²² PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

“lenta e gradual” dos anos 1970 ou se colocaram a questão sobre quais os espaços ocupados pelos operários nesse cenário.

O primeiro governo militar, de Castelo Branco (1964-1967), irá criar uma série de restrições para a mobilização dos trabalhadores. Os dirigentes sindicais passam a ser submetidos à aprovação de seus nomes pela polícia política e pelo Ministério do Trabalho para que possam concorrer em eleições em suas instituições de classe. Castelo Branco também cria, em 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O FGTS extinguiu a estabilidade no emprego o que, conseqüentemente, impulsionou a desarticulação dos trabalhadores com o aumento da rotatividade no emprego.²²³

Muitas foram as intervenções em sindicatos e as destituições de suas diretorias democraticamente eleitas. Como forma de questionar os cerceamentos sofridos pelas entidades sindicais, restava uma resistência silenciosa dos trabalhadores nas fábricas e nos seus locais de moradia. Em uma matéria publicada no *Correio da Manhã* em abril de 1968, temos um panorama, mesmo que parcial, da situação das entidades sindicais no país. Se considerarmos esses dados como próximos à realidade,²²⁴ não podemos esquecer que mesmo em instituições com diretorias democraticamente eleitas a pressão para a manutenção de uma determinada linha política era exercida pelo clima de repressão instalado no país. Um relatório produzido pelo Departamento Nacional do Trabalho (DNT) destaca uma “normalidade” na vida sindical brasileira que não encontrava correspondência na realidade.

²²³ SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: o 1968 operário no Brasil”, in: FICO, Carlos e ARAUJO, Maria Paula. *1968: 40 anos depois: história e memória*.

²²⁴ “Entre 1968 e 1978, a censura política [exercida pelo estado para resguardar seus interesses] à imprensa escrita no Brasil agiu de duas formas: através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhadas às redações dos jornais, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de divulgação, ou através da censura prévia”. AQUINO, Maria Aparecido. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999. p.222

Diz o relatório que “prosseguiu o esforço no sentido de liberação de entidades sindicais que se encontram sob regime de intervenção. São expressivos, no entender do DNT [Departamento Nacional do Trabalho], os seguintes números: estavam sob intervenção 425 entidades em 1964; em dezembro de 1967, 42 entidades permaneciam em tal situação. Ao término deste exercício, restam apenas 18 entidades em regime de exceção. Encontram-se sob Juntas Governativas, integradas quase todas por elementos da própria classe, 79 entidades. Revela-se conhecer que há devidamente registradas 5.138 entidades sindicais em todo o País. Esses números evidenciam a existência de um clima de absoluta normalidade na vida sindical brasileira. Deve-se atentar para o fato de que a instituição de Juntas Governativas representa apenas um breve hiato na vida do sindicato, motivado pela necessidade de assegurar continuidade à administração, nas quadras em que surgem circunstâncias que alheias aos interesses do próprio quadro associativo, condicionam solução transitória.”²²⁵

No caso do Sindicato dos Gráficos, o início da ditadura marca a cassação do mandato do presidente em exercício. Para Jairo dos Santos, o então presidente Giovani Romita “foi um dos caras mais injustiçados”.²²⁶ Na visão do entrevistado, Romita teria sofrido com a prisão e a tortura, mesmo não sendo comunista. Além disso, ele também seria “injustiçado” com a incompreensão dos que “não viveram a tortura” e o acusavam de ter “entregado” outros sindicalistas. Para Jairo se Romita delatou alguém, isto seria explicado pela violência da polícia política e não pela falta de comprometimento com o grupo. Considerado uma ameaça pela polícia política em vista de seus posicionamentos políticos, Romita foi afastado do sindicato. Com sua saída, uma nova conjuntura se colocava para a categoria.

A presidência do Sindicato dos Gráficos, logo após a cassação de Romita, é assumida por Oswaldo Góes, gráfico linotipista e cabeça da diretoria eleita em 1963. Góes permanece no cargo até 1966, quando Walter Torres é eleito pela primeira vez presidente do sindicato, cargo em que ocupará até 1974. A manutenção de membros da própria categoria nas juntas governativas intervencionistas ou, até mesmo, a ocorrência de eleições sindicais não representam a retomada da liberdade sindical. Walter Torres, por exemplo, tem sua posição política questionada e investigada a cada nova eleição no sindicato. Não obstante, diferentemente de outros sindicalistas

²²⁵ “Governo mantém 18 sindicatos sob intervenção”. *Correio da Manhã* de 6 de abril de 1968.

²²⁶ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

gráficos, aqueles com atuação política mais efetiva, Torres nunca foi impedido de participar das eleições sindicais seja pela polícia política ou pelo Ministério do Trabalho.

Em 1967, o Marechal Artur da Costa e Silva assume a presidência do país. Segundo presidente do pós-1964, seu governo pode ser caracterizado pela intensificação da repressão aos movimentos de resistência ao regime instaurado. Em dezembro de 1968, é decretado o Ato Institucional nº. 5 ²²⁷. Alguns meses após a publicação do relatório produzido pelo DNT, com a consolidação da repressão, as entidades sindicais passaram a sofrer ainda mais os efeitos da repressão, alterando o quadro exposto anteriormente. Uma matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em fevereiro de 1969, descreve os efeitos do AI-5 para a vida sindical brasileira.

Cerca de 100 dirigentes sindicais foram destituídos dos cargos que ocupavam em sindicatos de vários Estados, por ato do Ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho.

Em sua exposição de motivos, o coronel Jarbas Passarinho considerou a medida dentro do “espírito que ditou o Ato Institucional nº. 5”, e observou que “as entidades sindicais devem ter o seu quadro diretivo e suas representações escoimadas daqueles que embora eleitos e empossados, não demonstraram condições para garantir a disciplina da entidade em consonância com a ordem social vigente”. [...]

A portaria do Coronel Jarbas Passarinho considerou que “a este ministério cumpre zelar pela manutenção do clima de paz social, a fim de que possam ser encaminhados à adequada solução os problemas surgidos nas áreas de atuação sindical”. ²²⁸

O que o ministro do trabalho chamava de “clima de paz social” representa limitação das atividades democráticas, novas prisões e tortura para muitos militantes políticos. A vida sindical sobre mais um duro impacto a partir desse momento. No Rio de Janeiro, o Sindicato dos Gráficos mantém sua direção, dirigentes, porém, são presos e iniciativas de oposição construídas pela categoria são eliminadas nesse processo. A partir da decretação do AI-5, quais as perspectivas para os operários brasileiros?

²²⁷ O AI-5 como ficou conhecido, intensificou as arbitrariedades cometidas pela ditadura, limitando ainda mais qualquer tipo de atividade democrática no país. O AI-5 foi decretado em dezembro de 1968 e vigorou até dezembro de 1978. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

²²⁸ “Passarinho afasta líderes sindicais porque eles não ‘garantiram a disciplina’”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1969.

Para o movimento operário e sindical, começa mais um momento de espera e ações subterrâneas. A situação se agravaria com a chegada à presidência do general Emílio Médici. Seriam necessários mais dez anos para que o movimento operário viesse à tona novamente, abrindo uma de suas mais luminosas etapas. Enquanto isso, como já haviam feito em muitos períodos de sua história, os trabalhadores brasileiros voltarão ao trabalho silencioso do interior das empresas, construindo cotidianamente sua vida de trabalho e luta.²²⁹

O caminho seguido por muitos trabalhadores naquele momento seria definido por uma estratégia de ação silenciosa dentro dos espaços possíveis. O que fizeram os trabalhadores gráficos no pós-1964 e quais suas estratégias adotadas em vista do aumento da repressão após a decretação do AI-5? As narrativas sobre o período da ditadura no Sindicato dos Gráficos ilustram um momento difícil para a articulação da categoria. É um período de ruptura com uma trajetória ascendente dos trabalhadores gráficos. O sócio número um do Sindicato dos Gráficos, Henrique Prata Peixoto ou simplesmente *Tamborim*, declara em uma entrevista ao jornal *O Gráfico*²³⁰ suas impressões sobre as mudanças no sindicato no pós-1964.

O Gráfico - Que diferença você vê entre a atuação do Sindicato atualmente e no passado?

Tamborim - Antigamente havia razão para frequentar o Sindicato, porque as assembléias permitiam um debate franco sobre os problemas da categoria. Lembro-me de que até 1964 o presidente Giovanni Romita, que foi deposto, dava a palavra aos presentes nas assembléias e era a partir desses debates que chegávamos às decisões.²³¹

A deposição do presidente do Sindicato dos Gráficos em 1964 inicia um período de restrições à atuação sindical. Segundo Tamborim, o debate teria deixado de fazer parte da vida política do sindicato. Não podemos deixar de considerar que esse depoimento foi dado em 1981 ao jornal da oposição sindical. Não temos dúvida de que a posição deste personagem nos

²²⁹ SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: o 1968 operário no Brasil”, in: *1968: 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p.166.

²³⁰ *O Gráfico* foi lançado no Rio de Janeiro em 1981. O jornal era produzido pela oposição do Sindicato dos Gráficos.

²³¹ “Chumbada Gratificante”. *O Gráfico* - Órgão de esclarecimento da categoria gráfica. Julho de 1981.

conflitos políticos internos ao sindicato e a conjuntura político-sindical dos anos 1980 afetavam a leitura deste ator e de seu grupo particular sobre os anos 1960 e 70.

Estamos interessados em pensar (1) o momento de ruptura marcado por 1964; (2) as subsequentes mudanças na conjuntura política do país, sobretudo a partir de 1968, com a decretação do AI-5 e; (3) o que esses episódios representaram na experiência do Sindicato dos Gráficos e de seus militantes. Resumindo em apenas uma questão, qual o papel desempenhado pela instituição num momento de tantas restrições? Para alguns militantes o fechamento do diálogo é acompanhado de uma política assistencialista por parte da instituição. “Após a intervenção militar na vida política, social e sindical brasileira, [o presidente] Walter Torres passa a dar ao sindicato uma atuação assistencialista, criando algumas cooperativas”.²³² A trajetória político-sindical de muitos gráficos começou a sofrer mudanças até então não previstas nos primeiros dias de abril de 1964.

Em 1964, Jairo dos Santos era chefe da oficina da *Gráfica Companhia Editora Americana*, a empresa era dirigida por pessoas próximas ao então deputado federal Leonel Brizola.²³³ Um grupo de militares que se opunham ao golpe reuniu-se na gráfica, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, para uma tentativa de articular uma resistência armada ao golpe. As articulações para a resistência não são bem sucedidas e o grupo sai da gráfica e se dispersa pela cidade.

²³² “Gráficos: um exemplo de luta operária”. *SINDGRAF* – Órgão do Sindicato dos Oficiais Gráficos de Niterói. ANO I, Nº1 – agosto 1989. Um dos exemplos dessa política, chamada de assistencialista, promovida pelo Sindicato dos Gráficos seria a criação da “Cooperativa Pindorama”, uma cooperativa habitacional dos gráficos, fundada em 1967.

²³³ Leonel de Moura Brizola nasceu no Rio Grande Sul, onde iniciou sua vida política. Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi eleito Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de Porto Alegre e Governador do Rio Grande Sul. Em 1961 liderou movimento para garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Em 1964, exercendo o cargo de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola chega a organizar, no Rio Grande do Sul, um movimento de resistência ao golpe, mas acaba por se exilar no Uruguai. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005; “Saiba quem foi Leonel Brizola”. *Folha. Com.* 26 de junho de 2004. www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/. Acessado em 10 de junho de 2010.

Eu correndo! Olha foge que acabou o movimento, nós perdemos a batalha, corre fulano, você desaparece. E agora o Jairo, tudo mundo entrou nos seus carrões. E agora? Não tinha botequim aberto, não tinha trânsito, eu queria fumar um cigarro, não tinha. Chegava a procurar pelo chão uma guimba, chorando.[...] Eu levei dois dias dormindo praticamente porque eu não aceitava aquela derrota de jeito nenhum.²³⁴

O momento é lembrado com um sofrimento visível, é a primeira “derrota” no pós-1964. Mas o isolamento causado pelo impacto do golpe e da impossibilidade de resistência não significou o total afastamento de nosso personagem da militância política. Ainda de 1964, Jairo foi preso e teve seus direitos políticos cassados. O período na prisão e os momentos de tortura são representados por um silêncio que resume o sofrimento de muitos militantes políticos. Em 1965, já em liberdade, Jairo concorre na primeira eleição sindical dos gráficos após o golpe. Com o atestado ideológico negado, Jairo não toma posse. “Fui cassado, perdi meu mandato aqui. Tentei duas vezes as eleições, o DOPS barrou. Disse esse aqui não pode. E esse aqui era o Jairo”.²³⁵ Sua atuação no sindicato dos Gráficos estava ainda mais limitada e ele passa a frequentar a sede com longos períodos de intervalo, “pra não criar problema para os diretores. Porque eu não queria que houvesse intervenção no meu sindicato. Porque intervenção naquele tempo era lugar comum, entendeu”?²³⁶

Outras gerações chegavam ao Sindicato dos Gráficos e também construíam sua estratégia para participar da instituição de classe. Valdir Fraga Junior chegou ao Rio de Janeiro em 1962, passa a frequentar o Sindicato dos Gráficos no ano seguinte, mas define como impossível conseguir um atestado ideológico para participar das eleições sindicais no pós-1964.

Pedir atestado de ideologia o DOPS não dá, quer dizer não adianta tentar fazer chapa que não vai dá. Agora aquilo pra mim era como se tivesse me dando uma medalha. Primeiro porque eu

²³⁴ Entrevista concedida à autora em 14 de setembro de 2010. Jairo dos Santos.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem.

não queria fazer parte. Segundo se eles não querem, por que eles não querem? Porque eu não sou igual a vocês.²³⁷

As restrições que Fraga Junior tinha em relação à direção do sindicato não o impediam de continuar frequentando a instituição e de usar o espaço para articulações políticas que divergiam do posicionamento oficial do sindicato. Se por um lado, ele respeita o posicionamento de personagens como Walter Torres, a “medalha” é um importante elemento de distinção. Sua trajetória não se assemelha com a dos personagens que ocupavam a direção no sindicato nos anos 1960 e essa diferença deve ser bem marcada. Em agosto 1968, poucos meses antes do Ato Institucional nº. 5 ser decretado, Fraga Júnior lança, na sede do Sindicato dos Gráficos, o jornal *7 de Fevereiro*. Como já mencionamos, a data, escolhida para celebrar o dia nacional dos gráficos, é marcada por um forte simbolismo para a categoria. Nas entrevistas e conversas informais no sindicato, a greve de 1923 é lembrada como um importante episódio da história da categoria, um símbolo da militância sindical que era reafirmado com a escolha da data para o nome do jornal.

E eu estava ali dentro né, tentando falar alguma coisa, fazendo o jornalzinho. Nós pedimos como era norma democrática que o jornal *7 de Fevereiro* usasse o nome, o endereço do sindicato pra registrar, eles negaram oficialmente.²³⁸

O Sindicato dos Gráficos não apoiou a criação do jornal, que tinha como suposto objetivo reunir militantes que haviam se afastado da instituição após o golpe de 1964. Mais do que isto, tratava-se de uma iniciativa que marcava uma oposição, mesmo que moderada, à direção do sindicato e aos rumos que a instituição havia tomado no pós-1964. Não obstante, o lançamento do periódico é anunciado, com uma pequena nota, no *Voz dos Gráficos*, jornal oficial do Sindicato dos Gráficos.

²³⁷ Entrevista concedida à autora em 17 de outubro de 2010. Valdir Fraga Junior.

²³⁸ Entrevista concedida à autora em 17 de outubro de 2010. Valdir Fraga Junior.

No dia 3 de agosto foi inesperadamente lançado, com singela cerimônia na aprazível sede nova de nossa entidade [...] o jornal “7 de Fevereiro”, que se dispõe a lutar pela classe.[...] VOZ DO GRÁFICO congratula-se com todos pelo aparecimento de “7 de Fevereiro” que terá esperamos nós, uma jornada tão gloriosa quanto foi glorioso o dia 7 de Fevereiro.²³⁹

O evento parece ter surpreendido os membros da direção do sindicato. Coagido pelo acontecimento inesperado o presidente do Sindicato dos Gráficos, Walter Torres, faz um pronunciamento parabenizando a iniciativa do surgimento do periódico. Mas como explicar o uso do espaço da entidade para a realização da cerimônia que apresenta o *7 de Fevereiro* a categoria?

E o engraçado que quando nós lançamos o jornal, interessante que eles estavam promovendo, eles sempre promoviam festas, bolinho, salgadinhos e nós aproveitamos aquela festazinha deles. Não falamos nada, e falamos, olha hoje vai ser inaugurado o jornal e vocês vão pra lá que tem salgadinho, tem isso e aquilo. Inclusive ficou na minha mente, uma esposa de um lá, com quibe, que era o prato deles, escondendo. Porque chegou bastante gente.²⁴⁰

A estratégia de sobrevivência política para alguns militantes incluía fazer uso do espaço do sindicato, comprometer a direção da entidade com a iniciativa de um determinado grupo de gráficos e ao mesmo tempo legitimar o novo periódico. A cena de uma mulher correndo para esconder um prato de quibes pode parecer engraçada, mas também resume o sentimento de repulsa que os militantes de esquerda poderiam provocar em um ambiente marcado pela perseguição política. Segundo Fraga Junior, a iniciativa reuniu alguns velhos militantes comunistas e outros membros da categoria. Fraga se define como comunista, mas também faz questão de enfatizar que nunca pertenceu ao PCB, o que não impedia seu diálogo com alguns membros do partido.

A iniciativa do jornal foi tolerada pela direção do sindicato, mas os constrangimentos impostos pela promulgação do Ato institucional nº. 5 iriam alterar esse cenário. Nos primeiros

²³⁹ “7 de Fevereiro”. *Voz do Gráfico*. Julho/Agosto de 1968. Matéria de capa.

²⁴⁰ Entrevista concedida à autora em 17 de outubro de 2010. Valdir Fraga Junior.

meses de 1969, a campanha salarial dos trabalhadores em casas de obras não atinge os objetivos desejados pelos gráficos. A categoria resolve, como forma de protesto, recusar a realização de horas-extras. Essa atitude, que em períodos democráticos provavelmente não teria maiores impactos, chama a atenção da polícia política. Walter Torres, presidente do Sindicato dos Gráficos, é chamado ao DOPS para prestar esclarecimentos sobre a mobilização dos gráficos. Em seu depoimento, Walter Torres, também é questionado sobre a circulação do jornal *7 de Fevereiro* nas dependências do sindicato.

Que o declarante não reconhece como órgão oficial da classe gráfica o jornal “Sete de Fevereiro”; que o declarante reafirma ser o órgão oficial da classe o boletim “Informativo da classe” denominado “Voz do Gráfico”; Que apesar de ter reiterado por diversas vezes, inclusive no dia de ontem ao diretor responsável pelo “Sete de Fevereiro”, o gráfico Valdir Fraga Junior, que não levasse para dentro da sede sindical ou ali fizesse distribuição do referido órgão, não vem sendo atendido pelo mesmo, pois diariamente o mesmo cola no televisor um exemplar, com fita durex e tem uma estante com aproximadamente 30 exemplares do referido órgão “Sete de Fevereiro” tudo isso no interior da sede do Sindicato; Que o declarante sabe que o referido órgão é distribuído aos gráficos nas oficinas do Estado da Guanabara;²⁴¹

O depoimento de Torres é classificado como “ambíguo” pela polícia política. Para os órgãos da repressão, ficava evidente a tolerância e até a colaboração do sindicalista ao *7 de Fevereiro*, atitude que não seria mais aceita. Nos primeiros meses de 1969, a repressão aumentava sua atuação e se foi possível, para Walter Torres, permitir a circulação de um jornal de oposição no sindicato por alguns meses, essa “liberdade” parecia estar prestes a se esgotar. Por ordem do DOPS, e com a anuência da diretoria do Sindicato dos Gráficos, que certamente agia sobre pressão, o último número que circulou do jornal foi queimado dentro da própria sede da entidade de classe. Com seis meses de existência, o *7 de Fevereiro* tem sua trajetória encerrada. Fraga Júnior avalia a atitude da direção do sindicato como parte de uma estratégia, e da própria convicção política de Walter Torres de que o sindicato deveria auxiliar o Ministério do Trabalho.

²⁴¹ Polícia Política/RJ – DOPS, Pasta 216.

Apesar de enfrentar maiores limitações, Fraga Junior consegue manter sua liberdade e sua atuação política mesmo após o fim da circulação do *7 de Fevereiro*. Em 1972, entretanto, o militante é preso por “atos de tentativa de subversão a ordem político-social”. Segue-se então um período de muitas privações e uma brutal sequência de torturas, que Fraga relembra com dificuldades. Dessa vez o DOPS investigava sua ligação com um grupo da União da Juventude Patriótica (UJP), ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Fraga não pertencia ao PCdoB, mas sua aproximação com alguns membros do partido acabou por precipitar sua prisão. Em 1975, foi julgado e absolvido pelo Tribunal Militar.

Para alguns atores desse processo, a posição do Sindicato dos Gráficos, de em parte colaborar com os órgãos da repressão, é compreensível diante da conjuntura política. Walter Torres poderia ser chamado de “pelego”, mas para alguns militantes, isso não significa dizer que ele era um “traidor”. A avaliação dos sindicalistas sobre os membros da diretoria naquele momento é repleta de julgamentos e valores que definiam a própria convivência de diferentes grupos no interior do sindicato. Se por um lado Walter Torres se eximia da responsabilidade em relação ao *7 de Fevereiro*, segundo Fraga Junior, ele também era capaz de tentar minimizar a importância política do periódico e até mesmo alertar os responsáveis pelo jornal sobre as possíveis represálias da polícia política.

Walter Torres também tem sua trajetória formalmente reconhecida dentro do Sindicato dos Gráficos. O Departamento dos Aposentados²⁴² homenageou Torres conferindo o nome do

²⁴² O Departamento de Aposentados dos Gráficos é um órgão vinculado à estrutura do Sindicato dos Gráficos, mas com autonomia administrativa. Fundado em 1983, o departamento teve como primeiro presidente Nilton Domingues Pedrosa. Para sua fundação, a entidade contou com o apoio da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (FAAPERJ), presidida na época por Elizeu Alves de Oliveira, ex-militante da Aliança Nacional Libertadora, sindicalista e ex-vereador da cidade do Rio de Janeiro. Elizeu Alves, como outros militantes, teve suas atividades políticas limitadas no pós-1964. Nos anos 1980, Elizeu retorna a vida pública e se aproxima de Pedrosa por atuar em espaços comuns.

“saudoso companheiro”²⁴³ à sala ocupada pelos aposentados no sindicato. Essa geração de velhos militantes que valoriza a memória de Walter Torres é a mesma que disputa desde o início dos anos 1980 um “novo” lugar no Sindicato. Após anos de ativismo sindical, esse grupo reivindica o direito de permanecer no sindicato como aposentados. A disputa de território é mais uma etapa da militância desses homens que, além de garantir um espaço fora do prédio principal para realização de suas atividades, conquistaram o pátio da instituição como um espaço “reservado” para seu novo papel social. Uma placa indica: “Praça dos Aposentados Gráficos - fundada em 21/10/1989”.

Um dos fundadores e atual presidente do Departamento de Aposentados, Nilton Domingues Pedrosa, nos anos 1980, se posicionou abertamente contra a filiação do sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele foi um dos responsáveis pela articulação que impediu a ascensão do grupo dessa central nas eleições sindicais de 1988. Esse episódio dos anos 1980 é fundamental para entendermos o que está em disputa na reconstrução da história do sindicato durante a ditadura. Quando Pedrosa valoriza sua atuação sindical no pós-1964, também está desqualificando a oposição sindical dos anos de 1980. Para Pedrosa o sindicato ganha mais espaço em sua vida justamente durante o período de exceção.

Aí veio a “redentora”, eu chamo de “redentora” que foi o golpe militar. Mas aí nesse ínterim, eu já comecei a me familiarizar com o sindicato também, as horas que tinham [...] sobrava pouco tempo, mas o pouco tempo que sobrava eu saía ia pro sindicato [...] Não sei se por causa da maneira de eu falar, o timbre de voz, eu assumi uma liderança, tudo o que o pessoal queria vinha comigo [...] Veio a “redentora” aí o que aconteceu, em cada gráfica grande eles botaram, um coronel. Lá no Jornal do Brasil foi um almirante, que era a parte mais dura da redentora, da revolução era a Marinha, que foi a Marinha que fez mais caça as bruxas.²⁴⁴

²⁴³ Uma placa na entrada da sala dos aposentados traz os seguintes dizeres: “Sala Walter Torres/ homenagem ao saudoso companheiro/13-12-1992”.

²⁴⁴ Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa.

Sua participação no sindicato, nas discussões políticas e seu ativismo nas empresas em que atuou, fizeram deste militante mais um alvo da repressão. Segundo Pedrosa, certo dia, um assistente do almirante responsável pela censura no *Jornal do Brasil* advertiu-o que “sua batata estava assando”. Acuado e, segundo o próprio, temeroso por sua família, nessa época já era casado e pai de uma filha, não teria pensado muito e, no mesmo dia, pedido para ser afastado do jornal. De forma contraditória, a perda do emprego o aproximou do sindicato, pois sobrava mais tempo para frequentar a instituição. Quando perguntado sobre a situação política do sindicato naquele momento, ele destaca as perseguições aos dirigentes sindicais, mas também indica que era possível manter a militância política, mesmo que de forma restrita.

Tivemos gente morta e tudo aqui, colegas como o Newton de Oliveira [...] Dizem que ele se suicidou, eu acho que suicidaram ele, mas tudo bem. Tivemos o Raimundo Alves preso, tivemos vários perseguidos aqui, eu felizmente não fui. Esse Cruz, Zé Maria Cruz também foi perseguido, teve que ir pra Miguel Pereira se esconder lá com a família, a esposa e o filho. Quer dizer, teve várias “caças as bruxas”. Eu felizmente fiquei lá, mais ou menos quieto. Eu vinha aqui [no sindicato] mas só pelas beiradas né. Porque aí eu já comecei a ver, você tem que saber se posicionar, *eu não sou leão, não ia colocar a cabeça na forca*.²⁴⁵

Pedrosa questiona o regime que ele chama de “redentora” ao mesmo tempo em que delimita sua militância por um padrão de segurança que permitiu que ele se mantivesse longe de maiores problemas com a repressão ao longo da ditadura. Ele cita os militantes gráficos que foram perseguidos e até mortos pelo regime militar como exemplos de uma fatalidade que ele buscou evitar para sua própria trajetória. Com a abertura política, Pedrosa, já aposentado, permaneceria na militância política na esfera do sindicato, tendo uma preocupação particular com os aposentados da categoria.

A reconstrução da memória da militância sindical durante a ditadura, pelos militantes gráficos, é pautada pela necessidade de eleger “heróis”, absolver “injustiçados” e apontar os “responsáveis” por episódios que permanecem vivos e atuais na memória coletiva dos

²⁴⁵ Entrevista concedida à autora em 30 de setembro de 2008. Nilton Domingues Pedrosa. (grifos nossos)

trabalhadores brasileiros. Apesar de alguns consensos, adjetivar os personagens dessa história é um processo de disputa entre os gráficos, numa tentativa de legitimar alguns nomes e desqualificar tantos outros.

Em um artigo do jornal *Tribuna Socialista*, uma publicação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), diretores que ocuparam cargos nos anos da ditadura, ou mesmo aqueles que foram cassados no pós-1964, são classificados como “pelegos” e “oportunistas”.

Nós, Gráficos do Rio de Janeiro, não podemos nos deixar contaminar pelo comodismo criminoso de uma diretoria oportunista, pelega, obediente a uma ditadura cujo ódio à classe operária se manifestou através de prisões, torturas e crimes, praticados não só a trabalhadores como a estudantes e intelectuais. Lamentavelmente, a diretoria de nosso sindicato traidora da corporação, tornou-se proprietária do nosso porta voz, funcionando em consonância com a ditadura militar, chegando ao descabro de denunciar companheiros sindicalistas como aconteceu com o grupo de *Notícias Gráficas* denunciado por Giovanni Romita, Walter Torres, Oswaldo Góis Paixão, Arnaldo e o pelegão Cyro da Costa Rosa. Este, como Walter Torres, continuam como diretores do Sindicato e informantes do SNI. Além de estarem aboletados na Justiça Trabalhista como vogais.²⁴⁶

A leitura da citação acima não pode ser feita sem avaliarmos o tipo de construção que os sindicalistas dos anos 1980 estavam fazendo sobre o passado sindical do país. As últimas décadas do século XX conviveram com o surgimento de um conjunto de práticas sindicais que receberia o nome de “novo sindicalismo”,²⁴⁷ cuja reivindicação era romper com as práticas do sindicalismo

²⁴⁶ “Um chamado à corporação dos gráficos”, *Tribuna Socialista* órgão de Comunicação do PDT, 1984 - seção Cartas. Alguns dos nomes citados nesta carta são referenciados em outros momentos como ocupando outro papel na estrutura sindical que não o de “delatores”. Esse antagonismo entre alguns materiais dos anos 1980 e o papel que esses indivíduos ocupam hoje na memória de alguns gráficos diz mais respeito aos conflitos daquela década do que propriamente aos anos 1950, 60 e 70.

²⁴⁷ Alguns autores apontam para as continuidades entre o chamado “velho” e o “novo” sindicalismo. “Podemos verificar que, constituído neste quadro, servindo-lhe mesmo de base, o corte entre o novo e o velho sindicalismo, da forma como se estabeleceu, acabou por obscurecer as continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos trabalhadores, bem como os limites a ela impostos. Mais ainda, baseando-se em pesquisas recentes, pode-se observar um reducionismo nas visões sobre o passado que serviriam para a ideia de ruptura total entre o novo e o velho.” SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: “O ‘Novo Sindicalismo’ e a idéia da Ruptura com o Passado”. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.) *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. São Paulo, Editora Vozes, 1999. p135.

“populista”²⁴⁸, característica associada, nesse contexto, ao movimento sindical do pré-1964. Nessa disputa política, desqualificar o “velho sindicalismo” e seus personagens faz parte da elaboração da imagem desses novos atores sociais. No processo de construção e definição do “novo sindicalismo”, no caso do Sindicato dos Gráficos, também encontramos a associação entre as ações sindicais do pré-1964 e do pós-1964.²⁴⁹ Isso explicaria a reunião de nomes como Giovanni Romita e Walter Torres como fazendo parte de um conjunto comum de práticas sindicais. Para essa geração de “novos” militantes sindicais, há uma percepção da história do sindicato que privilegia a noção de continuidade entre as direções que antecedem o golpe de 1964 e as que assumem os cargos no pós-1964. Nessa perspectiva, personagens como Giovanni Romita e Walter Torres seriam desqualificados por uma nova geração de militantes.

É, portanto, importante marcarmos as diferenças entre a política sindical do pré-1964, associada aos comunistas e como uma preocupação de atuação mais próxima aos trabalhadores, e o sindicalismo do pós-1964, caracterizado pelo distanciamento das bases dos trabalhadores. No caso dos gráficos, é possível mapearmos episódios de práticas sindicais que se extinguiram no com o golpe civil-militar. Podemos citar como exemplo de aproximação entre algumas lideranças sindicais e a base de operários, o trabalho realizado pela Comissão de Propaganda da Campanha Salarial. Essa comissão reunia os gráficos em diferentes locais da cidade para a preparação da assembleia geral que iria discutir a campanha salarial. Em 1963, a comissão de trabalhadores, que contava com nomes como o do comunista Newton Eduardo de Oliveira, ficou responsável por organizar os encontros nos locais próximos às gráficas mais importantes da cidade. Naquele ano,

²⁴⁸ O sindicalismo “populista” seria definido, dentro de uma perspectiva do “novo sindicalismo”, por seu distanciamento das bases, pouco interesse nas questões imediatas dos trabalhadores, participação na estrutura sindical corporativa. Ver: MARTINHO, Palomanes. “O populismo sindical: um conceito em questão”, in: REIS, Almeida, M.H. de e FRY, P. (org.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, ANPOCS/Hucitec, 1996.

²⁴⁹ SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, nº. 41. Outubro de 1999.

as reuniões preparatórias para a campanha salarial aconteceram no próprio Sindicato dos Gráficos, reunindo trabalhadores de gráficas do centro da cidade do Rio de Janeiro; no Sindicato dos Metalúrgicos, para os gráficos de São Cristovam e Jacaré; no Sindicato do Papel e Papelão, para os gráficos da que trabalhavam próximo a Central do Brasil e; por fim, o Centro Beneficente e Recreativo de Lucas, para os trabalhadores da Zona da Leopoldina. Esses encontros contavam com presença de trabalhadores das gráficas da *Manchete* e do IBGE, reunindo, em princípio, uma grande quantidade de operários.²⁵⁰

Na conduta do Sindicato dos Gráficos, é possível identificarmos diferenças entre práticas sindicais ao longo das décadas de 1960 e 1970. Porém, temos que lembrar que os responsáveis pelo sindicato após o golpe não estavam em disputa com os comunistas no pré-1964, mas, ao contrário, ocupavam cargos nas chapas apoiadas pelos comunistas. Talvez nesse caso particular as continuidades sejam mais evidentes que em outros exemplos registrados pela historiografia.

No Sindicato dos Gráficos, a leitura do passado carregada de adjetivos pejorativos sobre os diretores que ocuparam cargos após 1964 está presente na fala de uma geração de gráficos que recebeu como herança a história da categoria. Esse é o caso de Edilberdo Silva, ex-militante da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Edilberto inicia sua vida sindical em 1975, mas reconstrói com propriedade a história do Sindicato dos Gráficos dos anos 1960. Sua fala destaca as histórias que os ex-presidentes contaram sobre a presença da polícia no sindicato e a perda de boa parte do acervo da instituição.

Nesse período [durante a ditadura] o sindicato estava quase, um reflexo, um descenso, vamos dizer assim, um descenso. O nosso sindicato aqui ele foi muito invadido pela ditadura né. Muitos policiais aqui dentro, pegaram muitos documentos né. Inclusive os ex-presidentes da época contavam pra gente que vasculharam aí documentos, muitos documentos perdidos né,

²⁵⁰ “Reuniões nos bairros”. *Voz do Gráfico*. Agosto de 1963. p.2.

muita história perdida né. E o Sindicato naquela época, no meu entendimento né, no meu entendimento, não estava bom, estava fraco. Fraco porque os diretores que estavam na época foram cooptados. Naquele período ditatorial eles cassaram os grandes líderes sindicais né. Só não foram cassados as pessoas que fecharam com eles né, eles ficaram. Os que não concordavam foram presos tiveram que se exilar ou abandonaram tudo né. Então o sindicato estava mal, estava mal. Os acordos eram acordos de fachada, acordos que interessavam mais o patrão que o trabalhador. Inclusive eu lembro que nesse período não se fazia greve, viemos fazer greve foi em 88 aqui no sindicato, período ditatorial né. Em 88 nós fizemos uma greve aqui.²⁵¹

Para analisarmos a construção que esse grupo faz do passado político-sindical do país temos que recorrer a uma importante reflexão feita por Pollak: [...] “acredito que entre o “falso” e o “verdadeiro”, entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa”.²⁵² Para os iniciados na vida sindical nos anos 1970, a importância de marcar um recomeço da vida político-sindical reduz o período do pós-golpe às práticas sindicais dos “cooptados”.

Essa leitura do passado propicia o enquadramento dos dirigentes sindicais do pós-1964 em categorias acusatórias como “pelegos”. Para esses militantes que não conviveram com as ambiguidades latentes dos anos de maior repressão da ditadura, desqualificar o grupo que esteve na direção do sindicato nesse período parece a única avaliação possível. No contexto do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a retomada progressiva da democracia abria espaço para críticas mais contundentes ao grupo que permanecia ocupando cargos no Sindicato dos Gráficos, também era o momento propício para a criação de uma oposição disposta a lutar pelo poder dentro da entidade.

No próximo capítulo, iniciaremos uma análise mais detalhada sobre a trajetória de alguns militantes gráficos, em parte já apresentados ao leitor, que consideramos significativos para a construção da história dos trabalhadores gráficos cariocas. As posições assumidas por

²⁵¹ Entrevista concedida à autora em 9 de dezembro de 2008. Edilberto Silva.

²⁵² POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, n° 10, Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

alguns desses personagens serão mais bem compreendidas quando analisarmos suas histórias de vida, bem como as relações e os conflitos que esses indivíduos experimentaram ao longo de suas trajetórias político-sindicais. O Sindicato dos Gráficos será observado a partir da trajetória de militantes que contribuíram de forma diversa para a manutenção da instituição e para a história da categoria.

CAPÍTULO IV

O componente individual na trajetória do Sindicato dos Gráficos

O país necessita hoje, mais do que ontem, de paz e trabalho para prosseguir na sua marcha acelerada em direção ao lugar que lhe reserva a história entre os grandes potências.

Este objetivo, ideal de todo brasileiro, é incompatível com a agitação, as crises artificiais geradas pela propaganda, que intranqüiliza, e perturba, mas não impedirá jamais que o alcancemos. (Polícia Política/RJ – Relatório Parcial do Inquérito Número 2 de 1975, Pasta 22).

Neste capítulo, tomaremos como ponto de partida a análise da trajetória de alguns militantes que assumiram posições de liderança entre os trabalhadores gráficos nos anos 1960 e 1970. Esses militantes construíram sua identidade a partir de referências de classe, mas também possuem particularidades que por vezes podem afastá-los do grupo. Alguns desses militantes foram considerados como exemplos a serem seguidos entre os gráficos. Outros, no entanto, têm uma trajetória marcada por ambiguidades e indefinições políticas, estando longe de atingirem um consenso entre os próprios militantes. Com o objetivo de entendermos essas trajetórias, seguiremos uma inquietação instigante proposta por Nadya Castro e Michel Agier. “Como o componente individual penetra trajetórias que se auto-representam como coletivamente orientadas”²⁵³ Os autores propõem entender como dentro de um mesmo grupo social trabalhadores elaboram projetos individuais e coletivos, ou seja, “projetos de operários” e um projeto operário.

Com efeito, o discurso dos líderes torna mais visível a construção de um projeto operário. Mas nosso interesse está também em revelar o líder como sujeito de um percurso e de um discurso *pessoais*, fazendo dele uma fonte de informações sobre si mesmo, e não tanto sobre os outros.

²⁵³ CASTRO, Nadya e AGIER, Michel. “Projeto operário, projetos de operários”, in: CASTRO, Nadya; AGIER, Michel e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Imagens e Identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995. p.131.

Mesmo quando ele próprio se coloca como sujeito que fala “em nome de” ou “sobre” os trabalhadores que “representa” e “dirige”, a singularidade de seu percurso, desviante do ordinário, nos permitirá concentrar a análise sobre diferentes modalidades de elaboração de um projeto operário.²⁵⁴

Onde encontrar nosso “líder” e como fazer esse paralelo entre ação coletiva e sua trajetória pessoal? Traçaremos o perfil de alguns militantes gráficos que, ao nosso entender, construíram um projeto coletivo operário que incluiu o ativismo partidário e sindical como parte dessa concepção.

Nossa opção metodológica foi trabalhar as trajetórias desses militantes gráficos “enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”.²⁵⁵ Acreditamos ser esse um caminho possível para explorarmos nosso objeto de forma pertinente. Estamos conjugando a análise de um momento específico da história do país, marcado pela censura e a repressão, e a história de um grupo de militantes que, assim como tantos outros grupos de trabalhadores organizados, experimentou os limites impostos pela ditadura. Nosso objetivo é trazer os indivíduos para o centro da construção e análise dessa história e, a partir dessas trajetórias, compreender como esses indivíduos construíram sua militância, destacando as influências políticas e sociais que marcaram seus posicionamentos na esfera pública. Pressupomos que a “singularidade dos percursos” desses trabalhadores atuará como mediação para explicarmos questões mais gerais sobre a história dos gráficos da cidade do Rio de Janeiro.

Analisaremos as histórias de vida de alguns indivíduos que têm sua identidade marcada pela inserção na militância político-sindical de sua categoria. Líderes sindicais, ex-presidentes do Sindicato dos Gráficos, além de outros militantes que, mesmo não tendo ocupado cargos na

²⁵⁴ CASTRO, Nadya e AGIER, Michel. “Projeto operário, projetos de operários”, in: CASTRO, Nadya; AGIER, Michel e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Imagens e Identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995. p.132.

²⁵⁵ VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 2 ed.

direção do sindicato, são transmissores da memória e da história do grupo. Em parte, essa seleção também foi feita pelo próprio material de pesquisa, uma vez que alguns nomes ganharam destaque ao longo dos anos na imprensa operária ou no material da polícia política. Além disso, alguns desses militantes gráficos também deixaram biografias escritas. Estes últimos, por sua vez, tendem a ter sua vida familiar, sua infância e seu percurso escolar mais detalhados se comparados às trajetórias que temos acesso pelas páginas da documentação da polícia política e pelos jornais sindicais. Contudo, o que poderia ser um problema metodológico é analisado como parte do processo de pesquisa e reforça o empenho em estudar esse grupo a partir de diferentes ângulos, considerando as singularidades das fontes como um elemento que enriquece a pesquisa. Alguns dos militantes considerados neste capítulo iniciaram sua vida sindical nos anos 1940 e 1950. A análise desse período ficará restrita às trajetórias desses personagens, sem nos preocuparmos de uma forma mais sistemática com a conjuntura política e as questões específicas do Sindicato dos Gráficos naquele período.

O golpe de 1964 é um importante marco na vida de muitos desses militantes sindicais que, constringidos por pressões diversas, seguem por caminhos muito distintos após o golpe. Existem aqueles que (1) optam pela atuação dentro da estrutura oficial, permanecendo nos sindicatos, muitas vezes ocupando cargos na direção da instituição; outros (2) saem de cena e se afastam de toda e qualquer atividade política e; por fim, um grupo (3) busca as estratégias de enfrentamento ao regime vigente na militância clandestina. No caso dos militantes gráficos, a unidade aparente do grupo é rompida no pós-1964. Observando as singularidades dos membros desse grupo, objetivamos compreender como foi possível a construção de caminhos tão diversos para esses gráficos.

1. Um ninho de comunistas?

A opção pela militância vinculada ao sindicato ou à política partidária rendeu uma vigilância constante dos órgãos da polícia política sobre trabalhadores, intelectuais, profissionais liberais e estudantes.²⁵⁶ Segundo Maria Tucci Carneiro²⁵⁷, desde as primeiras décadas do século XX, a categoria dos gráficos já se tornara alvo de uma atenção diferenciada por parte da polícia política, motivada por duas de suas características. Em primeiro lugar, por sua posição reivindicatória e de contestação ao então regime vigente e, em segundo, por sua posição de produtores de textos “subversivos”. Mesmo detendo nossa atenção sobre um período diverso, podemos considerar esses elementos, com algumas variações, como propulsores da repressão sofrida pelos gráficos no período pós-1964. Nos anos 1960 e 70, a própria polícia política parecia ainda operar com essa ideia de que os gráficos eram por natureza “subversivos”. Um dos entrevistados comenta a visão que os órgãos da repressão tinham sobre os militantes gráficos: “para a repressão, o Sindicato dos Gráficos sempre foi um ninho de comunistas”.²⁵⁸ Na opinião de Fraga Junior, essa era uma visão distorcida do grupo. As informações sobre o Sindicato dos Gráficos na documentação da polícia política estão reunidas, em sua maior parte, nas pastas que contêm dados sobre os indivíduos responsáveis, em diferentes níveis, pela ação sindical dos gráficos e pela organização dos comunistas na categoria. O que observamos nessa documentação

²⁵⁶ “[...] Preocupadas em definir e comprovar o crime político, as autoridades da repressão procuravam manter sob vigilância a população brasileira instaurando uma verdadeira geopolítica do controle. Em decorrência deste cotidiano de opressão e medo, os mais diferentes segmentos sociais foram vigiados e julgados como subversivos da ordem. Alguns profissionais eram os mais visados por serem os responsáveis pela veiculação de ideias consideradas como perigosas. Jornalistas, escritores, artistas, músicos, estudantes, livreiros, gráficos e editores dificilmente escapavam de um inquérito policial aberto a partir de uma acirrada vigilância (campana) ou, até mesmo, de uma denúncia. [...]”. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo”. www.usp.br/proin/publicações/artigos. Acessado em 20 de novembro de 2008. p.6.

²⁵⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN/USP, FAPESP, 2002. 2 ed. ampl. Ver particularmente o capítulo “artesãos da subversão”

²⁵⁸ Entrevista concedida à autora em 17 de outubro de 2010. Valdir Fraga Junior.

é um conjunto de suposições sobre as tendências “subversivas” da categoria, que nem sempre encontravam referências na prática cotidiana da categoria.

Estudos têm retratado o aparato da censura em diversas esferas da sociedade, seja no controle da informação que chega aos indivíduos ou na produção de informação sobre os indivíduos. “Esse formidável instrumental repressivo objetivava o exercício de uma vigilância cerrada sobre todos os setores da sociedade, visando detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de “subversão” à ordem instaurada”.²⁵⁹ Esse “formidável instrumental repressivo” foi responsável pela produção de uma enorme massa documental que, em parte, será objeto de nossa análise.

A pesquisa da documentação da polícia política nos permite detalhar as trajetórias individuais de militantes gráficos e cruzar essas informações com o momento político vivido pelo Sindicato dos Gráficos e pelo próprio país. A frequência de nomes de militantes gráficos, nas diversas subdivisões, ou “entradas”, desse material, demonstra a vigilância da ditadura sobre aqueles indivíduos.²⁶⁰ Constam desta fonte desde pequenos resumos sobre as atividades de um determinado militante até relatos detalhados sobre sua militância político-sindical, incluindo anotações sobre greves de que participou, cargos que assumiu no sindicato, documentos de caráter coletivo que assinou, autos de prisão e Inquéritos Policiais Militares (IPMs).²⁶¹ No caso

²⁵⁹ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999. p.15. Aquino detém seus estudos sobre o controle da informação que chegava aos indivíduos nos anos da ditadura (1968-1978). Seu trabalho prioriza a análise da censura política à imprensa escrita, particularmente nos jornais *O Estado de São Paulo* e o *Movimento*.

²⁶⁰ O acervo reúne material recolhido entre 1933 e 1983. O conjunto do material foi denominado de Fundo DGIE (Departamento Geral de Investigações Especiais do Rio de Janeiro, 1975 – 1983) último nome recebido pela instituição responsável pela produção desse tipo de documentação. A documentação foi dividida em seis séries que possuem por sua vez suas subdivisões: Série; Pasta Temática; Série Fichas de Investigados; Série Prontuários Individuais; Série Encadernados Administrativos; Série Iconográfica e Série Diversos. FIGUEIREDO, Mirian Beatriz Collares. “O acervo do DOPS: um projeto de tratamento documental”. *DOPS: A lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996. 2ª ed.

²⁶¹ Em seu estudo sobre o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a Fábrica Nacional de Motores, (FNM) José Ricardo Ramalho faz uso dos Inquéritos Policiais Militares para discutir a repressão política ao movimento

dos inquéritos, uma variada documentação costuma ser reunida: depoimentos de “indiciados” e “informantes”, fotos, panfletos e outros materiais impressos que serviriam como prova no processo.

À primeira vista, esse tipo de fonte poderia ser rechaçado por não ser uma narrativa direta dos atores que procuramos estudar, mas, acima de tudo, uma representação do poder público oficial sobre esses homens e mulheres. Apesar de ser uma documentação construída por órgãos do Estado, sua utilização com critérios pertinentes de análise nos permite chegar a dados antes ocultos.²⁶² Se analisarmos cuidadosamente esse material, podemos perceber elementos constitutivos daquele período e a forma como o poder público enquadrava determinados grupos. Para sermos bem sucedidos com esse tipo de documentação, ou com qualquer outro, temos que nos indagar sobre o processo de produção desse documento e o contexto político que criava a necessidade de enquadrar indivíduos e instituições considerando-os uma “ameaça” para o país. Outra estratégia que não podemos deixar de considerar é o cruzamento desse material com outras fontes. Entrevistas, boletins sindicais e memórias dos militantes serão incorporados à análise

sindical no período pós-1964. Compartilhamos da perspectiva teórico-metodológica adotada pelo autor para a análise dos IPMs que não considera esse material um espelho da realidade que deva apenas ser selecionado para reconstruir o passado. Ele propõe pensarmos os IPMs a partir de suas “elaborações próprias”, problematizando a produção desse material. RAMALHO, José Ricardo. “Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a repressão política pós-64”, in: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

²⁶² Maria Luiza Tucci Carneiro chama a atenção para a necessidade de “desmontar” esse tipo de documentação, cuja lógica implica a ideia de comprovar um crime político. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo”. www.usp.br/proin/publicações/artigos. Acessado em 20 de novembro de 2008. Sobre os limites e possibilidades do uso desse tipo de documentação ver: NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia: o acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical”, in: AQUINO, Maria Aparecida, MATTOS, Marco Aurélio V. L. e Jr. SWENSSON, Walter Cruz. (org.). *No coração das trevas: o DEOPS visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. Esse livro é o primeiro volume de uma coleção composta por obras que analisam a organização e o conteúdo da documentação do DEOPS. Esse material é de fundamental importância para o pesquisador que se aventura por essa documentação da polícia política. Seu conteúdo também elucida questões metodológicas mais gerais que podem ser estendidas à análise desse mesmo tipo de documentação no Estado do Rio de Janeiro.

como forma de criar um paralelo em relação ao material da polícia política.²⁶³ Como sugere Maria Luiza Tucci Carneiro, a abertura parcial dessa documentação pode nos trazer uma série de possibilidades: “[...]os pesquisadores têm a oportunidade de avaliar não apenas o mundo da repressão como também de reconstituir o mundo fantástico da resistência que, felizmente, não se calou durante os momentos de autoritarismo”.²⁶⁴

A documentação da polícia política contribuiu significativamente para um mapeamento de diferentes aspectos da vida de alguns dos militantes gráficos que analisaremos ao longo desse capítulo. São investigados elementos da vida pessoal, da atuação político-partidária e da inserção sindical desses atores sociais. Essa documentação também nos ajuda a entender o desaparecimento do cenário político de alguns militantes que, acuados pela repressão, “optam” pelo isolamento político. Outros, no entanto, forçados a entrar na clandestinidade, investem no confronto com o regime ditatorial.

Iniciaremos nossa análise pela trajetória de três lideranças do Sindicato dos Gráficos. Esses indivíduos, apesar de serem contemporâneos, terem participado de algumas mobilizações pela categoria e compartilhado os mesmos ideais, seguiram por caminhos muito distintos após o golpe de 1964. Por este motivo, suas trajetórias explicam, a partir de pontos diferentes, a história da categoria dos gráficos.

²⁶³ A análise comparativa com outras fontes não pode ser feita sem determinados cuidados metodológicos: “Em entrevistas, em que podem perguntar se tal ou qual episódio realmente aconteceu como descrito nos papéis [da polícia política], os historiadores podem controlar suas informações, mas nem por isso devem confiar cegamente em seus informantes, os quais não estão imunes a reelaborações, equívocos e ressentimentos. O historiador é, enfim mais um consumidor do produto policial. Como os trabalhadores, não deve se submeter a ser uma tabula rasa”. NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia: o acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical”, in: AQUINO, Maria Aparecida, MATTOS, Marco Aurélio V. L. e Jr. SWENSSON, Walter Cruz. (org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. p.179

²⁶⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo”. www.usp.br/proin/publicações/artigos. Acessado em 20 de novembro de 2008. p.1.

2. Três lideranças e a história de um sindicato

A história dos militantes gráficos do Rio de Janeiro, em grande medida, pode ser compreendida a partir da trajetória de alguns indivíduos que representam a parte importante da identidade militante do grupo. São gráficos que através do ativismo político contribuíram para a manutenção do Sindicato dos Gráficos e da própria história da categoria. O fato de terem ocupado cargos na hierarquia sindical contribuiu para seus nomes permanecerem presentes na memória coletiva dos gráficos cariocas. Essa hipótese, contudo, não é a única explicação para sua permanência no imaginário dos gráficos. Personagens polêmicos e controversos, esses militantes são reconhecidos pela categoria como parte importante da história dos gráficos cariocas.

As disputas sobre os personagens que mais representam a categoria estão presentes nas narrativas dos entrevistados, mas um nome é unanimidade dentro do grupo, um exemplo a ser seguido pelos demais gráficos. O consenso em torno do nome de Newton Eduardo Oliveira é uma das representações mais fortes entre os militantes gráficos cariocas. Sua militância no Sindicato dos Gráficos e na Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas (FNTIG) e, sobretudo, sua morte em 1964 fazem parte de uma memória coletiva que é transmitida, através de uma forte “socialização política”, de geração para geração entre os gráficos.²⁶⁵ Newton Eduardo

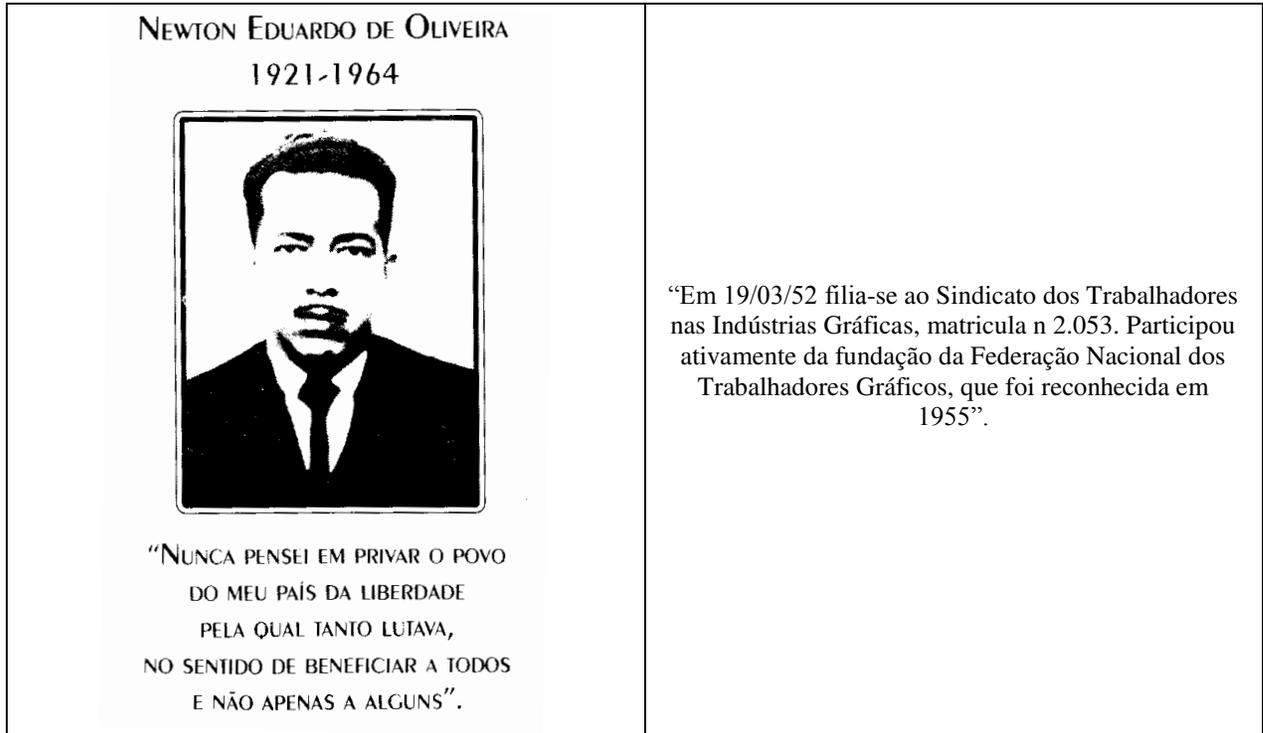
²⁶⁵ Michael Pollak ao analisar os elementos constitutivos da memória nos fornece importantes subsídios para entender a construção da identidade a partir dessas “heranças” do grupo. “Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”. POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, nº 10, Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. p. 2.

Oliveira nasceu em 13 de outubro de 1921 em Pernambuco, mas foi na cidade do Rio de Janeiro que o encadernador²⁶⁶ construiu sua militância política. Dentro da hierarquia profissional dos gráficos, o encadernador ocupa uma posição inferior à de tipógrafos e linotipistas. Contudo, o fato de ocupar uma função que poderia ser considerada subalterna pelo conjunto dos gráficos não interferiu no respeito e na admiração que Newton obteve da categoria.

Essa trajetória dramatiza ao extremo a experiência de repressão vivida por militantes políticos após o golpe civil-militar. Apesar de sair de cena em 1964, o nome de Newton Eduardo de Oliveira permaneceu como uma referência de ativismo sindical para os gráficos cariocas. Newton Eduardo assume em 1954 um cargo na diretoria do sindicato, na gestão liderada por Antônio Erico de Figueiredo Álvares e composta por outros nomes como o de Giovanni Romita.

²⁶⁶ “A pessoa que encaderna livros, ou que, de qualquer modo, trabalha em oficina de encadernação (alçador, colador, dourador, grampador, picotador, etc.)”. PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. p.130.

Figura 4 – Newton Eduardo de Oliveira



Fonte: Folheto do V Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas (Julho de 2004), evento também dedicado à memória de Newton Eduardo de Oliveira.

Em 1955, Newton é eleito, juntamente com Figueiredo Álvares, representante no Conselho da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas (FNTIG), criada em 1953 e oficialmente reconhecida em 1955. A FNTIG é criada e permanece sendo controlada pelo mesmo grupo que se encontrava na direção do Sindicato dos Gráficos. Aos 34 anos de idade, Newton Eduardo já era reconhecido como uma liderança na categoria. O jornal *Notícias Gráficas* acompanhava sua carreira sindical e dedicava espaço para entrevistas e mensagens de Newton para a corporação gráfica.

A coletividade gráfica não poderá ter melhores elementos na Federação que não sejam Figueiredo Álvares – o colega que mais se interessou por sua fundação e reconhecimento – e

Newton Eduardo de Oliveira, o jovem sindicalista que vem dedicando com entusiasmo e proficiência aos problemas da Previdência Social em nosso meio.²⁶⁷

Em 1958, o militante compõe a diretoria da FNTIG, em 1962 assume a presidência desta federação, cargo para o qual é reeleito para o biênio 1964-65. A eleição e reeleição para a presidência da FNTIG é o auge da carreira sindical de Newton Eduardo. Mesmo tendo o apoio irrestrito dos militantes comunistas da categoria, sua trajetória seria drasticamente interrompida com o golpe civil-militar de 1964.

Ao ensejo da ascensão do companheiro Newton Eduardo de Oliveira à presidência da Federação Nacional dos Gráficos, “Notícias Gráficas”, expressando o jubilo dos gráficos do Estado da Guanabara, apresentou-lhe os mais efusivos parabéns e aproveitando a oportunidade entrevistou o novo líder nacional, que assim se manifestou a respeito dos graves problemas que afligem à classe e ao povo brasileiro.²⁶⁸

Assim como outros militantes gráficos atingidos pelo golpe, Newton Eduardo de Oliveira terá seus direitos políticos cassados e não concluirá seu mandato na presidência da FNTIG. Através das fichas do DOPS, temos acesso a sua trajetória política. Assumir um cargo no sindicato, na federação ou simplesmente ser “signatário de uma proclamação aos trabalhadores chamando-os a se unirem para defender os novos níveis de salário mínimo, combater a carestia” [...] ²⁶⁹ rendia anotações em seu prontuário. No ano de 1964, Newton Eduardo perde a própria vida e sua trajetória passa a ser um exemplo de ativismo sindical para sua categoria.

Newton Eduardo de Oliveira foi um grande trabalhador gráfico que nasceu em 1921, morreu em 1964. Companheiro muito batalhador, lutador abnegado da categoria, participava das assembléias, comissões de negociações, foi membro da Federação Nacional dos Gráficos, foi secretário, depois presidente. Esse companheiro ele teve uma morte assim motivada pela perseguição da ditadura militar ele era permanentemente vigiado por dois seguranças, dois policiais do DOPS, inclusive na residência que ele morava no Humaitá no prédio ele ia dormir

²⁶⁷ “Preparemo-nos para eleger os novos dirigentes do STIGRJ”. *Notícias Gráficas*. Agosto de 1955. Matéria de capa.

²⁶⁸ “Newton Oliveira fala sobre os graves problemas dos gráficos”. *Notícias Gráficas*. Fevereiro de 1962. Matéria de capa.

²⁶⁹ Polícia Política/RJ – DOPS – microfilme 108.

os caras ficavam na portaria lá quando ele sai pra trabalhar ou alguma atividade as pessoas perseguiram [...] pois e essa pessoa ficou o Newton ficou tão angustiado com essa perseguição começou a questionar a própria vida né que vivia, vendo a sua família também passando dificuldade ele mulher e quatro filhas né e um filho. O que ocorreu? Um belo dia em 64 ele suicidou-se, se jogou do sexto andar do prédio onde ele residia, deixando inclusive um bilhete pra família dizendo que não agüentava mais, que estava sendo perseguido pela polícia, não tinha mais assim condições de exercer o trabalho dele, atividade que ele tinha sindical porque era perseguido. Esse companheiro ele hoje deixou um legado para a categoria no sentido se ser assim um símbolo orgânico como sindicalista né e a gente sempre se espelha na conduta desse companheiro que deixou esse legado para nós.²⁷⁰

Apesar de sua morte trágica ainda em 1964, sua trajetória ajuda a compreendermos as dificuldades da atuação sindical nos anos 1960. O cenário político era conturbado e a sobrevivência política tornava-se restrita e arriscada, sobretudo para militantes que, como Newton, tinham de uma trajetória de ativismo sindical mapeada pelos órgãos de repressão. O suicídio (ou assassinato, como sugere alguns dos militantes contemporâneos de Newton) representa um caso extremo diante repressão política do pós 1964. Para os militantes gráficos, “Resgatar sua memória [Newton Eduardo de Oliveira] é manter viva a chama da luta por um Brasil melhor”.²⁷¹ Em 1980, em um encontro da categoria em Praia Grande, o nome de Newton é lembrado na “homenagem aos amigos que se foram”.

Assim se manifestou o companheiro Cyro Costa Rosa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro. Conheci Newton de Oliveira e posso dizer que foi levado a desistir da vida. Antes todavia de qualquer gesto de desespero, foi um valoroso combatente das causas do trabalhador, presidente na época (1964) da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas e sempre atento aos interesses dos gráficos. Hoje dezesseis anos transcorridos de sua morte trágica, aqui vemos a categoria a que ele pertenceu, amou e defendeu e pela qual morreu de pé, nele acreditando e reverenciando sua memória.²⁷²

Não houve um entrevistado que não citasse o nome de Newton Eduardo de Oliveira como exemplo de ativismo sindical. O jornal *7 de Fevereiro*, apesar de trazer em seu nome uma data importante para a categoria, em seu primeiro número, destacava que não homenagearia os

²⁷⁰ Entrevista concedida à autora em 9 de dezembro de 2008. Edilberto Silva.

²⁷¹ Folheto do V Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas (Julho de 2004)

²⁷² Livro do Encontro dos Gráficos em Praia Grande (1980). p.84

“heróis da greve de 1923” e sim um “herói mais do nosso tempo”: Newton Eduardo de Oliveira. Sua morte aos 43 anos de idade, de forma trágica, transformou o militante sindical em uma espécie de mártir para o grupo. Nos anos que seguem ao golpe, seu nome será lembrado em diversos momentos pela categoria, tornando-se uma importante referência para os gráficos cariocas. A morte trágica de Newton Eduardo impede que as posições assumidas por este sejam alvo de críticas e ressalvas, como acontece com outros militantes contemporâneos. Sua trajetória é utilizada para aglutinar o grupo e reafirmar um tipo de ativismo sindical que parece estar cada vez mais distante do cotidiano dos trabalhadores gráficos.

Diferente de Newton Eduardo de Oliveira, outros militantes que disputaram espaço no Sindicato dos Gráficos nos anos 1960 e 70 são objeto recorrente de controvérsias. As narrativas sobre a trajetória de Giovanni Francisco Amadeu Romita, por exemplo, quase cinco décadas depois de ele ter deixado a presidência do Sindicato dos Gráficos, ainda estão longe estabelecerem um consenso sobre sua militância político-sindical.

Giovanni Francisco Amadeu Romita nasceu em 17 de julho de 1909, natural do Rio de Janeiro, era linotipista e membro do Sindicato dos Gráficos desde os anos 1940. Ao longo de sua vida sindical, ocupou cargos de direção, foi juiz classista²⁷³ e por quase uma década presidente do Sindicato dos Gráficos (1956-1964), cargo que exerceu até o golpe de 1964.

Podemos acompanhar a trajetória de Giovanni Romita através da imprensa sindical e do material da polícia política. Giovanni Romita foi eleito para o biênio 1954-55 primeiro secretário do Sindicato dos Gráficos, cargo equivalente ao de vice-presidente. Esta foi a primeira vez que Romita assumiu um cargo de direção na entidade. Sua chapa era liderada por Antônio Erico de

²⁷³ O juiz classista ou Vogal era um representante leigo, de empregados ou empregadores, que tinha a função de facilitar o acordo entre trabalhadores e empregadores. O cargo de juiz classista foi extinto em 1999, sob a alegação, por parte de alguns magistrados, de que sua presença nos tribunais comprometia a credibilidade da Justiça do Trabalho. GOMES, Ângela de Castro. “Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 37, Janeiro/Junho de 2006.

Figueiredo Álvares, eleito pela segunda vez consecutiva. Pela leitura do material referente às campanhas eleitorais de Figueiredo Álvares, fica evidente que essa chapa recebia o apoio do grupo de gráficos ligados ao PCB e que havia uma composição na direção do sindicato entre militantes comunistas, simpatizantes do partido e outros grupos políticos.

O cenário político desse período é difícil de ser mapeado, o que torna mais problemático definirmos a filiação partidária, por exemplo, de Antônio Erico de Figueiredo Álvares, mesmo concluindo que ele recebia apoio do PCB. No caso de Giovanni Romita, temos mais elementos sobre sua trajetória política, o que não torna menos complexo mapear sua filiação partidária. O que podemos concluir, em princípio, é que ele exercia uma forte liderança entre os gráficos, bem como era considerado um homem preparado e um bom orador por alguns de seus contemporâneos. A liderança que exercia na categoria foi responsável, em parte, por sua permanência na direção do Sindicato dos Gráficos por quase uma década. No jornal *Notícias Gráficas*, uma reportagem, que narra a festa da posse da nova diretoria em 1954, traz uma foto de Romita, destacando a importância de sua presença na chapa recém eleita.

Figura 5 – Giovanni Romita



Fonte: “Novos dirigentes à frente do STIGRJ”. *Notícias Gráficas*. Janeiro de 1954. Nos primeiros anos de sua vida sindical Giovanni Romita costumava usar o pseudônimo de “João”.

Parece-nos que já nesse momento havia um investimento no que poderia ser uma promissora carreira sindical de Romita. Aos 45 anos de idade e quase dez de militância junto ao Sindicato dos Gráficos, Romita ocuparia a posição de representante de uma nova geração de militantes dentro da instituição sindical. A consolidação da liberdade política nos anos 1950, também contribuiria para o lançamento de uma “nova” liderança sindical. Em outubro de 1954, Giovanni Romita assumiu a direção do sindicato por um período de seis meses devido ao

afastamento do presidente por motivos de saúde.²⁷⁴ Nas eleições para o biênio 1956-57, Giovanni Romita lidera a única chapa que disputa o pleito. O jornal *Notícias Gráficas* declara seu apoio aos componentes da chapa:

Se acolhemos esses nomes [Romita e Walter Torres, entre outros] é porque cada um deles apresenta um lastro de esforços na convivência e no reforçamento de nossas relações sindicais, são elos forjados na luta diária pela salvaguarda dos nossos direitos e conquista de novos associados, são a chama que, igual à de milhares de outros que não foram citados, crepita no fundo das oficinas, resistindo aos golpes de ar e a própria atmosfera abafada, alumando o clamor dos injustiçados e guiando-os para o advento da compreensão que é o nosso sindicato.²⁷⁵

Nosso personagem é reeleito sucessivamente para a presidência do sindicato até 1964, quando deveria exercer o cargo durante o biênio 1964-65. Entre 1956 e 1964, as campanhas eleitorais alternavam pleitos com uma única chapa e pleitos onde duas chapas concorriam. No entanto, mesmo nas eleições com mais de uma chapa, Giovanni Romita recebia a maioria expressiva dos votos. Em todas as eleições até 1963, Romita obteve apoio do grupo de *Notícias Gráficas*. A ruptura dessa unidade só aconteceria, como já vimos, no último pleito disputado antes de 1964.

Em 1958, Romita, então presidente do Sindicato dos Gráficos, se candidata pela primeira vez ao cargo de vereador pelo Partido Social Democrático (PSD).²⁷⁶ Nessa empreitada, o militante gráfico também recebe a adesão dos colegas do jornal *Notícias Gráficas*. O apoio dos comunistas a eleição de Romita é entendido como parte de uma política mais ampla do PCB. A ampliação dos espaços ocupados pelos comunistas entre 1954 e 1964 é resultado da aliança com outros grupos que atuavam na vida sindical brasileira, principalmente com setores mais progressistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esse tipo de aliança incluiu a utilização da

²⁷⁴ “Licenciamento do presidente”. *Voz do Gráfico*. Abril de 1954. p.2.

²⁷⁵ “Preparemo-nos para eleger os novos dirigentes do STIGRJ”. *Notícias Gráficas*. Agosto de 1955. Matéria de capa.

²⁷⁶ Nas eleições de 1960, o candidato à presidência, general Henrique Lott, do PSD, tem como candidato a vice-presidente João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reafirmando a aliança entre esses dois partidos.

legenda do PTB para a eleição de comunistas, bem como o apoio destes últimos a candidatos de partidos como o PSD.

Um artigo desse período, publicado no *Notícias Gráficas*, destaca a trajetória política do líder gráfico, relembra sua participação no Comitê Democrático dos Gráficos, fazendo uma associação indireta do candidato com PCB, e enfatiza sua dedicação à categoria. Sua vida sindical é retratada como impecável e a experiência que acumulou na militância seria um importante capital para um possível exercício do cargo político na Câmara dos Vereadores.

É com imenso prazer que convocamos toda a coletividade gráfica e a todos os nossos amigos a apoiar a candidatura de Giovanni Romita, presidente do nosso STIGRJ, a vereador nas próximas eleições de outubro.

Romita, por todos os títulos merece todo o nosso caloroso acolhimento. Desde 1945, juntos no CDTG [Comitê Democrático dos Trabalhadores Gráficos], vimos lutando ombro a ombro, pelo reerguimento do nosso Sindicato. Sempre incansável, trabalhador, honesto e devoto aos interesses da corporação, Romita tem dado provas de devotamento e sacrifício aos nossos interesses.

Que todos os gráficos, que todos os nossos colegas e amigos compreendam a necessidade que temos de eleger Giovanni Romita à Câmara dos Vereadores.²⁷⁷

A campanha pela eleição de Romita continua no *Notícias Gráficas*, o militante gráfico é apresentado como a vanguarda da luta sindical e sua eleição como a possibilidade de ampliar a conquista de direitos para os gráficos.

[...] Sua eleição para a Câmara dos Vereadores não implicará em renúncia à presidência do nosso órgão sindical e muito menos o afastará da posição de vanguarda na luta pelos nossos direitos. Pelo contrário, seu programa será mais amplo, porque mais amplas serão suas possibilidades.²⁷⁸

Giovanni Romita não se elegeu em 1958, mas permaneceu envolvido com a política partidária no Rio de Janeiro. Em 1961, foi eleito membro da diretoria do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na seção do Estado da Guanabara e, no ano seguinte concorreu, às eleições para

²⁷⁷ “Giovanni Romita, nosso candidato a vereador”. *Notícias Gráficas*. Agosto de 1958. Matéria de capa.

²⁷⁸ “Giovanni Romita: uma vida e um Programa”. *Notícias Gráficas*. Setembro de 1958. Matéria de capa.

deputado estadual. Romita foi o quarto candidato mais votado do PSB, conquistando a vaga de primeiro suplente da legenda. Se por um lado Romita não logrou maiores sucessos nas eleições para o legislativo, sua carreira sindical continuava em uma trajetória que poderíamos que classificar como bem sucedida. Sua militância incluía o empenho em causas internacionais, representando a categoria em manifestações como a de apoio a Cuba.

Fazem questão os trabalhadores cubanos que os seus companheiros de todos os países Sul Americanos tome conhecimento da revolução democrática que se processa no país, em todos os setores de atividades, razão porque convidaram alguns dirigentes sindicais brasileiros, inclusive o nosso Presidente Romita, que levará o apoio e a solidariedade dos trabalhadores brasileiros aos colegas da heróica República de Cuba.²⁷⁹

Os passos da carreira do líder sindical Giovanni Romita também podem ser acompanhados nas páginas dos relatórios da polícia política. A eleição como membro da diretoria do Comitê Democrático dos Trabalhadores Gráficos (1945), a participação Comissão Inter-sindical que elaborou um documento com reivindicações de trabalhadores na Assembleia Legislativa (1961) ou o engajamento em causas como apoio à realização de um Congresso Continental de Solidariedade a Cuba (1963) rendiam anotações em seu prontuário. Sua vida foi detalhadamente mapeada até 1964, mas após o golpe encontramos poucas referências sobre sua atividade política. Em 9 de abril de 1964, o primeiro ato institucional após o golpe civil-militar cassou os direitos políticos de muitos brasileiros, entre eles Giovanni Romita. A medida provocou seu afastamento da presidência do sindicato, da suplência de deputado estadual e, por fim, do cargo de juiz classista.

Em seu prontuário, tivemos acesso a um relatório da Comissão de Investigação do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro de julho de 1964, onde Giovanni Romita

²⁷⁹ “Giovanni Romita em Cuba”. *Voz do Gráfico*. Abril de 1959. Matéria de capa.

exercia o cargo de juiz classista. Seu mandato deveria prosseguir até 8 de abril de 1965. Porém, em 11 de junho de 1964, Romita foi afastado de suas funções.

O presente processo foi instaurado em virtude das informações transladas a fls. 2 e 3, remetidas a este Tribunal pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara e pelo Conselho de Segurança Nacional. Em face dessas informações a Comissão procedeu sindicâncias sobre o comportamento do indiciado, como Vogal e do apurado, nada a autorizou, a concluir pela procedência das referências contidas nas ditas informações, todas desacompanhadas de qualquer elemento de prova. Das sindicâncias feitas só elogios e encômios ao comportamento do indiciado no exercício da função, dando-lhe desempenho de verdadeiro Juiz, atento e imparcial nos seus pronunciamentos, jamais deixando transparecer qualquer tendência política. Ouvido o indiciado a fls., e para obter-se esclarecimentos, sobre as provas que teriam autorizado as informações peremptórias por parte do Conselho de Segurança, sem elementos a Comissão para concluir pela exatidão, face aos termos da defesa apresentada a ela remeteu estes autos. A fls.48, verificou-se a recusa em recebê-los do Conselho, possivelmente por mal entendido, tendo sido na oportunidade cassados os direitos políticos do indiciado.²⁸⁰[...]

O relatório produzido pelo TRT-RJ é enfático, na defesa de Giovanni Romita, ao afirmar que as informações que comprometem o “indiciado” estão ausentes quaisquer elementos de prova. Contudo, o esforço em resguardar os direitos políticos de Romita não obteve sucesso. Por outro lado, esse documento pode ter estimulado nosso personagem, mesmo no estado de exceção, a recorrer a Justiça do Trabalho para ter sua situação, após o afastamento do cargo de juiz classista, reconhecida como análoga a de servidor público em disponibilidade. Caso a justiça acatasse o pedido ajuizado por Romita, ao sindicalista seriam garantidos a manutenção do salário e o retorno ao cargo de Vogal assim que seus direitos políticos fossem recuperados. O acórdão do TRT do Rio de Janeiro julga improcedente o pedido, alegando não haver embasamento legal para tal decisão.

Não vejo, como atender-se administrativamente, ao que se pleiteia. Os direitos políticos do requerente foram suspensos por prazo superior ao do mandato. A perda de função, no caso, importou na perda das vantagens. Não há lei a fundamentar o pedido razão porque, indefiro-o. Acordam os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, por unanimidade, indeferir o pedido de reconsideração.²⁸¹

²⁸⁰Polícia Política/RJ - Tribunal Regional do Trabalho da 1º região. Junho de 1964. Prontuário/GB 44.502.

²⁸¹ Acórdão nº. 3428 de 1964.

Por sua condição de vogal, Giovanni Romita chegou a contar com manifestações de apoio entre os magistrados do TRT/RJ, mas isso não assegurou a manutenção de seus direitos políticos e por consequência o cargo de Vogal na Justiça do Trabalho. Afastado do Sindicato dos Gráficos e da militância política Romita desaparece da cena pública carioca. Os adjetivos atribuídos a Romita, seja pelos militantes gráficos ou pela polícia política, descrevem um personagem ambíguo. Analisando as informações, por vezes contraditórias, que temos sobre esse personagem, podemos concluir que sua trajetória é típica de um militante progressista, mas que ele estaria distante do perfil de um militante comunista.

Em um relatório da polícia política já dos anos 1970, encontramos a última referência ao sindicalista. Durante quase dez anos, a vida de Giovanni Romita parece não interessar aos órgãos de segurança até que, em dezembro 1974, uma suposta identificação político-ideológica entre o velho militante e o então presidente do Sindicato dos Gráficos, Walter Torres, faz com que o nome de Romita figure novamente nas páginas dos relatórios da polícia política. A investigação conduzida pelo DOPS, que buscava esclarecer a atuação de Walter Torres no sindicalismo carioca, também traz informações sobre Romita.

Giovanni Francisco Amadeu Romita, foi ativista Sindical, elemento altamente politizado e que militou por muitos anos na vida sindical, tendo exercido vários cargos de projeção, sendo o último o de Presidente da entidade [Sindicato dos Gráficos], até setembro de 1964, época em que foi atingido pelo ato institucional.

Giovanni Romita, não frequenta mais o Sindicato, estando no momento aposentado pelo I.N.P.S [Instituto Nacional de Previdência Social], afastado de qualquer atividade, e segundo informação, o mesmo encontra-se adoentado.²⁸²

Nesse momento, independentemente das razões que o levaram militante ao afastamento do ativismo sindical, a militância política cede espaço para escolhas pessoais, mesmo que em

²⁸² Polícia Política/RJ - DOPS, Pasta 216. p. 6.

parte determinadas pela conjuntura política. Não descartamos que Romita tenha se empenhado em um processo “silencioso” de combate à ditadura. Entretanto, seria difícil para um personagem tão conhecido dos órgãos de repressão conseguir manter-se anônimo na oposição ao regime militar.

No pós-1964, novos personagens irão se destacar na condução do Sindicato dos Gráficos. Outros gráficos, no entanto, assumiram posição de relevo na luta clandestina contra a ditadura. Arnaldo de Souza, encadernador aposentado, ocupou vários cargos na direção do sindicato dos gráficos, tendo feito parte das direções de Romita, Oswaldo Góes e Walter Torres. Sobre os primeiros meses após o golpe, o militante relata:

Com a ditadura, no entanto, nossas ações eram vigiadas e, naquele mesmo ano, o então presidente Romita fora cassado. Por longos seis meses, eu, o ex-presidente Walter Torres, o diretor Trajano Silva Jardim e um grupo de ativistas ficamos escondidos; período em que promovíamos encontros numa igreja na Rua Senhor dos Passos, no Centro do Rio.²⁸³

O período de reclusão de Walter Torres é interrompido em 1965, quando ele retoma sua militância sindical. Acompanhado de nomes como Trajano da Silva Jardim, que participava da diretoria do sindicato desde 1962, é eleito presidente do Sindicato dos Gráficos. Trajano Jardim passou a fazer parte do PCB nos anos 1960 e foi um dos responsáveis pela edição do *Notícias Gráficas*, junto com Raimundo Alves de Sousa.²⁸⁴ Enquanto alguns personagens, como Giovanni Romita, saem de cena, Walter Torres ascende em sua trajetória político-sindical. Para Fraga Júnior, 1964 foi a oportunidade para alguns sindicalistas, como o próprio Walter Torres, assumirem cargos que nunca haviam sonhado em ocupar.

²⁸³ “Opinião”. *Revista do Gráfico: historiografia*. STIGMRJ, Fevereiro de 2006.p.8 (mimeo). Entrevista com Arnaldo de Souza.

²⁸⁴ SOUSA, Raimundo Alves. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005.

E após 64 muitos que nem sonharam em ser diretor do sindicato passaram a assumir a direção. Eu não digo que seja assim, todo mundo traidor não, pelego... aquele que amacia mesmo a luta, como diz aí oficialmente. Aquela manta posta entre o cavalo e a cela. Por exemplo, o Walter Torres, muita ligação com o DOPS, a festa do DOPS, ia. Mas não acredito que seja traidor, era também uma estratégia dele, mas ele pensava assim mesmo.²⁸⁵

Pensada a partir da interpretação de alguns militantes sindicais, a distinção entre “pelego” e “traidor” pode ser útil para compreendermos o tipo de sindicalismo experimentado pelos gráficos com a cassação de Giovanni Romita. Não seria possível contar com irrestrito apoio da direção sindical nas manifestações de oposição ao regime, o que de uma forma geral era fato bastante limitado no cenário político brasileiro daquele momento. Todavia, a convivência com militantes mais declaradamente contrários ao regime, como o próprio Fraga Junior, também se mostrava possível. Essa relação dúbia entre uma posição “conservadora” da direção do sindicato e a tolerância com militantes de “esquerda” pode explicar porque, em 1974, a proximidade entre Walter Torres e Giovanni Romita seria uma preocupação para os órgãos da polícia política. Presidente do Sindicato dos Gráficos desde 1966, Walter Torres não seria um colaborar do regime militar? A resposta não parece ser simples nem mesmo para a polícia política que não chega a um consenso sobre posicionamento político desse personagem.

Walter Torres nasceu na Guanabara em 10 de outubro de 1917, tipógrafo, em 1952 assume o primeiro cargo no Sindicato dos Gráficos, na gestão de Figueiredo Álvares. De então até 1964, permanece ocupando cargos na direção sindical, fazendo parte das sucessivas direções do “líder comunista” Giovanni Romita. Em dezembro de 1965, foram realizadas as primeiras eleições sindicais no Sindicato dos Gráficos no pós-golpe. Torres foi eleito para a presidência da instituição e ocupou o cargo até 1974, quando assume a presidência da Federação dos Trabalhadores Gráficos.

²⁸⁵ Entrevista concedida à autora em 17 de outubro de 2010. Valdir Fraga Junior.

A carreira sindical de Walter Torres pode ser acompanhada nas páginas do *Voz do Gráfico*, sobretudo ao longo dos anos 1950, quando o militante ocupou os cargos de primeiro secretário e de primeiro tesoureiro do Sindicato dos Gráficos. A documentação da polícia política também fornece diversas informações sobre sua trajetória político-sindical. A partir de 1965, quando concorre à presidência do sindicato, Torres passa a ser monitorado constantemente. A solicitação de certidão negativa para concorrer às eleições sindicais ao longo dos anos 1960 e 1970 ou a participação em uma campanha salarial mais conflitiva resultavam em levantamentos acerca de suas atividades políticas pelos órgãos de repressão. Os relatórios sempre traziam informações precedentes do investigado, algumas faziam referência a episódios que haviam ocorrido dez anos antes da produção do documento.

Walter Torres, sem qualificação, gráfico, em 1956 era 1º tesoureiro do Sindicato dos Gráficos. Em 1963 era procurador nesse sindicato e, também procurador do jornal “Voz do Gráfico”, órgão oficial do Sindicato dos Gráficos que fez propaganda subversiva e que pode ser enquadrado nas organizações auxiliares, cripto ou para comunistas.²⁸⁶

Em 1965, um Inquérito Policial Militar (IPM)²⁸⁷ investiga um conjunto de periódicos e revistas que fizeram propaganda “subversiva” e que estariam de alguma forma associados ao comunismo. Entre os jornais, a maior parte era de publicações de sindicatos de categorias profissionais do Rio de Janeiro, como metalúrgicos, bancários, portuários etc. Na lista elaborada pelo DOPS, aparecem *Voz do Gráfico* e *Notícias Gráficas*. A polícia política fazia uma associação direta entre o Sindicato dos Gráficos, o jornal *Voz dos Gráficos* e a militância dos comunistas. Como já mencionamos, durante mais de uma década, os comunistas estiveram presentes no sindicato e influenciavam o periódico oficial da categoria, mas essa ideia de “propaganda subversiva” nos parece uma superavaliação do jornal pelos órgãos de repressão.

²⁸⁶ Polícia Política/RJ - Preventivo, Pasta 68. p. 101.

²⁸⁷ Polícia Política/RJ - Secreto, Pasta 7. p. 40.

Na eleição para o Sindicato dos Gráficos de 1967, Walter Torres novamente liderava a única chapa inscrita no pleito. Alguns nomes que compunham a chapa faziam parte do sindicalismo gráfico antes de 1964. É justamente a atividade sindical desses indivíduos no período democrático que parece chamar a atenção da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Trabalho e Previdência Social. O órgão faz um extenso levantamento sobre os membros da chapa dos gráficos. Entre os investigados da nova diretoria, temos o comunista Trajano da Silva Jardim, que havia se retirado da cena política nos primeiros meses após o golpe. Apesar de seu histórico “subversivo” ele consegue assumir um cargo na direção do sindicato.

Trajano da Silva Jardim – em dezembro de 1963, foi eleito membro da diretoria do Sindicato na chapa presidida pelo líder comunista Giovanni Romita.

No IPM da Imprensa Comunista seu nome consta como 2º tesoureiro do Jornal, cripto – comunista, a Voz do Gráfico.

Em anexo, cópia do artigo assinado pelo marginado no jornal Notícias Gráficas e artigo do Jornal Novos Rumos, órgão do PCB.²⁸⁸

O PCB é um dos atores coletivos que sofrem grande impacto no pós-1964. Entre seus militantes, esse período é marcado por uma tentativa de compreender o que teria levado ao golpe e quais as responsabilidades do partido nesse processo. Num segundo momento, o partido elabora um conjunto de diretrizes de ação para o combate à ditadura. Nesse contexto, qual atitude os comunistas deveriam ter em relação aos sindicatos? Não havia consenso sobre essa questão, mas para um grupo do partido seria importante que seus militantes ocupassem espaço nos sindicatos, estando ou não nas diretorias. Em um artigo sobre a situação política do país publicado no *Voz Operária*, periódico produzido pelo PCB, em novembro de 1967, a importância dos sindicatos como um espaço de luta é destacada. “Por pior que sejam as condições a que foram reduzidos os sindicatos, é através deles que será possível desenvolver e consolidar a unidade de ação da classe

²⁸⁸ Polícia Política/RJ - DOPS, Pasta 123. p.18.

operária”.²⁸⁹ O texto é assinado pela Comissão Executiva do partido, portanto, uma resolução da cúpula do PCB. Mas em que medida essa diretriz encontrava espaço em experiências concretas?

No Rio de Janeiro podemos citar o exemplo dos comunistas no Sindicato dos Metalúrgicos. Entre os metalúrgicos foi possível, inclusive, organizar uma chapa de oposição. Contudo, a vitória da chapa não significava a posse de todos os diretores. Alguns nomes eram vetados pela polícia política.²⁹⁰ No caso dos gráficos, também temos um exemplo da ocupação do espaço sindical por comunistas. Diferentemente dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, não havia a composição de uma chapa de oposição, uma vez que os comunistas gráficos estavam próximos, ou mesmo no interior, do grupo hegemônico no sindicato.

Outro membro da chapa liderada por Walter Torres em 1967 é José Alves Campos. Este militante representou o Sindicato dos Gráficos em uma viagem de 26 dias a Cuba. Após retornar foi o responsável por publicar, no *Notícias Gráficas*, uma coluna intitulada “O que eu vi em Cuba”. Ao longo dos seus artigos, o sindicalista fazia elogios ao regime instalado naquela ilha, dizendo-se surpreso com a maturidade política do povo cubano.²⁹¹

[José Alves Campos] Elemento do Sindicato dos Gráficos que costumava comparecer e atuar em 1966 na sede da Comissão de Auxílio às famílias dos Atingidos pelo ato Institucional.

Ao que consta compareceu as comemorações do 2º aniversário da revolução cubana tendo viajado a convite de Cuba e partido do aeroporto do Galeão em 21 de julho de 1961.

Em 1963, assinou manifesto de apoio ao Congresso Continental de Solidariedade a Cuba realizado em Niterói, como membro da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas.

Em 1965, era secretário Sindical do Diretório Regional do PSB/GB dirigido pelo professor Bayard Demaria Boiteaux que também exercia a função de presidente da Comissão de Auxílio às Famílias dos Atingidos pelo Ato Institucional.

²⁸⁹ [...] “é indispensável participar ativamente da vida sindical, lutando pela liberdade e autonomia dos sindicatos, contra o pagamento do imposto sindical, contra o atestado de ideologia, pela livre eleição de suas diretorias. [...] A organização dos trabalhadores nas empresas facilitará sua mobilização para atuar nos sindicatos criando assim condições para derrotar os policiais e provocadores infiltrados no movimento sindical e transformar os sindicatos em instrumento de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores”. *Voz Operária*, nº 33, Novembro de 1967.

²⁹⁰ Ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo/UNIRIO, 2001.

²⁹¹ *Notícias Gráficas*. Fevereiro a julho de 1962. Entre fevereiro e julho de 1962, foram publicados cinco artigos da série “O que eu vi em Cuba”, todos assinados José Alves Campos.

Em 1961, constava de uma delegação de líderes sindicais que compareceram ao I Congresso Sindical Mundial Realizado em Moscou.
Em 1962, assinou manifesto contra agressão a Cuba.²⁹²

Walter Torres conquista a reeleição em 1967, mesmo com uma chapa composta por militantes próximos ao PCB, mas que recebem certidão negativa de antecedentes, ou seja, o aval do DOPS para concorrerem ao pleito. O que parece mais chamar a atenção da polícia política é um fato que os órgãos de repressão alegavam desconhecer em 1965, quando Walter Torres concorre pela primeira vez ao cargo de presidente do sindicato. Trata-se de sua assinatura em um manifesto de adesão ao Encontro Nacional do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, ocorrido em 1963 na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Essa informação, certamente associada ao fato de Torres, assim como outros membros de sua chapa, serem próximos a Giovanni Romita, teria levado a uma investigação mais detalhada sobre o passado desse dirigente sindical e seu possível envolvimento com o comunismo.

Walter Torres – Em 1963 assinou o manifesto de adesão ao Encontro Nacional e Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado em Niterói. Assinou como diretor-procurador da STIGRJ. No IPM da Imprensa Comunista é citado como procurador do Jornal cripto – comunista Voz do Gráfico.
Em dezembro de 1963, foi eleito membro da diretoria do Sindicato na chapa presidida pelo líder comunista GIOVANNI ROMITA.²⁹³

Se por um lado Walter Torres mantinha em sua chapa pessoas próximas ao PCB; por outro, para construir sua defesa, esse personagem reúne cartas de empresários do setor gráfico que afirmavam conhecer sua conduta como operário gráfico e como dirigente sindical. Se nos detivermos no conteúdo dessas cartas, Torres é apresentado como um exemplo de comportamento ordeiro e pacífico, atuando sempre como um conciliador entre patrões e empregados. A independência política de Torres também é ressaltada deixando expresso que ele

²⁹² Polícia Política/RJ - DOPS, Pasta 123. p.18.

²⁹³ Polícia Política/RJ - DOPS, Pasta 123. p.17.

não tinha ligações com movimentos “subversivos”. Entre as cartas, uma é assinada em conjunto por Mário Torres²⁹⁴ e Antonio Carlos Muller Franceschin, respectivamente, presidente e ex-presidente do sindicato patronal, o Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado da Guanabara.

Chegou ao nosso conhecimento, a necessidade de uma manifestação dos signatários da presente – presidente em exercício e ex-presidente imediato do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado da Guanabara – expressando opinião da classe empresarial, sobre a atuação de V.S. a frente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Estado da Guanabara.

É para nós um prazer esta oportunidade, de expressarmos oficialmente, a impressão formada através dos contatos oficiais que mantivemos e de nossas observações.

Reconhecemos em V.S. um líder autêntico que tem sabido, com serenidade e senso de realidade, conduzir os interesses de sua classe, pugnando sempre o máximo das reivindicações e sabendo levar seus presididos para as soluções possíveis dentro das limitações econômicas, sociais e legais.

Desejamos frisar também que observamos e precisamos, o espírito de independência que orienta o comportamento de V.S., dando-lhe uma envergadura moral digna de todo apreço.²⁹⁵

O diretor da tipografia onde Torres trabalhava desde 1933, Eduardo Blumer, também se manifesta sobre sua conduta.

[...] Tendo sempre se revelado um trabalhador consciente, cumpridor de seus deveres, ponderado e conciliador, tendo durante o tempo em que esteve em atividade dentro da empresa servido como elemento conciliador entre os empregados e a direção da firma, jamais participando de movimentos que pudessem redundar em desentendimentos entre ambas as partes. Declara, ainda, que a partir de 16 de janeiro de 1957, o Sr. Walter Torres, embora continuando vinculado a empresa, afastou-se do serviço a fim de poder atender as suas atribuições como diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado da Guanabara, onde continuou a manter a mesma linha de conduta, servindo de elemento de conciliação entre empregados e empregadores em todas as ocasiões em que seu Sindicato foi obrigado a intervir para resolver questões entre patrões e empregados. Declara, finalmente, que mantém relações cordiais com o Sr. Walter Torres desde a época em que ingressou na sua empresa, podendo afirmar de sua consciência que o mesmo jamais participou de movimentos que pudessem ser interpretados como subversivos, exercendo com equilíbrio e ponderação as suas funções de dirigente sindical e atuando, única e exclusivamente, em busca da paz social e do bom entendimento entre empregados e empregadores, pelo que, lhe dá a presente declaração, para que produza os efeitos legais perante a quem de direito.²⁹⁶

A estratégia de Walter Torres, de reunir declarações de empresários ao seu favor parece funcionar. A sindicância acaba por concluir que Walter Torres não representava risco à segurança

²⁹⁴ Em uma das entrevistas que realizamos, Mário Torres é descrito, durante o período que foi chefe de uma oficina gráfica nos anos 1940, como um homem malicioso que sentia prazer em humilhar os operários.

²⁹⁵ Polícia Política/RJ - DOPS, Pasta 123. p. 22.

²⁹⁶ Polícia Política/RJ - Preventivo, Pasta 68. p.88.

nacional. Mais uma vez eleito presidente do Sindicato dos Gráficos, Torres é também empossado, mesmo diante das suspeitas que recaiam sobre seu nome. Sobre a assinatura do manifesto em adesão ao encontro de solidariedade a Cuba o relatório conclui:

Na época, o PCB., para alardear prestígio, colocara o nome da maioria dos líderes sindicais no manifesto, sem que os mesmos para tal dessem consentimento”. Não temos dúvida em concordar com essa conclusão, porque é do nosso conhecimento que tal tática foi adotada em casos idênticos, tramitados por essa assessoria.

A sindicância apurou ainda que o requerente, quando dos trabalhos do IPM da Imprensa Comunista, colocou à disposição do seu Encarregado os fichários, atas e coleção de jornais, prestando, dessa forma sua colaboração à causa pública. Revela destacar as declarações firmadas pelo presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas da Guanabara, que, em nome da classe empresarial, fez ótimas referências à atuação do Requerente, à frente do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos. [...]

Face ao exposto, opinamos pela concessão de certidão de que o Requerente não registra antecedentes desabonadores.²⁹⁷

A utilização indevida do nome de Walter Torres explica sua suposta adesão ao manifesto de apoio a Cuba, mas não esclarece toda a sua vida sindical. De qualquer forma, apesar de possivelmente ainda haver perguntas sem respostas sobre a militância de Torres, ele é considerado apto para assumir a o cargo para qual foi eleito. Em 1968, com a decretação do AI-5, a repressão aos movimentos sindicais aumenta. Como já dissemos, o Sindicato dos Gráficos não chega a sofrer intervenção, mas as margens para a atuação sindical são restringidas. Em 1969, uma nova investigação questiona a atuação de Walter Torres na direção do Sindicato dos Gráficos. A falta de consenso entre empregadores e trabalhadores durante uma negociação salarial resultou em um conflito que chama a atenção da polícia política.

Atendendo a informe que o Sindicato dos Gráficos, através de panfletos, estaria instigando a classe a não trabalhar em horário extra ou noturno, esta Seção procedeu as investigações necessárias bem como ouviu e tomou por termo declarações do Sr. Walter Torres, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado da Guanabara, as quais estão anexadas a este, bem como documentos referentes a campanha salarial que atualmente tem processo tramitando no TRT.²⁹⁸

²⁹⁷ Polícia Política/RJ - Preventivo, Pasta 68. p.90.

²⁹⁸ Polícia Política/RJ – DOPS, Pasta 216. p. 420.

Em suas declarações ao DOPS, Walter Torres afirma que em assembleia realizada no dia 5 de janeiro de 1969, para discussão da revisão dos níveis salariais dos trabalhadores em casas de obras, foram deliberadas algumas resoluções que não foram aceitas pelos patrões. O Sindicato dos Gráficos decidiu recorrer à Delegacia Regional do Trabalho, solicitando a convocação de uma mesa redonda para resolver os impasses entre os trabalhadores e o sindicato patronal. Como não houve acordo na mesa redonda, o processo foi encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho. Diante da negociação fracassada com os patrões e das restrições à realização de uma greve, o recurso à justiça e a recusa de realizar trabalho extraordinário foram utilizados para obter os resultados almejados. Ambas as iniciativas, mesmo estando dentro da legalidade, resultaram em uma maior monitoração por parte da polícia política.

Que o declarante ao aceitar a resolução da assembléia geral extraordinária de 9 de fevereiro próximo passado, que determinou a imediata suspensão de toda e qualquer prestação de serviço extraordinário, não quis nem procurou levar a classe a qualquer espécie de movimento grevista e se assim procedeu, baseou-se em parecer já emitido pelo Juiz Álvaro Costa no processo número 2919 de 67, proferido em 7 de fevereiro de 68 bem como no voto proferido pelo Doutor Arnaldo Lopes Sussekind no processo número TST/RR 3395 de 66.²⁹⁹

Um panfleto do Sindicato dos Gráficos, também reunido na documentação que investiga a atuação da instituição durante a campanha salarial de 1969, apresenta a decisão da referida assembleia pela interrupção do serviço nas oficinas gráficas fora do horário definido nos contratos de trabalho. Os argumentos para tomada dessa decisão incluem a intransigência patronal, a flexibilidade dos trabalhadores para negociar e um apelo ao tratamento igual entre os gráficos das casas de obras e os gráficos do setor de jornais e revistas.

Considerando a intransigência patronal, manifestada em três reuniões intersindicais, sendo a última na Delegacia Regional do Trabalho, quando fizeram finca-pé em contraproposta inaceitável;

²⁹⁹ . Polícia Política/RJ – DOPS, Pasta 216. p.422.

Considerando que os empregados pleiteiam 40%, mas aceitam 30% no conjunto das demais reivindicações, o que é de conformidade com a Legislação vigente, tanto assim que já concedido aos gráficos de Jornais e Revistas da Guanabara [...]
Considerando que os gráficos de Casas-de-Obras da Guanabara querem, pelo menos, o mesmo tratamento dispensado aos gráficos de Jornais e Revistas, que formam uma só categoria profissional [...]³⁰⁰

A motivação principal da mobilização era econômica, isto é, o debate em torno do percentual de aumento salarial foi o elemento que deflagrou esse movimento. Um dos panfletos distribuídos pelo Sindicato dos Gráficos ressalta: “O extraordinário o patrão acaba porque o interessado nele é o patrão. O salário melhor que você conquistar permanecerá, permanecerá, permanecerá”.³⁰¹ A assembleia que decidiu pela paralisação do trabalho extraordinário reuniu 931 associados, de acordo com a lista de presença do evento.³⁰² Mesmo que a principal motivação dos gráficos fosse o reajuste salarial, a mobilização de quase mil trabalhadores dentro de um sindicato em 1969 pode ser interpretada como um passo para o que os militantes do PCB chamavam de busca pela “unidade de ação da classe operária”³⁰³ a partir da mobilização no espaço do sindicato.

Após esse episódio Walter Torres permanece na direção do Sindicato dos Gráficos até 1974, quando é eleito presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos (FNTIG). No mesmo ano em que assume a FNTIG, Walter Torres mais uma vez é alvo das investigações da polícia política. Este outro relatório apresenta informações que já haviam sido apuradas em anos anteriores, mas exclui todos os questionamentos presentes na investigação feita em 1969. A conjuntura política nacional poderia contribuir para uma avaliação mais superficial da trajetória

³⁰⁰ Polícia Política/RJ – DOPS, Pasta 216. p. 423

³⁰¹ Idem.

³⁰² O movimento dos gráficos também recebeu apoio do jornal *7 de Fevereiro*, que chama de desumanos os patrões que negam as mínimas reivindicações dos operários. *7 de Fevereiro*. Janeiro-Fevereiro de 1969.

³⁰³ *Voz Operária*, nº 33, Novembro de 1967.

dos militantes sindicais, o que justificaria o fato de a polícia política minimizar a possível associação entre Walter Torres e ações consideradas subversivas.

Com referência ao jornal “Voz do Gráfico”, sempre foi de responsabilidade do Sindicato e seus dirigentes, a sua divulgação e com referência a participação de Walter Torres, na propaganda subversiva mencionada, nada foi possível apurar, pois já vão passando 11 anos e não existe maiores detalhes para conclusão positiva.[...]

Sobre o procedimento de Walter Torres a frente da Direção do Sindicato, bem como da Federação até a presente data nada chegou a nosso conhecimento, no tocante a atividades de caráter ilícito.³⁰⁴

As três trajetórias de sindicalistas gráficos que analisamos mostram um panorama diverso de opções feitas por indivíduos que tinham um forte laço identitário. Eram trabalhadores gráficos e sindicalistas atuantes. O advento de 1964 criou limitações para suas atividades que até então se davam dentro de um regime democrático. Newton Eduardo perde a vida num ato trágico, Giovanni Romita encontra uma espécie de ostracismo político e Walter Torres opta pela manutenção de sua carreira sindical dentro dos limites impostos pelo novo regime. Essas trajetórias também são importantes para pensarmos as continuidades presentes no sindicalismo do pós-1964. Personagens como Walter Torres fizeram parte de uma fase da história do sindicalismo que parecia ruir em 1964, mas sua permanência na direção do sindicato relativiza a ideia de uma ruptura drástica.

A geração de gráficos que ingressa na vida sindical nos anos 1960 e 1970, com novas motivações políticas, reconhece os nomes de Newton Eduardo e Giovanni Romita como parte da história da própria categoria. Iniciar a vida política em meio às restrições impostas pela ditadura não parece ser uma das tarefas mais simples. Não obstante, esses militantes traçaram diferentes estratégias para alcançar seus objetivos. Entre as táticas para permanecer ocupando o espaço do

³⁰⁴ Polícia Política/RJ – DOPS, Pasta 216. p.421

sindicato, essa geração irá conviver, não sem conflitos, até mesmo com personagens e práticas sindicais por vezes questionadas pelos próprios novos militantes.

As trajetórias que analisamos até aqui não resumem completamente as possibilidades de organização dos trabalhadores no pós-1964. Um grupo de militantes do PCB, contemporâneo de Newton Eduardo, Romita e Torres, teve uma atuação muito particular ao longo dos anos de exceção. Afastados do sindicato desde os primeiros meses após o golpe, esses outros gráficos desempenharam um papel central na produção da imprensa comunista. O saber técnico e a militância política desses trabalhadores também foram revertidos em instrumentos para o enfrentamento da ditadura.

3. Agitação e Propaganda: os gráficos da imprensa comunista

Foram muitos os gráficos que, ao longo dos vinte e um anos de ditadura civil-militar, participaram da produção do material gráfico do PCB. Alguns destes eram membros do partido, outros mantinham laços de parentesco ou amizade com militantes comunistas. Parte desse grupo foi profissionalizada para assumir funções em gráficas do partido. Serão apresentadas e analisadas as trajetórias de indivíduos que, além de fazerem parte da história da categoria, prestaram serviços a uma gráfica clandestina do PCB que funcionou no Rio de Janeiro entre 1965 e 1975. Nesse período, o gráfico Raimundo Alves de Sousa foi responsável por parte da estrutura que mantinha a produção e circulação dos impressos do PCB. Mas quais os laços que mantinham esse grupo e que tipo de identidade eles construíram? Em seu livro de memórias, Raimundo Alves faz uma divisão entre gráficos, jornalistas e diretores da imprensa comunista. Para

Raimundo, seria necessário escrever sobre esses últimos personagens, mas esse não é o foco de seu livro.

Esperamos que alguém ponha no papel a história dos desconhecidos, incógnitos das redações do *Imprensa Popular*, *Voz do Operária* e *Novos Rumos*, que foram tantos, seria uma forma e um cuidado pela memória do PCB.³⁰⁵

O cuidado que Raimundo tem com a memória do PCB está em concentrar sua narrativa nos personagens que ocuparam o que ele mesmo chama de bastidores dessa história, sobretudo nos gráficos que trabalharam para o partido. Sua identidade é definida pela militância político-partidária, mas também é construída a partir de sua definição como operário, em oposição aos “intelectuais” (jornalistas e editores) do PCB. Em uma entrevista ao Grupo Tortura Nunca Mais,³⁰⁶ ele parece falar com entusiasmo sobre os trabalhadores gráficos.

Começou a trabalhar como gráfico, “linotipista”, e o sorriso aberto ao falar isto demonstra certo orgulho. “Você sabia que os gráficos foram os primeiros a organizar um sindicato no Brasil? Sabe por que? Eles sabiam ler.”³⁰⁷

R Raimundo Alves era portador do orgulho da profissão e da uma memória coletiva sobre sua classe. Sua narrativa reproduz a ideia de vanguarda operária forjada a partir da suposta escolaridade dos gráficos como um diferencial diante de outros operários. Não podemos deixar de considerar que, no caso de Raimundo Alves, essa identidade é construída em relação a diferentes atores sociais, entre eles outros militantes do PCB, que teriam mais dificuldade de identificá-lo como um quadro político do partido. Para a cúpula do PCB, seu papel seria

³⁰⁵ *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005. p. 59.

³⁰⁶ O Grupo Tortura Nunca Mais foi criado em 1985 por ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura no Brasil. O objetivo do grupo é lutar pelos direitos humanos das vítimas de tortura no país.

³⁰⁷ “Raimundo Alves de Sousa, o Raimundão”. <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>. Acessado em 15/10/09.

desempenhar a sua atividade como gráfico, mesmo que nesse caso fosse necessário seu comprometimento o partido, mas o espaço para formular ideias estaria restrito aos “intelectuais” do PCB.³⁰⁸

Para entendermos o papel de alguns gráficos, como o próprio Raimundo Alves, dentro do sistema de produção do material de divulgação do partido, é necessário apresentarmos o funcionamento da Seção de Agitação e Propaganda (SAP) em um período de atividades clandestinas. O setor gráfico do PCB era subordinado a SAP, que controlava as atividades de redação, impressão e distribuição do material de propaganda política do partido. Em plena ditadura civil-militar, o PCB planejou e executou um projeto de produção e distribuição do material do partido, o que manteve a circulação das ideias dos comunistas durante os anos de exceção. O sistema gráfico do SAP incluía um conjunto de gráficas legais e clandestinas em duas regiões do país, sudeste e nordeste, e em pelo menos três estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará.

A partir da documentação da polícia política de São Paulo e do Rio de Janeiro, que produziu um conjunto documental bem detalhado das atividades desse grupo, e do material da imprensa diária, temos acesso a parte da organização da SAP. A manutenção da SAP, particularmente da estrutura de produção gráfica, foi resultado de uma articulação que envolveu um conjunto variado de trabalhadores dispostos a dedicar seu saber técnico e sua militância à

³⁰⁸ Um episódio ocorrido na imprensa comunista nos anos 1950 permite termos uma ideia dessa divisão entre as bases do partido e os responsáveis pela produção das diretrizes políticas dos comunistas. Um dos gráficos responsáveis pela composição do *Voz Operária* discorda de um artigo que discute “os crimes de Stalin”. Reunidos com a base do partido, os gráficos decidem não publicar a matéria. O PCB reage com substituições nas direções das gráficas do partido e corte do salário dos gráficos. Diante do Comitê Central do partido, Raimundo Alves responde sobre a “subversão” do grupo. “Disse que a base sempre foi orientada e nós, como comunistas, diante dos disparates que queriam publicar, achamos que deveríamos parar com aquela edição do semanário *Voz Operária*”. O Comitê não reservava esse espaço de discussão política para as bases e a ação do grupo foi interpretada como uma desobediência infundada que atingia a hierarquia do partido. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005. p. 40-41.

articulação de forças no enfrentamento da ditadura no país. Na medida em que sindicatos, associações de classe e partidos políticos tinham suas atividades cerceadas após o golpe civil-militar de 1964, novas formas de mobilização foram articuladas. Nesse momento, a SAP desempenhava uma função primordial para a circulação das principais questões discutidas pelos comunistas e tanto o PCB como a polícia política destacavam a importância do funcionamento dessa estrutura.³⁰⁹

A SAP é um dos órgãos mais importantes e dos mais fechados do PCB. Seus integrantes, por isso mesmo, tem militância praticamente à parte, diferente daquela praticada pelos demais integrantes do Partido.

A importância da SAP decorre de ser ela a responsável por todas as atividades de agitação e de propaganda do PCB, isto é, pela confecção, publicação e distribuição de todos os documentos partidários, fazendo chegar até às bases, em todo o território nacional, todas as palavras de ordem, todas as diretrizes emanadas da direção do Partido. Essa atividade cresce de importância com a vida clandestina do PCB, pois ela passa a representar o lisme, o cimento que une toda a estrutura partidária.³¹⁰

A estratégia de “agitação e propaganda” era definida em termos bem amplos e incluía a produção de material de forma independente por militantes do partido, sobretudo a partir de 1964. No entanto, a SAP dedicava maior atenção a produção dos materiais elaborados pelo Comitê Central. Em maio de 1973, um folheto do SAP aponta a importância da confecção e circulação do jornal *Voz Operária*, em plena ditadura.

O *Voz Operária* é o vínculo permanente e efetivo do Comitê Central com as organizações partidárias. É, nas condições atuais, o mais importante instrumento de trabalho político para orientar o Partido, seus amigos, simpatizantes, aliados e, em certa medida, contingentes do povo brasileiro.

O trabalho com o *Voz Operária* deve ser encarado como a primeira tarefa do conjunto do Partido na frente de agitação e propaganda.³¹¹

³⁰⁹ “Compreender que a Revolução é o resultado da ação das grandes massas, tendo o proletariado como força hegemônica, é compreender a importância da agitação e da propaganda como instrumentos de conscientização, organização e mobilização da classe operária. “Alguns aspectos de nossa Agitação e Propaganda”. Suplemento do CE da Guanabara. *Voz Operária*, nº4, Outubro de 1968.

³¹⁰ DEOPS/SP. 50-Z-9-42883. p.135.

³¹¹ DEOPS/SP. 50-Z-9-42882. p.134.

Como já mencionamos, o sistema gráfico do PCB era composto de gráficas legais e clandestinas, dispostas da seguinte maneira: a gráfica clandestina do Rio de Janeiro (G-1) recebia apoio de duas gráficas legais, a *Gráfica Hizel*, localizada no bairro do Rocha, e a *Gráfica J.S. Chagas Clichês*, instalada em São Cristóvão, ambas na Zona Norte da cidade. A gráfica de São Paulo (R-2) também era clandestina e estava sendo implantada por Raimundo Alves para substituir a gráfica do Rio de Janeiro. Ela seria auxiliada pela *Gráfica Potiguara*, que era legal e de propriedade de Raimundo Alves e Dervil Antonio Beneditti. As gráficas de Minas Gerais (M-3), Rio Grande do Sul (R-5) e Bahia (C-6) não chegaram a ser instaladas. A gráfica do Ceará (S-4) foi fechada em 1972.³¹²

Segundo o relatório do DEOPS/SP, Raimundo Alves era o responsável, no nível nacional, pela implantação das instalações gráficas da SAP e pela impressão do material gráfico. Antes de chegar às mãos de Raimundo Alves, os textos eram escritos por membros do Comitê Central e outros componentes do partido, depois eram datilografados por pessoas que trabalhavam em jornais e revistas e por fim encaminhados a Raimundo Alves para a confecção e impressão dos jornais e boletins.

A principal gráfica do SAP, a “G-1”, funcionava no Caminho Anésia, nº 228, Estrada do Morro Cavado, uma área rural do bairro de Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Concebida e montada no ano de 1965, ficou um período fechada, e encerrou suas atividades em janeiro de 1975, quando polícia política descobriu sua localização. O funcionamento da gráfica guardava uma peculiaridade que caracteriza o momento da produção gráfica no país. A casa escolhida para receber a gráfica não dispunha de espaço suficiente para o maquinário e o barulho produzido pelas máquinas poderia chamar a atenção dos vizinhos. A

³¹² DEOPS/SP. 50-Z-9-42881. p.133.

solução foi a construção de dois pavimentos no subterrâneo da casa, o que rendeu o apelido de “Gráfica do Buraco”. A gráfica não tinha equipamentos modernos e a produção do material era feita através da composição manual. Em uma das fotos da gráfica podemos observar as várias caixas de tipos espalhadas pela pequena sala no subterrâneo da casa.

Figura 6 - Gráfica de Campo Grande



Foto da gráfica de Campo Grande. Polícia Política/RJ - Inquérito número 2 de 1975. Pasta 22.

A gráfica de Campo Grande (“G-1”) estava ligada a mais duas gráficas que funcionavam legalmente. A *Gráfica Hizel*, de propriedade Newton Higino de Sousa, sobrinho de Raimundo Alves. Essa gráfica era responsável pela compra de papel, tinta e maquinário para a gráfica “G-1” e chegou a imprimir o *Voz Operária* durante o ano de 1972. A segunda empresa ligada à estrutura do PCB, a *Gráfica J.S. Chagas e Clichês*, pertencia a Jair da Silva Chagas. Nesse outro espaço,

eram produzidos os clichês³¹³ e outros materiais que a gráfica de Campo Grande não tinha estrutura para produzir.

Após quase dez anos de funcionamento, a gráfica “G-1” foi fechada e os principais responsáveis pela sustentação do setor gráfico do PCB foram presos. As prisões dos militantes envolvidos com a produção gráfica do partido ocorreram durante o governo do General Ernesto Geisel, período caracterizado pela adoção de uma política de distensão “lenta, segura e gradual” do regime. Porém, esse processo foi de fato “lento” e prisões ilegais, torturas e toda sorte de arbitrariedades continuavam sendo praticadas contra aqueles que se manifestavam contrários à ditadura.³¹⁴

Sem terroristas para caçar e com o Araguaia devolvido ao silêncio da floresta, o Centro de Informações do Exército [CIE] avançara novamente sobre o Partido Comunista. Essa ofensiva, lançada no início de 1975, abriu a primeira crise militar do governo Geisel.

No dia 13 de janeiro o CIE estourou a capa de proteção do PCB e localizou a gráfica clandestina onde se imprimia o jornal a *Voz Operária*, no subúrbio carioca. Ela funcionava num subterrâneo, num sítio. [...] A *Voz* submergira em 1964, mas reaparecera um ano depois, circulando mensalmente. Com a gráfica, sumiu mais um pedaço da cúpula do Partidão. [...] Era a Operação Radar. Ela mostrou que o PCB longe de estar neutralizado, tinha uma gráfica de filme, recebia cerca de 200 mil dólares anuais de Moscou e participara das articulações do MDB e da campanha de 1974.³¹⁵

O fechamento da gráfica do subúrbio do Rio de Janeiro sem dúvida afetou a estrutura do sistema gráfico do PCB. Contudo, foi o fechamento da gráfica de São Paulo, que estava sendo preparada para substituir a gráfica do Rio de Janeiro, que, de fato, interrompeu o até então bem sucedido esquema de impressão e distribuição do material de propaganda do PCB. O relatório do DEOPS/SP que faz o levantamento sobre o SAP aponta a prisão de uma série de indivíduos ligados às gráficas, os quais seriam alvo de Inquéritos Policiais Militares no Rio de Janeiro e em

³¹³ “Placa de metal, com imagens ou dizeres em relevo, obtida por meio de estereotipia, galvanotipia ou fotogravura, e destinada à impressão em máquina tipográfica”. PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. p.79.

³¹⁴ PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

³¹⁵ GASPARI, Elio. *O Sacerdote e o Feiticeiro: A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Vol. 4. p. 24 e 25.

São Paulo. O texto conclui que diante das prisões dos envolvidos na SAP e da localização das gráficas, o sistema de propaganda do partido estaria seriamente abalado.

A SAP foi seriamente atingida em sua estrutura particularmente nos setores de impressão e distribuição. Num partido na clandestinidade isto significa um rude golpe já que é por seu intermédio que se consolida as ligações entre todos os integrantes e organismos partidários.³¹⁶

A manutenção da SAP foi responsabilidade de uma série de indivíduos ligados ao PCB, mas qual o papel dos militantes gráficos do PCB nessa estrutura? Para compreendermos a questão proposta iniciamos pela análise da trajetória de um dos responsáveis pelo funcionamento de sistema gráfico do PCB durante a ditadura. Raimundo Alves de Sousa empenhou seu saber técnico, sua militância política e parte de sua vida para manter as publicações do PCB na clandestinidade.³¹⁷

Raimundo Alves de Sousa nasceu na cidade de Nova York, interior do Maranhão. Era tipógrafo, militante sindical e membro do Partido Comunista. Ainda criança, nos anos 1930, alternou a residência entre o Maranhão e o Piauí. Neste estado, em 1942, no terceiro ano do antigo ginásio, passou a participar do movimento estudantil. Em 1945, fixa residência em São Luis, quando o objetivo de sua família era afastá-lo da influência comunista. No final dos anos 1940, é aprovado para a Escola de Sargento de Armas, localizada no Rio de Janeiro, mas é impedido de viajar por ser considerado um subversivo. Secretário de Organização do Comitê Estadual do PCB no Maranhão, aprende tipografia e, em 1951, chega ao Rio de Janeiro para fazer parte da produção do periódico *Imprensa Popular*, uma publicação do PCB. O recrutamento de gráficos, todos dirigentes do partido nos seus estados ou municípios, em diferentes áreas do país,

³¹⁶ DEOPS/SP. 50-Z-9-42875. p.127.

³¹⁷ Raimundo Alves de Sousa, ou Raimundão como era mais conhecido, faleceu em 12 de julho de 2006, poucos meses depois de lançar seu livro de memórias. Segundo Raimundo escrever a história da produção gráfica do PCB foi uma forma de prestar contas de sua militância no partido. SOUSA, Raimundo Alves. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinardo Reis, 2005.

foi, segundo Raimundo Alves, uma estratégia diante da falta de mão de obra especializada e de confiança no próprio Rio de Janeiro. As perseguições e prisões dos anos 1940 haviam limitado o contingente de gráficos dispostos a trabalhar na produção do material impresso do partido. Em 1953, Raimundo Alves passa a fazer parte do Sindicato dos Gráficos. Em suas memórias, Raimundo narra as dificuldades experimentadas em meados dos anos 1950, quando o pertencimento ao partido também limitava suas atividades no sindicato.

As tarefas eram tão específicas que nos proibiam de ir a comícios, passeatas e comandos de jornais. Frequentar o sindicato era possível, desde que sem grande envolvimento. Essa proibição se justificava, pois não deveríamos ser reconhecidos. Não que os órgãos de segurança não conhecessem a todos, mas simplesmente para não assumirmos responsabilidades ou cargos ou mesmo envolvimento em movimento de rua, em função das prisões e detenções que ocorriam.³¹⁸

Sua militância sindical fazia parte de sua responsabilidade com o Partido e, apesar dos limites impostos pela repressão³¹⁹ e das estratégias traçadas pelo próprio partido no final dos anos 1950, Raimundo passa a editar o jornal, *Notícias Gráficas*. Além de editar o periódico, Raimundo Alves escrevia artigos para o *Notícias Gráficas*. Em 1963, Raimundo é eleito para a diretoria do sindicato, como representante no Conselho da FNTIG. Se não é de todo verdade que se manteve afastado do sindicato nesse período, podemos perceber que sua posição no partido impunha de fato limitações, mas a tarefa de “conscientizar” sua categoria não era deixada de lado.

Apesar de ser contemporâneo a Romita, Torres e Newton, Raimundo Alves tinha sua militância junto aos gráficos mais circunscrita ao jornal *Notícias Gráficas*. A partir de 1964, os espaços de atuação dentro da legalidade são reduzidos e o próprio jornal de orientação comunista

³¹⁸ SOUSA, Raimundo Alves. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005. p.27

³¹⁹ Marcelo Badaró propõe como objetivo geral de seu estudo, que abrange o período de 1945 – 1964, analisar as estratégias de repressão ao movimento sindical. Segundo o autor, mesmo em determinados períodos de democracia, os órgãos da polícia política continuavam tendo forte atuação e a repressão era uma constante para o movimento sindical e para as atividades político-partidárias associadas ao comunismo. MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/APERJ, 2003.

deixa de circular. Raimundo Alves passa a responder o Inquérito Policial Militar (IPM) da Imprensa Comunista e entra para a clandestinidade. Nesse contexto, qual o espaço de atuação de Raimundo Alves? Como já mencionamos, Raimundo Alves passa a ocupar um papel importante na estrutura da Seção de Agitação e Propaganda do PCB.

O DOI/II Ex. De acordo com orientação acima, iniciou um trabalho metucioso de levantamento das atividades do PCB na área de São Paulo/SP. Trabalho esse que viria a ser coroado de êxito cinco meses após, em 13 de Jan 75, com a prisão de Raimundo Alves de Sousa, “Petrônio”, “Tanaka” ou “Batista”, um dos integrantes da direção da Seção de Agitação e Propaganda – SAP, ligado ao setor gráfico, e que, por isso, poderia levar aos locais de impressão dos documentos do PCB, em particular o jornal clandestino Voz Operária, órgão oficial do CC/PCB, como de fato ocorreu.³²⁰

Para continuarmos a análise da trajetória de Raimundo Alves de Sousa, voltaremos nosso olhar para o Inquérito Policial Militar número dois de 1975. Esse inquérito investiga a gráfica clandestina do Rio de Janeiro ligada ao PCB, ou seja, a gráfica “G-1”. Composto por uma série de depoimentos de militantes comunistas, simpatizantes do partido e trabalhadores gráficos que de alguma forma estavam envolvidos com a gráfica, o inquérito elucida uma parte importante da atividade de alguns gráficos na clandestinidade. O inquérito “2/75” apresenta uma série de “subversivos” responsáveis direta ou indiretamente pela produção do material do PCB. Entre tantos nomes denunciados ao final da investigação (24 nomes ao todo, nos inquéritos abertos no Rio de Janeiro e São Paulo), deteremos nossa atenção nos trabalhadores gráficos, sobretudo naqueles indivíduos que de alguma forma representam parte da história dos militantes gráficos do Rio de Janeiro.

Em 1965, Raimundo Alves de Sousa recebe o convite do PCB para montar e dirigir a gráfica clandestina do partido. Ao aceitar a tarefa, é informado do endereço do novo “aparelho” e começa a providenciar o funcionamento de uma pequena estrutura gráfica na área rural do bairro

³²⁰ DEOPS/SP. 50-Z-9-42883. p.135.

de Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Raimundo foi responsável pelo contato com outros gráficos que trabalharam na gráfica ou prestaram serviço de suporte para a produção do material do partido, inclusive o *Voz Operária*.³²¹ É interessante notar que, assim como acontece nos anos 1950, o recrutamento de gráficos para efetuar esse trabalho é bem meticuloso. Havia uma preocupação por parte do PCB em reunir indivíduos comprometidos com o partido e capazes de se submeter à vida na clandestinidade. Nota-se que a seleção não era feita a partir da procura por gráficos qualificados, mesmo que isso também fosse uma necessidade. A preocupação maior era com o tipo de militante que ocuparia aquela função técnica. Isso não significava, porém, que esses gráficos tivessem autonomia na elaboração do material do partido. Os textos eram escritos por membros do Comitê Central e se havia alguma interferência dos gráficos, essa era na arte final dos panfletos e jornais e não em seu conteúdo. A coexistência entre o saber técnico e o posicionamento político dos gráficos, o que observamos no *Notícias Gráficas*, não encontraria espaço no material oficial do PCB. Raimundo Alves, por exemplo, escrevia no periódico dos gráficos, mas dentro da estrutura mais fechada do PCB havia uma hierarquia a ser mantida.

Em seu livro de memórias, Raimundo relata que foi preso no dia 11 de janeiro de 1975. No entanto, o IPM aponta a data de 23 de janeiro. Ele foi capturado em São Paulo, ao que tudo indica no dia 11, e depois levado ao Rio de Janeiro, onde reaparece oficialmente 12 dias após seu “desaparecimento” em São Paulo. Através do seu depoimento no IPM, temos mais informações sobre sua trajetória.

[...] que em 1953, no início do ano, o declarante ingressou no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Distrito Federal então; que no sindicato o declarante se limitava a pagar mensalidade, votar nas eleições, sempre no candidato Giovanni Amadeu Romita; que na opinião do declarante Romita era comunista; que o sindicato editava um jornal denominado

³²¹ DEOPS/SP. 50-Z-9-42883. p.135.

Voz do Gráfico; que o declarante lia habitualmente referido jornal; que neste jornal escreviam ativistas sindicais como Duvitiliano Ramos e outros, cujos pontos de vista coincidiam com os do declarante; que em fins de 1953, com o fechamento de “O Radical”, o declarante foi encaminhado pelo sindicato para a “Imprensa Popular”; que este jornal era de orientação tipicamente comunista; que o declarante trabalhou aí até o fechamento do jornal, se não lhe falha a memória, até 1957; que o declarante conseguiu um emprego na Gráfica Editora Itambé.³²²

Entre os nomes citados por Raimundo Alves, temos o de Duvitiliano Ramos, falecido em 1961, e o de Giovanni Romita, que estava com 66 anos de idade, doente e, segundo a própria polícia política, encontrava-se afastado da militância político-sindical desde 1964. A referência a esses nomes seria uma estratégia para comprometer o menos possível os militantes que estavam efetivamente envolvidos com a produção do material gráfico do PCB. No caso de Giovanni Romita, defini-lo como comunista poderia ser interpretado como uma ironia com a polícia política e com o próprio Romita, alvo de tantas críticas, em 1963, por parte do grupo de comunistas ligados a Raimundo Alves.

A *Gráfica Itambé*, de propriedade de membros do PCB, foi durante alguns anos uma referência importante para os comunistas, resultado da reunião de pequenas gráficas do partido, foi montada no final dos anos 1950 e era a responsável pela impressão de boa parte do material oficial do PCB, inclusive o *Voz do Operária* e a revista *Novos Rumos*. Em 1964, a empresa foi interdita e seus diretores passaram a responder inquéritos policiais militares. Foi na *Gráfica Itambé*, onde Raimundo trabalhou como gerente geral das oficinas, que conheceu Fragmon Carlos Borges, responsável perante o Comitê Central do PCB e pela tarefa de produzir o *Voz Operária*.

³²²Polícia Política/RJ - Inquérito Número 2 de 1975, Pasta 22. A gráfica Itambé foi alvo de algumas investigações da polícia política por produzir material para o PCB. Em 1972, ela é vendida para o jornal *Gazeta de Notícias*. Alguns dos gráficos citados nessa tese trabalharam ao longo dos anos 1960 e 70 nesta Gráfica. “O exame da documentação apreendida e o fato de os dirigentes da editora [Editora Gráfica Itambé] registrarem, neste DOPS, antecedentes político-sociais, pelos quais se verifica que todos eles estão inequivocamente comprometidos com o P.C.B. (doc. junto), vêm revelar que os mesmos não se limitavam a exercer comércio lícito; emprestavam sua atividade pessoal à tarefa impatriótica e dissolvente da política internacional comunista”. Polícia Política/RJ - DOPS, Pasta 44.

[...] que em 1959 o “Diário”, digo, “Novos Rumos”, que era impresso no “Diário de Notícias”, passou a ser impresso na gráfica referida [*Gráfica Itambé*]; que “Novos Rumos” era uma publicação semanal e tinha como secretário o Sr Fragmon Carlos Borges³²³, que o declarante viu, pela matéria e a forma que a mesma era tratada, que o jornal era comunista; que o declarante passou a ter contato mais estreito com o Sr Fragmon [...]³²⁴

Fragmon Carlos Borges teria feito proposto a Raimundo montar uma gráfica clandestina na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Desde 1964, com seus direitos políticos cassados e vivendo na clandestinidade, Raimundo Alves assume essa importante tarefa junto ao partido. A partir de 1965, Raimundo Alves irá reunir o grupo que fará parte da estrutura de produção gráfica do PCB na cidade. Como já adiantamos, a preocupação maior era com a capacidade desses homens em realizar o trabalho diante das circunstâncias impostas pela ditadura. Boa parte dos gráficos que realizavam tarefas na gráfica de Campo Grande vinha de fora do Estado do Rio de Janeiro, eram militantes do PCB em seus estados de origem e chegaram ao Rio ao longo dos anos 1950 e 60. Outra característica desse grupo era o recrutamento familiar. Os gráficos convidavam seus parentes, alguns também militantes do partido, outros simpatizantes, para auxiliar na nova empreitada. Lealdade e confiança eram atributos indispensáveis para esse grupo e essas características, em princípio, são encontradas nos laços familiares. Um dos homens que irá prestar serviços à gráfica clandestina é Newton Higino de Sousa. “Natural de Teresina-PI, com 36 anos de idade, de cor branca, solteiro, de profissão industrial, proprietário da *Gráfica Hizel*, sita a rua Ana Neri nº 1658-Rocha”.³²⁵

Sobrinho de Raimundo Alves de Sousa, Newton Higino não participou de forma direta da gráfica de Campo Grande, mas deu suporte às impressões do partido quando necessário. Na *Gráfica Hizel*, de propriedade de Newton de Sousa, era realizada a composição de matérias para

³²³ Responsável pela compra do sítio onde funcionou a gráfica de Campo Grande. Fragmon foi membro de SAP, em 1975 já havia falecido.

³²⁴ Polícia Política/RJ - Inquérito Número 2 de 1975, Pasta 22.

³²⁵ Polícia Política/RJ - Inquérito número 2 de 1975, Pasta 22.

o *Voz Operária* e outros impressos do Partido que recebiam o acabamento e eram impressos na gráfica de Campo Grande. Em seu depoimento, somos informados sobre sua trajetória de migração, o aprendizado da profissão e o comprometimento de seu tio com o “movimento comunista” do Sindicato dos Gráficos.

[...] veio para o Rio de Janeiro no ano de 1951 e aqui aprendeu a profissão de linotipista; que o declarante conseguiu seu primeiro emprego no Rio na Gráfica Leme Junior, situada no bairro da Saúde, contando com a ajuda de seu tio Raimundo Alves de Sousa; que aquela época Raimundo também trabalhava na empresa; que posteriormente, o declarante trabalhou na Gráfica da Freitas Bastos, o Jornal, Revista Leitura, Cruzeiro, e outras que não se recorda; que após a Revolução de março de 64 o declarante veio a saber que “Raimundo Alves de Sousa” era militante do Partido Comunista Brasileiro, isto porque seu tio esteve longo período escondido; que o declarante veio a saber que “Raimundo” estava comprometido com o movimento comunista do Sindicato dos Gráficos; que o declarante conheceu o senhor Romita, então presidente do Sindicato dos Gráficos, por ali haver comparecido para pedir patrocínio de uma causa trabalhista [...]³²⁶

A migração de Newton Higino e sua profissionalização podem ser explicadas pelos laços familiares. É seu tio, Raimundo Alves, que consegue seu primeiro emprego no Rio de Janeiro. O desconhecimento sobre as atividades políticas do tio pode ser interpretado como uma maneira de evitar maiores comprometimentos em seu depoimento, uma vez que a militância de Raimundo Alves era uma questão discutida em família ainda no Nordeste. Em seu depoimento, Newton Higino esclarece o papel que sua gráfica exercia na estrutura de produção dos materiais de propaganda do PCB.

[...] no ano de 1970 o declarante estabeleceu-se a rua Ana Neri Nº 1.658 [Rocha, Zona Norte do Rio de Janeiro] com a Gráfica Hizel; que em 1971 Raimundo Alves de Sousa propôs ao declarante instalar uma linotipo na Gráfica Hizel; que esta máquina seria utilizada para composição de linotipos para uma outra gráfica clandestina pertencente ao Partido Comunista e que era dirigida por “Raimundo”. Que caberia também ao declarante explorar comercialmente a máquina, quando a mesma não estivesse trabalhando para o partido; que o declarante concordou com a proposta e levou para a Hizel uma linotipo cedida pela Gráfica Itambé; que a linotipo era utilizada para a composição do jornal “Voz Operária”, do P.C.B. e outras matérias que o declarante não recorda os nomes; que o declarante também ajudava no trabalho de confecção e

³²⁶ Polícia Política/RJ - Inquérito número 2 de 1975, Pasta 22.

composição do jornal Voz Operaria; [...] que no final de 1971 o declarante foi detido por suspeitas de estar envolvido em atividades subversivas, sendo colocado em liberdade uma vez que nada ficou apurado; que posteriormente “Raimundo Alves de Sousa” resolveu vender a máquina linotipo por questões de segurança; [...] que após a venda da máquina o declarante continuou a colaborar com Raimundo, fazendo compras de material em nome da Gráfica Hizel, e cortando as resmas de papel que eram utilizadas na confecção do Jornal Voz Operária; [...] que em 1973 Raimundo pediu ao declarante que registrasse como empregado da Hizel o elemento de nome “Newton Libânio da Silva” pois este camarada precisava aposentar-se e, para tanto, necessitava descontar para o órgão da previdência; que posteriormente o declarante veio a saber que “Newton Libânio da Silva” trabalhava para Raimundo e era quem imprimia o jornal Voz Operária na gráfica do PCB; que o declarante não sabia o local onde estava instalada a gráfica do PCB.³²⁷

As gráficas legais associadas ao PCB cumpriram diversas tarefas para a manutenção do sistema gráfico clandestino, como a compra de materiais e máquinas para a produção dos impressos. As gráficas legais também legalizavam a vida funcional de militantes do partido para que os mesmos tivessem acesso a direitos trabalhistas, como a aposentadoria. Esse foi o caso de Newton Libânio da Silva, impressor e militante do PCB desde 1944. Newton Libânio chegou a participar do Sindicato dos Gráficos, mas suas funções junto ao partido o afastaram da entidade. Trabalhou na *Gráfica Itambé* até 1964, quando a empresa é interditada após o golpe civil-militar. Em 1965, passou a ser o impressor responsável da gráfica em Campo Grande.

[...] iniciou suas atividades como gráfico com a idade de dezesseis anos; [...] que no ano de 1949 o declarante participou da campanha “O Petróleo é nosso”, ajudando a pregar cartazes [...] que no ano 1960 iniciou suas atividades na gráfica Paulista, situada na rua dos Arcos nº 5, onde veio a conhecer “Erasmus Ferreira de Araújo”; que o declarante teve conhecimento de que “Erasmus” era militante do “Partido Comunista Brasileiro”, sendo solicitado a fazer contribuições para o P.C.B. o que efetivamente fez; [...] que o declarante, embora sindicalizado, não frequentava reuniões em que se discutiam aumentos de salários, preferindo a parte de Recreação e Cultura; que no ano de 1965 o declarante trabalhava na Gráfica Itambé, e já havia deixado de contribuir para a manutenção do “Partido”; que fora trabalhar nesta gráfica por indicação de “Erasmus Ferreira de Araújo”, o qual sugeriu que o indiciado procurasse um senhor de nome “Raimundo Alves de Sousa”, que exercia as funções de chefe da oficina; que no final do ano de 1965 o declarante foi convidado a trabalhar na “Gráfica do buraco”[...]³²⁸

³²⁷ Polícia Política/RJ - Inquérito número 2 de 1975, Pasta 22.

³²⁸ Idem.

O Sindicato dos Gráficos aparece novamente como um espaço restrito de atuação política, mesmo antes de 1964. A opção pela “Recreação e Cultura” aponta para um trabalho mais “silencioso” junto à categoria. Os militantes que assumiam funções de destaque junto ao PCB tornavam-se mais cuidadosos quanto à exposição em eventos como assembleias sindicais. Após 1964, quando essas limitações aumentam, alguns desses gráficos passam a viver na clandestinidade, sendo inviável a permanência na militância sindical.

Como o responsável pelo funcionamento da gráfica de Campo Grande, Raimundo era o elo com os diversos elementos contribuía para a produção do material do PCB, entre eles alguns não eram comunistas, mas de alguma forma eram simpatizantes do grupo. É o caso do clichérista Jair da Silva Chagas. Assim como Newton Higino, esse gráfico fazia trabalhos de suporte para a gráfica de Campo Grande e afirmava sequer conhecer um dos endereços mais bem guardados do partido.

[...]que o declarante [Jair da Silva Chagas] conheceu “Raimundo Alves de Sousa”, há bastante tempo, não sabendo precisar dia, mês e ano, mas na época o declarante trabalhava em uma clichéria na Av Presidente Vargas, esquina da Rua Néri Pinheiro, que o declarante tinha como Sócio op Sr Ítalo Fasano; que o conhecimento com Raimundo se deu através de Ítalo Fasano; pois este último já havia feito trabalho de clichéria para Raimundo, que o declarante então passou a executar trabalhos de clichéria para Raimundo, o qual dizia ser proprietário de uma gráfica e ter muitos clientes, todavia nunca declinou qual o local que se instalava a gráfica.³²⁹

Apesar desse aparente distanciamento, facilmente explicado pelas condições impostas no momento do depoimento, Raimundo Alves, em suas memórias,³³⁰ refere-se a Jair como um “ótimo e leal companheiro”, acrescentando que ele não militava no PCB, mas havia contribuído de forma sistemática para a produção dos impressos do partido. Em janeiro de 1980, Jair da Silva

³²⁹ Polícia Política/RJ - Inquérito número 2 de 1975, Pasta 22.

³³⁰ SOUSA, Raimundo Alves. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005.

Chagas é novamente preso³³¹, dessa vez por portar carteiras falsas de habilitação. Um resumo sobre suas atividades “subversivas” é produzido naquele momento.

A partir de 1970, o epigrafado era um dos responsáveis pela montagem de clichês para impressão de diversas publicações do PCB, dentre as quais o jornal *Voz Operária*, as revistas *Novos Rumos*, *estudos*, e outras. Para tal mantinha ligações com RAIMINDO ALVES DE SOUSA (BATISTA, TANAKA, PETRONIO) E EVALDO LOPES GONÇALVES DA SILVA (GIL) ambos militantes do partido em tela.

Em 1972, foi procurado por EVALDO LOPES G. S. (GIL), NA clicheria de sua propriedade, situada na Rua Sininha 486/ 204 – São Cristóvão – RJ, sendo solicitado que confeccionasse um clichê de Bandeira Nacional “adulterada” (com a foice e o martelo no seu círculo), no que foi atendido.³³²

A adulteração da Bandeira Nacional foi considerada, pela polícia política, um ato grave de subversão. Esse material foi produzido para celebrar os 50 anos da fundação do PCB, evento comemorado em 1972. O impresso da bandeira brasileira adulterada foi apreendido durante o fechamento da gráfica de Campo Grande em 1975 e mereceu destaque no conjunto de fotos do espaço da gráfica produzido pela polícia política. Podemos dizer que essas fotos foram, para os órgãos de repressão, a representação material da “subversão”, que incluía máquinas gráficas, caixas de tipo, algumas armas e materiais impressos do PCB, como o *Voz Operária*.

³³¹ “Fechada Gráfica que fazia carteiras falsas”. *O Globo* de 17 de janeiro de 1980; “Tudo era falso na gráfica até as carteiras do patrão”. *Última Hora* de 17 de janeiro de 1980.

³³² Polícia Política/RJ - Comunismo, Pasta 156.

Figura 7 - Impresso da Bandeira Nacional



Fonte: Polícia Política/RJ - DOPS, Pasta 22. Inquérito número 2 de 1975.

Na gráfica clandestina, também foram presos José Benedito dos Santos³³³ e seu cunhado Antônio José Gonçalves.³³⁴ José Benedito nasceu em Maceió e durante anos trabalhou em usinas de cana de açúcar entre Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Em 1955, recebe o convite para trabalhar em uma gráfica do Partido Comunista em Aracaju. A experiência que havia adquirido em 1933, como servente de uma gráfica foi suficiente para integrar o quadro dos gráficos do PCB em Sergipe. Esse episódio reforça nossa hipótese de que o PCB estava mais preocupado com o comprometimento desses indivíduos com o partido do que com suas habilidades profissionais,

³³³ Polícia Política/RJ - Inquérito Número 2 de 1975, Pasta 22.

³³⁴ Antonio José Gonçalves, cunhado de José Benedito dos Santos, nasceu em Sergipe e migrou para o Rio de Janeiro em 1959. No Rio de Janeiro, trabalhou na fábrica de Vidros Cisper, zona norte da cidade, e em dezembro de 1960 se afastou do serviço por conta de problemas pulmonares. Após um período internado para cuidar de sua saúde, entre 1963 e 1965, foi convidado por seu cunhado para trabalhar no sítio onde funcionava a gráfica. Ele cuidava o sítio e realizava pequenos serviços gráficos. Antonio Gonçalves alega em seu depoimento que quando foi trabalhar no sítio pensava que seu cunhado criava galinhas e só depois ficou sabendo o que realmente fazia. Polícia Política/RJ - Inquérito Número 2 de 1975, Pasta 22.

mesmo que elas fossem necessárias. José Benedito trabalhou nessa gráfica até 1964, ocasião em que, após ser preso e liberado no dia seguinte, resolve se esconder no interior de Maceió. Já em 1965, financiado pelo partido, migra para o Rio de Janeiro com sua família. Fragmon Carlos Borges, um dos responsáveis pela implantação da gráfica de Campo Grande, teria ido a Sergipe para recrutar José Benedito para o sítio que abrigaria a principal gráfica clandestina do PCB. José Benedito era uma espécie de caseiro, mas também exercia a função de impressor na gráfica. Sua esposa, Rosa, foi a única mulher que frequentou a gráfica clandestina. A oficina gráfica nos anos 1960 e 70 era um espaço majoritariamente masculino, uma instalação gráfica clandestina em meio a uma ditadura certamente não seria o lugar mais provável para encontrarmos mulheres militantes do PCB.

A “Gráfica do Buraco”, por quase 10 anos, teve uma atuação fundamental na articulação de militantes contra o regime vigente e foi sustentada por uma forte rede de solidariedade. Mesmo que a conclusão dos órgãos de segurança sobre a atuação desses militantes sugere uma estreita influência da política externa do Partido Comunista em suas ações no Brasil, não podemos descartar o papel os laços familiares e pessoais na transmissão e execução das diretrizes que supostamente vinham do Comitê Central do PCB. Alguns militantes, como Raimundo Alves, estavam organicamente ligados ao partido. Para outros, como Jair da Silva Chagas, o mais provável é que os laços de afinidade com alguns membros do partido tenham influenciado mais em sua decisão de produzir clichês para a gráfica clandestina do que uma possível compatibilidade com a “doutrina marxista-leninista”.

[...] Tem por objetivo principal [o Inquérito nº 02 de 1975] apurar as atividades impatrióticas de maus brasileiros, a serviço de um partido internacional, de doutrina marxista-leninista, que os transportou para o exterior, onde os treinou, instruiu-os convenientemente para, como agentes do "PARTIDO COMUNISTA", tumultuarem a paz social e política do país, pregando a

discórdia, incitando à luta, à subversão, à desordem, num desesperado esforço de incompatibilizar o Governo com o povo.

O "PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO", tem uma complexa organização, sendo a "Seção de Agitação e Propaganda - SAP" a mais importante, cuja atribuição é fazer a divulgação, através de periódicos clandestinos e panfletos, onde insultam, injuriam, infamam as autoridades constituídas num esforço desesperado de criar na nossa terra o clima de insegurança e terror que lamentavelmente observamos em outros países.³³⁵

Para além das motivações políticas desse grupo de militantes, o impacto do fechamento da gráfica clandestina do Rio de Janeiro foi grande tanto para o PCB como para os órgãos de repressão. O assunto também repercutiu na imprensa nacional quando, em dezembro de 1975, teve início o julgamento dos 24 indiciados no processo da gráfica clandestina do Rio de Janeiro.

O Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria do Exército inicia hoje, às 13 horas, o julgamento de 24 denunciados em maio último com base no inquérito instaurado pelo DOPS carioca e que apurou o funcionamento de uma gráfica clandestina do Partido Comunista Brasileiro no Subúrbio de Campo Grande.

O promotor Osiris Josephson pediu a condenação dos réus em vários dispositivos da Lei de Segurança Nacional, acusando-os ainda de terem reorganizado o PC e desenvolvido propaganda subversiva através de Voz Operária, Mundo em Revista e outras publicações comunistas.³³⁶

No dia 13 de dezembro, 12 dos 24 indiciados foram condenados com penas diversas, entre eles Raimundo Alves de Sousa, Newton Libânio da Silva, Newton Higino de Sousa e Jair da Silva Chagas. A maior pena, de três anos e quatro meses, foi a de Gutemberg Cavalcanti³³⁷, responsável pela direção administrativa do sistema gráfico no Rio de Janeiro. Raimundo Alves de Sousa recebeu a segunda maior pena, dois anos e quatro meses de prisão, junto com o tenente

³³⁵ Relatório parcial - Inquérito n 02/75 - DPS

³³⁶ "Conselho começa a julgar os 24 réus no processo da gráfica clandestina do PC". *Jornal do Brasil*. 10 de Dezembro de 1975.

³³⁷ Gutemberg Cavalcanti nasceu em Recife, PE. Era radiotelegrafista e nos anos 1960 passa a trabalhar exclusivamente para o PCB. Seu irmão, que também colaborava com o partido guardando materiais e abrigando membros perseguidos do PCB em seu apartamento, apesar de indiciado no inquérito sobre a gráfica clandestina do Rio de Janeiro, foi absolvido.

reformado do exército Euvaldo Lopes da Silva,³³⁸ também colaborador do SAP. Em 23 de maio de 1978, Raimundo ganhou a liberdade. Novamente na cena política nacional, o sindicato e seus antigos contatos o reaproximaram dos gráficos e da militância da categoria. Em 1983, Raimundo fez parte da criação do Departamento dos Aposentados do Sindicato dos Gráficos e, em 1986, disputou as eleições para a câmara federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo como seu aliado político o gráfico aposentado Nilton Domingues Pedrosa, candidato a Deputado Estadual.³³⁹

Este capítulo trabalhou as trajetórias de trabalhadores e militantes gráficos a partir de um olhar direcionado para suas histórias de atuação no Sindicato dos Gráficos e em outras esferas onde a identidade com a categoria continuava sendo um diferencial. Mesmo com diferentes formas de lutar pela democracia no pós 1964, muitos gráficos tiveram suas rotinas alteradas pela repressão promovida pelos governos militares. A partir das histórias desses militantes, reconstruímos um panorama da experiência dos gráficos ao longo dos anos 1960 e 70 e dos espaços, dentro da instituição sindical e na clandestinidade, que foram ocupados por esse grupo nos anos de exceção.

³³⁸ Euvaldo Lopes Gonçalves da Silva foi preso em 1964, em Pernambuco, por sua ligação com o PCB. Libertado em 1965, migrou para o Rio de Janeiro. Nesta cidade, desenvolveu várias funções ligadas à área cultural do PCB, entre foi redator de editorial do *Voz Operária*.

³³⁹ Essa aliança também deve ser entendida a partir de um contexto onde militantes do PCB se aproximam de elementos mais “conservadores” no cenário da política nacional. Neste caso específico, a aliança tem curta duração. Nas eleições para a diretoria do Sindicato, em novembro de 1988, o comunista Raimundo Alves, associado à chapa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), opõe-se a Pedrosa, ligado à chapa da situação.

Considerações finais

Esta tese partiu do pressuposto de que trabalhadores e sindicatos podem estar pouco representados nos estudos sobre a primeira década da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Isto não significa, entretanto, que eles estivessem fora da cena política desse período. A análise do conjunto documental produzido pela polícia política sobre os trabalhadores gráficos evidenciou uma série de possibilidades para a ação política dos gráficos ao longo do regime de exceção. Portanto, podemos concluir que os trabalhadores não estavam “imobilizados” e, assim como outros segmentos da sociedade, como estudantes e intelectuais, construíram alternativas e meios para lutar pela democracia no país.

Mapear os espaços ocupados pelos militantes gráficos (1); a vigilância dispensada ao grupo pela polícia política (2) e; analisar as trajetórias de um grupo de trabalhadores que fez parte de um momento importante da história recente do país (3) foram objetivos que perseguimos ao longo da pesquisa. Uma vez que os espaços institucionais encontravam-se sob fortes restrições, as rupturas com a ação política do período pré-1964 foram muitas. Por outro lado, diferentes atores construíram possibilidades de se contrapor à ordem vigente, entre estes os trabalhadores e suas entidades representativas

Diante deste universo de possibilidades, escolhemos dedicar nossa análise a uma categoria com longa tradição organizativa. Nossa opção pelos trabalhadores gráficos se justifica, em parte, por uma característica observada nessa categoria. Para além de uma autoimagem “heroicizada”, a história desses trabalhadores e militantes mostra a possibilidade prática do investimento da própria profissão na militância política. Este fato, em suas representações ideal e concreta, fez com que a polícia política classificasse o grupo com um “ninho de comunistas”.

Esse conjunto de peculiaridades instigou uma maior investigação sobre os constrangimentos que teriam definido identidades, conflitos e estratégias de ação entre os gráficos durante os anos que se seguiram ao golpe civil-militar de 1964. Em vez de concluirmos que houve um “desvio” na trajetória militante do grupo, optamos por compartilhar dos pressupostos teóricos de Ângela de Castro Gomes quando afirma que “um processo histórico de construção de classe não sofre ‘desvio’, pois não há um modelo prévio de percurso a ser seguido e muito menos um resultado modelar a ser alcançado”.³⁴⁰

Nossa investigação privilegiou os militantes gráficos e a perspectiva que esse grupo tinha sobre a história da própria categoria. Definir o trabalhador gráfico não foi uma tarefa fácil. Enquadrá-lo em um perfil de escolaridade, de formação profissional e militância torna-se sempre arbitrário e impreciso. Contudo, podemos concluir que o orgulho profissional é algo que determina a formação da identidade do conjunto de trabalhadores e militantes estudados. O domínio de um saber que possibilita a confecção de livros e jornais é uma experiência que diferencia esses trabalhadores de outros operários. É a partir desse orgulho profissional que outros elementos da cultura do grupo surgem e se solidificam. Abordamos também como o impacto da transformação tecnológica e a mecanização da indústria gráfica influenciaram nesse processo de auto-reconhecimento da categoria. Há uma progressiva perda do controle do processo de produção e uma percepção de transição de um ofício “arte” para uma produção industrial que, vale dizer, dispensa os saberes acumulados ao longo de anos de exercício da profissão. Se por um lado os trabalhadores gráficos dos anos 1990 são mais escolarizados e dominam a informática, por exemplo, também é importante afirmar que eles estão cada vez mais

³⁴⁰ GOMES, Ângela. “O populismo e as ciências sociais”, in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2001. p.45-46.

distantes de um processo de produção do material impresso que exigia a interferência minuciosa do operário.

Também observamos que o orgulho profissional não impede que a experiência cotidiana do trabalho seja por vezes exaustiva e sofrida. As disputas por melhores condições de trabalho e por um tratamento mais respeitoso pelos patrões foram observadas como desafios constantes na vida desses trabalhadores. Por vezes, a Justiça do Trabalho era acionada e poderia equalizar a relação de forças entre patrões e empregados. Porém, entre os próprios operários os desafios não eram menores. A hierarquia profissional distanciava trabalhadores e criava rivalidades que, passadas décadas, ainda se encontram presentes na fala de velhos trabalhadores e militantes.

Em uma categoria composta por comunistas sindicalistas e sindicalistas simpáticos ao comunismo, como equacionar essas duas identidades que, por vezes entravam em conflito? Nem sempre foi possível manter a harmonia entre esses dois grupos, mas a conjuntura política do pré-1964 contribuiu para um acirramento da disputa entre esses militantes. O que parecia uma unidade consolidada, em um episódio curto, porém expressivo, a eleição sindical de 1963, revela que a condição de “gráficos” não garantiu naquele momento um consenso entre posições político-sindicais. Mas a iminência de uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores fez a situação ser revertida e comunistas e velhos sindicalistas terminam 1964 com um discurso de unidade que não encontrava espaço poucos meses antes. Essa unidade é novamente rompida com o golpe e esses personagens irão enfrentar os diferentes obstáculos impostos pelo regime, como o cerceamento da liberdade, a perseguição política, a tortura e a morte de militantes.

A partir de um olhar detalhado para a composição singular da trajetória de alguns trabalhadores e militantes, analisarmos o componente individual na construção da história desse grupo e percebermos a interpretação de diferentes personagens sobre a categoria e o ofício

gráfico. Também mapeamos os espaços ocupados por alguns desses ativistas ao longo dos anos 1960 e 70. Seja no sindicato ou na militância clandestina, não havia um “modelo” a ser seguido. A sobrevivência era construída a cada dia e as objeções à ordem vigente nem sempre eram expressas em formas homogêneas ou tidas como “convencionais”.

Uma profissão militante! Como duvidar dessa assertiva quando nos lembramos da placa no pátio do Sindicato dos Gráficos: “Praça dos Aposentados”. Esses velhos gráficos estão afastados do trabalho, mas lutando por espaço e participação política dentro de sua instituição de classe. Para um dos entrevistados é justamente a condição de aposentados que aproxima alguns gráficos da categoria. Afastados das oficinas, eles se aproximam da militância cotidiana da categoria e incorporam ou reafirmam o espaço do sindicato como um ambiente de sociabilidade nessa nova fase da vida.

Por outro lado, ao analisarmos a trajetória militante desse grupo de operários gráficos percebemos que cada indivíduo “emprestou sua profissão” às atividades políticas ou partidárias de acordo com singularidades individuais que se distanciam da noção de uma profissão “militante” por excelência, cujas determinações se estenderiam uniformemente e a todo e qualquer trabalhador ou militante gráfico. O golpe de 1964 é um importante marco porque faz com que alguns indivíduos constrangidos por pressões diversas optem por caminhos muito distintos.

Alternativas e meios para a atuação político-sindical no pós-1964 foram observados da militância mais orgânica, como é o caso de Walter Torres, que permanece na direção do Sindicato dos Gráficos; ao isolamento político, como é o caso de Giovanni Romita, que se afasta da militância nos anos de exceção; passando ainda pela estratégia do enfrentamento direto, porém na clandestinidade, opção feita por Raimundo Alves, que assume a função de produzir o material

de propaganda do PCB. Esse panorama diverso de trajetórias militantes nos leva a outra conclusão: esses indivíduos não se tornaram politicamente engajados apenas por sua qualificação profissional. Se pensarmos no caso do Raimundo Alves, sua trajetória político-partidária exigiu o domínio de um saber técnico para atuar em uma parte importante da estrutura do PCB, a propaganda.

Destacamos o domínio da arte gráfica como um elemento fundamental para a definição dessas pessoas como uma coletividade. O que diferencia os gráficos de outros grupos em sua militância político-partidária, em suas celebrações e até mesmo em seus conflitos é a sua auto-representação como portadores de um “ofício militante”. A própria polícia política operava com uma idéia de distinção, mesmo que em níveis que não correspondiam à realidade, percebendo a diferença entre um gráfico militante e outro operário militante, mas sem o domínio dos meios para expressar ideias consideradas subversivas. Os gráficos são operários de um “saber” em extinção. As constantes mudanças tecnológicas ocorridas na produção gráfica no país, sobretudo a partir dos anos 1960, fizeram com que os “velhos” gráficos se tornassem detentores de um saber raro e muito valioso na militância clandestina durante a ditadura civil-militar. Na imagem que grupo faz de si, esse saber é valorizado por sua complexidade, pelas exigências de qualificação do operário e pela dimensão de “arte” que é associada ao trabalho. Particularmente para os aposentados, o domínio da “arte gráfica” representa uma dimensão de poder em relação às novas gerações que foram socializadas com a “indústria gráfica”.

Ao longo da tese, analisamos a composição de uma categoria de operários que representa parte importante da militância organizada contra a ditadura civil-militar no cenário carioca. Dedicamos nossa pesquisa a trabalhadores que, por seu perfil de ação política, atraíram a

sistemática vigilância da polícia política, o que resultou em perseguição, tortura e morte de muitos gráficos.

Por fim, esse estudo inclui os trabalhadores e militantes gráficos entre aqueles que, ao longo da história do Rio de Janeiro e do país, buscaram construir um regime democrático, onde diferentes idéias e opções político-partidárias fossem celebradas como parte do exercício dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos, em vez de considerados como ações subversivas pelo próprio Estado. Mesmo que, ao longo das últimas décadas, a categoria tenha perdido poder de mobilização e articulação política, parte da história aqui analisada, ou problematizada, continua a ser interpretada pelos gráficos como umas das principais riquezas do grupo. Marcado por conquistas ou perdas, possibilidades ou restrições, o passado da categoria funciona como um impulso para a militância no presente.

Fontes

Arquivos e acervos

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Acervo DEOPS

Biblioteca da Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Atas das sessões

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Acervo DOPS

Acervo do Sindicato dos Gráficos
Documentação Variada
Fotografias

Biblioteca Nacional
Coleção de Jornais

Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)
Periódicos

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. AMORJ/UFRJ/IFCS
Periódicos

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP)
Fundo Roberto Morena

Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT/RJ)
Acórdãos

Acervos Pessoais
Documentação diversa
Fotografias

Referências na Internet

www.revistatecnologiagrafica.com.br

<http://www1.previdencia.gov.br/>

www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/

<http://www.torturanunca-mais-rj.org.br>

Periódicos

Voz do Gráfico (1950 – 1968)

Notícias Gráficas (1945 – 1964)

7 de Fevereiro (1968 – 1969)

O Gráfico (1981)

O Trabalhador Gráfico (1970 – 1978)

Voz Operária (1966 – 1968)

Entrevistas

Américo de Souza Pereira – realizada em 4/09/2009

Edilberto Silva – realizada em 9/ 12/2009

Eliezer Justino da Silva – realizada em 4/09/2010

Jairo dos Santos – realizada em 14, 23 e 29/09/2010

João Amado Vital – realizada em 27/08/2010

Jurandir Calixta Gomes – realizada em 24/10/2008

Manuel João Pereira autora – realizada em 4/09/2010

Nilton Domingues Pedrosa – realizada em 30/09/2008

Valdir Fraga Junior Entrevista – realizada em 17/10/2010

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves. *A Modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora. FGV, 2005.

ACQUARONE, Francisco. *Os grandes benfeitores da humanidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1981.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

AMERICANO, Renato Pacheco. *Comportamento Social e Humano na Indústria Gráfica: Reflexões sobre uma experiência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

AQUINO, Maria Aparecido. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: as Técnicas do Jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990. v.2.

BARBOSA, Marialva. “Operários do Pensamento” (*Visões de Mundo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro*) 1880 – 1920. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, 1991. (Dissertação de Mestrado)

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900 – 2000*. Rio e Janeiro: Mauad X, 2007.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”, in: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”, in: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a própria História: movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

BNDES. *Indústria Gráfica*, 1997.

CAMARGO, Mário de. *Gráfica: Arte e Indústria no Brasil: 180 Anos de História*. São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2003.

CAMARGO, Mauricio Hermi. *La Ciociara: Romance, cinema e relação com o espaço*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em literatura italiana, FFLCH/USP, 2005. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década Neo-liberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo”. www.usp.br/proin/publicações/artigos. Acessado em 20 de novembro de 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN/USP, FAPESP, 2002. 2 ed. ampl.

CASTRO, Nadya e AGIER, Michel. “Projeto operário, projetos de operários”, in: CASTRO, Nadya; AGIER, Michel e GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Imagens e Identidades do trabalho*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. 8.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007. p. 499.

COSTA, H. *Em busca da memória*. São Paulo: Scritta, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP, 2005.

DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 10º ed.

DESAN, Suzanne. “Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”, in: Hunt, Lynn (org.) *A nova histórica cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo. O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)*. Porto Alegre:

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. (Dissertação de Mestrado)

EVANGELISTA, Helio de Araujo. *A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: populismo na política brasileira”, in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e Crítica, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREDO, Mirian Beatriz Collares. “O acervo do DOPS: um projeto de tratamento documental”. *DOPS: A lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996. 2ª ed.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

GASPARI, Elio. *O Sacerdote e o Feiticeiro: A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Vol. 4.

GOMES, Ângela de Castro. “Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 37, Janeiro/Junho de 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. 3 ed.

GOMES, Ângela. “O populismo e as ciências sociais”, in: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios”, in: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: ano 11, nº 23, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “O patrimônio como categoria de pensamento”. ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009. 2ª ed.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HALL, Michael. “História oral: os riscos da inocência”, in: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH-Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo: 1988.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 3 ed.

HOBBSBAWM, Eric, J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JEUDY, H. P. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LACERDA, Eliana Moreira (Org.). *Dois séculos e luta dos trabalhadores gráficos do Brasil*. Paraná: CONATIG, Maxigráfica, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LOBATO, Mirta Zaida. “Las reinas del trabajo bajo el peronismo”, in: LOBATO, Mirta Zaida. *Cuando las mujeres reinaban: Belleza, virtud y poder en la Argentina del siglo XX*.

LOPES, José Sérgio Leite e MARESCA, Sylvain. “A morte da alegria do povo”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N^o 20, ano 7. Rio de Janeiro, ANPOCS – Relume Dumará: 1992.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “Resistências ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres”, in: FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 2^a ed.

MARTINHO, Francisco Palomanes. “O estatismo sindical e a transição democrática. Um estudo sobre o sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1974 – 1985)”, in: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINHO, Palomanes. “O populismo sindical: um conceito em questão”, in: REIS, Almeida, M.H. de e FRY, P. (org.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: ANPOCS/Hucitec, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/APERJ, 2003.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. “Documentos da Polícia Política do Rio de Janeiro”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.12, n^o 22, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

NAMER, Gerard. “Réediter Lês Cadres sociaux de la mémoire de Maurice Halbwachs”, in: HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Memoire*. Paris: éditions Abin Michel, 1994.

NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia: o acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical”, in: AQUINO, Maria Aparecida, MATTOS, Marco Aurélio V. L. e Jr. SWENSSON, Walter Cruz. (org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

PADILHA, Marcos Lopes. *A indústria Gráfica. Panorama Setorial*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1998. v.I.

PAULO, Antonio De (ed.). *Pequeno Dicionário Jurídico*. DP&A Editora, 2004.

PEDROSO, Rosa Nívea. A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista. São Paulo, Annablume, 2001.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História - Operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 3ª ed.

PESSANHA, Elina e MOREL, Regina. “Gerações Operárias: Rupturas e Continuidade Na Experiência de Metalúrgicos no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: 1991. v. 6, n. 17.

PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. (Dissertação de Mestrado)

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, nº 10, Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, nº 3, Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

PORTA, Frederico. *Dicionário de Artes Gráficas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958.

RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. “Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos de 1990. O caso dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro”, in: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RAMALHO, José Ricardo. “Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a repressão política pós-64”, in: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

ROUSSO, Henry. “O arquivo ou indício de uma falta”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 17, 1996.

SANTANA, Marco Aurélio. “A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92)”, in: Mazzeo, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Isabel (Org.). *Corações Vermelhos- Os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990”, in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil Republicano, v. 4.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo/UNIRIO, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: “O ‘Novo Sindicalismo’ e a idéia da Ruptura com o Passado”, in: RODRIGUES, Iram Jácome (org.) *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar: o 1968 operário no Brasil”, in: FICO, Carlos e ARAUJO, Maria Paula. *1968: 40 anos depois: história e memória*.

SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, nº. 41. Outubro de 1999.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”, in: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEGATTO, José Antonio; Et all. *PCB memória fotográfica 1922-1982*. São Paulo: Ed. brasiliense, 1982.

SILVA, Fernando Teixeira. *A Carga e a Culpa – operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937/1968)*. Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “A Modernização Autoritária”, LINHARES, Maria Yedda. (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1992.

SILVA, Luis Antonio Machado da. “Trabalhadores do Brasil: virem-se”. *Revista Insight/Inteligente*. Rio de Janeiro, ano 1, n.5, Nov./dez. 1999

SOUZA, Raimundo Alves. *Os desconhecidos da história da imprensa comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis., 2005.

THIAGO, Cristiane Muniz. *Rio de Janeiro Operário: Memória dos Trabalhadores do Bairro do Jacaré*. Rio de Janeiro: PPGMS – UNIRIO, 2007. (Dissertação).

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Luigi e SILVA, Sergio (org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”, in: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Luigi e SILVA, Sergio (org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”, in: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. “O que falta no planetário”, in: Thompson, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado - história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 2ªed.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999. 2 ed.

VITORIANO, Artur José Renda. *Máquinas e operários : mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume e FAPESP, 2000.

VITORINO, José Artur Renda. “Os Sonhos dos Tipógrafos na Corte Imperial Brasileira”, in: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

WEFFORT, Francisco C. “Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do pós-guerra)”. São Paulo: CEBRAP, *Estudos Cebrap*, n.4, 1973.

WEFFORT, Francisco C. “Os sindicatos na política (Brasil:1955-1964)”. *Ensaio de Opinião*, n° 2-5, São Paulo, 1978.

XAVIER, Marília. “Antecedentes Institucionais da Polícia Política”. *DOPS: A lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.2ª ed.

Lista de figuras

Figura 1 – “O fantasma da automação”	32
Figura 2 – Anatomia e caixa de tipo.....	37
Figura 3 – “Corda do aumento”	69
Figura 4 – Newton Eduardo de Oliveira.....	154
Figura 5 – Giovanni Romita	159
Figura 6 – Gráfica de Campo Grande.....	181
Figura 7 – Impresso da Bandeira Nacional	193

Anexos

I – Roteiro de entrevistas

Eixos temáticos.

1 - Trajetória de vida:

Trajetória dos pais;

Infância;

Família;

2 - O Trabalho:

Aprendendo a profissão;

A rotina de trabalho;

Mudanças técnicas no ofício;

3 – A militância:

Militância político-partidária e sindical;

Os conflitos políticos no sindicato;

A militância no pós-1964;

II – Perfil dos entrevistados

Américo de Souza Pereira é gráfico aposentado, membro do Departamento de Aposentados. Américo nasceu em Portugal, onde viveu até os 30 anos de idade. Em sua terra natal, aprendeu a profissão de compositor gráfico e tornou-se um simpatizante do comunismo. No Brasil, trabalhou durante 25 anos na *Gráfica Barbieri* até se aposentar. Membro do Sindicato dos Gráficos desde 1951, considera a instituição um espaço de discussão política e de sociabilidade. Aos 88 anos de idade, é frequentador assíduo das reuniões do Departamento de Aposentados.

Edilberto Silva é gráfico aposentado, membro do Departamento de Aposentados. Edilberto foi um dos editores de *O Gráfico*, jornal produzido pela oposição sindical nos anos 1980. Nesse mesmo período, foi candidato nas eleições sindicais (1988), adversário de Nilton Pedrosa, e ocupou um cargo na direção da Federação Nacional dos Gráficos. Edilberto tem 58 anos e pode ser considerado como parte de uma geração que conheceu o ofício gráfico pela via do ensino profissionalizante. Aprendeu a profissão de compositor manual no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), mas depois passou para a pré-impressão (fotografia).

Eliezer Justino da Silva natural de Petrolina, Pernambuco. Muito jovem, migrou para Itabuna na Bahia. Aos 16 anos, começou a trabalhar na gráfica de um pequeno jornal em Itabuna, onde aprendeu a composição manual. Chegou ao Rio de Janeiro em 1950. Em 1953, passou a frequentar o Sindicato dos Gráficos e a fazer parte da representação de base da entidade na *Artes Gráficas Gomes de Souza* (AGGS), empresa em que trabalhou até se aposentar. Aos 87 anos, de

idade Eliezer é diretor do Sindicato dos Gráficos, atuando como representante da entidade junto à previdência social.

Jairo dos Santos nasceu em Fortaleza, Ceará, chegou ao Rio de Janeiro em 1947. Aprendeu a profissão de linotipista em Fortaleza, no mesmo jornal em que seu pai trabalhava também como linotipista. Membro do PCB em Fortaleza, no Rio de Janeiro se aproximou dos comunistas membros do sindicato e passou a fazer parte do jornal *Notícias Gráficas*. Em 1964, já afastado do partido, rompe com os comunistas responsáveis pelo *Notícias Gráficas* e deixa de fazer parte da edição do periódico. Foi preso em 1964 por ter seu nome citado no inquérito que investigava a imprensa comunista. Depois de colocado em liberdade, passou a frequentar o sindicato de forma esporádica. Jairo atualmente faz parte do Departamento de Aposentados do Sindicato dos Gráficos.

João Amado Vital é impressor gráfico, mas trabalhou durante alguns anos como vigilante. Insatisfeito com a profissão que ele julgava perigosa fez uma inscrição no *Jornal do Brasil* e foi chamado. Começou a trabalhar em 1984, sem experiência anterior no setor. Com dois anos no *Jornal do Brasil*, adquire experiência como impressor e chega a ser chefe de máquina. Em 1988, passou a ter uma militância mais constante no sindicato e se tornou representante de base no *Jornal do Brasil*. Em 2000, com o fechamento da gráfica do jornal, passou a trabalhar no Sindicato dos Gráficos.

Jurandir Calixta Gomes é o atual presidente do Sindicato dos Gráficos. Jurandir tem 58 anos, nasceu na Paraíba, migrou para o Rio Grande do Norte e depois para o Rio de Janeiro, aonde

chegou em 1970. Nesta cidade, seu primeiro emprego foi na *Editora Bloch*, empresa em que aprendeu a profissão de mecânico de linotipo e trabalhou por 25 anos até se aposentar. Além disso, foi na *Bloch* que o contato com outros gráficos membros do sindicato fez com ele se interessasse pela instituição e começasse a frequentá-la. Em 1998, assumiu pela primeira vez um cargo no sindicato, atuando como diretor social da instituição. Com a morte do presidente (Benedito da Silva, também gráfico aposentado da *Bloch*, falecido em 21 de abril de 2006), o vice-presidente do sindicato, Luis Sergio Machado Teixeira assumiu a presidência da entidade e convocou novas eleições. Em 2 de agosto de 2006, Jurandir foi eleito presidente e em 2010 reeleito para mais um mandato.

Manuel João Pereira é natural da Paraíba, mas aprendeu a profissão de impressor em um colégio religioso de Recife, Pernambuco. Chegou ao Rio de Janeiro em 1969, trabalhou na mesma empresa por 20 anos até ser transferido para o *Jornal do Brasil*, que comprou a massa falida da gráfica em que Manuel trabalhava. No *Jornal do Brasil*, não fazia parte da gráfica que imprimia o jornal, seu trabalho era imprimir revistas, dicionários etc. Manuel João se aposentou em 2001, mas continuou trabalhando como gráfico. Teve pouco contato com a militância sindical mais organizada, o que não impedia sua participação em algumas atividades do Sindicato dos Gráficos como as assembléias.

Nilton Domingues Pedrosa tem 75 anos e atualmente é presidente do Departamento de Aposentados, órgão vinculado à estrutura do Sindicato dos Gráficos. Pedrosa foi um dos responsáveis pela criação do Departamento de Aposentados em 1983 e é um dos principais articuladores do grupo. Ele começou a trabalhar como aprendiz em uma pequena gráfica, aos 13 anos de idade, onde aprendeu a profissão de compositor manual. No *Jornal do Brasil*, aprendeu a

composição mecânica, linotipia, mas foi na *Artes Gráficas Gomes de Souza* (AGGS), empresa que produzia listas telefônicas, onde trabalhou até se aposentar e chegou a ocupar o cargo de gerente de produção. Pedrosa participou durante anos da militância no Sindicato dos Gráficos, chegando a ser presidente da instituição durante um curto período em 1989.

Valdir Fraga Junior é natural do Espírito Santo, chegou ao Rio de Janeiro em 1962 para o alistamento militar. Aprendeu a profissão de linotipista na Escola Técnica de Vitória, trabalhou em diversas gráficas no Rio de Janeiro, como o *Jornal do Brasil*, *Manchete* e *O Cruzeiro*. Foi um dos responsáveis pelo *Jornal 7 de Fevereiro*, um periódico de oposição lançado em 1968. Em 1972, Fraga foi preso por sua suposta ligação com a União da Juventude Patriótica (UJP), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Fraga nunca ocupou cargos no sindicato, mas era uma liderança de base. Aos 67 anos de idade, aposentado coordena um projeto social em Itapemirim, Espírito Santo, sua terra natal.

III – Fotos



Time de futebol da *Artes Gráficas Gomes de Souza* (AGGS). Pedrosa, ex-funcionário da AGGS aparece na foto com o uniforme de goleiro. Acervo Pessoal de Nilton Domingues Pedrosa.



Sede do Sindicato dos Gráficos em 1967, ano da aquisição do imóvel. Acervo Pessoal de Nilton Domingues Pedrosa.



Sede do Sindicato dos Gráficos, 1967. Acervo Pessoal de Nilton Domingues Pedrosa.



Sede do Sindicato dos Gráficos, 2008. Foto: Cristiane Thiago.



Departamento e Praça dos Aposentados Gráficos, 2008. Foto: Cristiane Thiago.



Placa indicativa da Praça dos Aposentados Gráficos, 2008. Foto: Cristiane Thiago.



Solenidade de inauguração do Ginásio do Sindicato dos Gráficos. Acervo do Sindicato dos Gráficos, 1972.



Solenidade de inauguração do Ginásio do Sindicato dos Gráficos. Acervo do Sindicato dos Gráficos, 1972.